Relatório 2ª Fase
Análise Temática Integrada

Revisão Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses 2026 - 2036

Setembro de 2026



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES - REVISÃO 2022/2026

RELATÓRIO 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

VERSÃO CONSOLIDADA

Realização e Elaboração

Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses

Laboratório de Planejamento Urbano e Regional

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Setembro / 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ROSELIA DE FATIMA DAVID ROSA
Vice-Prefeita

PRISCILA DE FATIMA DENCK
Secretária Municipal de Assistência Social

MARLON DA APARECIDA DE JESUS CHAMBERLAIN
Secretário Municipal de Agricultura

ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

AGEU DA ROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JURANDIR KAPP JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças

JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Transportes

PEDRO JUNIOR ANSELMO DE ASSIS
Secretário Municipal de Governo

ANDIARO CUNHA BACELAR
Secretário Municipal de Educação

JAQUELINE DE PAULA SOUZA
Secretária Municipal de Meio Ambiente

JAMILE PINA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODÓSSIMO
Secretário Municipal de Esportes

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODÓSSIMO
Secretário Municipal de Obras

ANDERSON LEME DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR
Controle Interno

DECRETO Nº 93, DE 19 DE ABRIL 2023 (Revogada pelo Decreto nº 334/2025)
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

JURANDIR KAPP JUNIOR
VANI FELEX
ANDREA TEDESCO
MARCIO JOSE ORNAT
Coordenadores

OCELIA BRANCO RIBEIRO DA SILVA
SIRLEI DE SOUZA
Secretaria Municipal de Assistência Social

VANI FELEX
LUANA PINHEIRO
Secretaria Municipal de Administração

JOSÉ LUIZ DA SILVA
JOSÉ DALLA VECHIA
Secretaria Municipal de Agricultura

ROSANA FANHA
OZANA PATRICIA BRANCO DA SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

IZANIEL NICOLAU DA SILVA
JESSÉ DE PAULA
Secretaria Municipal de Educação

GIOVANI FRANCISCO CRISSI
WELINTON DE SOUZA NECKEL
Secretaria Municipal de Finanças

JURANDIR KAPP JUNIOR
SILMARA BRAZ DE LIMA
Secretaria Municipal de Planejamento

ANDERSON LEME DA SILVA
ELIZEU DE MATOS
Secretaria Municipal de Saúde

LUIZ FERNANDO DE MATOS LOPES
VALDIVINO VENTURA DA COSTA
Secretaria Municipal de Transportes

EQUIPE TÉCNICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ANDREA TEDESCO
Engenheira Cartógrafa

ANDRIÉLI GMACH
Historiadora

ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR
Geógrafo

CELBO ANTÔNIO DA FONSECA ROSAS
Geógrafo

CLEISE MARIA DE ALMEIDA TUPICH HILGEMBERG
Economista

FELIPE GABRIEL LOPES MENDES
Biólogo

GILSON BURIGO GUIMARÃES
Geólogo

JOÃO MANOEL GROTT
Advogado

JOEL ZUBEK DA ROSA
Geógrafo

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA
Geógrafo

MARCIO JOSE ORNAT
Geógrafo

MARIO CEZAR LOPES
Geógrafo

NATALIA AUGUSTA ROTHMANN ESCHILETTI
Turismóloga

NELSON RESENDE DE PAULA FILHO
Geógrafo

RICARDO LETENSKI
Geógrafo

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ADEMILSON SALES DE LIMA
ADRIANA ANDRADE
AISLAN EVERS DE MELLO
ALEXANDRE MOREIRA BONFIM
ANA PAULA GONÇALVES MEIRA
ANDRÉ RICARDO DOMINGUES
ANGÉLICA WIATROVSKI BENDER
BÁRBARA DE CARVALHO MACEDO
BEATRIZ QUAST
BIANCA NAOMI RODRIGUES CORREA
CLEIDE MARA LUCIA CARNEIRO
CLEVERTON BIGASKI
DANIELE WALLIS GARBOSA PEDROSO
DANILO HENRIQUE DIVARDIN
DAVID HENRIQUE GOMES DA SILVA
DOUGLAS DE RAMOS DA SILVA
EDIPO RAFAEL DOS SANTOS
EDUARDO DE OLIVEIRA PENTEADO
ELAINE CRISTINA FIQUER VENANCIO
ERICK GABRIEL RIBAS DOS SANTOS
FERNANDA RIBEIRO PORTES
FRANCIELI CAROLINI CORA
GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO
GABRIEL KRUCHAK NASCIMENTO
GABRIEL MOURA MARTINEZ
GABRIEL REBONATO
GUILHERME ALPINHAKY DA SILVA CARMASSI
GUILHERME ESTEFANCZAK DEON
HERON GUILHERME GALVAO
HIGOR HENRIQUE CHAVIER DOS SANTOS
IANNY GABRIELI DE SOUZA SANTOS
INGRID BATISTA RIBOSKI
JÉSSICA PALANCHUK
JOAO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM
JOÃO PAULO BALANDIUK
JOÃO RICARDO RIO BRANCO
JOSIELE DE FRANÇA
JULIA THAINARA WILCHAK QUEIROZ
KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES
KARLA EDUARDA DE OLIVEIRA
KAROLYNE WOLFF
KHALYD ARTIGAS
LAIZA RAISSA MACHADO
LIDIA VEREIS DE CAMPOS FERREIRA

LUCÉLIA SMAHA
LUCIENE MARIN ROZIN CREMAÇÃO MARQUES
LUIZ EDUARDO ANSBACH
LUIZ HENRIQUE TOSCANI
MARCIO AURELIO VALENTIM MACHADO
MARIA CRISTINA PIOTROVSKI
MARIA LETICIA MACHADO
MARLON DA SILVA SANTOS
MARLON VINICIUS KAPP CRISTOVÃO
MARTINA DOS SANTOS TORTELLI
MURILO HENRIQUE DE BRITO
NILSON TEIXEIRA DE SOUZA
PAULO HENRIQUE VIEIRA
PEDRO VARGAS CABRAL
RAFAEL DOS SANTOS
RENATO DE OLIVEIRA FILHO
RODRIGO ALVES GABRE
RUAN CARLOS DA SILVA
SIBELLY ARIANE WERFFEL
STELLA MARIS MICHETEN
SUELEN GUADANHIN
TATIANE VIEIRA DOMINGUES
TIAGO LUIZ OLIVEIRA
VANESSA CAMARGO
VILMARA SAZZANA DA SILVA
VITOR GABRIEL RIBEIRO
VITORIA SANTOS DE SOUZA

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

PEDRO MARTINS
Vereador
Câmara Municipal de Doutor Ulysses

DECRETO Nº 334, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

ANDREA TEDESCO
MARCIO JOSE ORNAT
ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
JURANDIR KAPP JUNIOR
Coordenadores

PRISCILA DE FÁTIMA DENCK
ANGELINA DO ROCIO DUCHEIKO
Secretaria Municipal de Assistência Social

MARLON DA APARECIDA DE JESUS CHAMBERLAIN
FLAVIO DALLA VECCHIA
Secretaria Municipal de Agricultura

ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
HELISSON PATRICK BESTEL
Secretaria Municipal de Administração

AGEU DA ROSA
YGOR DANIEL DE SOUZA E SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

AGEU DA ROSA
YGOR DANIEL DE SOUZA E SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

JURANDIR KAPP JUNIOR
JOANERSON WOLKER KENOL
Secretaria Municipal de Finanças

JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS
ARI DO CARMO DIAS
Secretaria Municipal de Transportes

PEDRO JUNIOR ANSELMO DE ASSIS
FABIOLA REGINA DA SILVA
Secretaria Municipal de Governo

ANDIARO CUNHA BACELAR
JESSE DE PAULA
Secretaria Municipal de Educação

JAQUELINE DE PAULA SOUZA
ALBANI DE SOUZA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

JAMILE PINA DE OLIVEIRA
MAURI PEREIRA LINS
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretaria Municipal de Esportes

SERGIO MERI BUTCHER
CLAYTON PIERRE SCHWARTZ
Secretaria Municipal de Obras

ANDERSON LEME DA SILVA
JOCELI FERREIRA DA ROSA CRUZ
Secretaria Municipal de Saúde

ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR
Controle Interno

EQUIPE TÉCNICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ANDREA TEDESCO
Engenheira Cartógrafa

ANDRIÉLI GMACH
Historiadora

CAROLINA KRZYZANOSKI DOS SANTOS
Historiadora

CELBO ANTÔNIO DA FONSECA ROSAS
Geógrafo

CLEISE MARIA DE ALMEIDA TUPICH HILGEMBERG
Economista

GILSON BURIGO GUIMARÃES
Geólogo

ISABELLA SODRÉ CERVEIJEIRAS BERTOLINI
Geógrafa

JOÃO MANOEL GROTT
Advogado

JUDITE BUENO DE CAMARGO
Geógrafa

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA
Geógrafo

MARCIO JOSE ORNAT
Geógrafo

MARLON VINICIUS KAPP CRISTOVÃO
Geógrafo

SARAS RESENDE PAULA
Geógrafo

SUELEN GUADANHIN
Geógrafa

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ADEMILSON SALES DE LIMA
ADRISSON FERREIRA MOREIRA
ALESSANDRA DE FÁTIMA KOSSUTE
ALEX MOREIRA STRIKER
ALEXANDRE MOREIRA BONFIM
ANA CAROLINA DOS SANTOS WOZNIAK
BARBARA YUKARI FUKUNAGA ARAUJO
BIANCA HILGEMBERG
BIANCA NAOMI RODRIGUES CORREA
BRUNO MIGUEL DE PAULA
CARLOS EDUARDO DA ROCHA LIMA
CAROLINA CASSIA SOMMER DA SILVA
CAROLINE MOREIRA DE ALMEIDA
CLEIDE MARA LUCIA CARNEIRO
CLEONICE APARECIDA GONÇALVES
CRISTIANO DAVID PINTO
DANIEL DE MEIRA MOURA NETO
EDUARDA SEDORKO PIMENTEL
ELAINE CRISTINA FIQUER VENANCIO
ELIANE BARBOSA CARNEIRO
EVELYN ROCHA DALLA PORTA
FERNANDA RIBEIRO PORTES
GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO
GABRIEL FELIPE DE OLIVEIRA MEZADRI
GABRIEL KEVEN OLIVEIRA DE OLIVEIRA
GABRIEL MOURA MARTINEZ
GABRIEL SOARES DE CAMARGO
GABRIELA DA SILVA OLYMPIO
GABRIELA DOS SANTOS TAVARES
GUILHERME DIAS CAMARGO
GUSTTAVO RIBEIRO SILVA
HEMERSON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR
JADSON JOSÉ DIAS DA ROSA MEDEIROS
JOÃO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM
JOÃO PEDRO NUNES STEFANIAK
JOÃO VITOR NOIMANN DE OLIVEIRA
JOSIELE DE FRANÇA DINIZ
JULLYA VITÓRIA DE MOURA
KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES
KAUÃ CHRISTÓFORO DOS SANTOS
LUIZ HENRIQUE FOGAÇA
MANUELI KAROLINE ANASTACIO MEIRA
MARCIO AURELIO VALENTIM MACHADO
MARIA CRISTINA PIOTROVSKI

MARIO NOGUEIRA DOS SANTOS CARLOS
MATHEUS DE PAULA IACHUCK
MIRIAN DE OLIVEIRA IANS
MURILO HENRIQUE DE BRITO
OTAVIO SOLANO REZENDE
RAFAEL DOS SANTOS
RUTH ELOISA BAEZ GUZMAN
SABRINA WOICIZACK
SAMUEL LIZING BANDEIRA
SIBELLY ARIANE WERFFEL
SILVIA FATIMA ROLIM
THAISA ALEXANDRA HALLES
VANESSA CAMARGO
VERANICE GALARÇA
VICTÓRIA DE FÁTIMA DIMBARRE PORTELA
VINICIUS GARBUIO OLSZEWSKI
VITOR CRISTIAN DA VEIGA
VITÓRIA GABRIELLI DOS SANTOS
VITÓRIA SANTOS DE SOUZA
VIVIAN LORENY CAVALLI

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório apresenta os resultados da 2ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR, correspondente à etapa de Análise Temática Integrada, desenvolvida como parte do processo de revisão do instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento territorial municipal.

A revisão do Plano Diretor Participativo constitui uma oportunidade de atualização da leitura sobre o território municipal, suas dinâmicas socioespaciais, econômicas, ambientais, institucionais e de infraestrutura, permitindo adequar o planejamento municipal às transformações verificadas ao longo dos últimos anos e às novas demandas da população urbana e rural. Trata-se, portanto, de uma etapa fundamental para subsidiar a definição de estratégias, diretrizes, objetivos e instrumentos capazes de orientar o desenvolvimento municipal de forma socialmente justa, ambientalmente responsável e territorialmente equilibrada.

A 2ª Fase teve início após a aprovação da metodologia de revisão do Plano Diretor na 1ª Audiência Pública, realizada em 11 de dezembro de 2023, e foi concluída com a apresentação e validação dos resultados da Análise Temática Integrada na 2ª Audiência Pública, realizada em 3 de agosto de 2024.

A elaboração da Análise Temática Integrada foi estruturada a partir da articulação de diferentes procedimentos de investigação e diagnóstico, envolvendo levantamento e sistematização de dados secundários, produção e atualização cartográfica, análise das condições físico-ambientais, socioeconômicas, demográficas, urbanas, rurais, institucionais e de infraestrutura, além da leitura da legislação vigente e da capacidade administrativa e fiscal do município.

Paralelamente à leitura técnica, foi desenvolvido um amplo processo de participação social, especialmente por meio das Leituras Comunitárias, realizadas em diferentes localidades do município. Ao todo, foram promovidas 25 Leituras Comunitárias, com a participação de aproximadamente 228 moradores, buscando incorporar ao processo de planejamento as percepções, experiências, necessidades e expectativas da população residente tanto na sede urbana quanto nas comunidades rurais.

A integração entre a leitura técnica e a leitura comunitária permitiu identificar e territorializar as principais problemáticas, potencialidades, conflitos, limitações e condicionantes existentes no município. Esse processo possibilitou superar uma abordagem exclusivamente setorial

do diagnóstico, adotando uma perspectiva integrada, na qual aspectos sociais, econômicos, ambientais, territoriais, institucionais e de infraestrutura são compreendidos de maneira articulada.

A análise também considerou as diferentes realidades existentes no território municipal, reconhecendo que Doutor Ulysses apresenta características marcadamente rurais, com população distribuída entre a sede urbana e diversas comunidades e localidades. Nesse sentido, a utilização de unidades territoriais de análise e gestão permitiu compreender de maneira mais precisa as desigualdades de acesso à infraestrutura, aos equipamentos públicos, aos serviços municipais e às condições de mobilidade e conectividade territorial.

A partir das informações levantadas e sistematizadas, foram identificadas e categorizadas as principais problemáticas municipais, posteriormente organizadas em eixos estruturantes e objetivos de desenvolvimento municipal. Esses elementos constituem a ligação metodológica entre o diagnóstico desenvolvido na 2ª Fase e a etapa subsequente de formulação das propostas do Plano Diretor Participativo.

A Análise Temática Integrada, portanto, não se limita à descrição das características do município. Sua função é interpretar as relações existentes entre território, população, infraestrutura, meio ambiente, economia, gestão pública e participação social, estabelecendo uma base técnica e participativa capaz de orientar as decisões a serem tomadas nas fases seguintes do processo de revisão.

Do ponto de vista legal, a revisão do Plano Diretor encontra fundamento na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 182 e 183, e na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que estabelece o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e determina a adoção de mecanismos de gestão democrática durante sua elaboração, implementação e revisão.

O processo também observa as diretrizes relacionadas ao desenvolvimento territorial municipal, à função social da propriedade, ao direito à cidade, à gestão democrática e à necessária integração entre planejamento urbano, ordenamento territorial, políticas públicas e capacidade de investimento municipal.

Os resultados consolidados neste Relatório foram apresentados à sociedade durante a 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, realizada em 3 de agosto de 2024, com a participação de 43 pessoas, ocasião em que a Análise Temática Integrada foi submetida à apreciação pública e aprovada.

Com a conclusão desta etapa, estabelece-se uma base diagnóstica consistente para o prosseguimento da revisão do Plano Diretor, permitindo que a 3ª Fase – Consolidação de Propostas seja desenvolvida a partir de problemas e potencialidades efetivamente identificados no território e reconhecidos pela população.

Dessa forma, o presente Relatório constitui simultaneamente um instrumento de conhecimento do território, de registro do processo participativo e de fundamentação técnica para as decisões que orientarão o desenvolvimento futuro do Município de Doutor Ulysses.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Organização das Localidades Rurais por Unidades Espaciais de Gestão – UEGs, Doutor Ulysses – PR 31

Quadro 2. Cavernas Metacarbonáticas no Município de Doutor Ulysses – PR 65

Quadro 3. Dados Meteorológicos para o Município de Doutor Ulysses, provenientes da Estação Meteorológica de Cerro Azul – PR 75

Quadro 4. Quadro-síntese do conjunto documental analisado 198

Quadro 5. Distribuição territorial dos registros analisados 210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População Total Projetada de Doutor Ulysses, 2026–2037 100

Tabela 2. Rede de cobertura de todas as operadoras de celular em Doutor Ulysses – PR 154

Tabela 3. Áreas, moradores e domicílios com cobertura de tecnologia 4G, Doutor Ulysses 155

Tabela 4. Quantidade de veículos no Município de Doutor Ulysses 166

Tabela 5. Capacidade de Investimento, Doutor Ulysses 187

Tabela 6. Índice Ipardes de Desempenho Municipal, Doutor Ulysses 189

Tabela 7. Índice Firjan de Gestão Fiscal, Doutor Ulysses 190

Tabela 8. Previsão da Capacidade de Investimento, Doutor Ulysses 192

Tabela 9. Estimação considerando Receita Corrente Ajustada, Doutor Ulysses 194

Tabela 10. Poupança Corrente, Doutor Ulysses 196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Comportamento Temporal da Projeção Populacional de Doutor Ulysses, 2026–2037 100

Gráfico 2. Evolução do IPDM de Doutor Ulysses – PR, 2010–2022 115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Unidades Espaciais de Gestão, Doutor Ulysses – PR 31

Mapa 2. Localização Regional, Doutor Ulysses – PR 50

Mapa 3. Hipsometria Municipal, Doutor Ulysses – PR 51

Mapa 4. Hipsometria da Sede Municipal, Doutor Ulysses – PR 52

Mapa 5. Tipos de Relevo em Doutor Ulysses – PR 53

Mapa 6. Curvas de Nível da Sede, Doutor Ulysses – PR 55

Mapa 7. Declividade Igual ou Superior a 30%, Sede de Doutor Ulysses – PR 56

Mapa 8. Áreas de Vulnerabilidade à Inundação, Sede de Doutor Ulysses – PR 57

Mapa 9. Áreas com Risco de Deslizamento no Município de Doutor Ulysses – PR 59

Mapa 10. Unidades Geológicas do Município de Doutor Ulysses – PR 61

Mapa 11. Províncias Estruturais do Município de Doutor Ulysses – PR 62

Mapa 12. Localização da Área Cárstica no Município de Doutor Ulysses – PR 64

Mapa 13. Declividade (%), Município de Doutor Ulysses – PR 66

Mapa 14. Bacias Hidrográficas Nível 2, Município de Doutor Ulysses – PR 69

Mapa 15. Rede Hidrometeorológica, Município de Doutor Ulysses – PR 70

Mapa 16. Área de Mananciais de Abastecimento Superficial, Município de Doutor Ulysses – PR 71

Mapa 17. Classificação Climática Köppen-Geiger, Município de Doutor Ulysses – PR 72

Mapa 18. Precipitação Média Anual, Município de Doutor Ulysses – PR 74

Mapa 19. Regiões Fitoecológicas, Município de Doutor Ulysses – PR 77

Mapa 20. Áreas Verdes de Alcance Regional, Município de Doutor Ulysses – PR 79

Mapa 21. Áreas de Preservação Permanente, Município de Doutor Ulysses – PR 82

Mapa 22. Pessoas Responsáveis do Sexo Masculino, Município de Doutor Ulysses – PR 84

Mapa 23. Pessoas Responsáveis do Sexo Feminino, Município de Doutor Ulysses – PR 85

Mapa 24. Domicílios Particulares Permanentes, Município de Doutor Ulysses – PR 87
Mapa 25. População Residente em Domicílios Particulares Permanentes, Município de Doutor Ulysses – PR 88
Mapa 26. População com Idade entre 0 e 4 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 89
Mapa 27. População com Idade entre 5 e 9 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 90
Mapa 28. População com Idade entre 10 e 14 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 90
Mapa 29. População com Idade entre 15 e 19 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 91
Mapa 30. População com Idade entre 20 e 24 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 91
Mapa 31. População com Idade entre 25 e 29 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 92
Mapa 32. População com Idade entre 30 e 39 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 92
Mapa 33. População com Idade entre 40 e 49 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 93
Mapa 34. População com Idade entre 50 e 59 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 93
Mapa 35. População com Idade entre 60 e 69 anos, Município de Doutor Ulysses – PR 94
Mapa 36. População com Idade de 70 anos ou mais, Município de Doutor Ulysses – PR 94
Mapa 37. População Residente de Cor Branca, Município de Doutor Ulysses – PR 96
Mapa 38. População Residente de Cor Parda, Município de Doutor Ulysses – PR 97
Mapa 39. População Residente de Cor Preta, Município de Doutor Ulysses – PR 97
Mapa 40. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2010 108
Mapa 41. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2011 108
Mapa 42. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2012 109
Mapa 43. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2013 109
Mapa 44. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2014 110
Mapa 45. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2015 110
Mapa 46. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2016 111
Mapa 47. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2017 111
Mapa 48. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2018 112
Mapa 49. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2019 112
Mapa 50. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2020 113

Mapa 51. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2021 113

Mapa 52. Índice Ipardes de Desempenho Municipal de Doutor Ulysses, 2022 114

Mapa 53. Áreas de Extração Mineral, Tipos de Requerimentos, Agência Nacional de Mineração, Doutor Ulysses – PR, 2026 121

Mapa 54. Tipos de Solos, Doutor Ulysses, 2026 122

Mapa 55. Potencialidade Agrícola Natural das Terras, Doutor Ulysses, 2026 125

Mapa 56. Cobertura e Uso da Terra, Doutor Ulysses, 2026 126

Mapa 57. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Edificações com 1 Pavimento, Sede de Doutor Ulysses, 2026 129

Mapa 58. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Edificações com 2 Pavimentos, Sede de Doutor Ulysses, 2026 130

Mapa 59. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Estrutura em Alvenaria, Sede de Doutor Ulysses, 2026 131

Mapa 60. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Estrutura em Madeira, Sede de Doutor Ulysses, 2026 132

Mapa 61. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Estrutura Mista, Sede de Doutor Ulysses, 2026 133

Mapa 62. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Com Recuo Frontal, Sede de Doutor Ulysses, 2026 134

Mapa 63. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Com Recuo Lateral Direito, Sede de Doutor Ulysses, 2026 135

Mapa 64. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Com Recuo Lateral Esquerdo, Sede de Doutor Ulysses, 2026 136

Mapa 65. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Edificações Não Ocupadas, Sede de Doutor Ulysses, 2026 137

Mapa 66. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Edificações Ocupadas, Sede de Doutor Ulysses, 2026 138

Mapa 67. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Sem Recuo Frontal, Sede de Doutor Ulysses, 2026 139

Mapa 68. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Sem Recuo Lateral Direito, Sede de Doutor Ulysses, 2026 140
Mapa 69. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Sem Recuo Lateral Esquerdo, Sede de Doutor Ulysses, 2026 141
Mapa 70. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Lotes Vazios, Sede de Doutor Ulysses, 2026 142
Mapa 71. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Uso Comercial, Sede de Doutor Ulysses, 2026 143
Mapa 72. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Uso de Serviços, Sede de Doutor Ulysses, 2026 144
Mapa 73. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Uso Institucional, Sede de Doutor Ulysses, 2026 145
Mapa 74. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Uso Misto, Sede de Doutor Ulysses, 2026 146
Mapa 75. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Uso Religioso, Sede de Doutor Ulysses, 2026 147
Mapa 76. Morfologia Urbana Predominante por Quadra – Uso Residencial, Sede de Doutor Ulysses, 2026 148
Mapa 77. Expansão da Área com Uso Urbano, Sede de Doutor Ulysses, 2026 151
Mapa 78. Cobertura de Operadoras de Celular, Doutor Ulysses, 2025 155
Mapa 79. Equipamentos de Alcance Regional, Doutor Ulysses, 2025 156
Mapa 80. Instituições Básicas de Ensino, Doutor Ulysses, 2025 157
Mapa 81. Cobertura Espacial dos Equipamentos de Educação, Doutor Ulysses, 2025 158
Mapa 82. Estrutura Viária, Conexão Rural, Urbana e Regional, Doutor Ulysses, 2025 161
Mapa 83. Atividades Econômicas Geradoras de Tráfego, Doutor Ulysses, 2026 162
Mapa 84. Aglomerados Rurais, Doutor Ulysses, 2026 163
Mapa 85. Linhas de Transporte Coletivo, Doutor Ulysses, 2026 164
Mapa 86. Linhas de Transporte Coletivo – Buffer de 5 km, Doutor Ulysses, 2026 165

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Leitura Comunitária Barra do Teixeira, Doutor Ulysses – PR 32
Figura 2. Leitura Comunitária Caraguatá, Doutor Ulysses – PR 33
Figura 3. Leitura Comunitária Cerrado, Doutor Ulysses – PR 33
Figura 4. Leitura Comunitária Feital, Doutor Ulysses – PR 34
Figura 5. Leitura Comunitária Figueira, Doutor Ulysses – PR 34
Figura 6. Leitura Comunitária Gramadinho, Doutor Ulysses – PR 35
Figura 7. Leitura Comunitária Ribeirão das Flores, Doutor Ulysses – PR 35
Figura 8. Leitura Comunitária Ribeiros 1, Doutor Ulysses – PR 36
Figura 9. Leitura Comunitária Sede Municipal, Doutor Ulysses – PR 36
Figura 10. Leitura Comunitária Sete Quedas Schefer, Doutor Ulysses – PR 37
Figura 11. Leitura Comunitária Varzeão, Doutor Ulysses – PR 37
Figura 12. Instagram – Divulgação das Leituras Comunitárias, abril de 2024 38
Figura 13. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 38
Figura 14. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 39
Figura 15. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 39
Figura 16. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 40
Figura 17. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 40
Figura 18. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 41
Figura 19. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 41
Figura 20. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 42
Figura 21. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 42
Figura 22. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 43
Figura 23. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 43
Figura 24. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 44
Figura 25. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 44
Figura 26. WhatsApp – Divulgação das Leituras Comunitárias, junho de 2024 45

Figura 1. Leitura Comunitária Barra do Teixeira, Doutor Ulysses – PR 32

Figura 27. Registro Fotográfico da 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses, 03/08/2024 47

Figura 28. Registro Fotográfico da 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses, 03/08/2024 47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **26**
2. ATIVIDADES TÉCNICAS **28**
3. RELATÓRIO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA **30**
3.1 Leituras Comunitárias 30
3.2 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses 45
4. INSERÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES **49**
5. ASPECTOS FÍSICOS E AMBIENTAIS DE DOUTOR ULYSSES **51**
6. PERFIL POPULACIONAL DE DOUTOR ULYSSES – PR **84**
7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM DOUTOR ULYSSES **107**
8. USO E OCUPAÇÃO ESPACIAL **120**
8.1 Uso e Ocupação do Solo Rural 120
8.2 Ocupação Urbana: Morfologia 128
8.3 Expansão Urbana 2000 a 2024 151
9. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS **154**
10. MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO **161**
11. PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL **169**
12. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS **183**
13. PANORAMA FISCAL **187**
14. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA BÁSICA DE DOUTOR ULYSSES **198**
15. ANÁLISE TEMÁTICA DAS PROBLEMÁTICAS VINCULADAS ÀS UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO **209**
16. EIXOS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES **222**
17. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES **223**
18. REFERÊNCIAS **230**
19. ANEXO **233**

1. INTRODUÇÃO

A compreensão da realidade territorial de um município constitui condição indispensável para a formulação de políticas públicas de ordenamento, desenvolvimento e gestão. No âmbito da revisão de um Plano Diretor Participativo, essa compreensão deve resultar da leitura articulada dos diferentes elementos que estruturam o território, considerando suas dimensões sociais, econômicas, ambientais, urbanas, rurais, institucionais e de infraestrutura.

A 2ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, denominada Análise Temática Integrada, foi estruturada com essa finalidade. Seu objetivo central foi produzir uma interpretação abrangente e territorializada do município, identificando os fatores que condicionam seu desenvolvimento, os principais problemas existentes, as potencialidades locais e as diferenças observadas entre a sede urbana, as comunidades rurais e as distintas porções do território municipal.

A Análise Temática Integrada não se restringe à descrição de indicadores ou à apresentação isolada de informações setoriais. Sua finalidade é estabelecer relações entre os diferentes componentes da realidade municipal, buscando compreender como processos demográficos, condições ambientais, formas de ocupação do solo, infraestrutura, mobilidade, atividades econômicas, oferta de serviços públicos e capacidade institucional interferem conjuntamente na organização do território.

Em Doutor Ulysses, essa perspectiva assume especial relevância em razão das características de sua estrutura territorial. A presença de uma população distribuída entre a sede e diversas comunidades rurais, associada às distâncias internas, às condições de acessibilidade e às diferentes formas de utilização do território, exige uma abordagem de planejamento que considere as especificidades de cada localidade e as relações estabelecidas entre elas.

Nesse sentido, a análise foi desenvolvida a partir da combinação de diferentes fontes de informação e procedimentos metodológicos. Foram utilizados dados estatísticos, informações provenientes de órgãos públicos, documentos municipais, legislação, bases cartográficas, levantamentos de campo e demais elementos necessários à caracterização da realidade local. Esses dados foram sistematizados e espacializados com o objetivo de permitir a identificação de padrões, desigualdades e condicionantes territoriais.

A produção cartográfica teve papel relevante nesse processo, pois possibilitou representar espacialmente os fenômenos analisados e estabelecer relações entre população, infraestrutura, meio

ambiente, atividades econômicas, equipamentos públicos, sistema viário e formas de ocupação. A cartografia, portanto, foi utilizada não apenas como instrumento de representação, mas também como suporte à interpretação do território.

A dimensão participativa também integrou a construção do diagnóstico. As Leituras Comunitárias possibilitaram incorporar ao processo de análise os conhecimentos, percepções e experiências da população, permitindo confrontar as informações técnicas com as condições vivenciadas nas diferentes localidades do município. Esse procedimento contribuiu para identificar problemas que nem sempre são evidenciados por bases estatísticas ou registros administrativos.

A integração entre essas diferentes fontes permitiu construir uma leitura mais próxima da realidade territorial de Doutor Ulysses. As informações levantadas foram progressivamente organizadas em temas e problemáticas, permitindo reconhecer situações recorrentes, relações de causa e consequência, áreas mais vulneráveis e questões que demandam prioridade no planejamento municipal.

Outro aspecto importante da Análise Temática Integrada foi a territorialização dos problemas identificados. Em vez de tratar o município como uma unidade homogênea, buscou-se reconhecer diferenças internas e especificidades locais, considerando que determinadas demandas podem apresentar intensidade, origem e efeitos distintos conforme a área analisada.

Essa abordagem também possibilitou identificar potencialidades territoriais que podem ser incorporadas às estratégias de desenvolvimento municipal. Recursos naturais, atividades produtivas, características ambientais, redes de circulação, organização comunitária e outras particularidades locais constituem elementos importantes para a construção de propostas compatíveis com as condições concretas do município.

A análise institucional e fiscal complementou essa leitura, permitindo compreender as condições administrativas e financeiras existentes para a implementação futura das ações previstas no Plano Diretor. O planejamento territorial precisa considerar não apenas o conjunto de necessidades identificadas, mas também os instrumentos, estruturas e capacidades disponíveis para transformar diretrizes em políticas públicas efetivas.

Ao final da 2ª Fase, as informações produzidas foram organizadas de forma a permitir a identificação das principais problemáticas do município, sua categorização temática e sua articulação com eixos e objetivos de desenvolvimento municipal. Esse procedimento estabeleceu a passagem entre o diagnóstico territorial e a etapa de formulação das propostas.

2. ATIVIDADES TÉCNICAS

A 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, convocada pelo Edital de Chamamento nº 001/2023, teve como objetivo central aprovar a Metodologia de Revisão e formalizar o início da 2ª Fase dos trabalhos, denominada Análise Temática Integrada. Essa etapa foi organizada em consonância com a estrutura técnico-institucional definida pela Resolução UEPG/CA nº 2022.281, que dá suporte jurídico e orienta a execução do processo de revisão.

A Resolução aprovou a celebração do Convênio de Cooperação Técnico-Científica entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Doutor Ulysses, formalizado em 20 de dezembro de 2022, com o objetivo de realizar a revisão integral do Plano Diretor Participativo. O instrumento estabeleceu as responsabilidades de cada parte, os procedimentos de execução e acompanhamento, bem como o período de vigência, determinando que as atividades fossem desenvolvidas conforme Plano de Trabalho específico e cronograma previamente aprovado pelo Conselho de Administração da UEPG.

O Plano de Trabalho pactuado prevê a atualização completa do Plano Diretor, organizada em fases sucessivas. A 1ª Fase, denominada Mobilização, contemplou a formalização institucional dos trabalhos e a capacitação da comunidade sobre o Plano Diretor Participativo e o Estatuto da Cidade. Concluída essa etapa, a 2ª Fase – Análise Temática Integrada – passou a abranger a leitura comunitária urbana e rural, a revisão cartográfica e a elaboração de mapeamentos estratégicos, com destaque para a identificação de áreas de risco, como deslizamentos, inundações e outros processos geológicos ou hidrológicos, a delimitação de restrições à urbanização, o mapeamento da população exposta a riscos e o diagnóstico da drenagem urbana e rural.

Além do diagnóstico social, econômico e ambiental, o convênio contempla a formulação de diretrizes e instrumentos normativos, incluindo a revisão dos parâmetros de uso e ocupação do solo, a definição de áreas destinadas à implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, a proposição de medidas de prevenção e mitigação de riscos e a adoção de mecanismos voltados à distribuição equilibrada dos ônus e benefícios decorrentes da urbanização. Também prevê a revisão da legislação urbanística básica e a atualização do plano de ação e investimentos, de forma articulada com o PPA, a LDO e a LOA, buscando assegurar compatibilidade jurídica, técnica e orçamentária para a implementação do Plano Diretor revisado.

Durante a 1ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo, denominada Mobilização, foram desenvolvidas atividades técnicas estruturantes no território municipal. Essas ações não se limitaram à mobilização e à sensibilização da população, mas também contribuíram para a formação de uma base de informações relevante para o desenvolvimento das etapas seguintes.

Nesse período, foram realizados a Leitura Comunitária Urbana, o levantamento aerofotogramétrico da sede municipal, o levantamento de coordenadas geodésicas de apoio à aerofotogrametria e à delimitação da proposta de perímetro urbano, o levantamento da morfologia urbana e o mapeamento das localidades rurais. Esses procedimentos contribuíram para a atualização da base cartográfica, para a qualificação do diagnóstico preliminar e para a organização de um banco de dados territorial necessário ao avanço da revisão do Plano Diretor.

Com a realização da 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo, em 11 de dezembro de 2023, teve início formal a 2ª Fase dos trabalhos, denominada Análise Temática Integrada. A partir desse marco, intensificaram-se as atividades técnicas, os trabalhos de campo, as leituras comunitárias e a elaboração da cartografia temática municipal, ampliando a participação da população e aprofundando a análise das diferentes realidades existentes no território de Doutor Ulysses.

Entre os dias 05 e 07 de abril de 2024, foram realizadas leituras comunitárias nas 40 localidades rurais do município, juntamente com o aprimoramento do mapeamento dessas localidades e o levantamento organizado das principais problemáticas locais. As informações obtidas foram estruturadas por eixos temáticos, com o objetivo de subsidiar a elaboração do novo Plano Diretor Participativo. Nos dias 29 e 30 de junho de 2024, essas leituras foram complementadas, ampliando a cobertura territorial e qualificando o diagnóstico. Como resultado desse processo técnico e participativo, em 03 de agosto de 2024 foi realizada a 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses – PR, destinada à apresentação e consolidação dos resultados produzidos até então e ao acompanhamento público do desenvolvimento dos trabalhos.

3. RELATÓRIO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

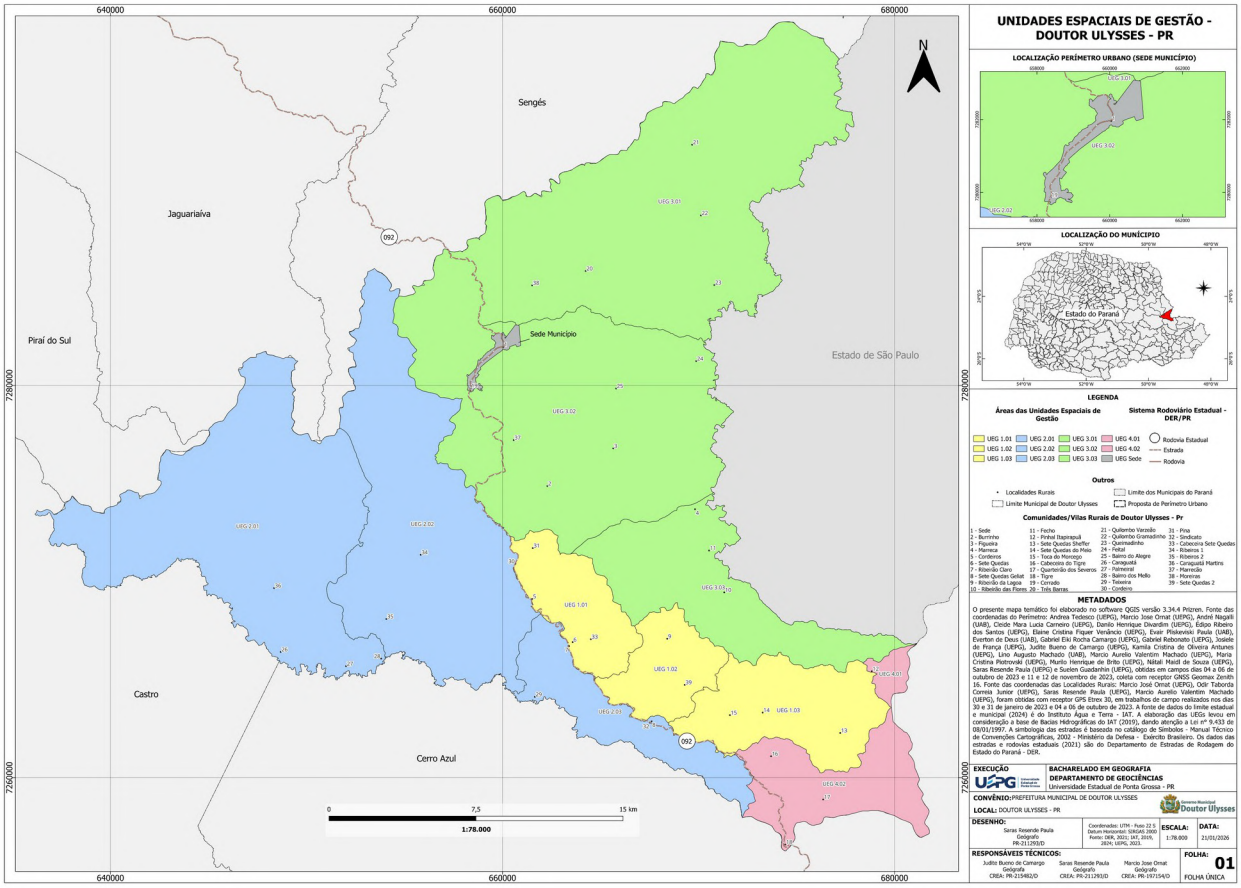
3.1 Leituras Comunitárias

Com o objetivo de conferir racionalidade metodológica ao processo de realização das leituras comunitárias — voltadas ao levantamento das demandas da população rural e urbana de Doutor Ulysses — e qualificar a etapa subsequente de sistematização e análise, optou-se por estruturar o território municipal em Unidades Espaciais de Gestão (UEGs). Essa estratégia permitiu superar uma abordagem fragmentada por localidades isoladas, adotando um recorte territorial com coerência ambiental, funcional e administrativa, adequado ao planejamento de médio e longo prazo.

A concepção das UEGs encontra respaldo na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), cujo Art. 1º, inciso V, estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da política pública e gestão dos recursos hídricos. Ao reconhecer a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial estruturante, a legislação consagra um princípio de planejamento baseado na integração ambiental e na interdependência dos processos naturais e antrópicos — diretriz plenamente aplicável à revisão do Plano Diretor, especialmente em município com forte interface entre dinâmicas rurais, relevo acidentado e vulnerabilidades socioambientais.

Assim, tomando como referência técnica a cartografia oficial das bacias hidrográficas do Estado do Paraná, elaborada pelo Instituto Água e Terra (IAT, 2019), o território municipal foi organizado em 12 Unidades Espaciais de Gestão: UEG 1.01; UEG 1.02; UEG 1.03; UEG 2.01; UEG 2.02; UEG 2.03; UEG 3.01; UEG 3.02; UEG 3.03; UEG 4.01; UEG 4.02; e UEG Sede. Essa compartimentação territorial possibilitou agrupar as 38 localidades rurais, mais a sede municipal, segundo critérios hidrográficos e de proximidade funcional, favorecendo a leitura integrada das problemáticas, a identificação de padrões territoriais recorrentes e a formulação de diretrizes específicas por unidade de gestão, conforme representado no mapa a seguir.

Mapa 1. Unidades Espaciais de Gestão, Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Cada UEG é composta pelo agrupamento das seguintes localidades rurais:

Quadro 1. Organização das Localidades Rurais por Unidade Espaciais de Gestão – UEG's, Doutor Ulysses – PR.

UEG	Localidades Rurais
UEG 1.01	Pina, Cordeiros, Sete Quedas, Cabeceira Sete Quedas
UEG 1.02	Ribeirão da Lagoa, Sete Quedas 2
UEG 1.03	Toca do Morcego, Sete Quedas do Meio, Sete Quedas Scheffer;
UEG 2.01	Caraguatá Martins, Caraguatá, Palmeiral, Bairro do Mello
UEG 2.02	Cordeiro, Ribeiros 1, Ribeiros 2
UEG 2.03	Ribeirão Claro, Teixeira, Sete Quedas Geliat, Sindicato
UEG 3.01	Quilombo Varzeão, Quilombo Gramadinho, Queimadinho, Três Barras, Moreiras
UEG 3.02	Feital, Bairro do Alegre, Figueira, Marrecão, Burrinho
UEG 3.03	Marreca, Fecho, Ribeirão das Flores
UEG 4.01	Pinhal Itapirapuã

UEG 4.02	Cabeceira do Tigre, Quarteirão dos Severos, Tigre
UEG Sede	Sede Municipal, Cerrado

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

No âmbito das leituras comunitárias previstas na metodologia de revisão do Plano Diretor Participativo, foram realizadas 25 reuniões distribuídas em três momentos distintos: em 30 de fevereiro de 2023, entre os dias 5 e 7 de abril de 2024 e nos dias 29 e 30 de junho de 2024. Esses encontros constituíram etapa fundamental da Análise Temática Integrada, permitindo a coleta sistematizada de demandas, percepções territoriais e proposições da população local.

Ao todo, participaram 228 moradores, assegurando representatividade social e territorial ao processo participativo. Os participantes eram residentes de 19 localidades rurais e da sede municipal, abrangendo: Barra do Teixeira; Barra do Tigre; Caraguatá; Cerrado; Cordeiros; Feital; Figueira; Gramadinho; Itapirapuã; Limas; Pina; Ribeirão Claro; Ribeirão da Lagoa; Ribeirão das Flores; Barra do Tigre; Ribeiros 1; Sede Municipal; Sete Quedas; Sete Quedas Schefer; e Varzeão.

A diversidade territorial dos participantes conferiu maior legitimidade ao diagnóstico comunitário, possibilitando a identificação de problemáticas recorrentes, especificidades locais e prioridades regionais, elementos essenciais para a formulação de diretrizes e estratégias coerentes com a realidade socioespacial do Município de Doutor Ulysses.

Figura 1. Leitura Comunitária Barra do Teixeira. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 29/06/2024.

Figura 2. Leitura Comunitária Caraguatá. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 06/04/2024.

Figura 3. Leitura Comunitária Cerrado. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 29/06/2024.

Figura 4. Leitura Comunitária Feital. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 30/06/2024.

Figura 5. Leitura Comunitária Figueira. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 06/04/2024.

Figura 6. Leitura Comunitária Gramadinho. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 30/06/2024.

Figura 7. Leitura Comunitária Ribeirão das Flores. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 29/06/2024.

Figura 8. Leitura Comunitária Ribeiros 1. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 06/04/2024.

Figura 9. Leitura Comunitária Sede Municipal. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 05/04/2024.

Figura 10. Leitura Comunitária Sete Quedas Schefer. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 29/06/2024.

Figura 11. Leitura Comunitária Varzeão. Doutor Ulysses – PR.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 30/06/2024.

Todas as leituras comunitárias foram divulgadas através de Redes Sociais (Instagram, Whatsapp):

Figura 12. Instagram, Divulgação Leituras Comunitárias, abril 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: https://www.instagram.com/labplan.geocidades.uepg/p/C5EhpCpPlAo/

Figura 13. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 14. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 15. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 16. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 17. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 18. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.Fonte:



Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 19. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 20. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 21. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 22. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 23. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 24. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 25. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

Figura 26. Whatsapp, Divulgação Leituras Comunitárias, junho 2024. Doutor Ulysses – PR.



Fonte: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG, 2024.

3.2 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses

No período compreendido entre a realização da 1ª Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR, ocorrida em 11 de dezembro de 2023, e o mês de agosto de 2024, o grupo técnico instituído pelo Decreto nº 93, de 19 de abril de 2023, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento, desenvolveu a Análise Temática Integrada do Município.

A elaboração dessa análise fundamentou-se em um conjunto articulado de procedimentos técnicos e participativos, incluindo: o mapeamento municipal atualizado; a sistematização das leituras comunitárias; a delimitação das Unidades Espaciais de Gestão (UEGs); a identificação das principais problemáticas municipais; a avaliação de estratégias, instrumentos urbanísticos e ferramentas complementares ao Plano Diretor; a análise da capacidade de investimento do Município; e o exame da estrutura e do funcionamento dos Conselhos Municipais.

Como resultado desse processo, foi estruturada uma proposta de Eixos e Objetivos do Plano Diretor Participativo, construída a partir da síntese da Análise Temática Integrada e apresentada à

população de Doutor Ulysses como base orientadora para a consolidação das diretrizes da revisão do Plano Diretor.

Edital de Chamamento - 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses. 03/08/2024.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2024 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2024

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR UYSSES

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Moisés Branco da Silva, no uso de suas atribuições legais e através da Secretaria Municipal de Planejamento, CONVIDA a todos os munícipes e a quem interessar possa, para que compareçam a sessão da 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES, a ser realizada às 14 horas do dia 3 de agosto de 2024, nas dependências do "Cidadão do Futuro", no Município de Doutor Ulysses, Paraná, Rua Pedro Gabriel de Oliveira, Centro, Estado do Paraná, para tratar sobre a 2ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo deste Município:

Pauta
1. Análise Temática Integrada do Município.
- Mapeamento Municipal;
- Definição das Unidades Espaciais de Gestão;
- Problemáticas Municipais;
- Estratégias, Instrumentos e Ferramentas Complementares do Plano Diretor Participativo;
- Capacidade de Investimento do Município;
- Estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais;
- Síntese da Análise Temática Integrada;
- Objetivos para o Desenvolvimento Municipal de Doutor Ulysses para o período de 2024 - 2034.

O material a ser analisado na 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses -PR estará disponível em https://www2.uepg.br/geocidades/plano-diretor/doutor-ulysses/

MOISÉS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:58F49B51

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/07/2024. Edição 3078
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Figura 27. Registro Fotográfico Realização 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses. 03/08/2024.



Figura 28. Registro Fotográfico Realização 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses. 03/08/2024.



Registro: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – UEPG. Atividade realizada em 03/08/2024.

A 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses contou com a participação de 43 pessoas. Na ocasião, a plenária deliberou e aprovou a síntese da Análise Temática Integrada de Doutor Ulysses – PR, consolidando o conjunto de conteúdos técnicos e participativos produzidos até o final da 2ª Fase.

A síntese aprovada foi estruturada a partir dos seguintes componentes:

- Leitura Cartográfica de Doutor Ulysses, contemplando o Levantamento Básico e Complementar;
- Definição das Unidades Espaciais de Gestão (UEGs);
- Identificação das problemáticas municipais;
- Categorização das problemáticas em temas estruturantes;
- Panorama fiscal do Município de Doutor Ulysses – PR;
- Análise da estrutura e do funcionamento dos Conselhos Municipais existentes;
- Definição dos Eixos do Plano Diretor Participativo;
- Estabelecimento dos Objetivos para o desenvolvimento municipal.

Com a deliberação favorável da plenária, a 2ª Audiência Pública conferiu legitimidade técnica e social à consolidação do diagnóstico municipal e às diretrizes preliminares que orientarão a etapa subsequente de formulação normativa do Plano Diretor Participativo. Ao validar publicamente os trabalhos desenvolvidos entre 11 de dezembro de 2023 e 3 de agosto de 2024, a audiência representou um marco institucional no processo de revisão. Essa validação coletiva constitui condição essencial para a efetividade futura do instrumento, na medida em que reduz potenciais conflitos, amplia a apropriação comunitária do planejamento territorial e fortalece o compromisso compartilhado com sua implementação.

Nesse contexto, a 2ª Fase – Análise Temática Integrada não se limita a um conjunto de procedimentos técnicos, mas consolida-se como etapa estruturante da revisão, ao estabelecer a base diagnóstica que fundamentará a elaboração das propostas normativas do Plano Diretor Participativo Municipal. O cumprimento rigoroso dessa fase assegura que as etapas subsequentes avancem de forma articulada, democrática e tecnicamente consistente, contribuindo para a construção de um Plano Diretor atualizado, exequível e alinhado às necessidades e potencialidades reais do Município de Doutor Ulysses.

4. INSERÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES

Historicamente, os primeiros registros de ocupação na área de hoje denomina-se Doutor Ulysses remontam ao início do Século XX, na localidade denominada Varzeão, onde atualmente se encontra o Território Quilombola Varzeão. Durante o processo de consolidação territorial, ocorreram práticas de "embranquecimento" simbólico, inclusive com a alteração do nome da localidade para Vila Branca[1]. O pioneiro da ocupação foi João Alves de Souza, agricultor negro e proprietário da Fazenda Rio Claro, com extensas áreas destinadas à produção de erva-mate — atividade economicamente relevante à época — e à suinocultura[2].

Ainda em vida, João Alves promoveu a divisão de suas terras. Como forma de pagamento ao advogado responsável pela partilha, foram-lhe transferidos dois terços das melhores glebas. Nesse contexto, processos de segregação racial contribuíram para a consolidação da denominação Vila Branca, diferenciando simbolicamente as áreas ocupadas por populações negras e brancas[3].

A institucionalização administrativa da localidade ocorreu por meio da Lei Estadual nº 02, de 11 de outubro de 1947, que criou o Distrito Administrativo de Varzeão, então vinculado ao município de Cerro Azul. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 9.443, de 20 de novembro de 1990, a localidade foi elevada à categoria de município, com desmembramento de Cerro Azul, recebendo a denominação de Vila Branca. A Lei Estadual nº 10.164, de 7 de dezembro de 1992, alterou o nome para Doutor Ulysses, em homenagem a Ulysses Guimarães, destacada liderança política nacional e figura central na promulgação da Constituição Federal de 1988. A instalação oficial do município ocorreu em 1º de janeiro de 1993.

O Município de Doutor Ulysses – PR localiza-se nas coordenadas geográficas 22° 34' 04" de latitude Sul e 49° 25' 11" de longitude Oeste, situando-se na porção nordeste do Estado do Paraná, em área de transição territorial com o Estado de São Paulo.

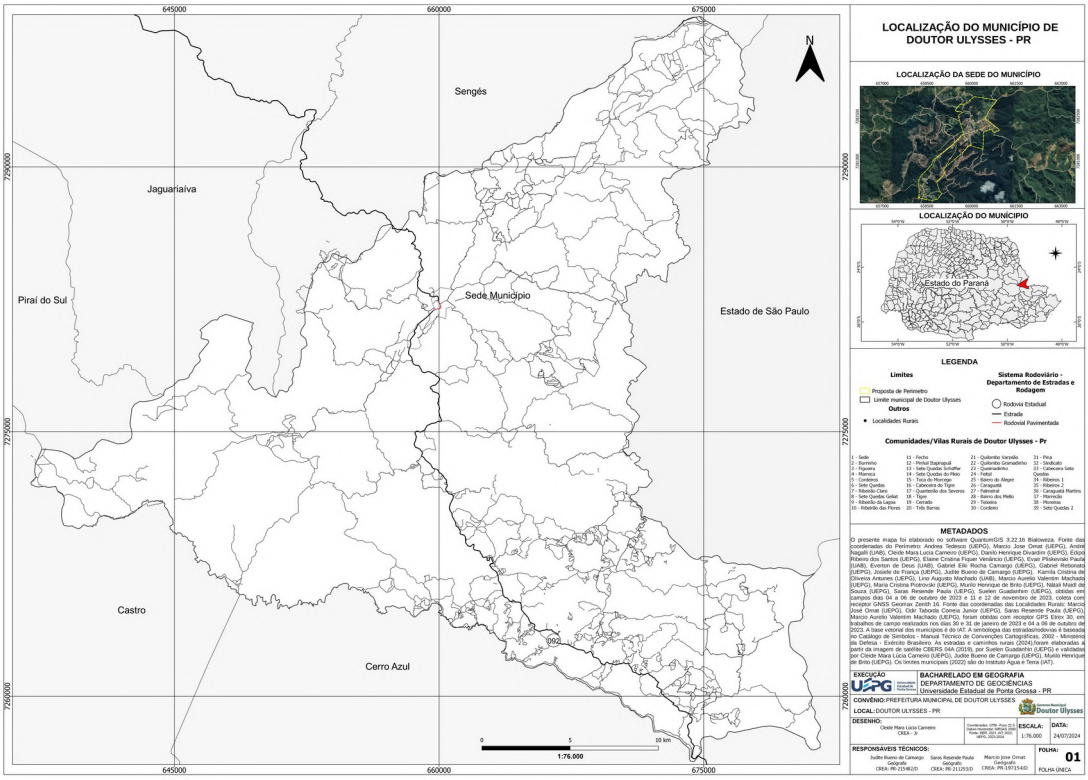
No que se refere aos limites administrativos, o Município confronta-se:

- Ao norte, com Sengés;
- A noroeste, com Jaguariaíva;
- A oeste, com Piraí do Sul;
- A sudoeste, com Castro;

1 Fonte: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses. Disponível em: <https://www.doutorulysses.pr.gov.br/?meio=516>
2 Idem.
3 Idem.

- Ao sul, com Cerro Azul;
- A leste, com Itapirapuã Paulista, já no Estado de São Paulo.

Mapa 2. Localização Regional, Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2024.

Essa configuração territorial posiciona Doutor Ulysses como município limítrofe interestadual, condição que influencia sua dinâmica regional, especialmente no que se refere às relações socioeconômicas e aos fluxos territoriais.

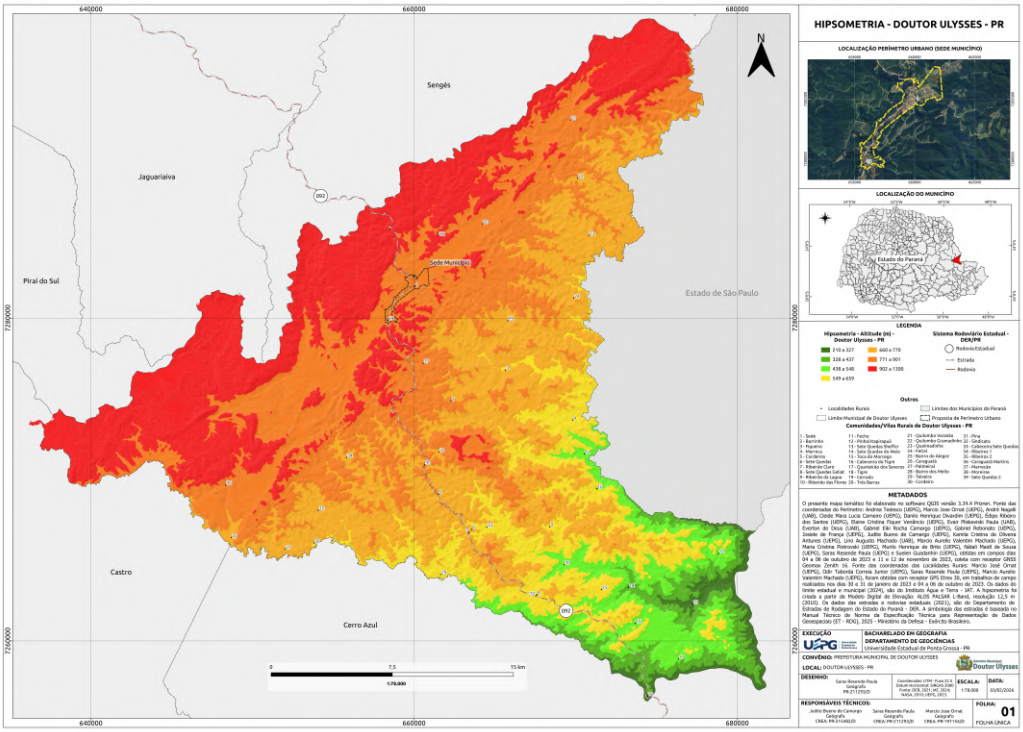
O Município de Doutor Ulysses localiza-se a aproximadamente 96 km da capital do Estado, Curitiba. Em relação aos municípios limítrofes e de referência regional, encontra-se a 47 km de Cerro Azul, 51 km de Sengés, 61 km de Jaguariaíva, 111 km de Piraí do Sul, 143 km de Castro e 46,4 km de Itapirapuã Paulista, já no Estado de São Paulo.

5. ASPECTOS FÍSICOS E AMBIENTAIS DE DOUTOR ULYSSES

Altitude

No Estado do Paraná, destaca-se o modelado geomorfológico do Planalto Atlântico, que constitui uma das principais unidades estruturais do relevo estadual. Essa compartimentação subdivide-se em duas Unidades Morfoesculturais distintas: o Primeiro Planalto Paranaense e a Serra do Mar[4], ambas marcadas por forte controle estrutural e elevada complexidade morfológica. A área correspondente ao Planalto Atlântico integra o que Aziz Nacib Ab'Saber denominou de Domínio Morfoclimático dos Mares de Morro, caracterizado por relevo intensamente dissecado[5], com predominância de topos convexos, vertentes alongadas e vales profundos. Trata-se de uma configuração geomorfológica associada a processos erosivos expressivos, elevada pluviosidade e forte dinâmica geomorfológica, elementos que condicionam significativamente a ocupação territorial e o uso do solo na região.

Mapa 3. Hipsometria Municipal Doutor Ulysses – PR.

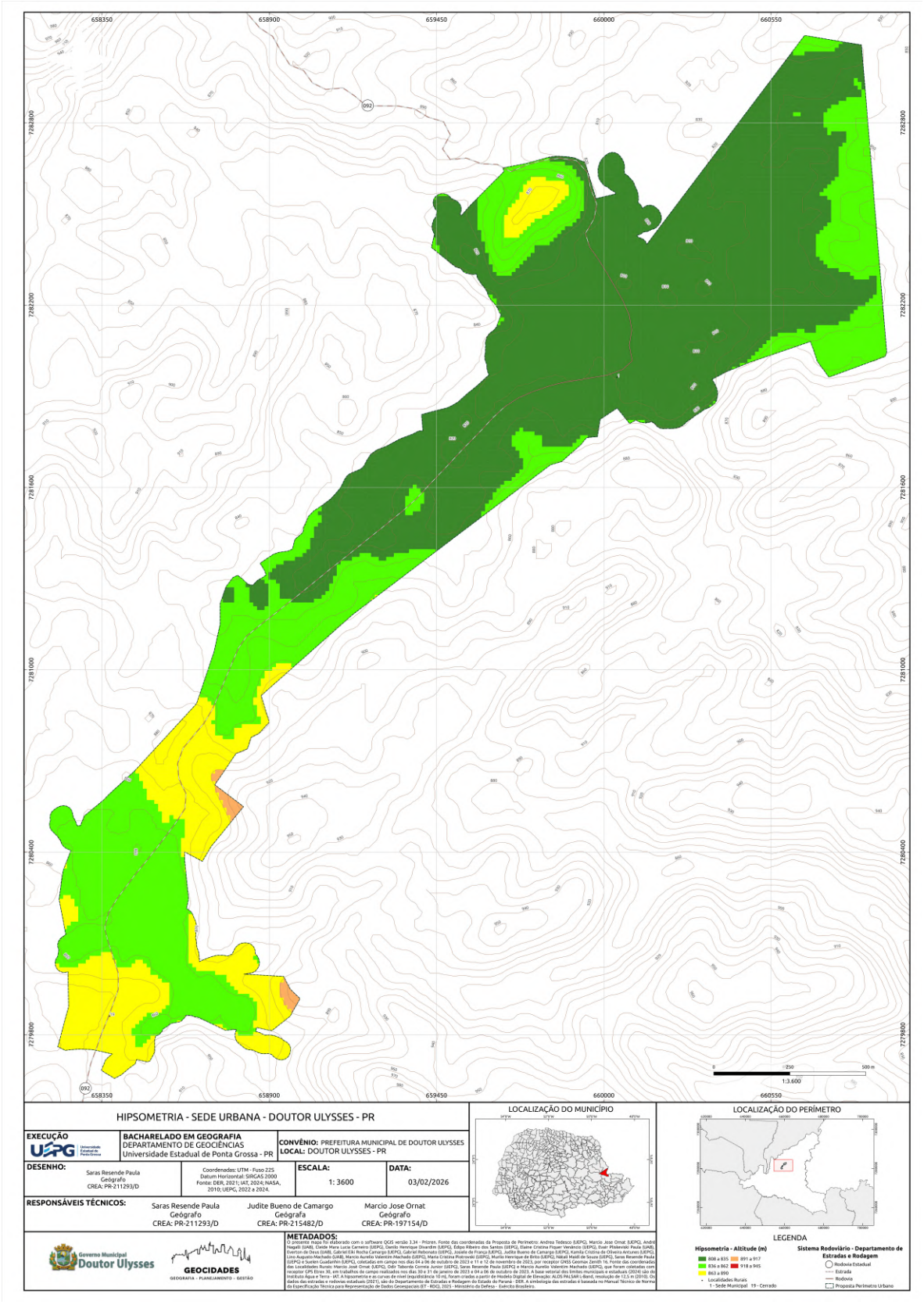


Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

4 Fonte: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/atlas_geomorforlogico_parana_2006.pd

5 Idem.

Mapa 4. Hipsometria Sede Municipal Doutor Ulysses – PR.

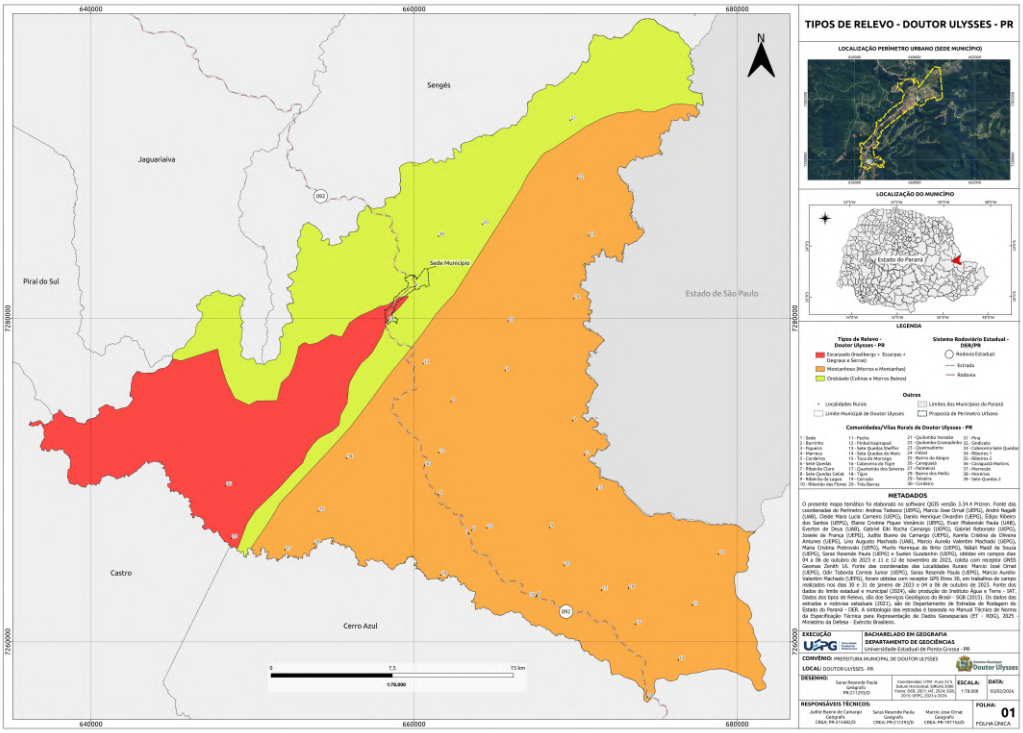


Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

No Município de Doutor Ulysses, a hipsometria encontra-se compartimentada em sete classes altimétricas, variando de 217 metros a aproximadamente 1.300 metros de altitude. As maiores cotas concentram-se nas porções norte-noroeste (N–NW) e sul-sudoeste (S–SW), onde o relevo assume caráter mais escarpado e acidentado. Essa configuração relaciona-se, regionalmente, à influência da Escarpa Devoniana, cuja expressão geomorfológica se manifesta de forma marcante no município vizinho de Jaguariaíva. Em contrapartida, as porções central e sul-sudeste (S–SE) apresentam relevo relativamente mais suave, com predomínio das classes altimétricas entre 217 e 659 metros.

Do ponto de vista geomorfológico, o município insere-se no contexto do Primeiro Planalto Paranaense, unidade de relevo considerada relativamente uniforme em escala regional, esculpida predominantemente em rochas cristalinas, como gnaisses e xistos metamórficos, frequentemente cortadas por diques de pegmatitos e intrusões graníticas. A dissecação intensa do relevo é fortemente condicionada pela ação do Rio Ribeira de Iguape, principal agente modelador da porção norte do planalto, resultando em paisagens montanhosas com altitudes que variam, em geral, entre 400 e 1.200 metros.

Mapa 5. Tipos de Relevo em Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Em termos de compartimentação morfoescultural, Doutor Ulysses integra o Planalto Dissecado do Alto Ribeira, subunidade caracterizada por elevada dissecação e que se estende por aproximadamente 873,84 km². Predominam formas de relevo com topos alongados e em cristas, vertentes côncavas e retilíneas, além de vales encaixados em "V"[6], evidenciando forte controle estrutural e erosivo.

O relevo municipal constitui, portanto, elemento central para o planejamento territorial e urbano, uma vez que a diversidade morfológica — marcada por serras, vales profundos, planaltos e colinas — impõe condicionantes à ocupação do solo, à implantação de infraestrutura e à expansão urbana. Essa configuração resulta da interação histórica entre processos tectônicos, climáticos e erosivos, que moldaram uma paisagem de elevada complexidade geomorfológica.

Curvas de Nível - Sede Municipal

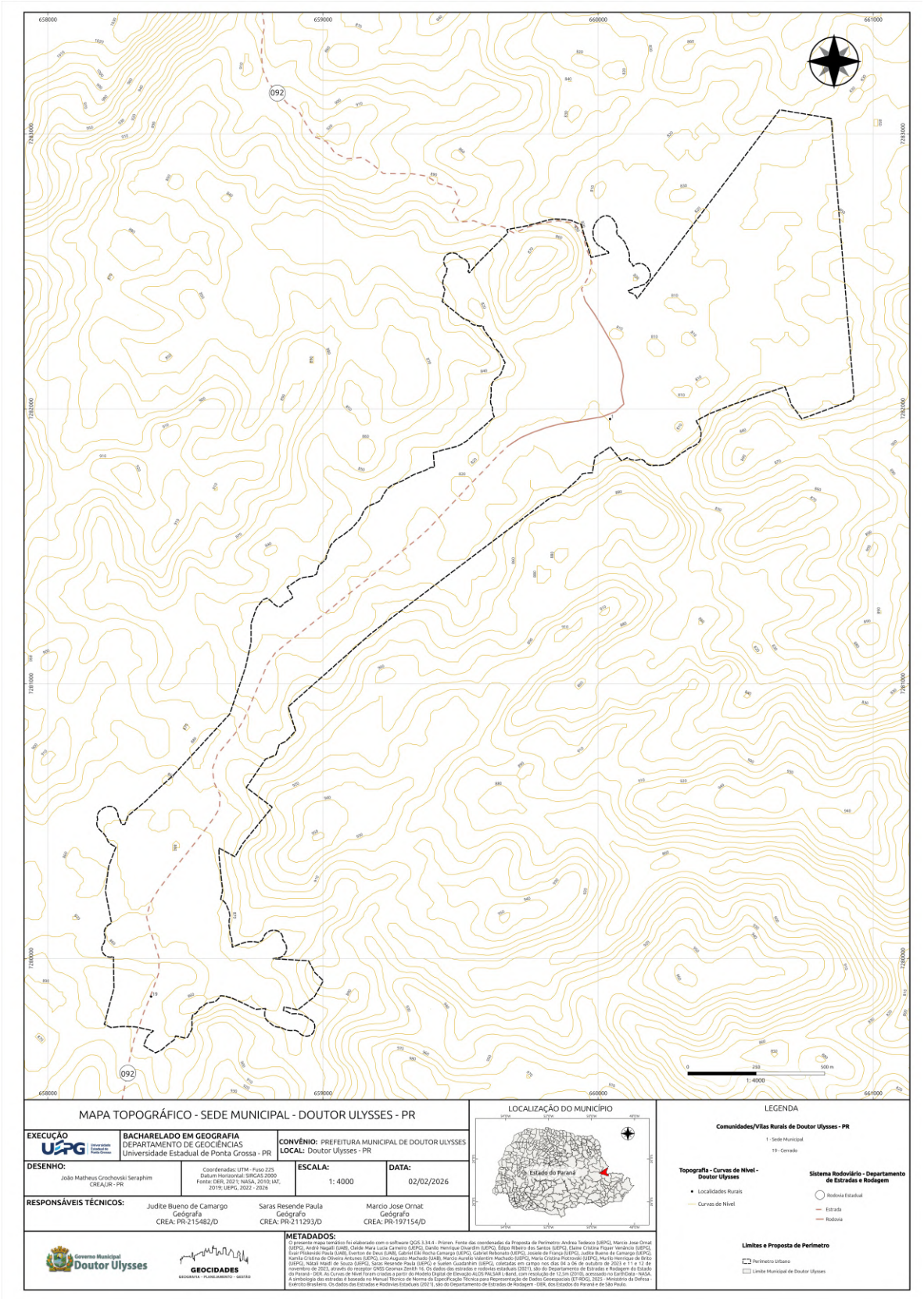
As curvas de nível demonstradas no Mapa 6 evidenciam variação altitudinal expressiva na Sede Municipal de Doutor Ulysses. Na porção norte do perímetro urbano, registram-se altitudes predominantes entre 830 e 840 metros. Já o ponto culminante da área delimitada localiza-se na porção sudoeste, onde as cotas altimétricas variam aproximadamente entre 900 e 940 metros, configurando o setor de maior elevação do perímetro urbano. Essa amplitude altimétrica reforça o caráter acidentado do relevo e sua relevância para o planejamento territorial.

A modelagem espacial e a geossimulação de cenários futuros[7] indicam que o relevo / altimetria constitui uma variável crítica no ordenamento territorial municipal e deve orientar diretamente o zoneamento urbano e ambiental no âmbito da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses.

A leitura do Mapa 6 evidencia alta densidade de curvas de nível em amplas porções da área delimitada ou em sua proximidade, associada à presença de vertentes íngremes e vales encaixados, além de compartimentação topográfica marcada por cristas alongadas e interflúvios estreitos, com fundo de vale mais suavizado ao longo do eixo central longitudinal. Esse conjunto morfológico indica relevo fortemente dissecado, com declividades elevadas em parte do perímetro urbano projetado. Do ponto de vista geomorfológico, trata-se de ambiente caracterizado por alta energia de relevo, forte controle gravitacional, sistema de drenagem encaixado e suscetibilidade natural a instabilidades de vertente.

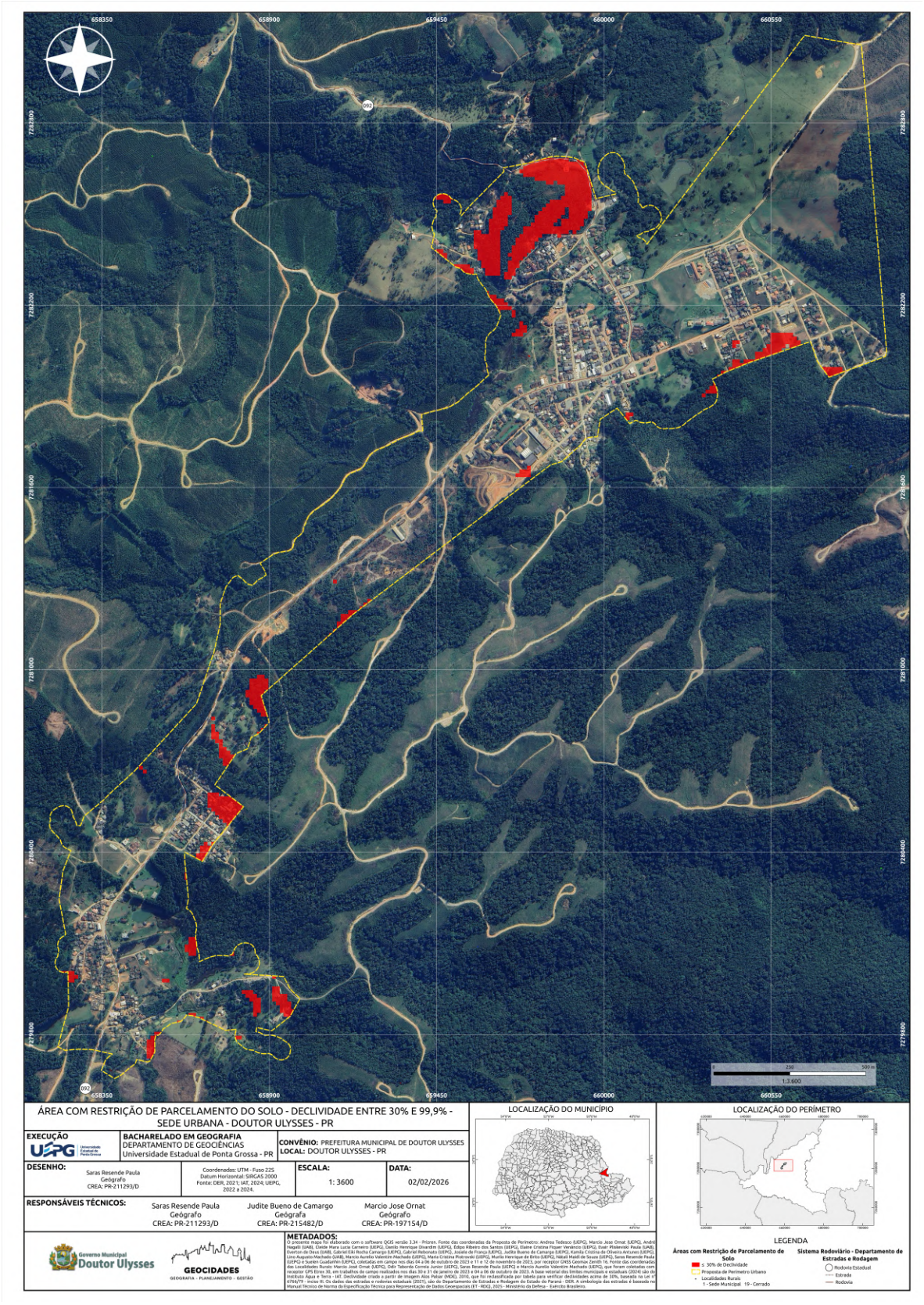
6 Idem.
7 Modelagens realizadas através do ChatGPT 5.2 – OpenAI.

Mapa 6. Curvas de Nível Sede Doutor Ulysses – PR.



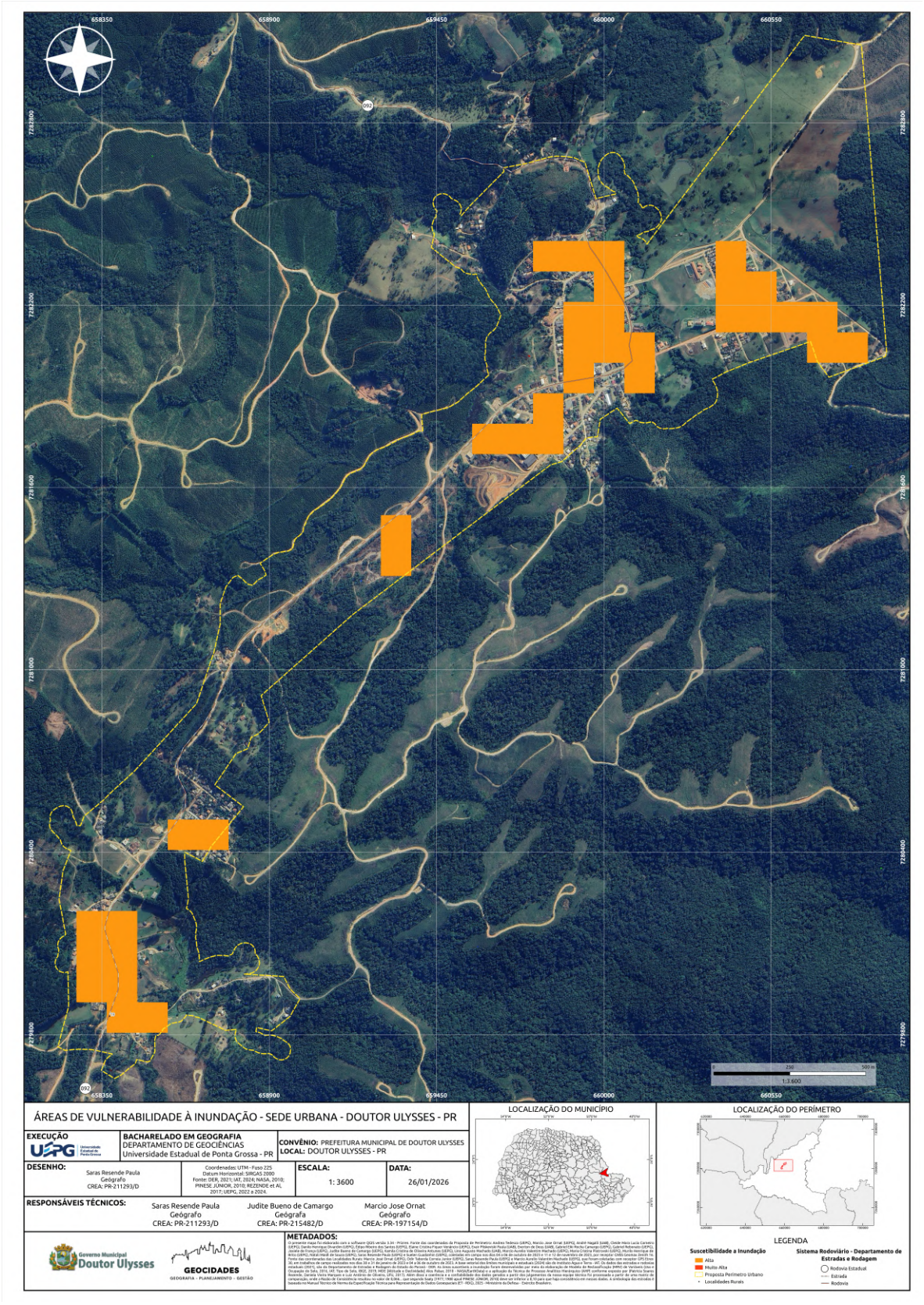
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 7. Declividade Igual / Superior 30%, Sede Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 8. Áreas de Vulnerabilidade à Inundação, Sede Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A modelagem de suscetibilidade a movimentos de massa, com base na morfologia observada, indica que áreas com curvas de nível muito próximas correspondem a declividades elevadas — frequentemente superiores a 20%–30% — o que aumenta significativamente o potencial de instabilidade. A presença de vertentes convexas longas favorece o escoamento superficial concentrado, intensificando processos erosivos, enquanto os vales em “V” evidenciam erosão ativa e instabilidade lateral das encostas.

Nesse contexto, identificam-se como áreas de maior suscetibilidade as porções noroeste, sul e sudoeste, bem como as bordas leste do perímetro delimitado, onde a maior densidade de curvas de nível indica declividades acentuadas. Tais setores apresentam potencial elevado para ocorrência de escorregamentos rasos, deslizamentos translacionais, rastejo (creep) e erosão linear com evolução para ravinas e voçorocas, especialmente em cenários de aumento da impermeabilização do solo, supressão da cobertura vegetal e intensificação de eventos pluviométricos extremos.

No que se refere a modelagem de suscetibilidade a alagamentos, a identificação dos fundos de vale, a partir da leitura dos mapas acima, revela a presença de um eixo central com menor espaçamento vertical entre curvas de nível, indicando áreas de topografia mais suavizada e possível concentração de drenagem.

Observam-se indícios de um canal principal longitudinal, associado a setores com declividades reduzidas, que configuram planícies de inundação incipientes e fundos de vale com potencial de saturação hídrica. No cenário atual, embora o relevo seja predominantemente dissecado (o que limita a formação de extensas áreas de acumulação de água) o encaixe do vale favorece a ocorrência de enchentes rápidas (flash floods), uma vez que a concentração do escoamento superficial pode gerar transbordamentos localizados.

Em um cenário futuro de intensificação da urbanização, especialmente diante do aumento da impermeabilização do solo, da canalização inadequada da drenagem e da supressão de mata ciliar, a indica-se a possibilidade de elevação do pico de vazão, redução do tempo de concentração das águas pluviais e aumento da frequência de alagamentos no eixo central do vale.

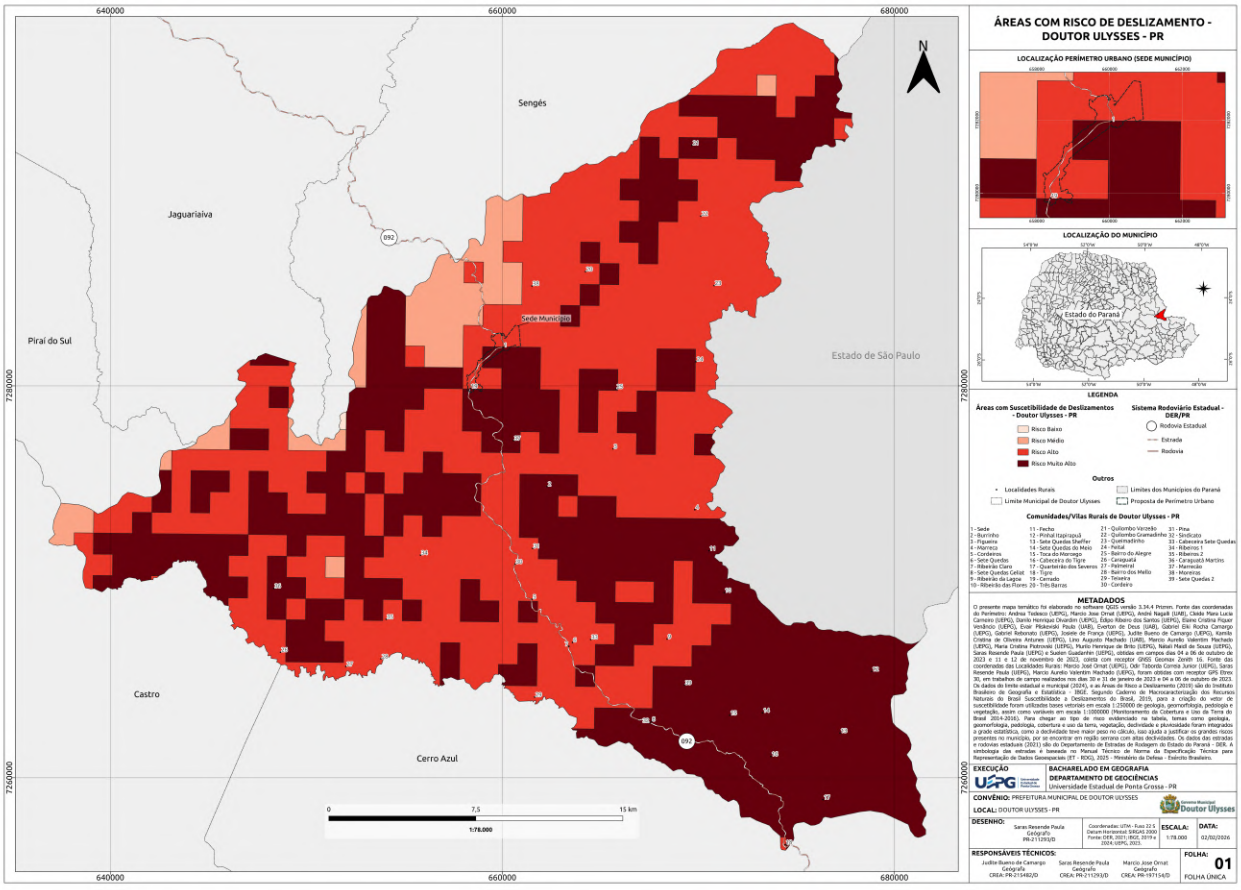
O Município de Doutor Ulysses apresenta quadro preocupante no que se refere à suscetibilidade a movimentos de massa, incluindo deslizamentos, tombamentos e rolamentos de blocos, entre outros processos gravitacionais. Para o mapeamento das áreas vulneráveis e a categorização dos níveis de risco, foram considerados critérios integrados de natureza geológica, geomorfológica, pedológica, vegetacional, de cobertura e uso da terra, além de variáveis de

declividade e pluviosidade (Mapa 9). Essa abordagem multivariada permite uma leitura espacial mais precisa da propensão a instabilidades de vertente.

Os resultados indicam situação crítica: apenas uma pequena fração do território municipal enquadra-se na categoria de risco baixo, enquanto a maior parte da área apresenta risco médio a muito alto. Em um território de aproximadamente 777,481 km², apenas 0,04% é classificado como risco baixo e 5,01% como risco médio. Em contrapartida, 48,51% da área encontra-se sob risco alto e 46,44% sob risco muito alto, evidenciando predominância de condições geomorfológicas e geológicas desfavoráveis à ocupação intensiva.

Essa classificação constitui instrumento fundamental para o planejamento territorial e a gestão de riscos, orientando políticas públicas de prevenção e mitigação de desastres naturais. Além de alertar a população quanto aos perigos associados à ocupação de áreas instáveis, o mapeamento subsidia a formulação de diretrizes de ordenamento do uso do solo e a implementação de medidas de segurança específicas para áreas já consolidadas.

Mapa 9. Áreas com Risco de Deslizamento no Município de Doutor Ulysses - PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A partir das características indicadas, pode-se considerar 3 cenários: Urbanização Controlada; Expansão Urbana Desordenada; e, Eventos Climáticos Extremos (Mudança Climática).

No *Cenário 1 – Urbanização Controlada*, a adoção de zoneamento restritivo em áreas íngremes, a manutenção da cobertura vegetal e a implantação de infraestrutura de drenagem sustentável tendem a produzir resultados positivos para a estabilidade territorial. Nesse contexto, projeta-se baixo aumento do risco de escorregamentos, controle de alagamentos pontuais e manutenção de relativa estabilidade do sistema hidrogeomorfológico, com mitigação de impactos associados ao escoamento superficial e à ocupação urbana.

Em contraste, o *Cenário 2 – Expansão Urbana Desordenada*, caracterizado pela ocupação de encostas com declividade superior a 30%, realização de cortes e aterros sem contenção adequada e crescente impermeabilização do solo, indica quadro de agravamento dos riscos ambientais. Nessa hipótese, projeta-se aumento significativo de movimentos de massa, intensificação de processos erosivos lineares, ocorrência de enchentes rápidas nos fundos de vale e sobrecarga do sistema de microdrenagem urbana, elevando a vulnerabilidade da área urbanizada.

Por sua vez, o *Cenário 3 – Eventos Climáticos Extremos*, considerando a intensificação de chuvas concentradas em curto intervalo de tempo, aponta para a amplificação de escorregamentos rasos, aumento da erosividade das encostas, transbordamentos rápidos no eixo central de drenagem e assoreamento progressivo dos canais. Dada a configuração de relevo fortemente dissecado, o sistema apresenta elevada sensibilidade à intensificação pluviométrica, o que potencializa os riscos hidrogeomorfológicos e exige planejamento preventivo e medidas estruturais de adaptação.

A análise indica que as encostas com alta declividade devem ser classificadas como áreas de restrição à ocupação, considerando sua maior suscetibilidade a instabilidades geotécnicas. Da mesma forma, os fundos de vale devem ser delimitados como Áreas de Preservação Permanente ou zonas de amortecimento, a fim de reduzir riscos associados à saturação hídrica e aos alagamentos.

Como medidas estruturantes, destaca-se a implantação de infraestrutura verde, incluindo bacias de detenção e pavimentos permeáveis, além da necessidade de mapeamento geotécnico detalhado como requisito para o licenciamento urbano e para a definição de parâmetros construtivos adequados.

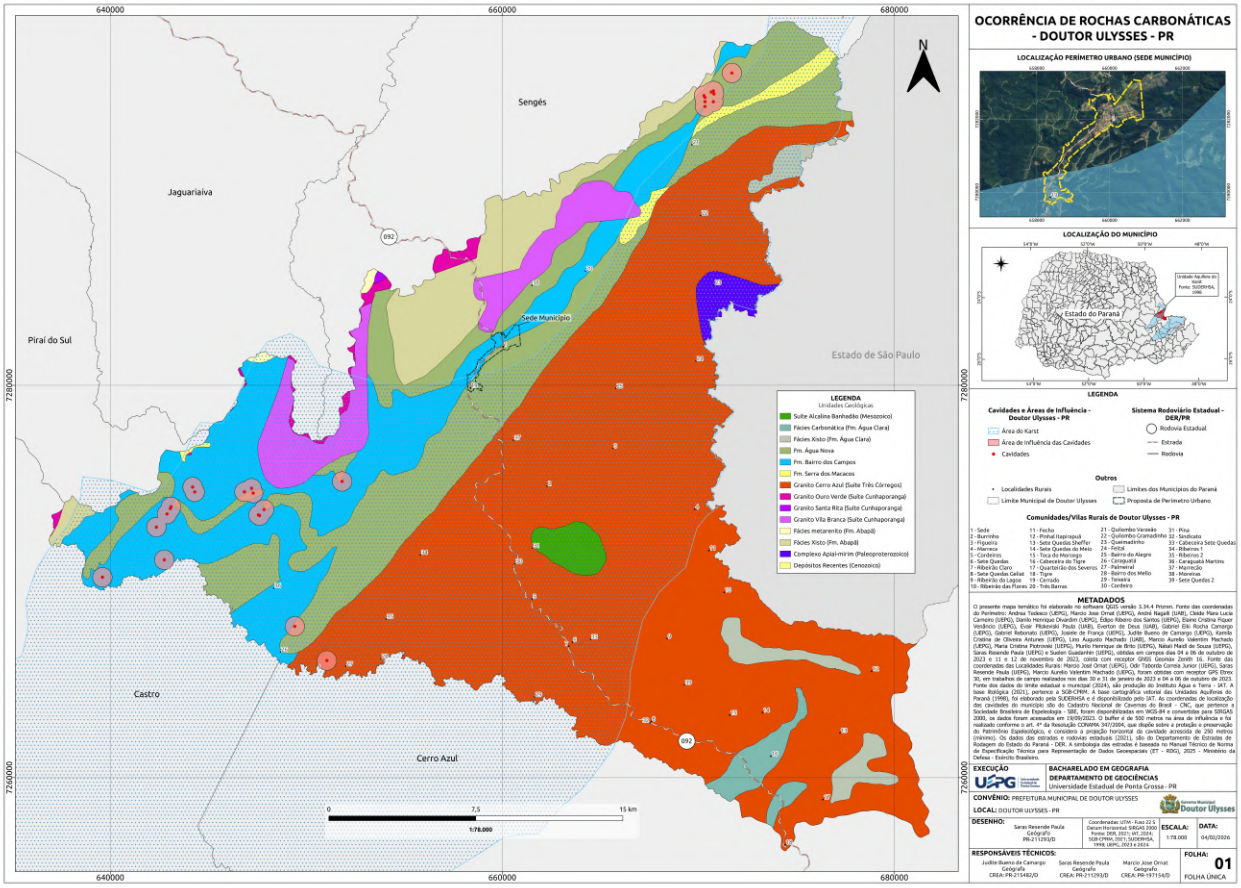
Do ponto de vista técnico, a configuração morfológica da sede municipal de Doutor Ulysses, conforme evidenciado até aqui, indica alta suscetibilidade estrutural a movimentos de massa nas áreas de encosta, suscetibilidade moderada a alagamentos concentrada nos fundos de vale e sensibilidade significativa diante de cenários de expansão urbana não planejada e intensificação

pluviométrica. Nesse contexto, o relevo configura-se como variável crítica para o ordenamento territorial municipal, devendo orientar diretamente o zoneamento urbano e ambiental no âmbito da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses.

Geologia

O Estado do Paraná apresenta dois grandes compartimentos geológicos estruturais: o Escudo Paranaense e a Bacia do Paraná.

Mapa 10. Unidades Geológicas do Município de Doutor Ulysses – PR.

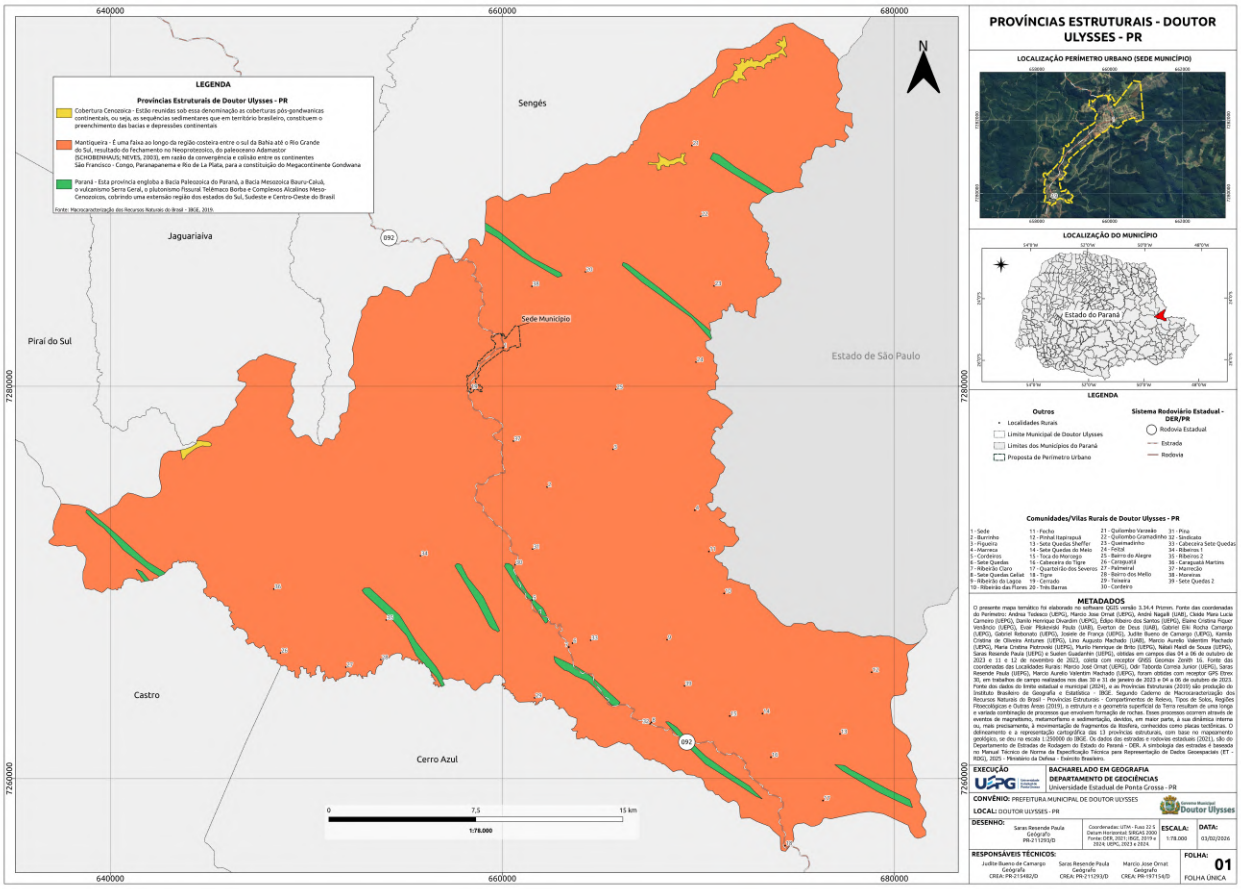


Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

O Escudo Paranaense corresponde ao embasamento cristalino mais antigo do território estadual, constituído predominantemente por rochas ígneas e metamórficas, além de formações sedimentares localizadas especialmente na porção oeste desse compartimento. Trata-se de um conjunto geológico pré-cambriano, marcado por elevada complexidade estrutural e intensa deformação tectônica.

Já a Bacia do Paraná, que abrange o Segundo e o Terceiro Planalto Paranaense e ocupa a maior extensão territorial do Estado, é formada principalmente por sequências sedimentares depositadas ao longo das eras Paleozoica, Mesozoica e Cenozoica, além de extensos derrames basálticos associados ao magmatismo da Formação Serra Geral. Esse compartimento apresenta estrutura sedimentar mais regular e ampla cobertura vulcânica, configurando a base geológica predominante do interior paranaense[8].

Mapa 11. Províncias Estruturais do Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

As unidades geológicas[9] identificadas no território do Município de Doutor Ulysses revelam elevada complexidade litológica e ampla variação cronológica, abrangendo formações que vão do Paleoproterozoico ao Cenozoico. No intervalo mais recente, destacam-se os Sedimentos Recentes

8 Fonte: http://www.geografia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/2012/atlas_geologico_parana.pdf

9 Fonte: CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Mapa geológico e de recursos minerais do Estado do Paraná. https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/22492

(Cenozoico), associados a depósitos aluvionares e coluvionares. No contexto mesozoico, ocorre a Suíte Alcalina Banhadão, vinculada a eventos magmáticos intrusivos.

O embasamento cristalino é composto por diferentes corpos graníticos, incluindo o Granito Vila Branca (Suíte Cunhaporanga), o Granito Santa Rita, o Granito Ouro Verde e o Granito Cerro Azul (Suíte Três Córregos), que representam importantes intrusões ígneas de idade proterozoica.

Também estão presentes unidades metamórficas e metassedimentares, como as Fácies Xisto (Grupo Itaiacoca), as Fácies Xisto (Formação Água Clara), as Fácies Metabasito e as Fácies Carbonática, além das formações sedimentares Bairro dos Campos, Serra dos Macacos e Água Nova. Complementando esse arcabouço geológico, destaca-se o Complexo Apiaí-Mirim (Paleoproterozoico), que integra o embasamento cristalino regional e evidencia a antiguidade tectônica da área.

Outro aspecto geológico de elevada relevância no Município de Doutor Ulysses é a presença expressiva de rochas calcárias, especialmente em faixas associadas a litologias carbonáticas. A interação entre essas rochas e a água, principal agente de dissolução química, favorece o desenvolvimento de processos cársticos, resultando na formação de cavernas, cavidades subterrâneas, dolinas e sumidouros, elementos típicos de áreas sujeitas à dinâmica de dissolução.

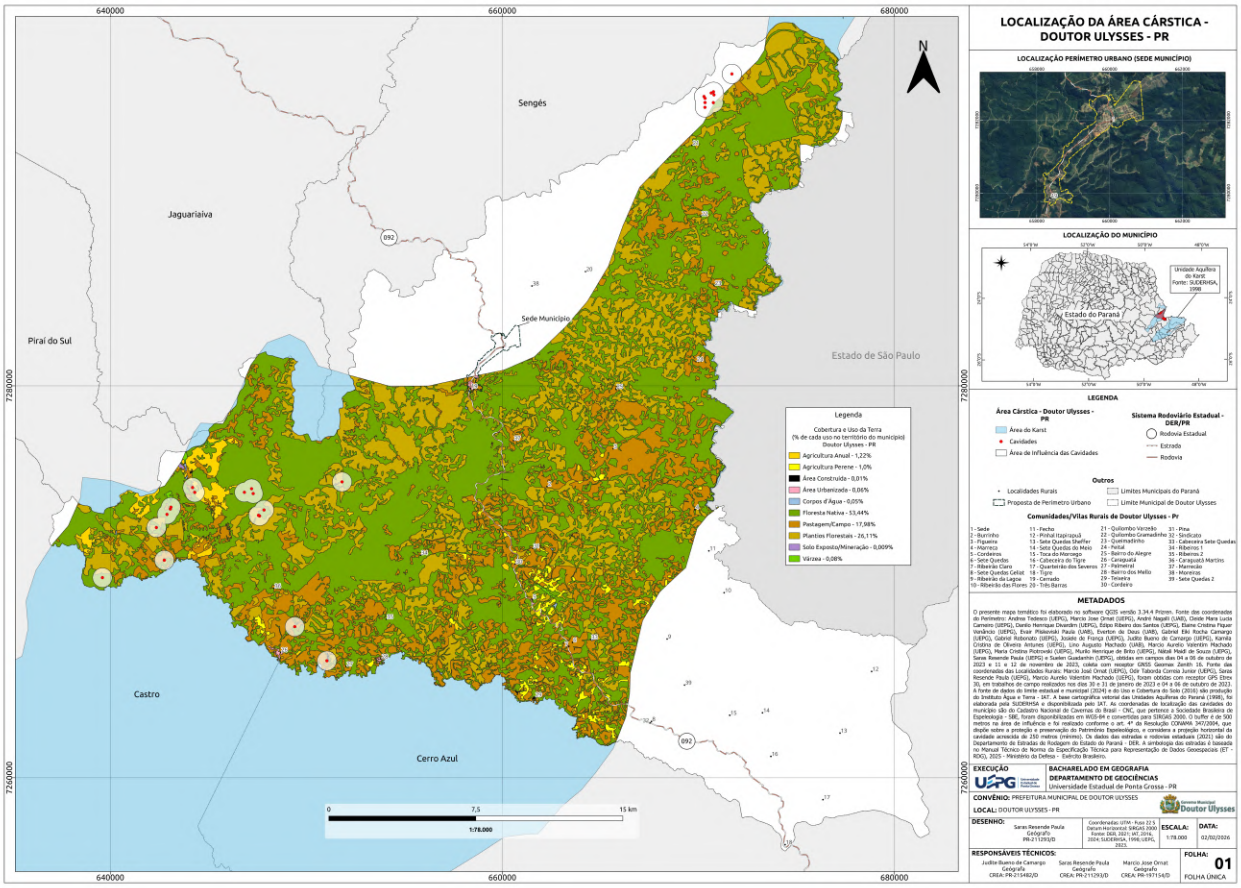
Além disso, o município insere-se em extensa área classificada como domínio do Aquífero Cárstico[10], conforme mapeamento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, em 1998 (Mapa 12). Nessa faixa territorial, a maior ocorrência de rochas carbonáticas intensifica a suscetibilidade a processos de subsidência e colapso do solo, decorrentes da dissolução subterrânea e da formação de vazios.

Sob a perspectiva do planejamento territorial, a ausência de restrições adequadas de uso e ocupação do solo nessas áreas pode ampliar significativamente os riscos geotécnicos, sobretudo em setores já consolidados urbanisticamente. Assim, as áreas cársticas configuram zonas potencialmente críticas, exigindo mapeamento detalhado, regulamentação específica e controle rigoroso da expansão urbana para mitigação de riscos à população.

Todo o conjunto litológico diversificado confere ao município elevada heterogeneidade geológica, com implicações diretas para a dinâmica geomorfológica, os recursos minerais, a estabilidade geotécnica e o planejamento territorial.

10 Disponível em: <https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Karst>

Mapa 12. Localização da Área Cárstica no Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

De acordo com o Sociedade Brasileira de Espeleologia, por meio do Cadastro Nacional de Cavernas (CNC)[11], o Município de Doutor Ulysses registra a ocorrência de 26 cavernas cadastradas em seu território. Dentre essas, pelo menos nove estão classificadas como cavidades desenvolvidas em rochas metacarbonáticas, evidenciando a expressiva presença de litologias carbonáticas e a relevância dos processos cársticos na configuração geológica local. Esse conjunto reforça a necessidade de atenção específica no planejamento territorial, considerando tanto o valor ambiental e espeleológico quanto a suscetibilidade a processos de subsidência associados ao carste.

11 Fonte: Cadastro Nacional de Cavernas. Disponível em: https://sbecnc.org.br/Regions.aspx#PR

Quadro 2: Cavernas Metacarbonáticas no Município de Doutor Ulysses – PR[12].

Nome	Altitude (m)	Desenvolvimento Linear (m)	Projeção (m)	Desnível (m)
Gruta do Pocinho	905	625	590	25
Gruta Casa de Pedra	895	72	70	10
Gruta Buraco do Vento	893	71	67	14
Buraco do Cláudio	890	32	30	4
Gruta da Caverninha	898	23	20	12
Gruta Dá a Volta	900	2675	1554	51
Gruta Cão Paraná	880	130	125	16
Gruta Arco do Pé	875	175	122	37
Gruta da Ressurgência do Feital	870	327	284	28

Geomorfologia

Sob a perspectiva geomorfológica, o Município de Doutor Ulysses insere-se no domínio morfoclimático dos “Mares de Morros”, conforme classificação proposta por Aziz Nacib Ab'Saber. Trata-se de um compartimento paisagístico cuja configuração atual remonta a um período relativamente recente em termos geológicos — estimado entre 5 e 7 mil anos — e que, apesar de modificações locais e regionais ao longo do tempo, mantém estrutura morfológica muito próxima daquela ainda reconhecível na paisagem contemporânea[13].

O domínio dos Mares de Morros caracteriza-se por elevada complexidade físico-ambiental, sendo considerado um dos meios físicos, ecológicos e paisagísticos mais desafiadores do país no que se refere às intervenções humanas[14]. A predominância de relevo fortemente ondulado a montanhoso, com vertentes convexas e vales encaixados, dificulta a identificação de áreas amplas e tecnicamente adequadas para a expansão urbana e zonas industriais de maior porte.

Conforme demonstra-se no Mapa 13, a distribuição do território municipal segundo classes de declividade revela forte condicionamento geomorfológico à ocupação do solo, cujos percentuais

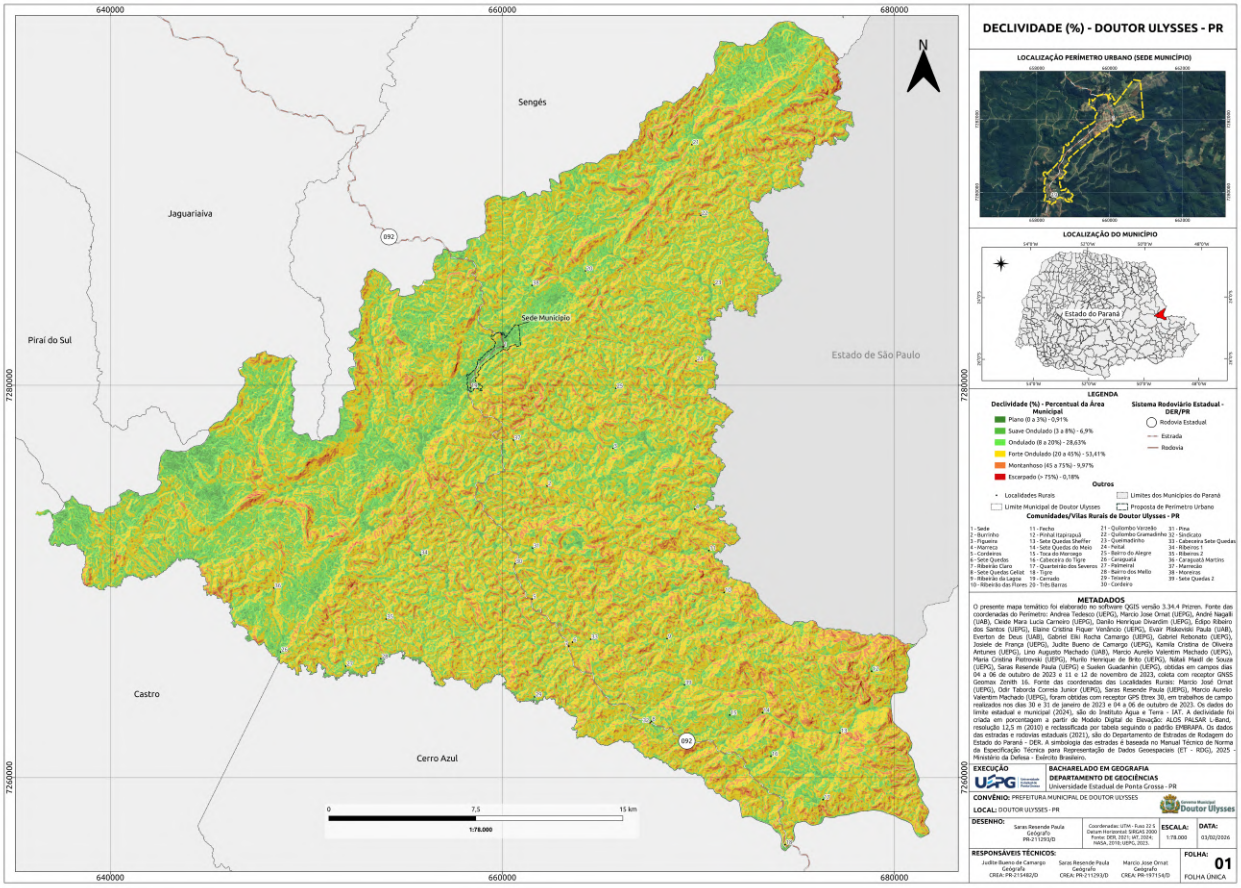
12 Adaptado de Hiruma et al. (2007). Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2012/03/27-28_1-2_1.pdf

13 AB’SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 10.

14 Idem.

estão sistematizados. Essa configuração impõe restrições estruturais ao processo de urbanização e reforça a necessidade de planejamento territorial orientado pelas características do relevo.

Mapa 13. Mapa de Declividade (%), Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A inserção do Município de Doutor Ulysses no domínio morfoclimático dos “Mares de Morros”, associada ao predomínio de relevo fortemente ondulado a montanhoso e à elevada proporção de áreas com declividades médias e altas (Mapa 13) produz implicações diretas e estruturantes para o planejamento territorial urbano e municipal. A distribuição das classes de declividade demonstra que grande parte do território apresenta relevo ondulado, forte ondulado a montanhoso, com ocorrência significativa de áreas escarpadas, impondo condicionantes físicos severos à ocupação do solo e exigindo abordagem normativa específica no âmbito do Plano Diretor.

A predominância de vertentes convexas e vales encaixados reduz a disponibilidade de superfícies amplas e tecnicamente adequadas à expansão urbana horizontal, restringindo naturalmente a implantação de loteamentos extensivos e elevando os custos de terraplenagem e

infraestrutura. Além disso, aumenta-se o risco geotécnico associado à ocupação de encostas, o que impõe a necessidade de priorizar o adensamento qualificado em áreas já consolidadas e topograficamente mais favoráveis. A expansão urbana deve, portanto, concentrar-se em setores com menor declividade, em superfícies de interflúvios mais amplas – quando disponíveis, e em áreas com menor densidade de drenagem.

Do ponto de vista do zoneamento e uso do solo, o relevo impõe a adoção de critérios ambientalmente orientados, incluindo a delimitação de zonas de restrição à ocupação em encostas com declividade superior a 30%, a proteção permanente dos fundos de vale e de áreas suscetíveis à instabilidade, bem como a definição de áreas de uso controlado em setores com risco geomorfológico médio. O planejamento territorial deve incorporar os critérios geomorfológicos como variável estruturante, e não apenas complementar, na definição de parâmetros de parcelamento e ocupação.

A morfologia fortemente dissecada impacta diretamente a implantação de infraestrutura urbana. O sistema viário tende a apresentar traçados sinuosos, com elevados custos de implantação e manutenção, demandando obras de contenção e sistemas eficientes de drenagem superficial. No que se refere à drenagem urbana, a alta energia do escoamento superficial aumenta a suscetibilidade a enxurradas rápidas, exigindo a implantação de bacias de detenção e soluções de infraestrutura verde. Já os sistemas de saneamento enfrentam dificuldades técnicas para funcionamento por gravidade, além de riscos associados a escavações profundas em terrenos inclinados.

No tocante aos riscos naturais, a combinação entre o domínio dos Mares de Morros e as elevadas declividades implica alta suscetibilidade a movimentos de massa, potencial para erosão linear e ravinamentos, risco de enchentes rápidas nos vales encaixados e sensibilidade ampliada diante de eventos pluviométricos intensos. Assim, o planejamento municipal deve integrar mapeamento geotécnico detalhado, controle rigoroso da impermeabilização do solo, preservação da cobertura vegetal e política permanente de monitoramento de encostas.

As limitações geomorfológicas também repercutem sobre o desenvolvimento econômico, reduzindo a viabilidade de zoneamento industrial de grande porte, empreendimentos logísticos extensivos e expansão urbana horizontal dispersa. Em contrapartida, favorecem estratégias de desenvolvimento compatíveis com a paisagem, como o turismo de natureza, atividades de baixo impacto ambiental e uso sustentável do território.

Dessa forma, a configuração geomorfológica de Doutor Ulysses não constitui apenas uma característica física, mas elemento estruturante do ordenamento territorial. O relevo deve orientar o

macrozoneamento municipal, a delimitação do perímetro urbano, a definição de parâmetros construtivos, as políticas de mitigação de riscos e a identificação de áreas prioritárias para preservação. O relevo fortemente dissecado e montanhoso impõe limites objetivos à urbanização convencional e exige modelo de planejamento adaptativo, preventivo e tecnicamente fundamentado.

Em Doutor Ulysses, a geomorfologia deve ocupar posição central na Revisão do Plano Diretor e na formulação das políticas públicas de uso e ocupação do solo, constituindo condicionante estrutural do desenvolvimento urbano e municipal.

Hidrografia

O Estado do Paraná encontra-se compartimentado em 16 bacias hidrográficas, conforme estabelecido pela Resolução SEMA nº 024/2006, que institui a divisão oficial para fins de gestão dos recursos hídricos. Entre essas unidades destaca-se a Bacia do Rio Ribeira, cuja abrangência territorial inclui os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Castro, Cerro Azul, Colombo, *Doutor Ulysses*, Guaraqueçaba, Itaperuçu, Palmeira, Ponta Grossa, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná[15]. Trata-se de uma bacia de significativa extensão territorial, com aproximadamente 9.736 km²[16], correspondendo a cerca de 5% da área total do Estado.

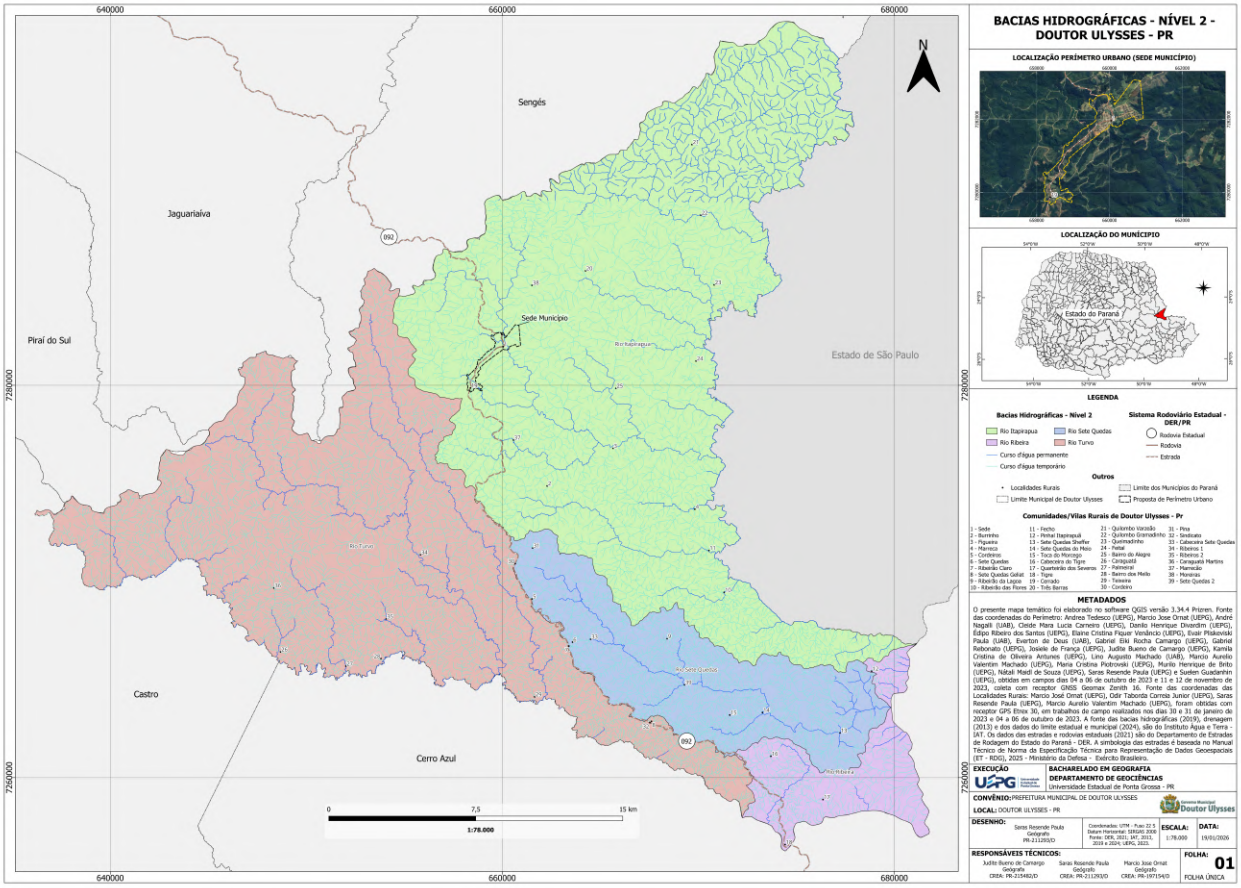
A Bacia do Rio Ribeira tem suas nascentes na vertente leste da Serra do Paranapiacaba e apresenta como principais cursos d'água os rios Piedade, Turvo, Capivari e Açungui. Do ponto de vista hidrogeológico, a área da bacia incide sobre duas importantes unidades aquíferas: a Unidade Aquífera Pré-Cambriano[17] e a Unidade Aquífera do Karst[18]. Esta última, caracterizada pela predominância de rochas calcárias, apresenta elevada vulnerabilidade ambiental em razão de sua fragilidade geológica. As formações cársticas são suscetíveis a processos de dissolução, subsidência e contaminação rápida dos aquíferos, o que impõe restrições técnicas à ocupação e ao uso do solo, especialmente em contextos urbanos ou de atividades industriais potencialmente poluidoras.

No âmbito municipal, Doutor Ulysses insere-se integralmente na Bacia do Rio Ribeira e abriga, em seu território, as sub-bacias dos rios Itapirapuã, Turvo, Sete Quedas e Ribeira, classificadas como "Nível 2" segundo a base de dados vetoriais do Instituto Água e Terra (IAT). A distribuição espacial dessas sub-bacias evidencia que a maior porção territorial do município está

15 Fonte: SEMA. Bacias Hidrográficas do Paraná. Série Histórica. 2º Edição. 2013.
16 Idem.
17 Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-subterraneas/consulta-por-aquiferos-monitorados/aquifero-pre-cambriano-cristalino/>.
18 Disponível em: <https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Karst>.

inserida na Bacia do Rio Itapirapuã, situada na porção nordeste, seguida pela Bacia do Rio Turvo, a leste. As bacias dos rios Sete Quedas e Ribeira concentram-se na porção sul do território municipal. Essa configuração hidrográfica constitui elemento estruturante para o ordenamento territorial, uma vez que condiciona tanto os padrões de ocupação quanto as diretrizes de preservação ambiental e gestão dos recursos hídricos.

Mapa 14. Bacias Hidrográficas Nível 2, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), responsável pela coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional, mantém estações de monitoramento destinadas à coleta sistemática de dados pluviométricos e fluviométricos, fundamentais para a gestão de recursos hídricos, prevenção de eventos extremos e planejamento territorial[19].

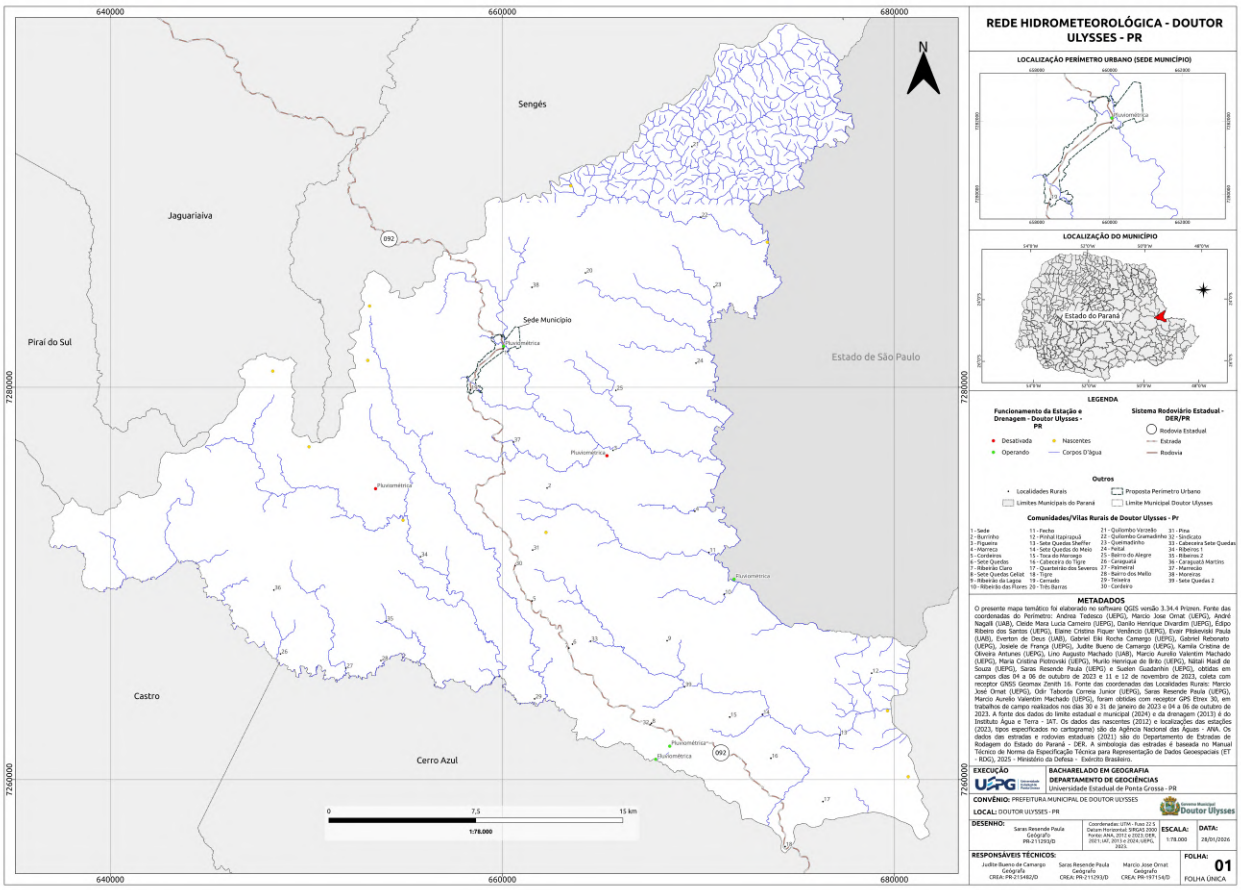
No município de Doutor Ulysses – PR, conforme dados consolidados de 2023, foram identificadas quatro estações pluviométricas cadastradas na rede oficial. Entretanto, apenas duas

19 Fonte: https://www.sgb.gov.br/saiba-mais-rede-hidrometeorologica-nacional-rhn

encontram-se em operação regular, enquanto as demais estão inativas. No que se refere ao monitoramento hidrológico, foram registradas duas estações fluviométricas em funcionamento no território municipal.

Essa configuração evidencia uma cobertura parcial do sistema de monitoramento hidrometeorológico local, o que pode limitar a disponibilidade de séries históricas consistentes e a capacidade de análise precisa de regimes de precipitação e vazão, aspectos estratégicos para a gestão ambiental e o planejamento municipal.

Mapa 15. Rede Hidrometeorológica, Município de Doutor Ulysses – PR



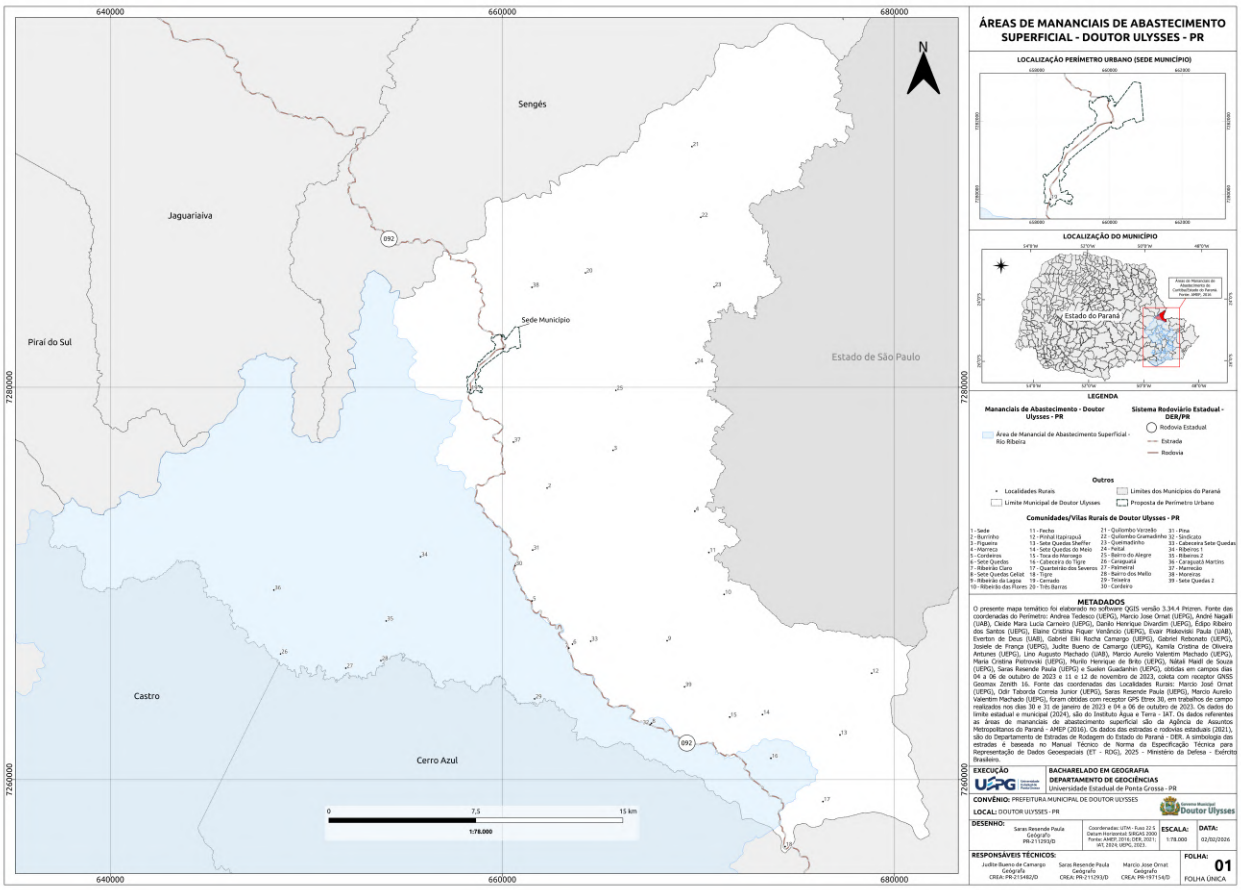
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Sobre a localização do município de Doutor Ulysses, em relação a área de manancial da Região Metropolitana de Curitiba, a área de manancial de abastecimento (em azul claro) situa-se predominantemente ao sul e sudoeste do território municipal de Doutor Ulysses. Essa área extrapola o limite municipal, abrangendo porções significativas dos municípios de Cerro Azul e Castro. Do ponto de vista regional, isso indica que Doutor Ulysses está em posição periférica imediata em

relação às áreas estratégicas de produção hídrica que contribuem para o sistema de abastecimento metropolitano.

Doutor Ulysses exerce papel indireto na segurança hídrica metropolitana, especialmente considerando a expansão da demanda hídrica da Região Metropolitana de Curitiba. Isso coloca o município como território de interesse estratégico estadual, área prioritária para políticas de conservação de mananciais e potencial beneficiário de instrumentos como PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).

Mapa 16. Área de Mananciais de Abastecimento Superficial, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

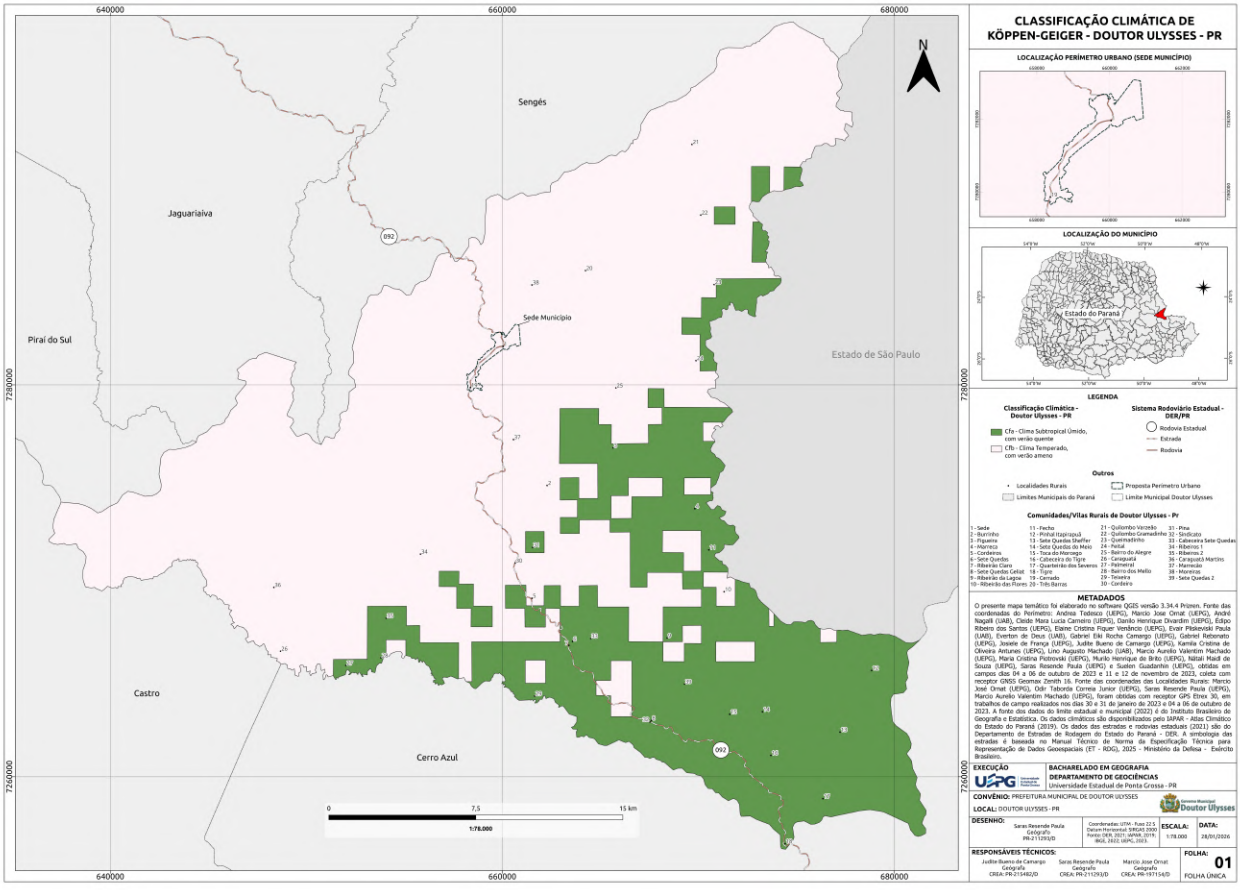
A presença e proximidade de áreas de manancial impõem restrições técnicas à expansão urbana não controlada, demandam controle rigoroso sobre parcelamento do solo em áreas declivosas e exigem compatibilização entre silvicultura, agricultura e conservação hídrica. No contexto da revisão do Plano Diretor Participativo, isso reforça a necessidade de macrozoneamento

ambiental estruturado, delimitação de Áreas de Proteção de Mananciais (APM) e regramento específico para atividades potencialmente poluidoras.

A partir da leitura cartográfica do mapa acima, pode-se inferir que a área de manancial encontra-se contígua e funcionalmente conectada ao território de Doutor Ulysses. O município ocupa posição estratégica na matriz hidroambiental do Vale do Ribeira. Sua configuração geomorfológica potencializa tanto a função de conservação quanto a vulnerabilidade ambiental. Portanto, do ponto de vista do planejamento urbano e regional, Doutor Ulysses deve ser interpretado não apenas como município periférico da RMC, mas como território estruturante na lógica de produção hídrica regional, o que demanda tratamento específico no Plano Diretor Participativo, especialmente no eixo ambiental-estratégico.

Aspectos Climáticos

Mapa 17. Classificação Climática Köppen - Geiger, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

No que se refere à caracterização climática, o município de Doutor Ulysses – PR apresenta, em seu território, a ocorrência dos tipos Cfa e Cfb, conforme a classificação climática de Köppen-Geiger. Essa diferenciação resulta, sobretudo, das variações altimétricas e da compartimentação do relevo, que influenciam diretamente os regimes térmico e pluviométrico locais.

O clima Cfa (subtropical úmido com verão quente) abrange aproximadamente 30,4%[20] do território municipal. Nessa tipologia, a temperatura média anual é de 18,3°C. O mês de janeiro apresenta as temperaturas mais elevadas, com média de 22,3°C, enquanto junho registra as menores médias térmicas, em torno de 13,4°C. Quanto ao regime de precipitação, observa-se distribuição relativamente bem distribuída ao longo do ano, com agosto configurando-se como o mês mais seco (cerca de 61 mm) e janeiro como o mais chuvoso, com média aproximada de 186 mm[21].

Por sua vez, o clima Cfb (subtropical úmido com verão temperado) corresponde a cerca de 69,6% da área municipal, constituindo a tipologia predominante. Trata-se do clima temperado propriamente dito, classificado como mesotérmico, caracterizado por temperatura média inferior a 18ºC no mês mais frio. Apresenta verões amenos, com temperatura média no mês mais quente inferior a 22ºC, e não possui estação seca definida, mantendo precipitações relativamente bem distribuídas ao longo do ano[22].

A predominância desse tipo climático no município reforça a necessidade de considerar as especificidades térmicas e pluviométricas no planejamento territorial, especialmente no que se refere ao uso do solo, à aptidão agrícola e à gestão de riscos associados a eventos climáticos extremos.

No contexto municipal, essa diversidade climática exerce influência direta sobre a organização do território. As variações térmicas e pluviométricas condicionam as atividades agrícolas, interferem na distribuição e no desenvolvimento da cobertura vegetal e repercutem na dinâmica ambiental como um todo.

Além disso, tais condicionantes físico-naturais impactam a estrutura econômica local, uma vez que as limitações impostas pelo clima, quando associadas a outros fatores ambientais, restringem a diversificação produtiva. Nesse sentido, a relativa baixa complexidade econômica do município também está vinculada às restrições ambientais que moldam as possibilidades de uso e ocupação do solo e de aproveitamento dos recursos naturais.

20 Cálculo realizado a partir da camada vetorial no software QuantumGIS 3.22.16 Bialoweza.

21 Fonte: Climate Data. Disponível em: <https://en.climate-data.org/south-america/brazil/parana/doutor-ulysses-313396/>

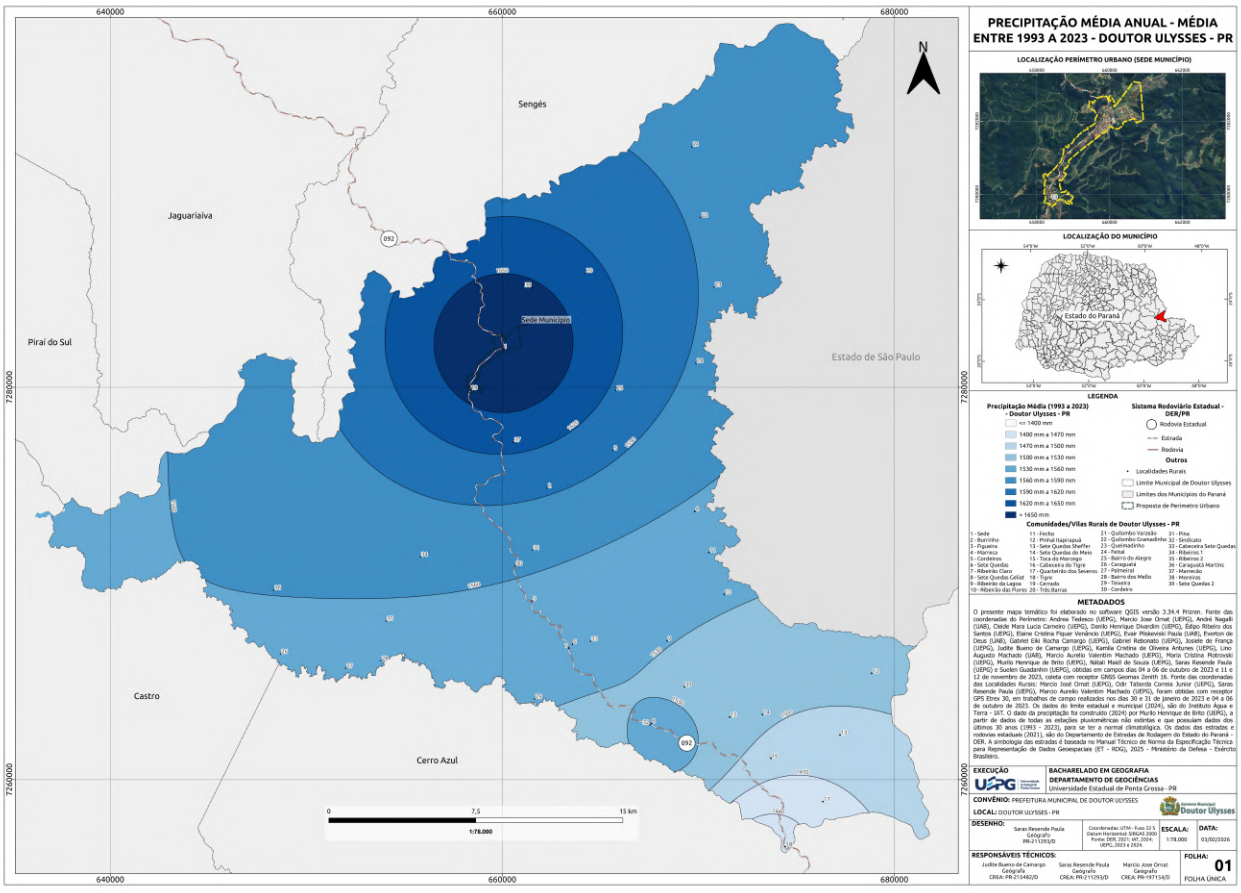
22 Fonte: CRUZ, Gilson Campos Ferreira da. Alguns Aspectos dos Campos Gerais. Clima. In: MELO, Mario Sérgio de; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 59 – 72.

No que se refere às médias anuais de precipitação, observa-se maior concentração pluviométrica na sede municipal e nas localidades de Cerrado e Moreiras, com valores superiores a 1.650 mm anuais.

Em um segundo patamar, situam-se as localidades de Marrecão e Três Barras, que apresentam índices médios variando entre 1.620 mm e 1.650 mm. Já nas localidades de Burrinho, Figueira e Bairro do Alegre, os volumes médios anuais são ligeiramente inferiores, oscilando entre 1.590 mm e 1.620 mm.

Essa distribuição espacial evidencia variações internas no regime pluviométrico municipal, aspecto relevante para o planejamento do uso do solo, da produção agrícola e da gestão de riscos associados a eventos hidrometeorológicos.

Mapa 18. Precipitação Média Anual, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Os dados expostos no Quadro abaixo ilustram o padrão da precipitação e da temperatura no decorrer dos anos.

Quadro 3. Dados Meteorológicos para o município de Doutor Ulysses, provenientes da Estação Meteorológica de Cerro Azul – PR[23].

Temperatura do ar (ºC)							Precipitação (mm)			
Mês	**Méd. máx.**	**Méd. mín.**	**Máx. absoluta - Ano**		**Mín. absoluta - Ano**		**Total**	**Máx. 24 h**	**Ano**	**Dias chuvas**
Jan	31,6	19,8	40,4	1984	10,0	1980	182,7	71,6	1973	16
Fev	31,8	20,0	39,1	1984	12,2	1991	147,2	101,7	1975	14
Mar	30,5	19,1	37,4	1977	6,2	1987	120,1	90,6	1990	13
Abr	28,5	16,6	36,2	1990	4,6	1972	70,4	58,9	1982	8
Mai	24,9	13,7	–	–	-1,4	1979	101,7	130,0	1983	10
Jun	22,4	11,5	31,6	1982	-2,4	1978	85,6	70,0	1982	10
Jul	23,0	10,8	33,6	1977	-2,0	1975	76,7	80,0	1982	8
Ago	24,6	11,7	34,8	1985	-0,5	1991	69,5	71,0	1973	7
Set	25,3	13,6	38,2	1994	1,0	72/80	109,9	73,2	1990	10
Out	27,8	15,9	–	–	4,6	1986	125,8	53,0	1996	12
Nov	30,0	17,5	40,2	1985	7,8	76/85	106,5	89,8	1997	11
Dez	31,0	19,0	39,6	1985	10,0	1972	163,8	104,8	1989	15
Ano	27,6	15,8					1360			133

A leitura do Quadro 3 acima permite caracterizar de forma consistente o regime térmico e pluviométrico regional, evidenciando sazonalidade bem definida e ausência de estação seca pronunciada.

No que se refere ao regime térmico, a temperatura média máxima anual é de 27,6 °C, enquanto a média mínima anual é de 15,8 °C, resultando em uma amplitude térmica média aproximada de 11,8 °C. Esse comportamento é típico de clima subtropical, com verões quentes e invernos amenos a frios.

A sazonalidade é claramente marcada: os meses mais quentes são janeiro e fevereiro, com médias máximas de 31,6 °C e 31,8 °C, respectivamente, enquanto os meses mais frios são junho e julho, com médias mínimas de 11,5 °C e 10,8 °C. Em relação aos extremos térmicos, registra-se

23 Adaptado de: IDR – Paraná. Dados Meteorológicos Históricos e Atuais. Estação Cerro Azul. Código 02449013, Lat. 24,49 S / Long. 49,15 O, Altitude 360 metros. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/agrometeorologia/medias-historicas/Cerro_Azul.pdf>

máxima absoluta de 40,4 °C (janeiro de 1984) e mínima absoluta de -2,4 °C (junho de 1978). A ocorrência de temperaturas negativas no inverno indica possibilidade de geadas, aspecto relevante para culturas agrícolas sensíveis e para o planejamento produtivo rural.

Quanto ao regime pluviométrico, a precipitação anual acumulada é de 1.360 mm, distribuída ao longo de 133 dias de chuva por ano. Esse volume confirma padrão climático úmido, com chuvas relativamente bem distribuídas ao longo dos meses. Janeiro configura-se como o mês mais chuvoso, com 182,7 mm, enquanto julho (76,7 mm) e agosto (69,5 mm) apresentam os menores totais.

Ainda que se observe redução das precipitações no inverno, não se caracteriza estação seca definida, pois os totais mensais permanecem acima de 60 mm. Destacam-se, ainda, eventos de chuva intensa, como o registro de 130,0 mm em 24 horas (maio de 1983), além de ocorrências expressivas em dezembro (104,8 mm) e fevereiro (101,7 mm). Tais eventos indicam potencial para enxurradas, processos erosivos e movimentos de massa, especialmente em áreas declivosas.

Em síntese, os dados confirmam enquadramento climático compatível com os tipos Cfa e Cfb da classificação de Köppen, caracterizados por verões quentes e úmidos, invernos amenos a frios, chuvas bem distribuídas ao longo do ano, alta frequência de dias chuvosos e ocorrência eventual de frio intenso.

Do ponto de vista do planejamento municipal, esse regime climático indica disponibilidade hídrica significativa, favorável à produção agropecuária, mas também aponta riscos associados a eventos extremos de precipitação, exigindo planejamento eficiente da drenagem urbana, controle rigoroso da ocupação em áreas de encosta e preservação de Áreas de Preservação Permanente e da cobertura vegetal.

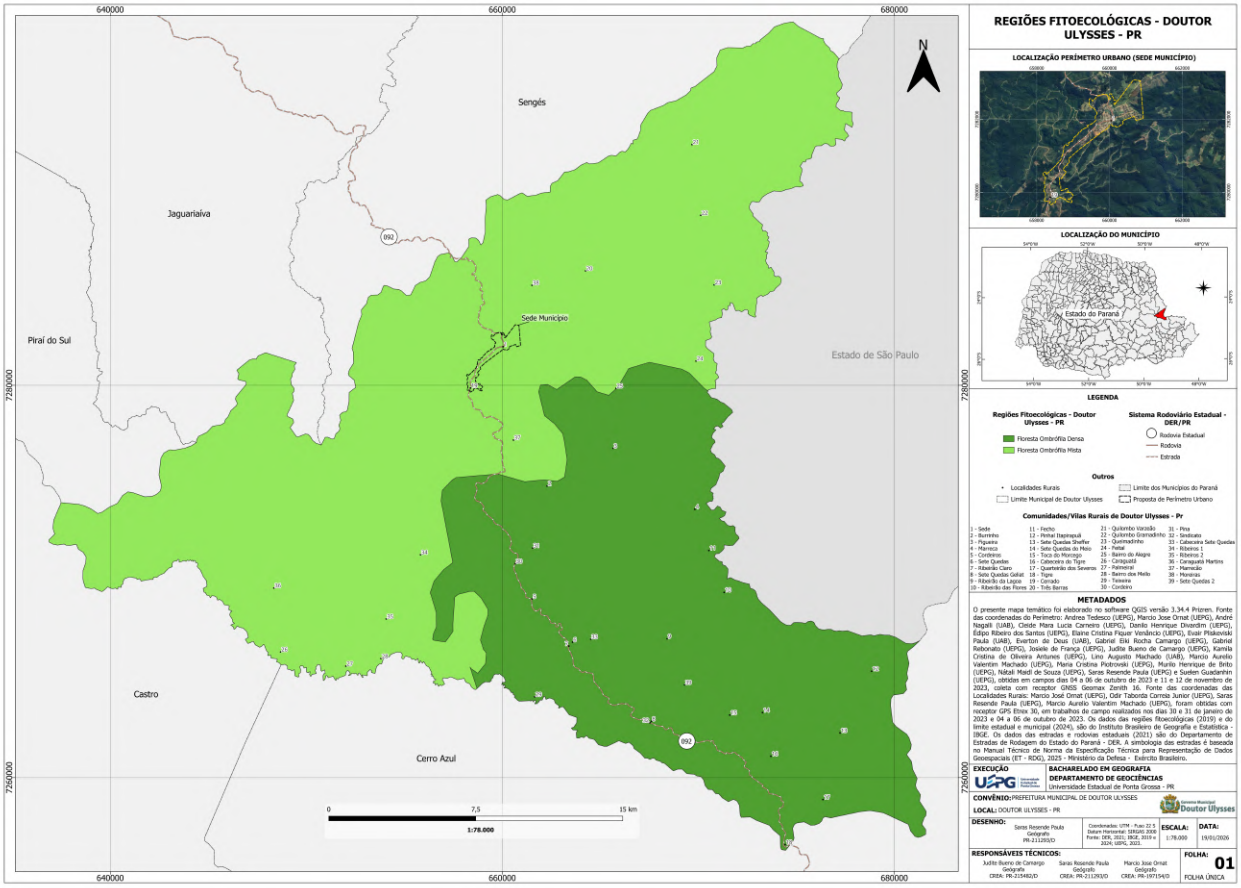
Além disso, a possibilidade de geadas deve ser considerada na definição da aptidão agrícola e na orientação das atividades produtivas. Em termos técnicos, o quadro climático reforça a necessidade de integração entre planejamento territorial, gestão de riscos e conservação ambiental, sobretudo diante do relevo acidentado predominante no município.

Vegetação

O município de Doutor Ulysses – PR apresenta elevada diversidade ecológica, destacando-se a ocorrência de duas importantes Unidades Fitogeográficas: a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Ombrófila Densa (FOD). Essas formações compõem o domínio da Mata Atlântica e estruturam a paisagem natural do território municipal.

Ambas as tipologias correspondem a formações florestais caracterizadas pela predominância de espécies arbóreas de grande porte, elevada densidade de cobertura vegetal e significativa diversidade florística[24]. Tais características conferem alta complexidade estrutural ao ecossistema, além de desempenharem funções ambientais estratégicas, como a proteção do solo, a regulação do regime hídrico e a manutenção da biodiversidade.

Mapa 19. Regiões Fitoecológicas, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Um dos aspectos centrais das formações ombrófilas, conforme indica o próprio termo “Ombrófila”, refere-se ao regime pluviométrico caracterizado por chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Essa regularidade na precipitação assegura relativa estabilidade hídrica ao ecossistema, condição que favorece a elevada abundância e diversidade de espécies, além de sustentar formações florestais densas e estruturalmente complexas[25].

24 Fonte: Roderjan et al. As unidades Fitogeográficas do Estado do Paraná. 1993. Disponível em: <https://cienciaeambiente.com.br/shared-files/2372/?075-092.pdf>

25 Idem.

No caso da Floresta Ombrófila Densa (FOD), observa-se elevada diversidade florística, podendo ultrapassar 700 espécies, além de significativo índice de produção de biomassa[26]. Trata-se da formação mais robusta no território de Doutor Ulysses, apresentando grande heterogeneidade estrutural e composição variada. No município, essa tipologia ocorre predominantemente na forma de Floresta Ombrófila Densa Montana, distribuída em altitudes que variam entre 400 m e 1.200 m. A variação altimétrica contribui para a formação de microclimas específicos, que influenciam diretamente a composição florística, a estratificação vegetal e a dinâmica das comunidades bióticas.

Por sua vez, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) caracteriza-se pela coexistência de espécies típicas da flora tropical e da flora temperada, configurando um ambiente de transição ecológica. Popularmente conhecida como Mata ou Floresta de Araucárias, essa formação é marcada pela presença expressiva de Araucária Angustifólio, espécie emblemática da paisagem regional. Predomina em altitudes entre 800 m e 1.200 m, podendo, contudo, ocorrer em cotas superiores, conforme as condições locais de relevo e clima[27].

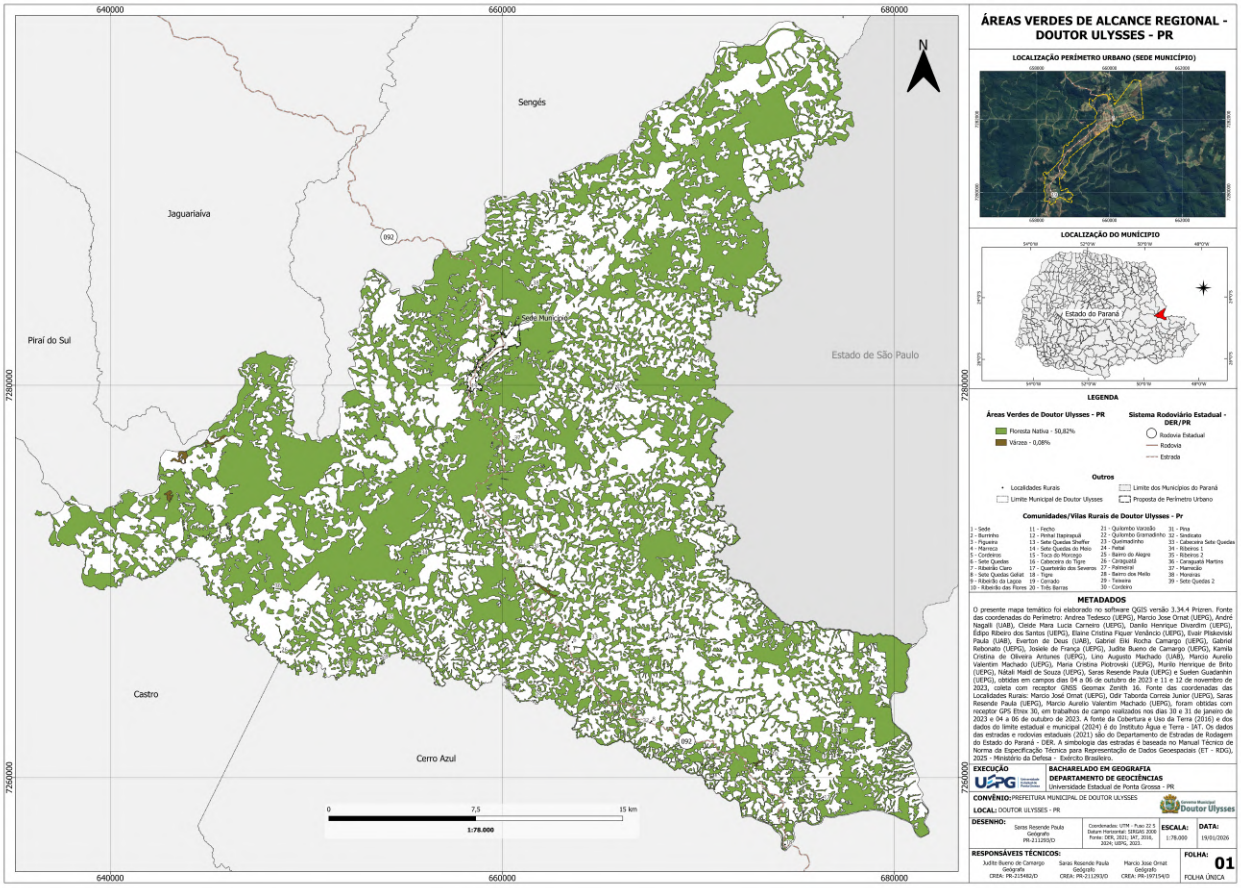
Conforme ilustrado no Mapa a seguir, o município de Doutor Ulysses apresenta predominância de cobertura vegetal nativa, com 50,82% de seu território constituído por florestas nativas, além de 0,08% correspondente a áreas de várzea.

Essa configuração evidencia a elevada relevância ambiental do município, impondo a necessidade de proteção e manejo adequado desses remanescentes, tanto para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos quanto para a manutenção dos serviços ecossistêmicos associados. Ademais, a preservação dessas áreas também se relaciona à salvaguarda das práticas e tradições culturais das comunidades locais, cuja dinâmica socioeconômica mantém estreita relação com o meio natural.

26 Antunes et al. Plano de Ação Territorial para a Conservação de Espécies ameaçadas de Extinção Caminho das Tropas Paraná-São Paulo Sumário Executivo. Brasília, DF. Fundo Mundial para a Natureza, 2023. Disponível em: <https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-01/sumario_patcaminhodastropas_web_27dez23.pdf>

27 Idem.

Mapa 20. Áreas Verdes de Alcance Regional, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A análise geográfica das Áreas Verdes de Alcance Regional de Doutor Ulysses, a partir do cruzamento[28] com os mapas de Hipsometria e Declividade evidencia que a estrutura ambiental do município é fortemente influenciada pelos fatores geomorfológicos e altimétricos.

O mapa hipsométrico demonstra que o município apresenta amplitude altimétrica significativa, com setores mais elevados concentrados nas porções norte e noroeste, faixas intermediárias predominando no centro do território, e áreas de menor altitude na porção sudeste. Ao sobrepor essa informação com o mapa de Áreas Verdes, observa-se que os maiores blocos contínuos de floresta nativa concentram-se justamente nas faixas de maior altitude.

Isso indica que os compartimentos mais elevados, associados a relevo mais acidentado e menor aptidão agrícola, mantiveram maior integridade ambiental. Já nas áreas de menor altitude,

28 Modelagens realizadas através do ChatGPT 5.2 – OpenAI.

especialmente no setor sudeste, a cobertura vegetal apresenta maior fragmentação, sugerindo maior pressão antrópica e uso agropecuário mais intensivo.

O mapa de declividade classifica o território em seis categorias, evidenciando predomínio de relevo ondulado a forte ondulado (8%–45%), setores montanhosos (45%–75%) e pontos escarpados (>75%). O cruzamento com o mapa de Áreas Verdes revela correspondência espacial clara entre floresta nativa e classes de forte ondulado, montanhoso e escarpado, e áreas mais suavizadas e onduladas com maior fragmentação florestal.

Esse padrão confirma que a declividade atua como fator limitante à ocupação humana, funcionando como variável estruturante da conservação ambiental. Em termos geográficos, a preservação florestal em Doutor Ulysses não é aleatória, mas profundamente influenciada pela morfodinâmica do relevo.

A análise integrada entre relevo – altitude - cobertura vegetal evidencia que as áreas situadas em altitudes mais elevadas, associadas a altas declividades, apresentam maior continuidade de cobertura florestal, refletindo as restrições naturais impostas pelo relevo acidentado. Nessas porções do território, a dificuldade de mecanização e ocupação intensiva favoreceu a preservação dos remanescentes vegetais.

Em contrapartida, nas altitudes intermediárias, onde predomina relevo ondulado, observa-se um padrão de mosaico marcado pela fragmentação da cobertura vegetal, resultado da combinação entre condições físicas menos restritivas e uso agropecuário. Já nas áreas de menor declividade, a maior aptidão ao uso produtivo torna o território mais suscetível à conversão do solo, intensificando processos de substituição da vegetação nativa por atividades antrópicas.

As Áreas Verdes de Alcance Regional desempenham funções estruturais essenciais para a organização ambiental do território municipal. Entre suas principais atribuições destacam-se a proteção de encostas e a garantia de estabilidade geotécnica, especialmente em áreas de relevo acidentado, contribuindo para a mitigação de processos erosivos e movimentos de massa. Essas áreas também exercem papel fundamental na regulação do escoamento superficial, favorecendo a infiltração da água no solo, a proteção de nascentes e a manutenção do equilíbrio hidrológico das bacias hidrográficas locais.

Além disso, constituem elementos estratégicos para a manutenção da conectividade ecológica em escala intermunicipal, assegurando a continuidade dos fluxos gênicos e a mobilidade da fauna. Essa conectividade é particularmente relevante no contexto da conservação da

biodiversidade da Mata Atlântica no Vale do Ribeira, uma das maiores áreas contínuas desse bioma no país.

O mapa acima evidencia a continuidade territorial dos remanescentes florestais para além dos limites administrativos do município, reforçando o papel de Doutor Ulysses como corredor ecológico regional e como área de suporte ambiental dentro de um sistema mais amplo de conservação.

A análise desta organização espacial evidencia que as áreas ambientalmente mais sensíveis do município coincidem, de forma predominante, com setores de maior altitude e declividade acentuada, onde os condicionantes geomorfológicos impõem limitações significativas ao uso e à ocupação do solo. Nesses compartimentos, a fragilidade ambiental é ampliada pela maior suscetibilidade a processos erosivos e instabilidades geotécnicas, o que reforça a necessidade de critérios mais rigorosos de ordenamento territorial.

Nesse contexto, a expansão urbana e as atividades produtivas devem ser orientadas prioritariamente para faixas de menor restrição geomorfológica, onde a declividade é mais moderada e os riscos ambientais são reduzidos. Setores com declividade superior a 30% demandam diretrizes restritivas de uso, incluindo controle da impermeabilização do solo, limitação de parcelamentos e exigência de estudos geotécnicos específicos. Já as áreas montanhosas e escarpadas devem ser reconhecidas como zonas prioritárias de conservação, em razão de sua relevância ecológica e de sua função na manutenção da estabilidade do território.

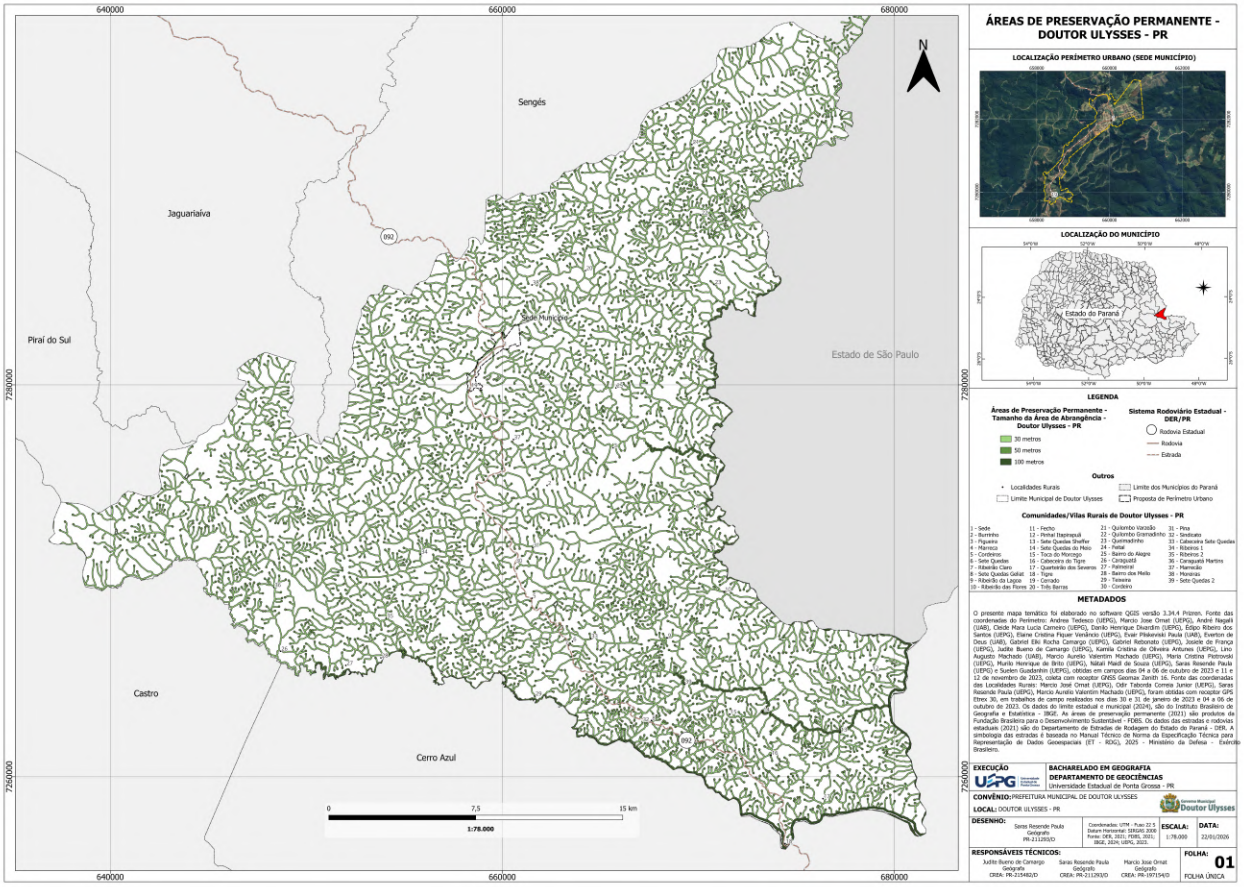
Sob a perspectiva técnica, as Áreas Verdes configuram elemento estruturante do espaço municipal, não apenas como remanescentes florestais isolados, mas como um sistema ambiental integrado à morfologia do relevo e à dinâmica hídrica. Sua preservação e manejo adequado são fundamentais para assegurar equilíbrio ambiental, segurança territorial e sustentabilidade no processo de planejamento e gestão municipal.

Áreas de Preservação Permanente na Escala Municipal

A Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), em seu artigo 3º, inciso II, define Área de Preservação Permanente (APP) como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, destinada ao cumprimento de funções ambientais específicas. Entre essas funções destacam-se a preservação dos recursos hídricos, a proteção da paisagem, a garantia da estabilidade geológica e da biodiversidade, a facilitação do fluxo gênico de fauna e flora, a proteção do solo e a promoção do bem-estar das populações humanas.

Essa definição evidencia que as APPs não se restringem à presença de vegetação, mas constituem instrumentos jurídicos de ordenamento territorial e proteção ambiental, voltados à manutenção do equilíbrio ecológico e à redução de riscos socioambientais.

Mapa 21. Áreas de Preservação Permanente, Município de Doutor Ulysses – PR



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Conforme já destacado na caracterização hidrográfica, o município de Doutor Ulysses apresenta elevada densidade de cursos d’água, condição que se reflete diretamente na expressiva presença de Áreas de Preservação Permanente (APPs) em seu território. O Mapa acima espacializa essas áreas protegidas, evidenciando sua ampla distribuição e relevância ambiental.

A análise quantitativa indica que 77,21% da área total de APP corresponde a faixas marginais de cursos d’água com largura entre 0 e 10 metros, cuja metragem de proteção é de 30 metros em cada margem, conforme a legislação vigente. Outros 3,55% referem-se a cursos d’água com largura entre 10 e 50 metros, com APP de 50 metros; 1,30% correspondem a cursos d’água entre 50 e 200 metros de largura, com faixa de proteção de 100 metros; e 0,04% abrangem massas

d’água, com APP de 30 metros no entorno. Além disso, 17,87% da área total de APP está associada às nascentes, cuja área mínima de preservação é de 50 metros de raio.

Esse quadro evidencia que a maior parte das APPs municipais está vinculada a pequenos cursos d’água e nascentes, reforçando a importância da proteção das microbacias hidrográficas para a manutenção da qualidade hídrica, da estabilidade geomorfológica e da funcionalidade ecológica do território.

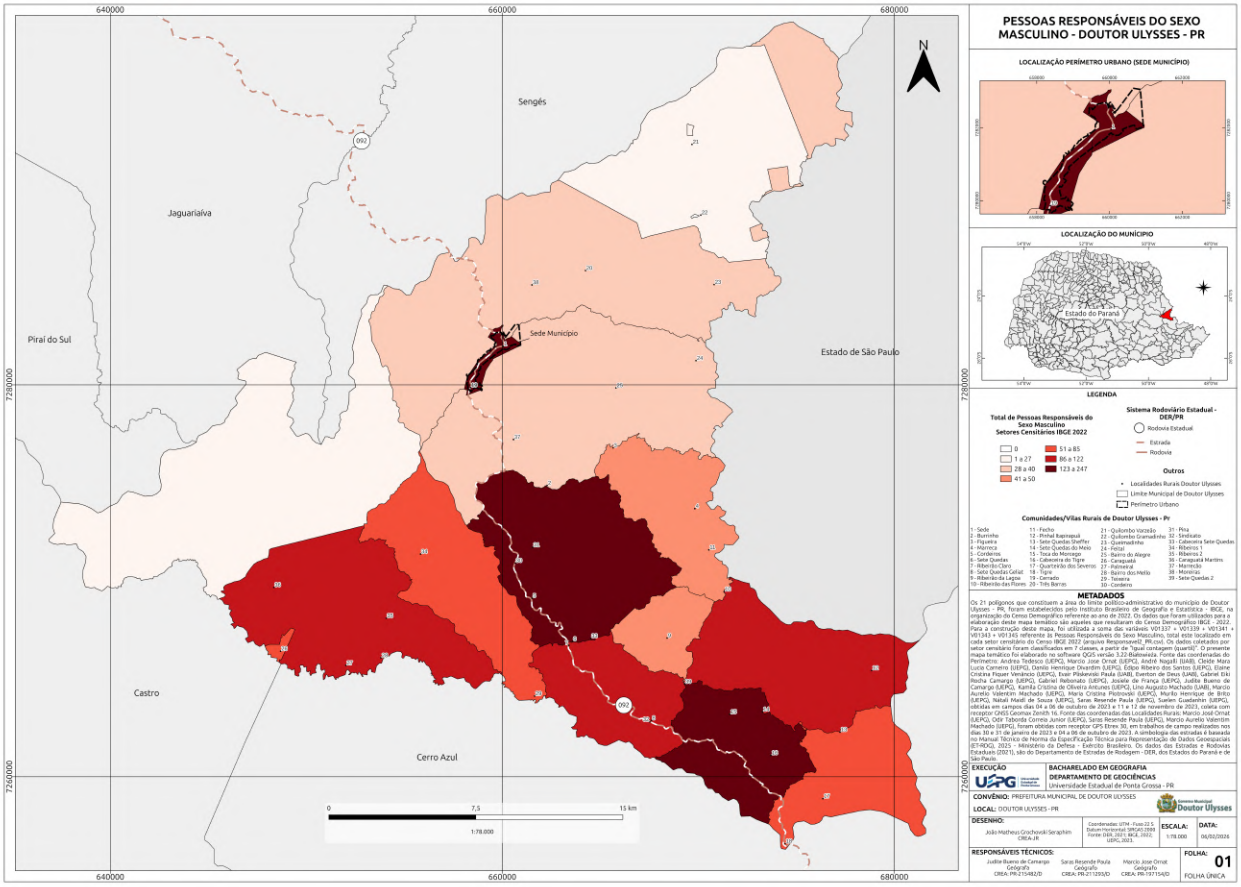
6. PERFIL POPULACIONAL DE DOUTOR ULYSSES - PR

Aspectos Gerais

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2022), o município de Doutor Ulysses possui população total de 5.697 habitantes. Desse contingente, 1.644 residentes encontram-se na área urbana (28,86 %), enquanto 4.053 vivem na zona rural (71,14 %), evidenciando a predominância de população rural no território municipal.

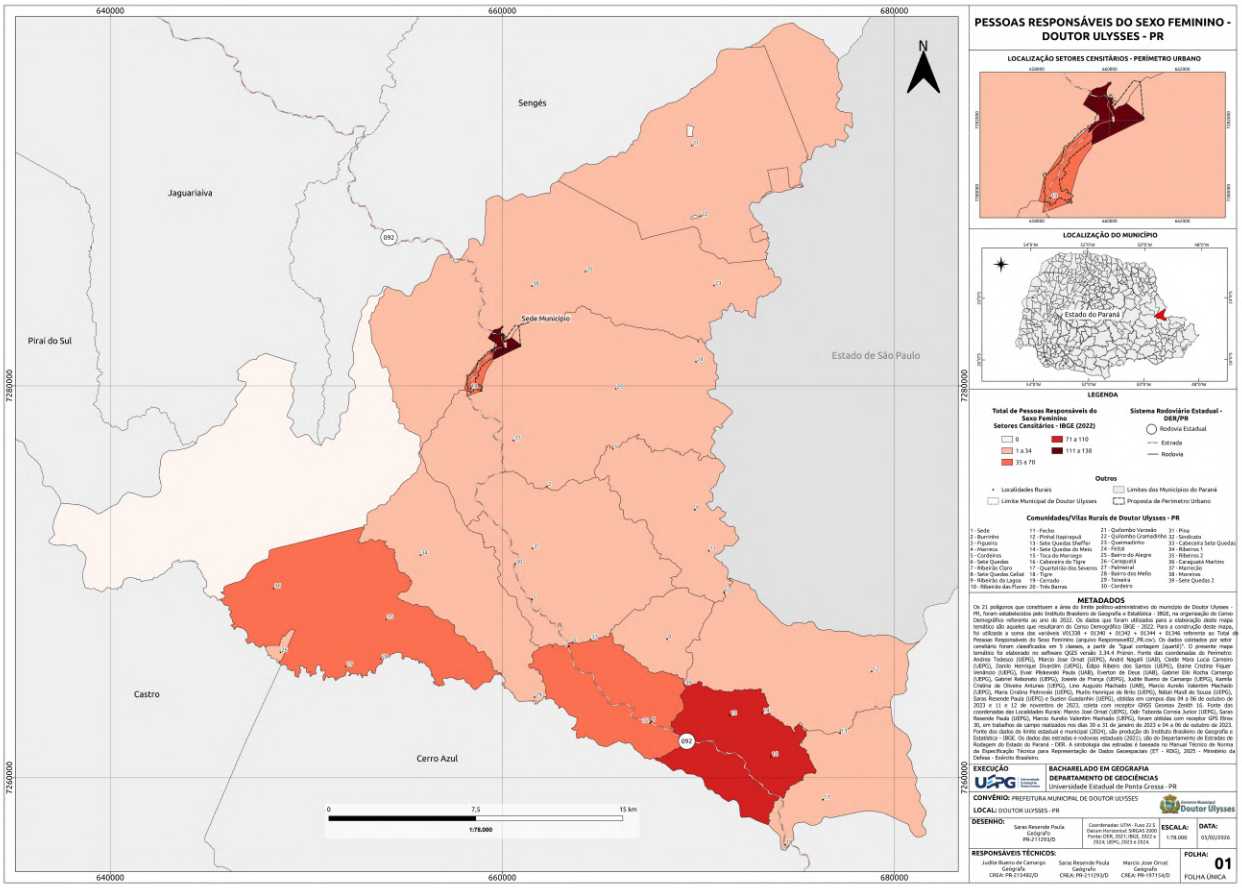
No que se refere à distribuição por sexo, o município apresenta 2.732 mulheres (47,96 %) e 2.965 homens (52,04 %), indicando leve predominância da população masculina. Esse perfil demográfico reforça a característica rural do município e constitui elemento relevante para a formulação de políticas públicas e para o planejamento territorial.

Mapa 22. Pessoas Responsáveis do Sexo Masculino, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 23. Pessoas Responsáveis do Sexo Feminino, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A análise[29] da organização espacial entre os mapas de Pessoas Responsáveis do Sexo Masculino e Pessoas Responsáveis do Sexo Feminino (IBGE, 2022) permite compreender a distribuição territorial da chefia domiciliar por sexo no município de Doutor Ulysses.

A análise comparativa dos mapas evidencia forte correspondência espacial entre a distribuição de responsáveis do sexo masculino e feminino, indicando que os setores com maior número de responsáveis masculinos são, em geral, os mesmos que concentram maior número de responsáveis femininos. Esse padrão demonstra que a variável determinante da concentração não é o sexo, mas a densidade domiciliar e populacional. Assim, os setores mais intensamente ocupados, especialmente na sede municipal e na porção centro-sul do território municipal, reúnem tanto responsáveis masculinos quanto femininos, refletindo a estrutura geral de ocupação do espaço.

Na sede municipal, observa-se maior intensidade de concentração em ambos os mapas, evidenciando maior número absoluto de responsáveis, maior concentração de domicílios, maior

29 Modelagens realizadas através do ChatGPT 5.2 – OpenAI.

densidade populacional e uma estrutura urbana consolidada. Nesse contexto, a chefia domiciliar feminina tende a apresentar maior expressão relativa.

Nas áreas rurais mais dispersas, por sua vez, observa-se predominância relativa de responsáveis do sexo masculino, especialmente nos setores de maior extensão territorial situados ao sul e sudoeste do município. Esse padrão pode estar associado à estrutura tradicional da agricultura familiar, à organização produtiva baseada na figura masculina como titular formal da propriedade e à herança fundiária rural. Ainda assim, a presença de responsáveis femininas distribuídas pelo território indica mudanças graduais na estrutura familiar e nas relações socioeconômicas locais.

De forma comparativa, a organização espacial revela três padrões principais: um núcleo urbano com equilíbrio mais próximo entre responsáveis masculinos e femininos; setores rurais consolidados com predominância masculina; e áreas de baixa densidade populacional com baixos valores absolutos em ambos os sexos. A distribuição, portanto, acompanha a lógica da ocupação territorial e da densidade domiciliar, não configurando segregação espacial por gênero.

A leitura territorial sugere que, embora a chefia domiciliar masculina ainda seja predominante no município, a chefia feminina apresenta maior expressão proporcional na área urbana. A configuração espacial reflete um padrão socioeconômico rural-tradicional, mas em transição, com ampliação da diversidade de arranjos familiares.

Sob a perspectiva do planejamento municipal, essa dinâmica indica a necessidade de políticas específicas de apoio às mulheres chefes de família na área urbana, atenção à titularidade fundiária no meio rural, estratégias de inclusão produtiva feminina e incorporação da dinâmica familiar nas políticas habitacionais e sociais, de modo a promover maior equidade e adequação das ações públicas à realidade territorial.

A análise[30] comparativa entre o mapa de Domicílios Particulares Permanentes – Doutor Ulysses e o mapa de População Residente em Domicílios Particulares Permanentes – IBGE evidencia forte correspondência espacial entre a distribuição habitacional e a distribuição populacional no território municipal.

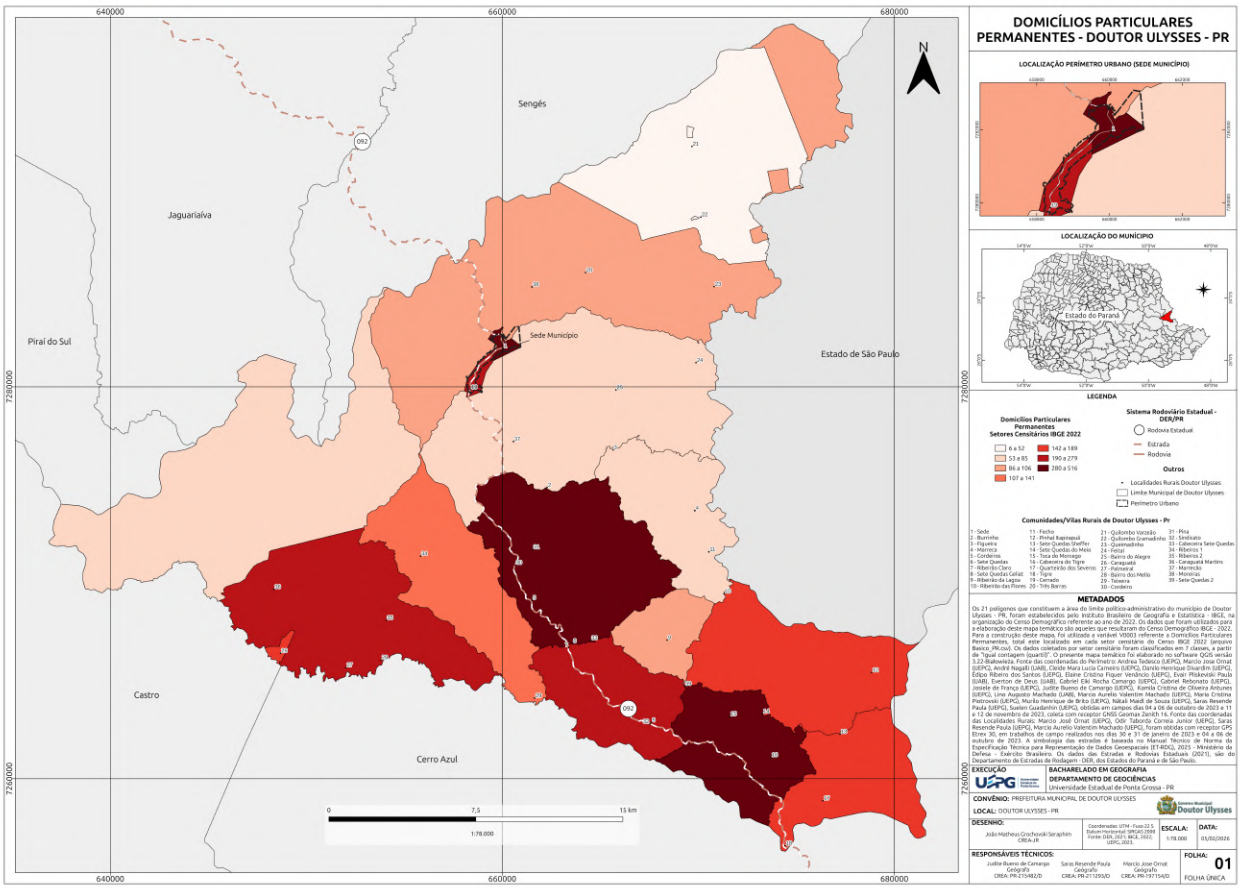
Os setores que apresentam maior número de domicílios são os mesmos que concentram maior contingente populacional, indicando que a estrutura da ocupação acompanha de forma proporcional a malha habitacional existente. Não se observam indícios significativos de grandes estoques de domicílios vazios, superlotação acentuada ou desequilíbrio estrutural entre oferta

30 Idem.

habitacional e ocupação. A população distribui-se de maneira coerente com a quantidade de unidades habitacionais disponíveis.

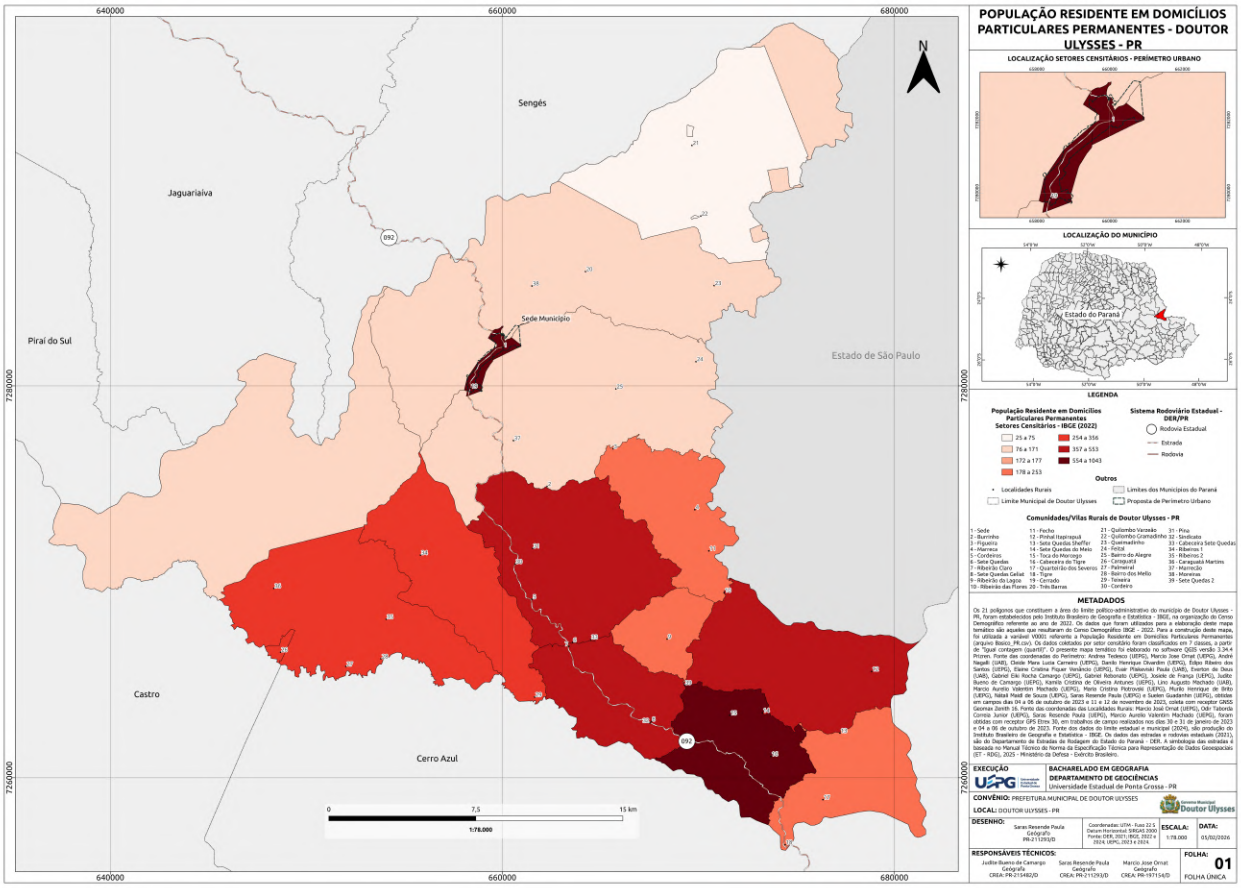
Os mapas destacam maior intensidade nos setores da porção centro-sul e sul do município, além da sede municipal, que reúnem maior número absoluto de domicílios, maior concentração populacional e maior densidade relativa dentro do contexto municipal. Esse padrão sugere que a dinâmica territorial se organiza a partir de um eixo estruturante, possivelmente associado às principais vias de circulação e às áreas de maior acessibilidade, que funcionam como elementos articuladores da ocupação, no caso a PR 092.

Mapa 24. Domicílios Particulares Permanentes, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 25. População Residente em Domicílios Particulares Permanentes, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A sede urbana assume papel de núcleo polarizador, concentrando tanto domicílios quanto população. A organização espacial revela um núcleo urbano de configuração linear, com maior compactação habitacional e estrutura consolidada de ocupação. Essa configuração é típica de municípios de pequeno porte, nos quais a urbanização se concentra em um núcleo definido, cercado por extenso território rural. Nas porções norte e noroeste do município, observa-se baixa densidade domiciliar e populacional, caracterizada por ocupação dispersa, pequenas comunidades rurais e baixa intensidade demográfica. Esse padrão confirma o predomínio da ruralidade e a dispersão habitacional, coerente com o perfil demográfico já identificado, no qual 71,14% da população reside na zona rural.

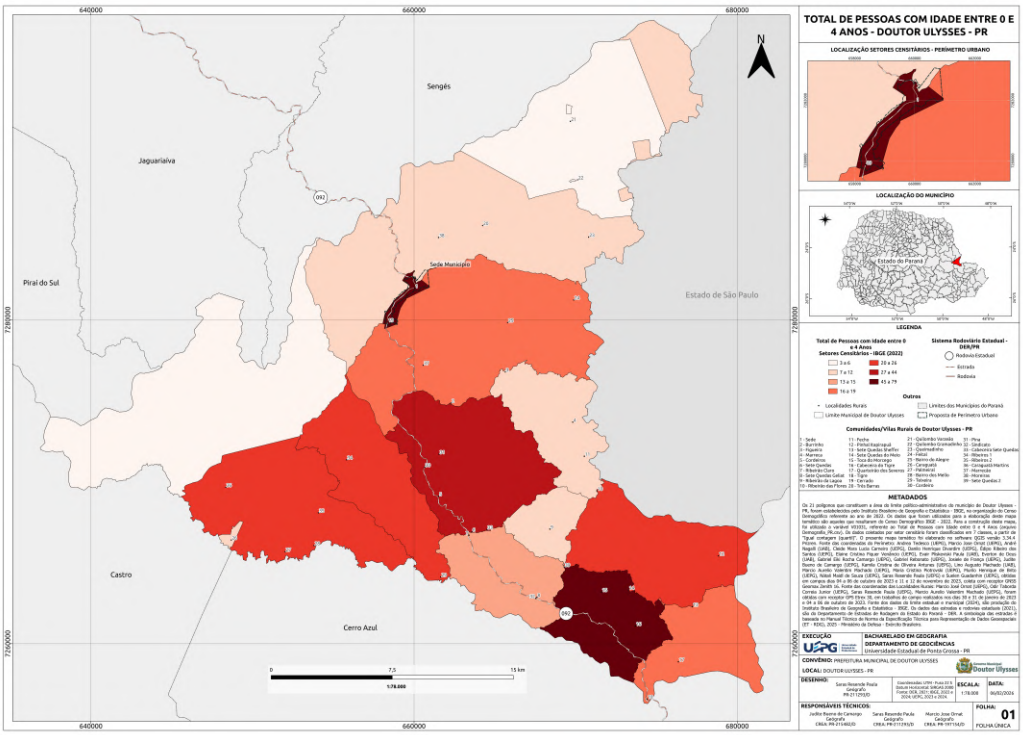
A análise comparativa entre os mapas indica proporcionalidade entre número de domicílios e população residente, ausência de sobrecarga habitacional expressiva, predominância de ocupação unifamiliar e estrutura demográfica compatível com baixa densidade territorial. Não há evidências cartográficas de setores com descompasso estrutural relevante entre estoque habitacional e

contingente populacional. De forma geral, a organização espacial confirma um padrão de ocupação concentrada na sede e no eixo centro-sul, associado a forte dispersão rural e baixa densidade média, compondo uma estrutura habitacional consolidada e funcional. O território apresenta equilíbrio entre domicílios permanentes e população residente, demonstrando que a dinâmica demográfica está ajustada à capacidade habitacional existente.

Em síntese, a relação espacial entre domicílios particulares permanentes e população residente revela um município de baixa densidade, cuja ocupação territorial se organiza a partir da sede municipal e de núcleos rurais consolidados. A distribuição é coerente e proporcional, refletindo estrutura habitacional estável, sem indícios de pressão urbana significativa ou desequilíbrios demográficos setoriais. Para o planejamento municipal, o foco estratégico deve priorizar a qualificação da infraestrutura existente, o fortalecimento do saneamento rural e a consolidação urbana compacta, evitando a ampliação da dispersão territorial.

A análise[31] integrada da organização espacial dos mapas abaixo, relacionada a distribuição etária por faixas (0–4 até 70 anos ou mais), revela um padrão territorial coerente e estruturalmente articulado no município de Doutor Ulysses.

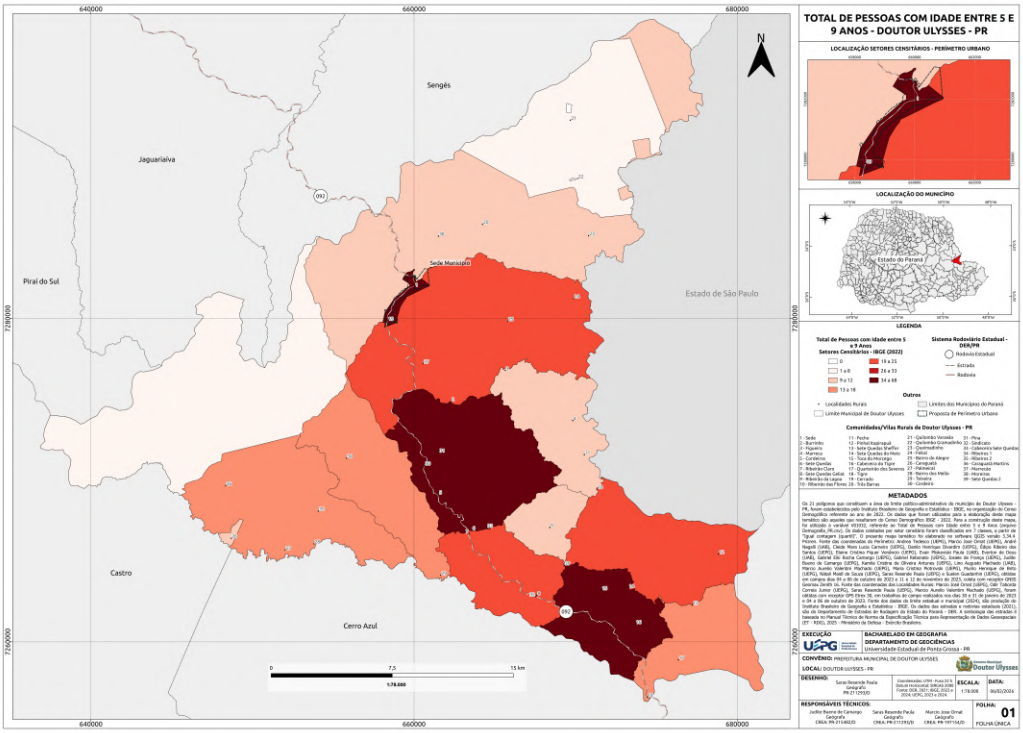
Mapa 26. População com Idade entre 0 e 4 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

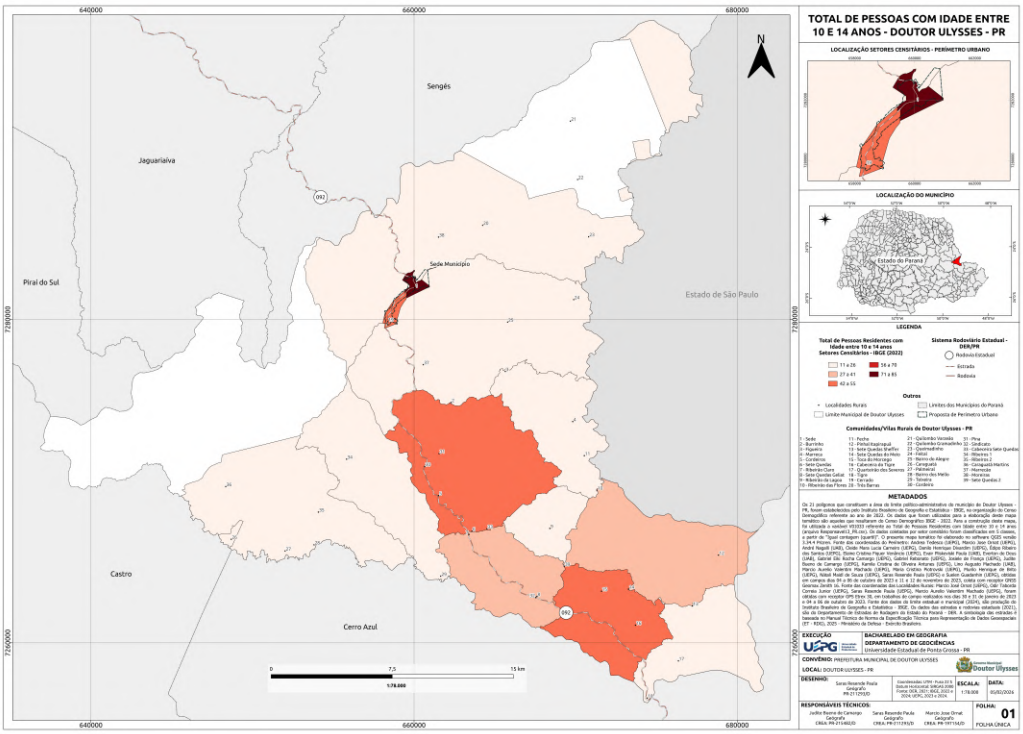
31 Idem.

Mapa 27. População com Idade entre 5 e 9 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



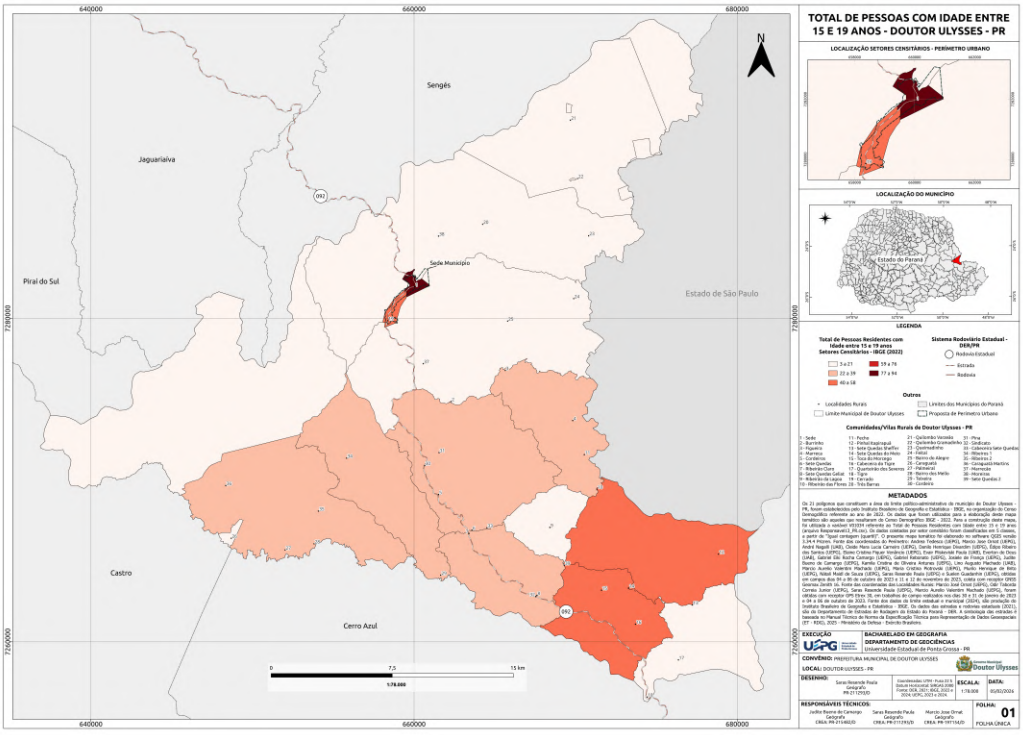
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 28. População com Idade entre 10 e 14 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



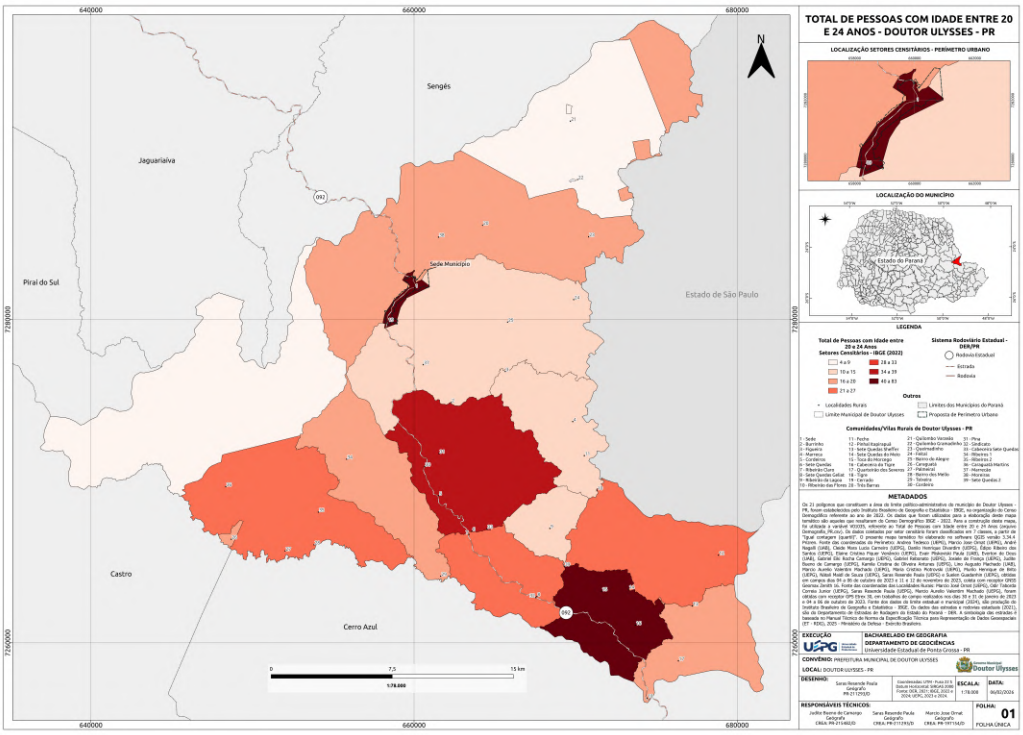
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 29. População com Idade entre 15 e 19 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



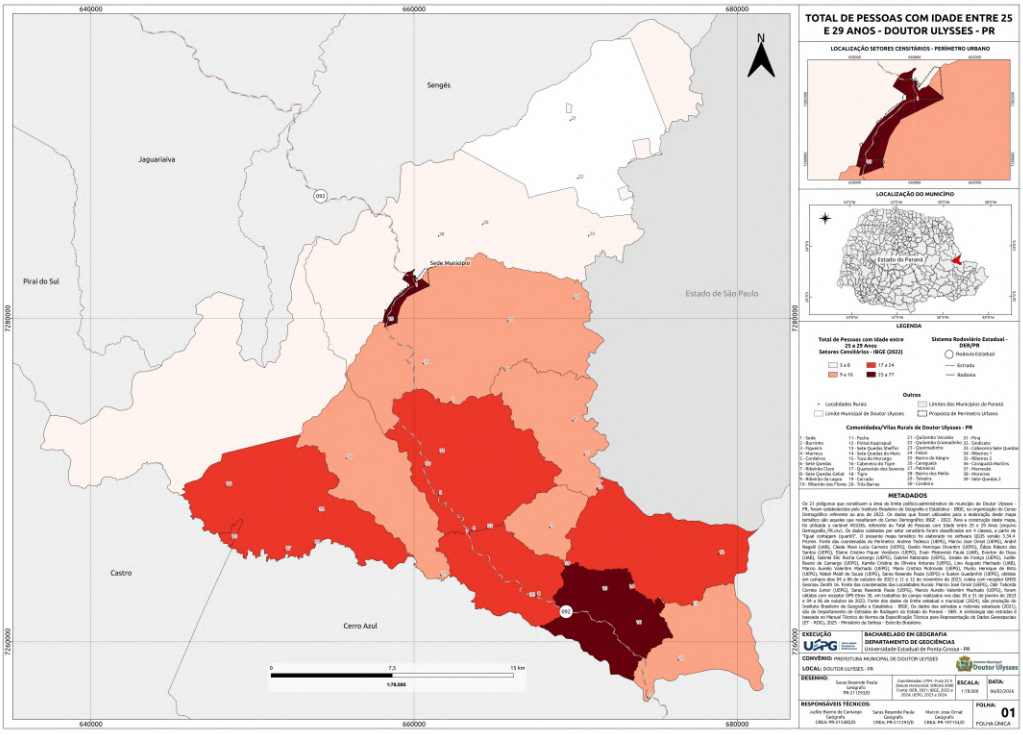
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 30. População com Idade entre 20 e 24 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



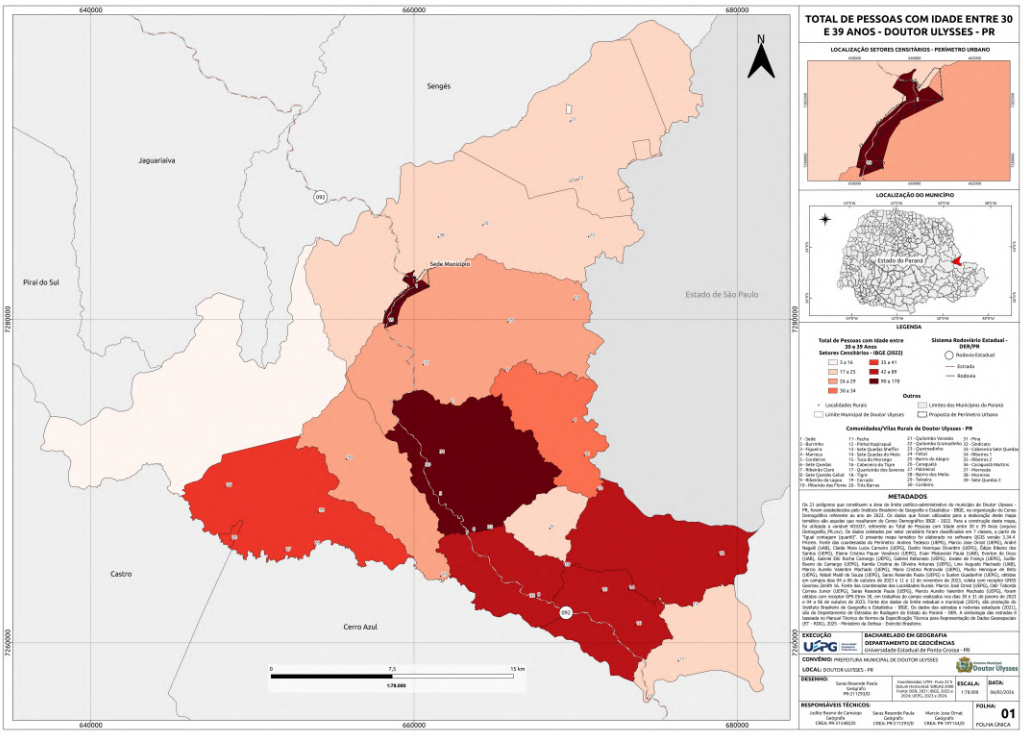
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 31. População com Idade entre 25 e 29 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



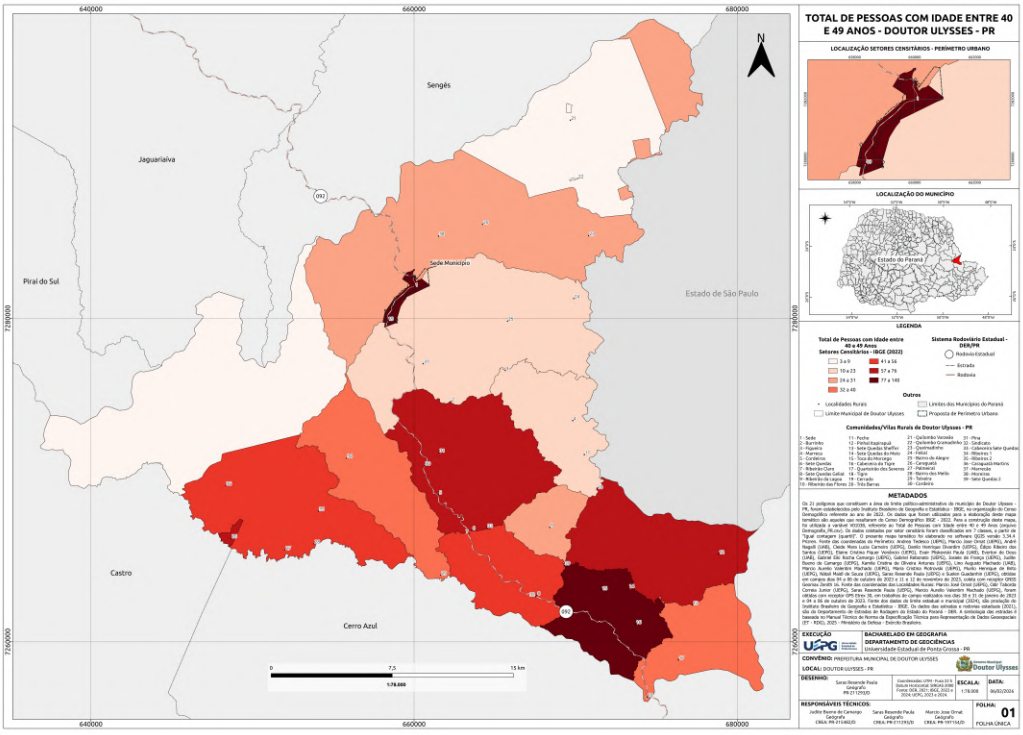
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 32. População com Idade entre 30 e 39 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



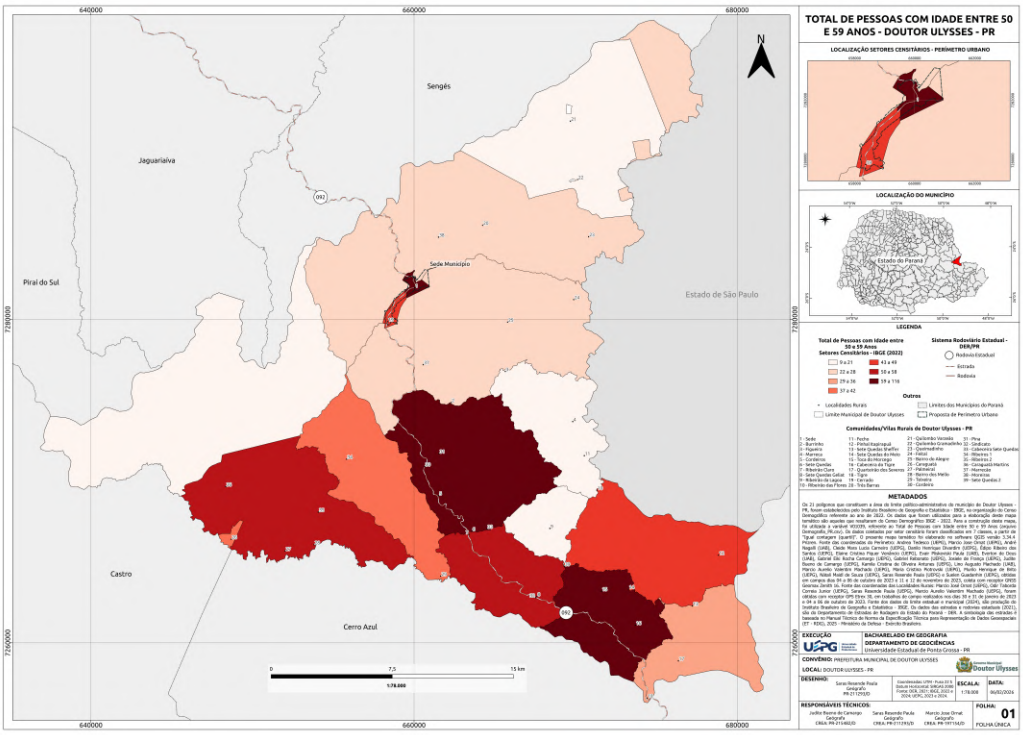
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 33. População com Idade entre 40 e 49 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



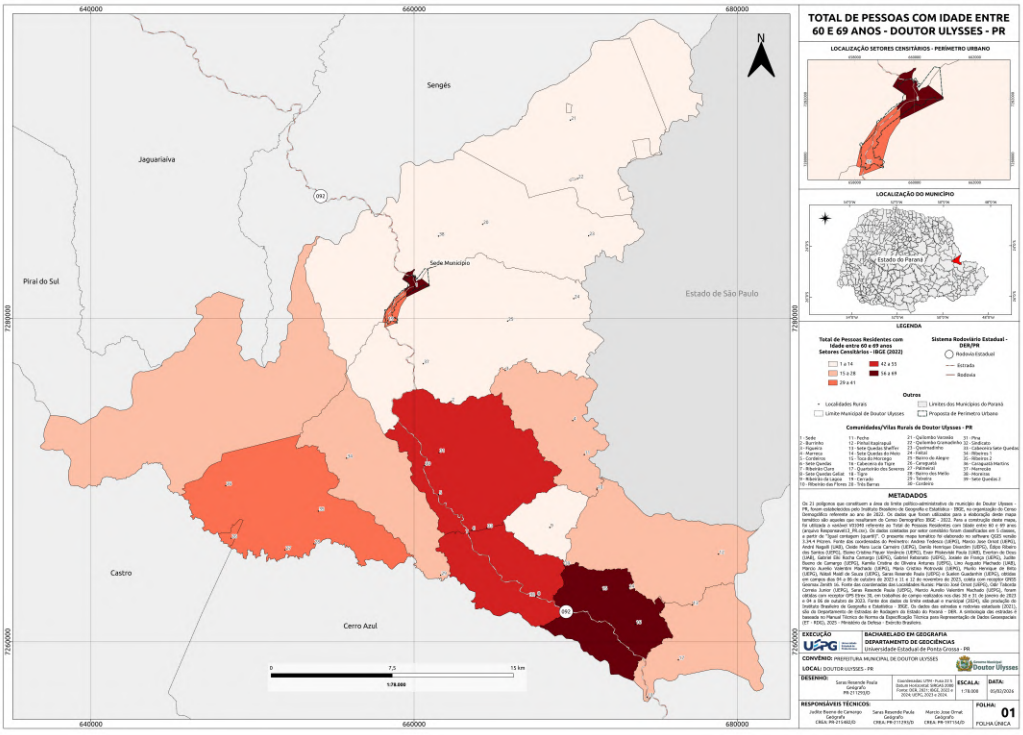
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 34. População com Idade entre 50 e 59 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



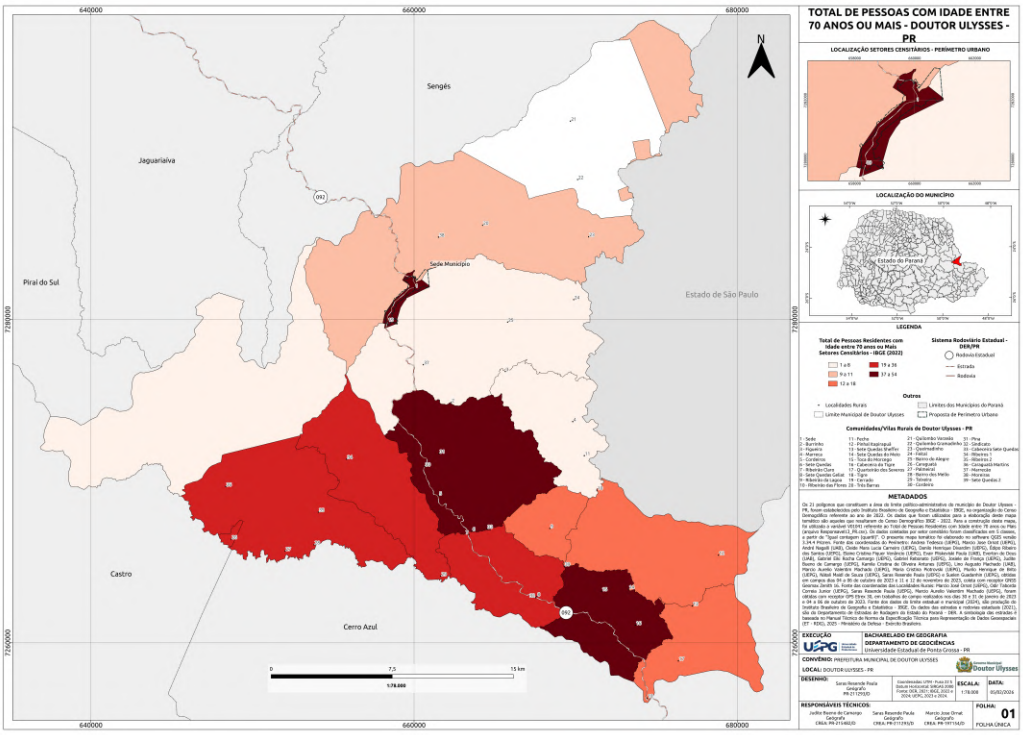
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 35. População com Idade entre 60 e 69 anos, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 36. População com Idade 70 anos ou mais, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Os mapas de população por faixa etária, como observado nas cartas de 0–4 anos, 5–9 anos e 10–14 anos evidenciam maior concentração nas áreas da sede municipal e no eixo centro-sul do território. Esse mesmo padrão se repete nas faixas subsequentes (15 a 19, 20 a 24, 25 a 29, 30 a 39, 40 a 49 anos), indicando continuidade espacial da concentração populacional ao longo do ciclo de vida ativo.

Essa recorrência demonstra que a estrutura demográfica acompanha a organização da malha domiciliar e da infraestrutura territorial, concentrando-se onde há maior densidade de domicílios e melhor acessibilidade.

Nas faixas etárias mais avançadas (50 a 59, 60 a 69, 70 anos ou mais), observa-se manutenção desse padrão centro-sul, porém com distribuição relativamente mais homogênea nas áreas rurais consolidadas. Isso sugere permanência de população idosa no meio rural, podendo estar associada à agricultura familiar e à baixa mobilidade migratória em idades avançadas.

A leitura comparativa evidencia quatro elementos estruturantes: (1) Polarização pela sede municipal - a sede urbana atua como núcleo concentrador transversal a todas as faixas etárias, indicando centralidade funcional, acesso a serviços e maior densidade habitacional; (2) Eixo centro-sul estruturante - a continuidade da mancha de maior intensidade demográfica ao longo do centro-sul demonstra que a ocupação territorial está organizada em torno de um corredor de maior acessibilidade e consolidação fundiária, a PR 092; (3) Dispersão rural no norte e noroeste - Esses setores apresentam baixa intensidade demográfica em praticamente todas as faixas etárias, refletindo menor densidade domiciliar, relevo mais restritivo e maior fragmentação territorial; (4) Coerência entre estrutura habitacional e demográfica - os mapas de domicílios e população revelam proporcionalidade espacial, sem evidência de superadensamento ou vazios estruturais relevantes.

Do ponto de vista demográfico, nota-se que as faixas de 20 a 49 anos apresentam concentração significativa no eixo central, indicando manutenção da população economicamente ativa nos setores mais estruturados do município. Já as faixas infantis acompanham a lógica da malha domiciliar, reforçando a necessidade de planejamento educacional concentrado na sede e nas comunidades consolidadas.

A organização espacial conjunta confirma que o município apresenta um estrutura territorial polarizada pela sede, um eixo de maior densidade ao centro-sul (PR 092), forte dispersão rural periférica, baixa densidade média e distribuição etária espacialmente coerente com a estrutura domiciliar.

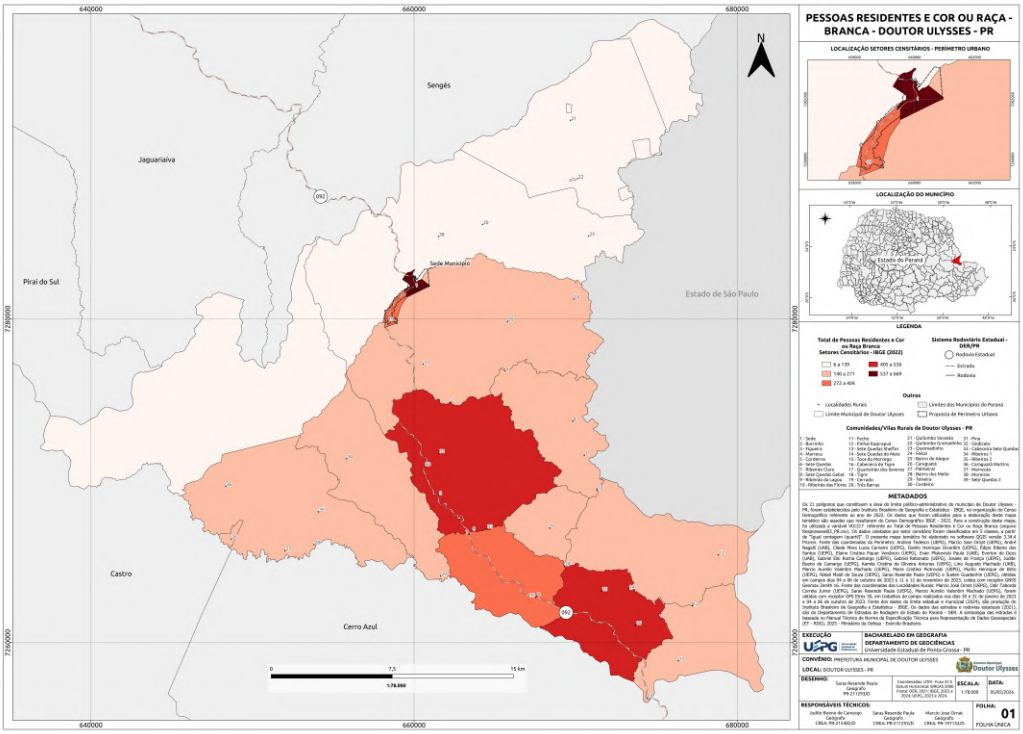
Em síntese, todos os mapas convergem para um padrão territorial compacto no núcleo urbano e disperso no restante do território, com continuidade intergeracional da ocupação espacial. A dinâmica demográfica está ajustada à estrutura física e habitacional existente, sem indícios de ruptura espacial entre grupos etários.

Para o planejamento municipal, essa leitura integrada indica a necessidade de consolidação urbana compacta na sede, fortalecimento da infraestrutura no eixo centro-sul, políticas específicas para envelhecimento rural, manutenção de serviços educacionais e sociais próximos aos núcleos consolidados, evitar expansão dispersa que amplie custos de infraestrutura.

Trata-se de um território com organização espacial estável, marcada pela ruralidade predominante, mas estruturada a partir de um núcleo urbano polarizador que concentra funções demográficas e institucionais.

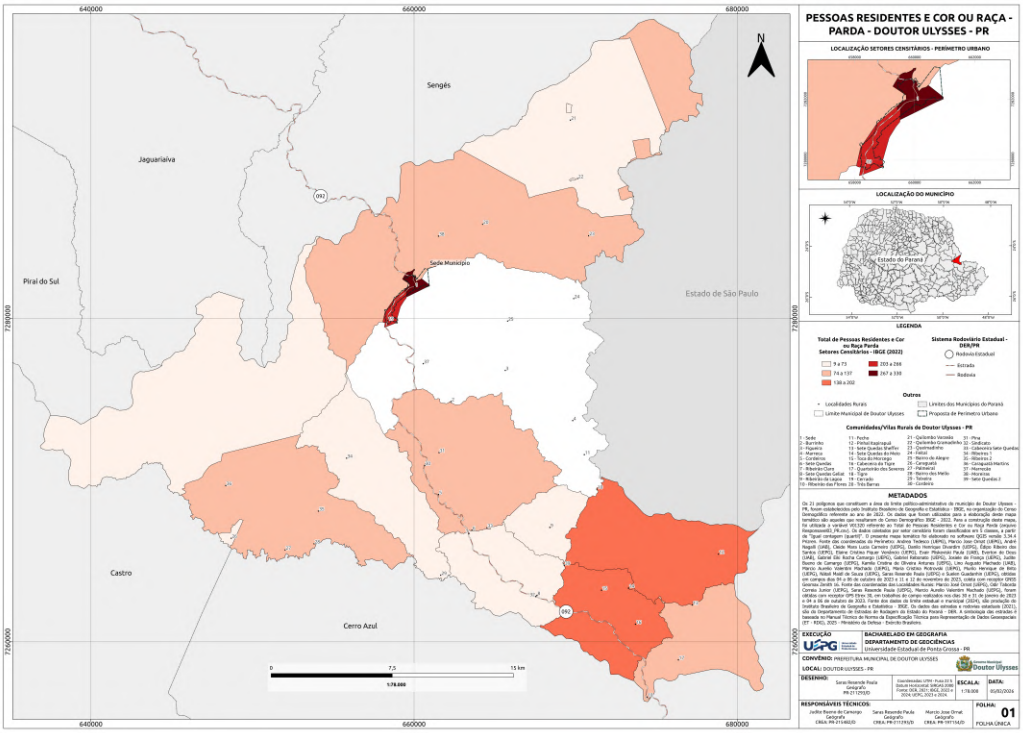
A análise integrada da organização espacial dos mapas abaixo (distribuição por cor ou raça branca, parda e preta) revela um padrão territorial estruturalmente influenciado pela forma de ocupação histórica e pela configuração físico-geográfica do município de Doutor Ulysses.

Mapa 37. População Residente Cor Branca, Município de Doutor Ulysses – PR.



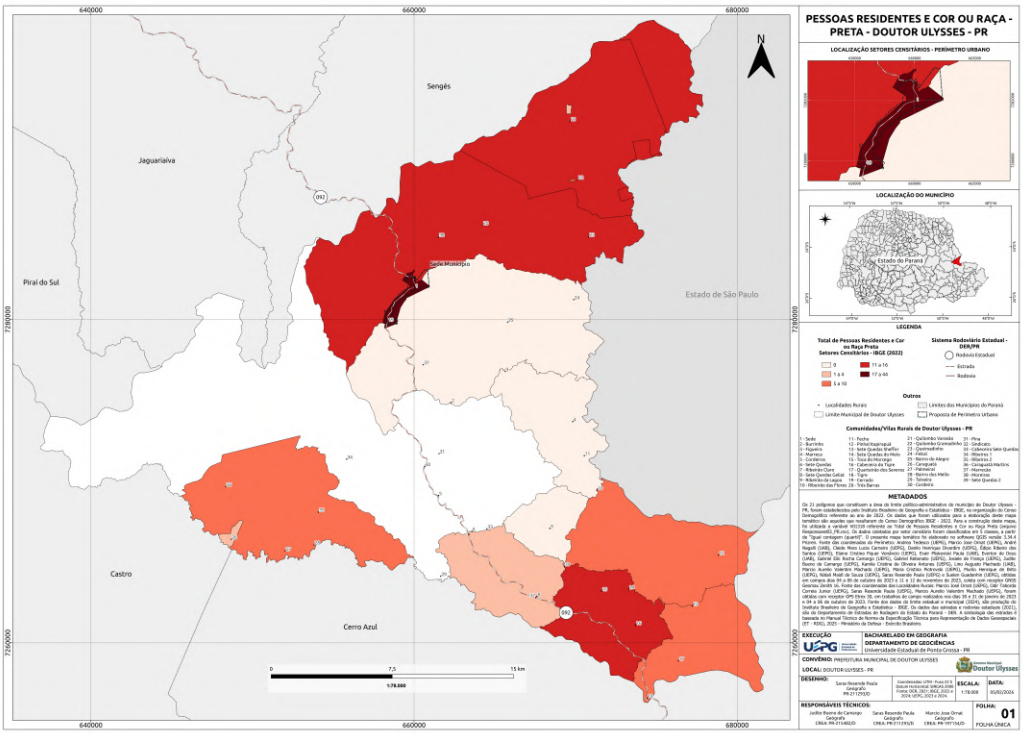
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 38. População Residente Cor Parda, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 39. População Residente Cor Preta, Município de Doutor Ulysses – PR.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A análise[32] comparativa entre os mapas de população residente por cor ou raça Branca, Parda e Preta, revela padrões espaciais distintos de distribuição territorial no município de Doutor Ulysses.

O mapa da população residente de cor ou raça branca apresenta maior concentração nos setores da porção centro-sul e sul do município, incluindo áreas próximas ao eixo estruturante que conecta a sede às comunidades rurais consolidadas. Observa-se intensidade intermediária a alta nesses setores, enquanto as porções norte e noroeste apresentam valores mais reduzidos. A distribuição é relativamente contínua, sem grandes vazios internos.

Já o mapa da população residente de cor ou raça parda demonstra padrão de concentração também associado ao eixo centro-sul, porém com intensidade mais distribuída entre setores distintos, incluindo áreas periféricas ao núcleo urbano. A mancha parda apresenta maior heterogeneidade espacial, indicando presença disseminada em diferentes compartimentos territoriais, sem concentração exclusiva em um único setor dominante.

Por sua vez, o mapa da população residente de cor ou raça preta evidencia padrão diferenciado: observa-se maior intensidade nas porções norte e nordeste do município, com setores amplos apresentando valores mais elevados, enquanto parte da região centro-sul apresenta intensidade menor em comparação às outras categorias. Esse arranjo espacial sugere configuração territorial distinta, não coincidente integralmente com os padrões observados nos mapas de população branca e parda.

A análise comparativa permite identificar três elementos estruturais: (1) a população branca apresenta maior concentração relativa na porção centro-sul; (2) a população parda distribui-se de maneira mais difusa, acompanhando diferentes setores do território; (3) a população preta demonstra concentração mais expressiva nas áreas norte e nordeste.

Não se observa uma segregação espacial rígida, mas sim diferenciação relativa de intensidade entre setores censitários. As três categorias estão presentes em todo o território, porém com variações na predominância local.

Em síntese, os mapas indicam que a organização espacial por cor ou raça no município não configura compartimentação territorial isolada, mas revela variações internas de concentração que acompanham a estrutura dos setores censitários. O território apresenta distribuição relativamente integrada, com diferenças graduais de intensidade entre regiões, especialmente entre o eixo centro-sul e a porção norte / nordeste do município.

32 Idem.

A concentração de população parda e negra na porção norte / nordeste de Doutor Ulysses é explicável pela localização nesta área de uma Comunidade Remanescente de Quilombo denominada Varzeão, que foi reconhecida em 14 de novembro de 2023:

18/02/2026, 17:31 PORTARIA Nº 226, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - PORTARIA Nº 226, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 20/11/2023 | Edição: 219 | Seção: 1 | Página: 40

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PORTARIA Nº 226, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Varzeão, localizada nos municípios de Doutor Ulysses e Sengés, no estado do Paraná.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 104 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022;

Considerando o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, na Convenção Internacional n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e nas normativas internas do Incra, bem como os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Quilombola Varzeão, publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Paraná nos dias 22 e 23 de dezembro de 2016;

E, por fim considerando o que consta dos autos do processo administrativo nº 54200.001158/2007-54, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar, como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Varzeão, a área de 7.242,8994 ha (sete mil duzentos e quarenta e dois hectares, oitenta e nove ares e noventa e quatro centiares), localizada nos municípios de Doutor Ulysses e Sengés, no estado do Paraná.

§ 1º Os limites e confrontações do território quilombola Varzeão são: ao norte com a Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA); a leste com o Rio Itapirapuã (em três trechos distintos); com o Rio Palmeirinha; com terras do Instituto de Florestas do Paraná; com terras dos herdeiros de João Rafael do Amaral e Ezequias Labres do Amaral; e com terras dos herdeiros de José Benjamin de Souza; ao sul com terras da empresa Reflorestadora Masisa, com terras da empresa Sengés Florestadora e Agrícola Ltda., com terras de Edo Mallmann; e com Estrada Vicinal; e a oeste com terras da empresa Floema Ltda.; com terras de Edo Mallmann; com terras da empresa de Línea Florestal S.A.; com terras dos herdeiros de Julio Miranda; e com Estrada Vicinal.

§ 2º A planta e o memorial descritivo encontram-se disponíveis no processo administrativo nº 54200.001158/2007-54 e no acervo fundiário do Incra pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Projeção Populacional Doutor Ulysses 2026 - 2036

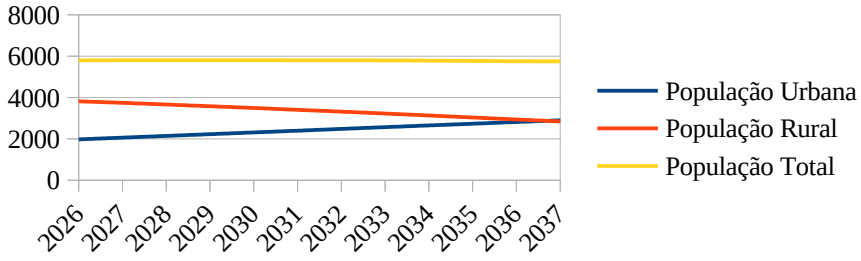
O IPARDES apresentou a revisão das projeções populacionais dos municípios paranaenses para o período de 2025 a 2050, e dentre as desagregações de idade, sexo, a situação de domicílio (urbana e rural)[33]:

Tabela 1. População Total Projetada Doutor Ulysses, 2026 – 2037.

Ano	*População Urbana (%)*	*População Rural (%)*	*População Total*
2026	1976 (34,1 %)	3817 (65,9 %)	5793
2027	2060 (35,5 %)	3742 (64,5 %)	5802
2028	2143 (36,9 %)	3662 (63,1 %)	5805
2029	2227 (38,4 %)	3578 (61,6 %)	5805
2030	2312 (39,8 %)	3494 (60,2 %)	5806
2031	2395 (41,3 %)	3404 (58,7 %)	5799
2032	2482 (42,8 %)	3317 (57,2 %)	5799
2033	2567 (44,3 %)	3225 (55,7 %)	5792
2034	2651 (45,8 %)	3131 (54,2 %)	5782
2035	2733 (47,4 %)	3034 (52,6 %)	5767
2036	2816 (48,9 %)	2938 (51,5 %)	5754
2037	***2899 (50,5 %)***	***2844 (49,5 %)***	***5743***

Fonte: IPARDES, 2026.

Gráfico 1. Comportamento Temporal da Projeção Populacional de Doutor Ulysses, 2026 – 2037.



Fonte: IPARDES, 2026.

33 As projeções por área urbana e rural seguiram o "Manual VIII: Métodos para Projeções de População Urbana e Rural", das Nações Unidas, considerando os diferenciais das taxas de crescimento intramunicipais. Para isso, foram utilizadas as projeções municipais por sexo e idade, os dados censitários de 2010 e 2022 e a compatibilização da malha de setores censitários conforme a classificação vigente no Censo 2022. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Projecao-populacional-2025-2050

A série projetada para o período de 2026 a 2037 indica estabilidade demográfica com leve decréscimo absoluto da população total (de 5.793 para 5.743 habitantes), combinada com uma transição territorial progressiva. Nesse intervalo, a população urbana cresce 46,7% (de 1.976 para 2.899 habitantes), enquanto a população rural reduz 25,5% (de 3.817 para 2.844 habitantes). Em 2037, ocorre a inversão da maioria demográfica, com 50,5% da população residindo no espaço urbano. Trata-se, portanto, de um processo de urbanização por redistribuição interna da população, e não de crescimento demográfico global.

Do ponto de vista do planejamento territorial municipal, esse movimento implica reconfiguração da demanda por serviços públicos. No espaço urbano, haverá incremento contínuo da demanda ao longo de todo o período, especialmente em atenção básica em saúde, educação infantil e ensino fundamental, assistência social, coleta de resíduos e serviços administrativos. O acréscimo de aproximadamente 923 habitantes urbanos até 2037 representa expansão significativa para um município de pequeno porte, exigindo reorganização e otimização da rede existente antes da ampliação física de equipamentos.

No espaço rural, a redução de quase mil habitantes implicará diminuição relativa da demanda escolar, com possível nucleação de unidades, redimensionamento do transporte escolar, ajustes na rede de saúde e reavaliação da localização de equipamentos públicos. Contudo, a perda populacional não elimina a necessidade de manutenção da cobertura territorial, uma vez que uma possível dispersão pode elevar o custo *per capita* da prestação de serviços. Assim, a diretriz técnica é a da requalificação e redistribuição da oferta entre os dois territórios.

A ampliação de quase 50% da população urbana também implicará aumento consistente da demanda por infraestrutura, incluindo expansão das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, reforço da drenagem urbana, pavimentação e qualificação do sistema viário, ampliação da iluminação pública e aprimoramento da gestão de resíduos sólidos. Como o crescimento é contínuo e previsível, recomenda-se planejamento faseado da expansão das redes, priorização da ocupação de vazios urbanos e adensamento controlado da malha consolidada. Caso a expansão ocorra de forma dispersa, os custos de implantação e manutenção da infraestrutura por habitante tenderão a se elevar significativamente.

Mesmo com população total estável, haverá aumento expressivo da demanda habitacional urbana em razão da migração campo-cidade. Considerando-se um tamanho médio domiciliar de três pessoas, estima-se a necessidade de aproximadamente 300 novas unidades habitacionais até 2037,

número que pode se alterar conforme o envelhecimento populacional e a eventual alteração do tamanho médio das famílias. Isso exige política habitacional municipal ativa, prevenção de ocupações informais, definição de áreas prioritárias para expansão e aplicação de instrumentos de indução urbanística.

Quanto à necessidade de ampliação do perímetro urbano, os dados indicam justificativa para uma ampliação que não exceda a demanda por habitação. A população total encontra-se estável ou em leve declínio, e o crescimento urbano decorre de redistribuição interna. Assim, devem ser avaliados previamente a existência de vazios urbanos e lotes ociosos, priorizando-se o adensamento e a ocupação da malha já infraestruturada. Uma grande ampliação do perímetro somente se justificaria na hipótese de inexistência de estoque suficiente de lotes urbanizados, presença de restrições ambientais ou topográficas relevantes, ou entraves fundiários que impeçam a oferta de solo. Caso contrário, a expansão exagerada tende a aumentar os custos de manutenção urbana, fragmentar a malha e gerar passivos de infraestrutura.

Em termos estratégicos para o Plano Diretor, o cenário aponta para urbanização progressiva com estabilidade demográfica e reorganização territorial da demanda. A diretriz central deve ser qualificar, adensar e otimizar a malha urbana existente antes de expandir o perímetro urbano em uma área que extrapole o aumento por habitação urbana. Para tanto, o município deverá planejar o redimensionamento gradual da rede rural, a expansão controlada e tecnicamente fundamentada da infraestrutura urbana, a implementação de política habitacional preventiva e o monitoramento periódico da taxa de urbanização.

Educação[34]

O município registra 1.244 matrículas na Educação Básica. Desse total, 769 correspondem ao Ensino Fundamental, 250 ao Ensino Médio, 171 à Pré-Escola e 54 à Creche. Em termos proporcionais, o Ensino Fundamental concentra 61,8% das matrículas, representando quase dois terços do total. O Ensino Médio responde por 20,1%, a Pré-Escola por 13,7% e a Creche por 4,3%. Observa-se, portanto, forte concentração nas etapas obrigatórias do ensino, enquanto a Educação Infantil, especialmente a Creche, apresenta participação reduzida.

O predomínio do Ensino Fundamental indica que o município mantém base significativa de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória. A participação do Ensino Médio demonstra continuidade parcial do fluxo educacional, embora o percentual possa sinalizar necessidade de

34 Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-Municipios

acompanhamento quanto à evasão escolar ou ao deslocamento de estudantes para outros municípios. A baixa matrícula em Creche pode estar associada à oferta limitada de vagas, à predominância de cuidado familiar no meio rural e às dificuldades logísticas decorrentes da dispersão territorial. Por outro lado, a Pré-Escola apresenta cobertura mais consistente, sugerindo melhor atendimento na etapa pré-obrigatória.

Considerando a população total de 5.697 habitantes (IBGE 2022), as 1.244 matrículas representam aproximadamente 21,8% da população municipal, o que confirma presença relevante de população em idade escolar. Dado que 71% dos habitantes residem na zona rural, a manutenção dessa rede educacional implica estrutura robusta de transporte escolar, custos elevados por aluno e desafios logísticos, especialmente na oferta da educação infantil.

De forma sintética, o sistema educacional de Doutor Ulysses caracteriza-se por forte concentração nas etapas obrigatórias, baixa participação relativa da Creche, presença moderada do Ensino Médio e estrutura compatível com município de pequeno porte e perfil predominantemente rural. Para o planejamento municipal, os dados indicam a necessidade de ampliação estratégica da Educação Infantil, implementação de políticas de permanência no Ensino Médio, articulação entre educação e qualificação profissional e organização territorial da rede de ensino considerando a dispersão rural. Em síntese, a estrutura educacional encontra-se consolidada nas etapas centrais da educação básica, mas demanda atenção prioritária à primeira infância e à transição para o ensino médio, especialmente diante do contexto de forte ruralidade.

Emprego e Ocupação

Os dados[35] relacionados ao mercado de trabalho formal (RAIS/MTE 2024) e da força de trabalho (IBGE 2022) para o município de Doutor Ulysses permitem avaliar a estrutura econômica local em termos de formalização, composição setorial e participação da população economicamente ativa.

O município registra 467 empregos formais, distribuídos de forma bastante concentrada no setor de Serviços, que reúne 310 vínculos, correspondendo a aproximadamente 66,4% do total. A Agropecuária responde por 73 empregos (15,6%), o Comércio por 64 (13,7%), a Construção por 15 (3,2%) e a Indústria por apenas 5 vínculos (1,1%). Esse perfil evidencia forte dependência do setor terciário e praticamente inexistência de base industrial estruturada.

35 Idem.

No que se refere aos estabelecimentos formais, o município possui 62 unidades registradas, sendo 23 no Comércio (37,1%), 16 na Agropecuária (25,8%), 16 em Serviços (25,8%), 4 na Indústria (6,5%) e 3 na Construção (4,8%). Observa-se que, embora o setor de Serviços concentre a maior parte dos empregos, o Comércio lidera em número de estabelecimentos, indicando que os serviços possuem maior capacidade média de absorção de mão de obra por unidade.

A força de trabalho totaliza 2.577 pessoas, das quais 2.550 estão ocupadas e apenas 26 encontram-se desocupadas, resultando em taxa de desocupação aproximada de 1,0%. Esse índice extremamente baixo não indica necessariamente pleno emprego formal, mas sugere forte presença de informalidade, trabalho familiar rural e atividades autônomas não captadas pela RAIS.

Quando se relaciona o número de empregos formais (467) com a força de trabalho (2.577 pessoas), verifica-se que apenas cerca de 18% da população economicamente ativa possui vínculo formal registrado. Em relação à população total (5.697 habitantes), os empregos formais representam aproximadamente 8,2% do total de residentes, confirmando baixa formalização da economia local.

O conjunto dos dados caracteriza Doutor Ulysses como município de baixa complexidade econômica, com estrutura produtiva pequena, predominantemente terciária e fortemente dependente de atividades de serviços e comércio local. A reduzida participação industrial e a formalização limitada da agropecuária indicam economia baseada em agricultura familiar e serviços de escala municipal.

Do ponto de vista do planejamento territorial e econômico, os dados sugerem necessidade de diversificação da base produtiva, incentivo à agroindustrialização de pequena escala, fortalecimento do empreendedorismo local, políticas de formalização do trabalho rural e qualificação profissional voltada às demandas do setor de serviços.

Em síntese, o mercado de trabalho de Doutor Ulysses apresenta estrutura reduzida e concentrada, com baixa formalização e forte dependência do setor terciário, refletindo as características demográficas, territoriais e econômicas de um município predominantemente rural e de pequeno porte.

Renda[36]

Os dados relacionados a Remuneração Nominal Média (RAIS) de Doutor Ulysses, segundo sexo e grandes grupamentos da CNAE 2.0, para os anos de 2022, 2023 e 2024, permitem identificar

36 Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal

tendências salariais, diferenças setoriais e dinâmica de gênero no mercado formal local. Observa-se crescimento nominal contínuo da remuneração média total no período, passando de R$ 2.024,61 em 2022 para R$ 2.493,02 em 2023 e atingindo R$ 2.973,88 em 2024. Entre 2022 e 2024, o aumento acumulado foi de aproximadamente 46,9%, indicando valorização nominal significativa dos salários formais no município.

No que se refere à remuneração por sexo, em 2022 os homens apresentavam média de R$ 2.075,01, enquanto as mulheres registravam R$ 1.864,71. Em 2023, os valores passaram para R$ 2.614,03 (masculino) e R$ 2.377,67 (feminino), mantendo-se a diferença favorável aos homens. Entretanto, em 2024, observa-se inversão desse padrão: a remuneração média feminina alcançou R$ 3.124,27, superando a masculina, que foi de R$ 2.833,61. Essa mudança pode estar relacionada à maior presença feminina em setores que apresentaram valorização recente, possivelmente vinculados a serviços públicos ou atividades específicas com remuneração mais elevada.

A análise setorial para 2024 demonstra que o setor de Serviços apresenta a maior remuneração média, com R$ 3.384,86, seguido pela Construção (R$ 2.874,76) e pela Indústria (R$ 2.666,67). A Agropecuária registra média de R$ 2.142,41, enquanto o Comércio apresenta o menor valor, com R$ 1.779,69. Esses dados reforçam a centralidade do setor terciário na economia local, não apenas em termos de quantidade de empregos, mas também em nível salarial. A agropecuária, embora relevante na estrutura territorial do município, apresenta remuneração inferior à construção e à indústria, enquanto o comércio mantém o patamar mais baixo.

Quanto às tendências setoriais, destaca-se a oscilação na Indústria, que apresentou forte elevação em 2023 (R$ 3.044,65), seguida de redução em 2024, sugerindo impacto de variações pontuais, possivelmente associadas ao número reduzido de vínculos formais no setor. A Construção mantém patamar relativamente estável, e o setor de Serviços apresenta crescimento consistente, alcançando o maior valor em 2024.

De modo geral, os dados indicam crescimento nominal expressivo da remuneração média, forte dependência do setor de serviços, baixa remuneração relativa no comércio e na agropecuária e recente inversão na diferença salarial por sexo. Considerando que o município possui apenas 467 empregos formais, pequenas variações no número de vínculos podem influenciar significativamente a média salarial, sobretudo em setores com baixa representatividade.

Em síntese, o mercado formal de Doutor Ulysses apresenta valorização salarial recente, porém mantém estrutura econômica pouco diversificada e fortemente concentrada no setor de serviços. Há indícios de mudança na distribuição salarial por gênero, mas a economia permanece

sensível a variações pontuais, característica típica de municípios de pequena escala produtiva. Do ponto de vista do planejamento municipal, os dados reforçam a necessidade de diversificação produtiva, agregação de valor à agropecuária, estímulo à formalização, qualificação profissional voltada ao setor de serviços e monitoramento permanente da equidade salarial por gênero.

7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM DOUTOR ULYSSES

Entre 2003 e 2015, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social[37] realizou estudo sobre as espacialidades socioeconômico-institucionais no Paraná. Embora Doutor Ulysses integre o Vale do Ribeira e esteja relativamente próximo à Região Metropolitana de Curitiba, o município foi classificado como espacialidade socialmente crítica, não sendo considerado espaço economicamente relevante no contexto estadual. Tal enquadramento decorre, sobretudo, de seu relativo isolamento territorial e das condicionantes geomorfológicas, que impactam a acessibilidade e a dinâmica produtiva. De modo geral, o município apresenta baixo desempenho econômico e elevada vulnerabilidade social.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[38] de Doutor Ulysses é de 0,546, situando-se na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (0,500 a 0,599), ocupando a 399ª posição no ranking estadual. Esse indicador reforça o quadro de criticidade socioeconômica já identificado em estudos institucionais. No que se refere à dinâmica demográfica, o Censo de 2010 registrou população de 5.727 habitantes. Em 2022, o contingente populacional foi estimado em 5.697 habitantes, indicando leve declínio. No contexto estadual, o município ocupa a 279ª posição em população, a 707ª na Região Sul e a 4.039ª no cenário nacional.

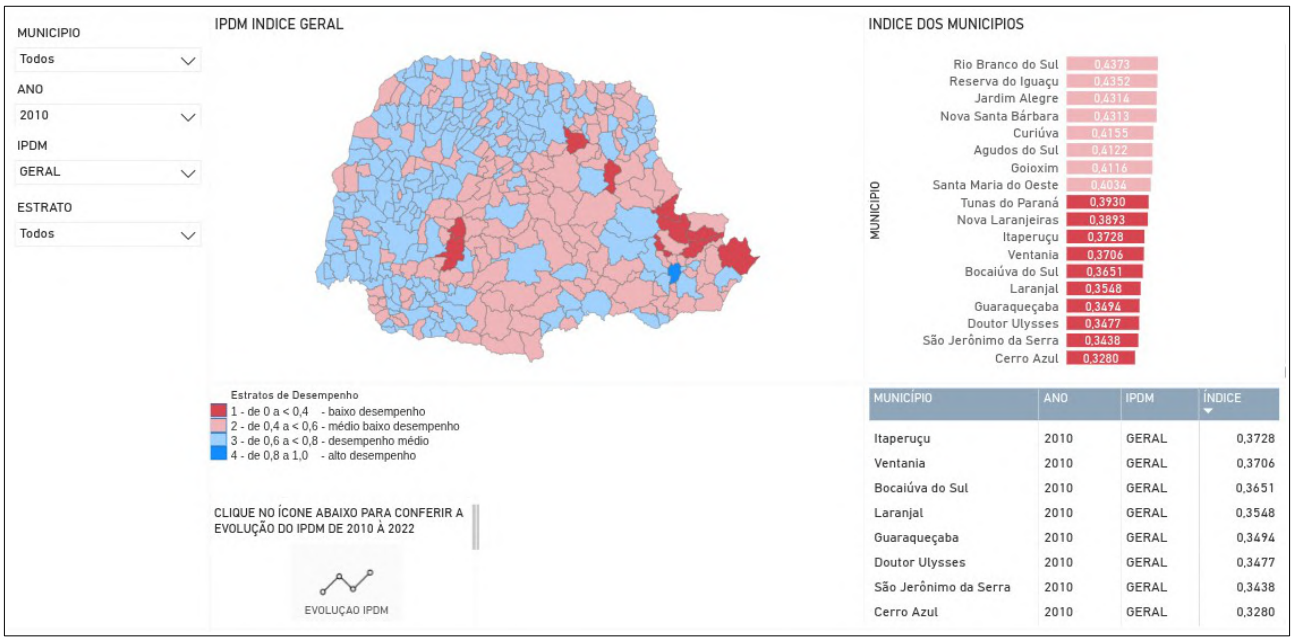
Outro indicador importante – e atualizado - na compreensão do município de Doutor Ulysses é o Índice Ipardes de Desempenho Municipal[39]. O IPDM é um indicador que avalia o desempenho dos 399 municípios do Paraná a partir de três dimensões centrais: renda, emprego e produção agropecuária; saúde; e educação. O índice é construído com base em estatísticas oficiais de natureza administrativa, majoritariamente oriundas de registros obrigatórios, com periodicidade anual e recorte municipal.

A seleção dos indicadores considera variáveis estratégicas para o desenvolvimento local, permitindo subsidiar a formulação de políticas públicas integradas entre os diferentes níveis de governo e o setor produtivo. Em 2017, a metodologia do IPDM foi revisada para aprimorar a leitura da realidade socioeconômica da década de 2010, incorporando fontes de dados mais atualizadas — como as projeções demográficas do IPARDES — e alterando o ano-base de referência de 2002 para 2010.

37 PARANÁ, Governo do Estado. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social–IPARDES. **Os Vários Paranás: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017. p.14.
38 Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/doutor-ulysses/panorama
39 Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

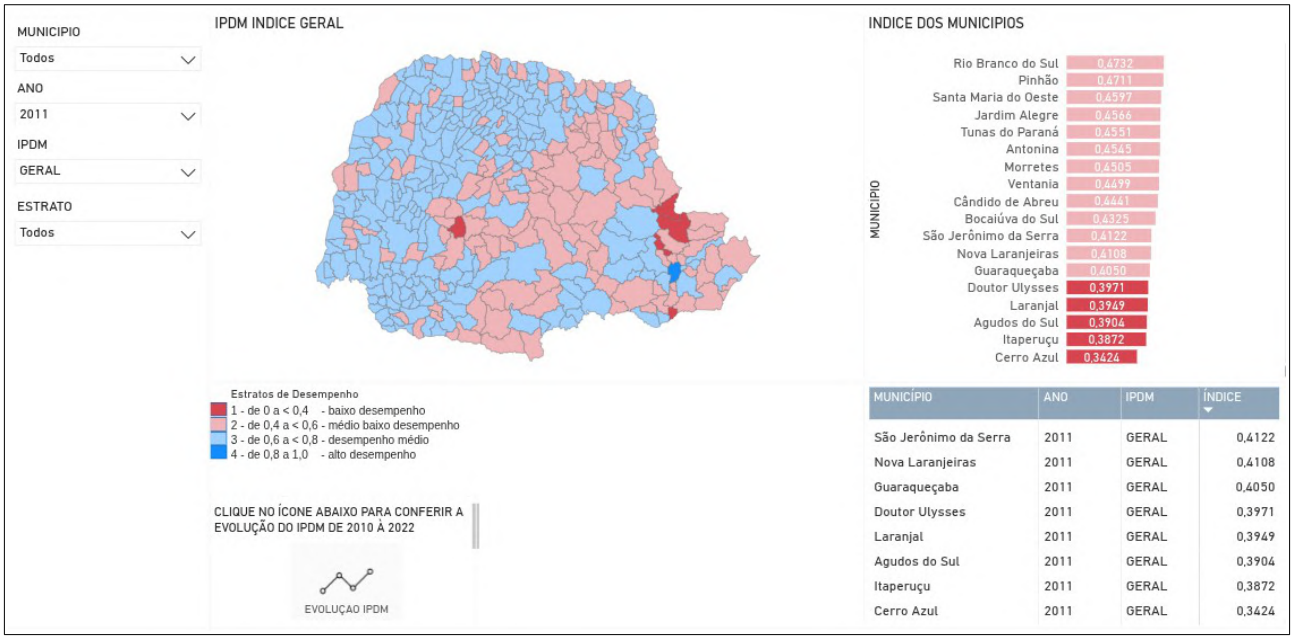
Assim, desde o ano de 2010, Doutor Ulysses tem sido caracterizado pelo IPDM como município de baixo desempenho / médio baixo desempenho:

Mapa 40. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2010.



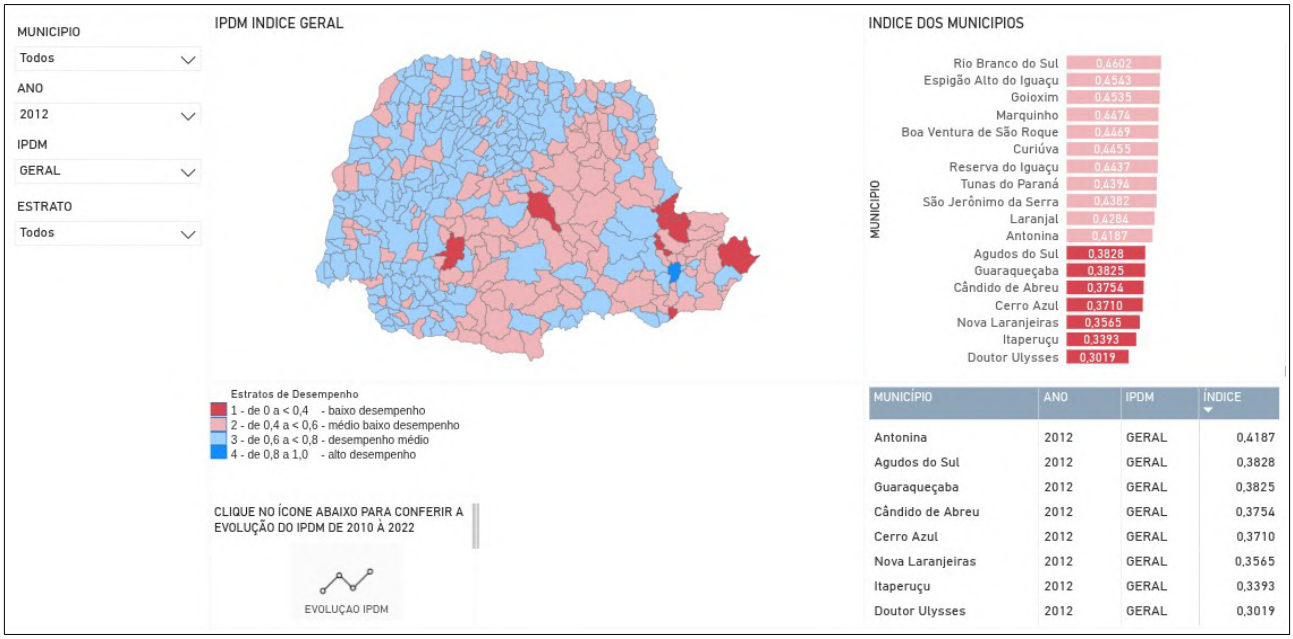
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 41. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2011.



Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

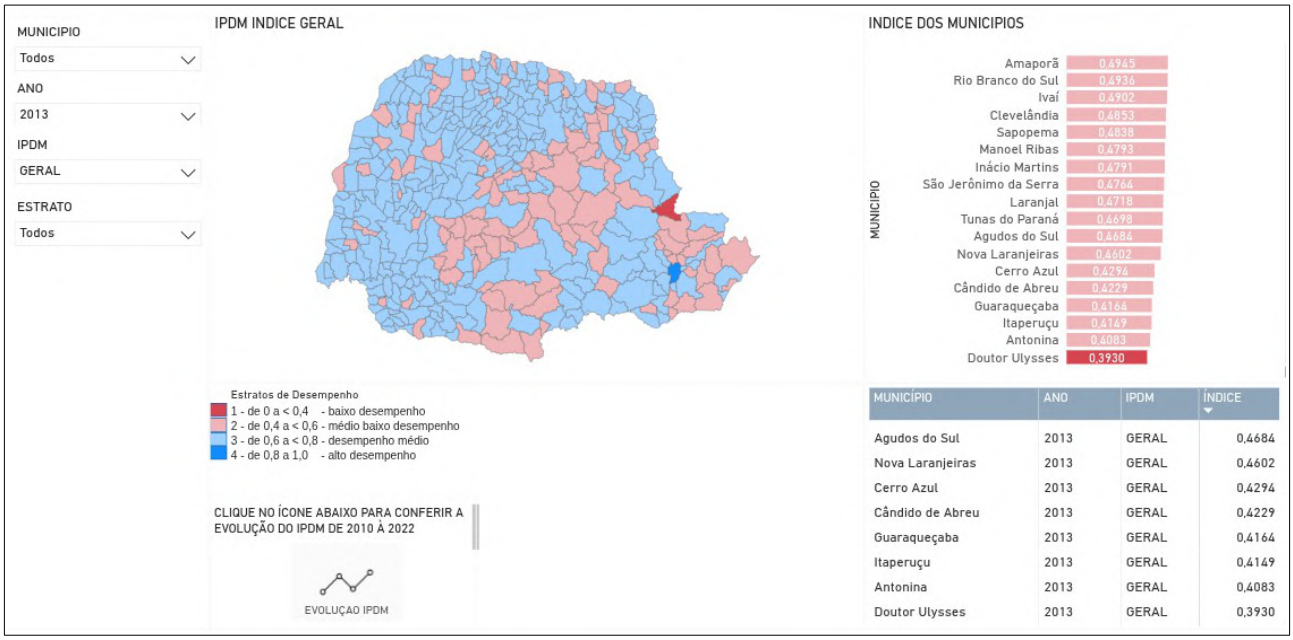
Mapa 42. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2012.



MUNICÍPIO	ANO	IPDM	ÍNDICE
Antonina	2012	GERAL	0,4187
Agudos do Sul	2012	GERAL	0,3828
Guaraqueçaba	2012	GERAL	0,3825
Cândido de Abreu	2012	GERAL	0,3754
Cerro Azul	2012	GERAL	0,3710
Nova Laranjeiras	2012	GERAL	0,3565
Itaperuçu	2012	GERAL	0,3393
Doutor Ulysses	2012	GERAL	0,3019

Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

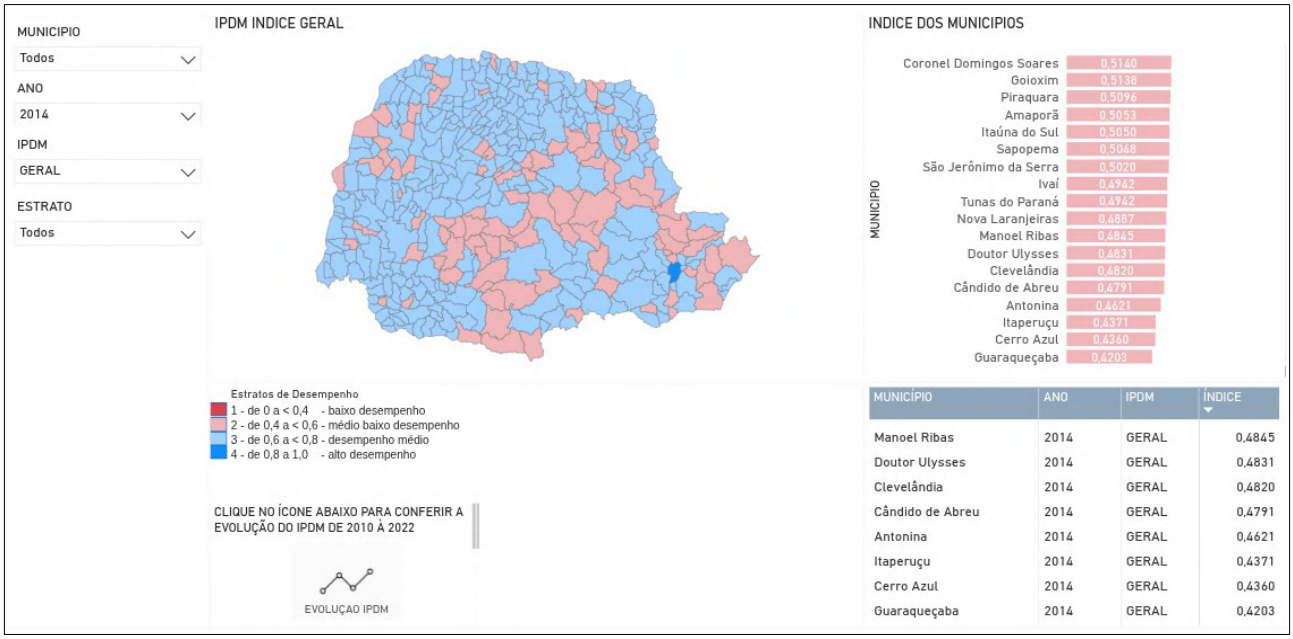
Mapa 43. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2013.



MUNICÍPIO	ANO	IPDM	ÍNDICE
Agudos do Sul	2013	GERAL	0,4684
Nova Laranjeiras	2013	GERAL	0,4602
Cerro Azul	2013	GERAL	0,4294
Cândido de Abreu	2013	GERAL	0,4229
Guaraqueçaba	2013	GERAL	0,4164
Itaperuçu	2013	GERAL	0,4149
Antonina	2013	GERAL	0,4083
Doutor Ulysses	2013	GERAL	0,3930

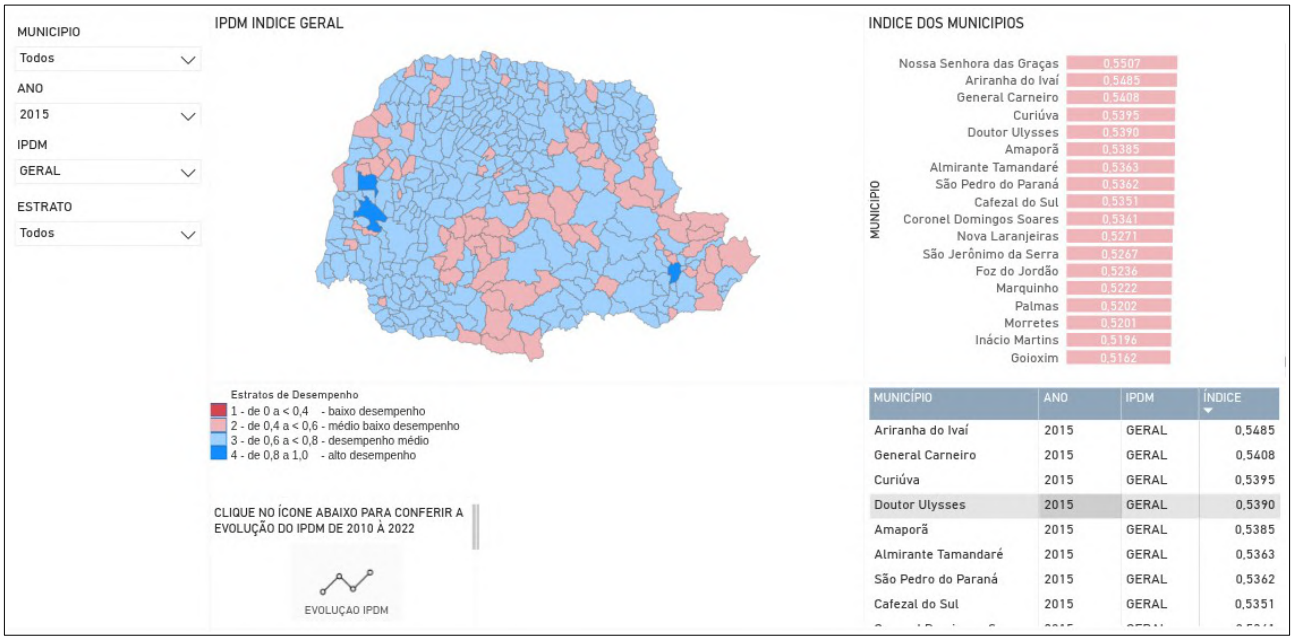
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 44. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2014.



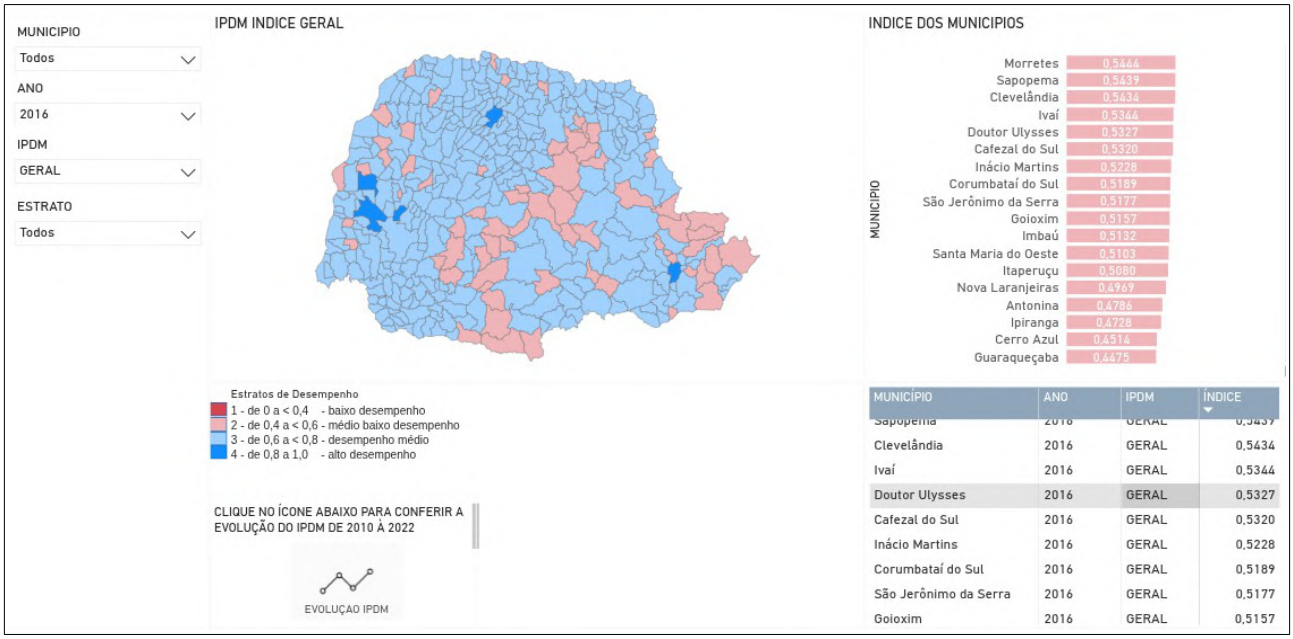
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 45. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2015.



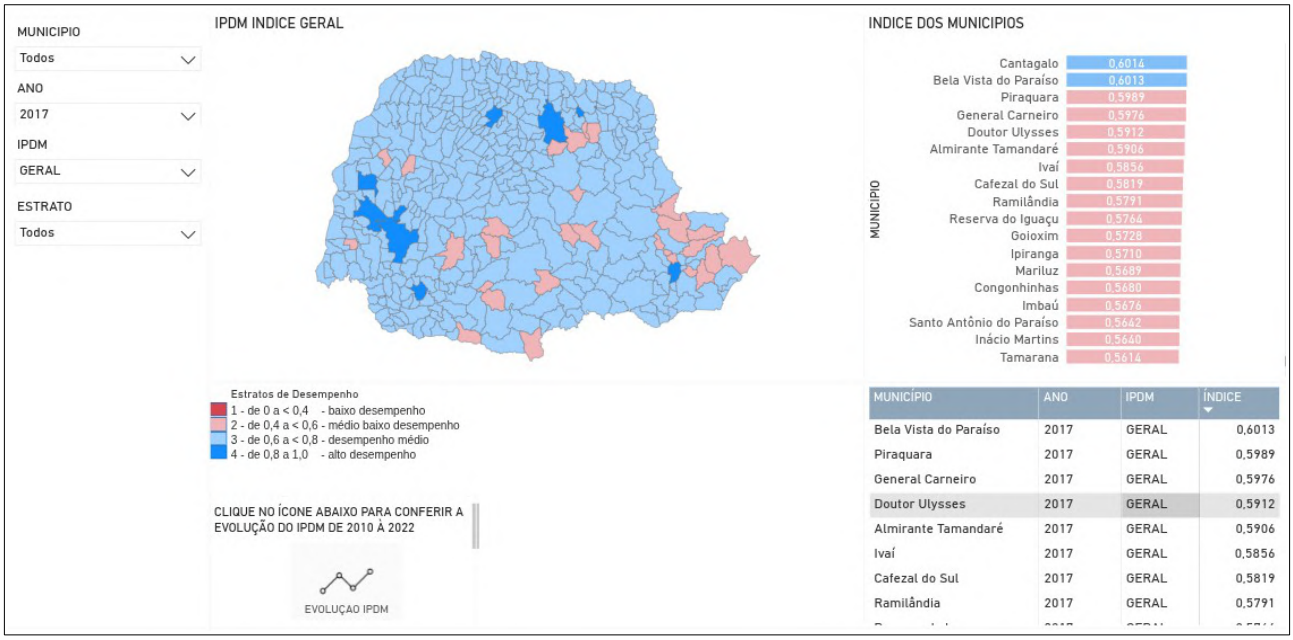
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 46. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2016.



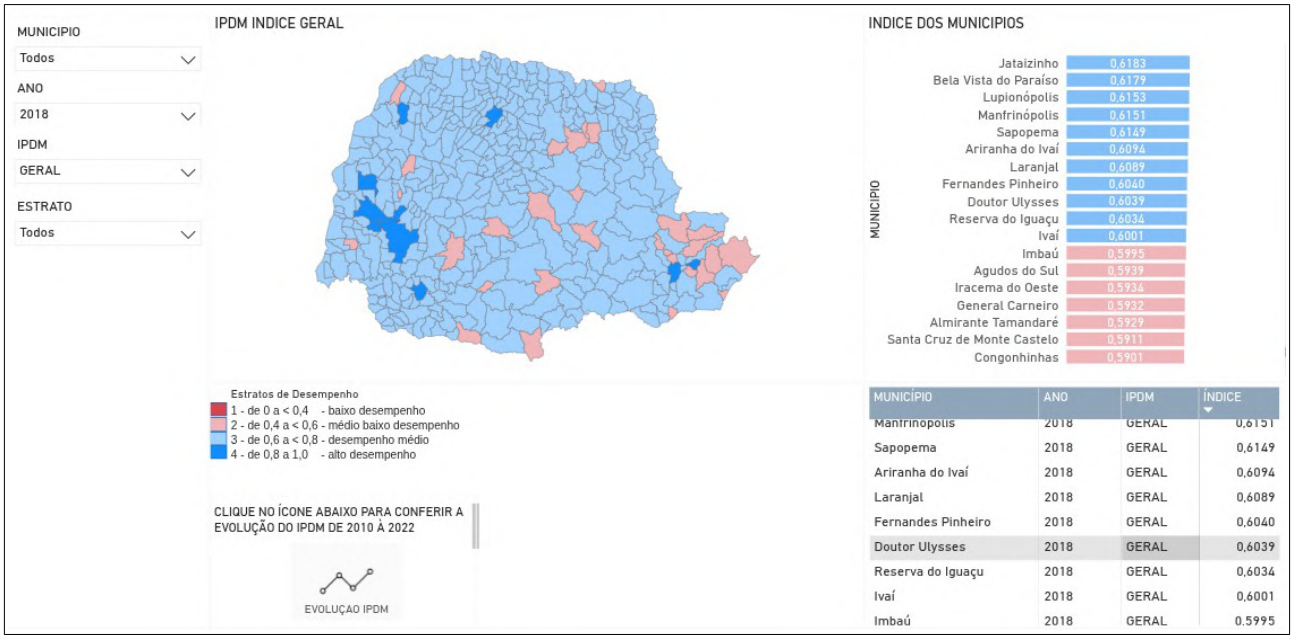
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 47. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2017.



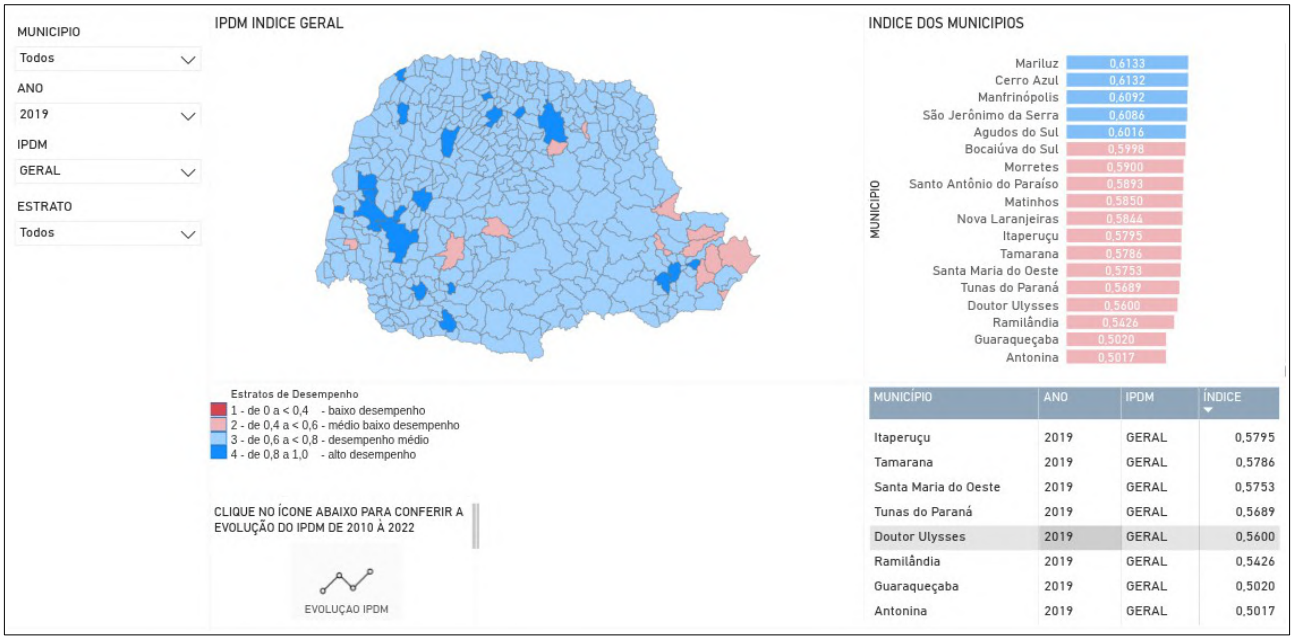
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 48. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2018.



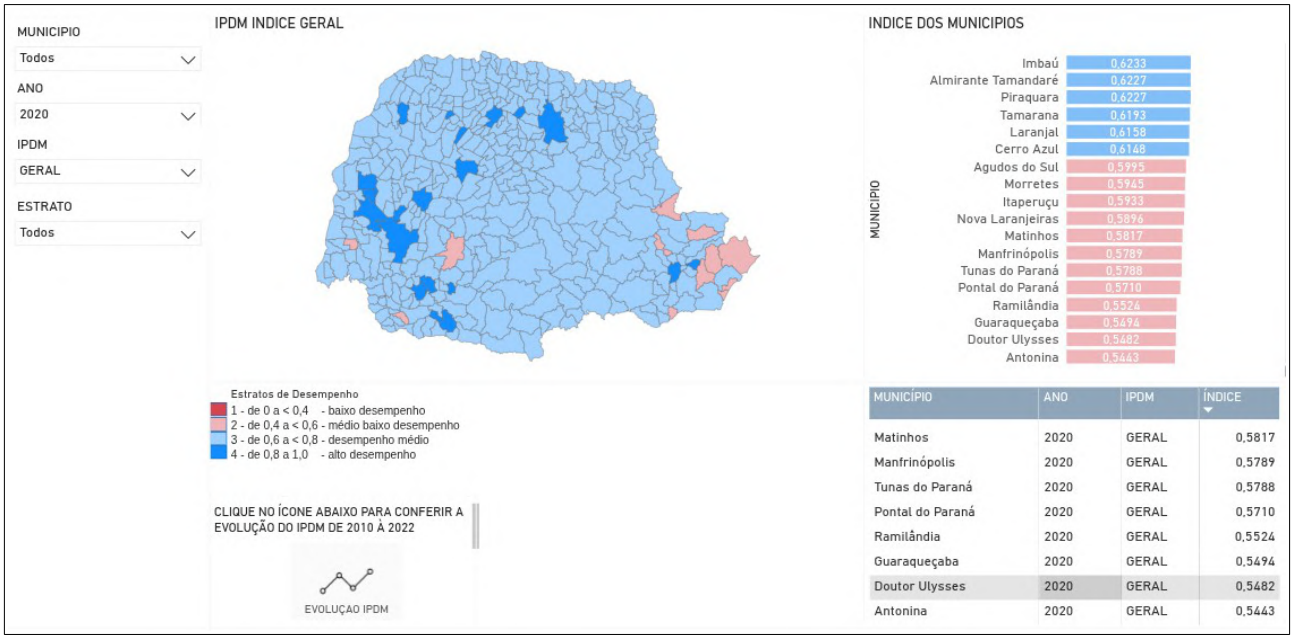
Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 49. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2019.



Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

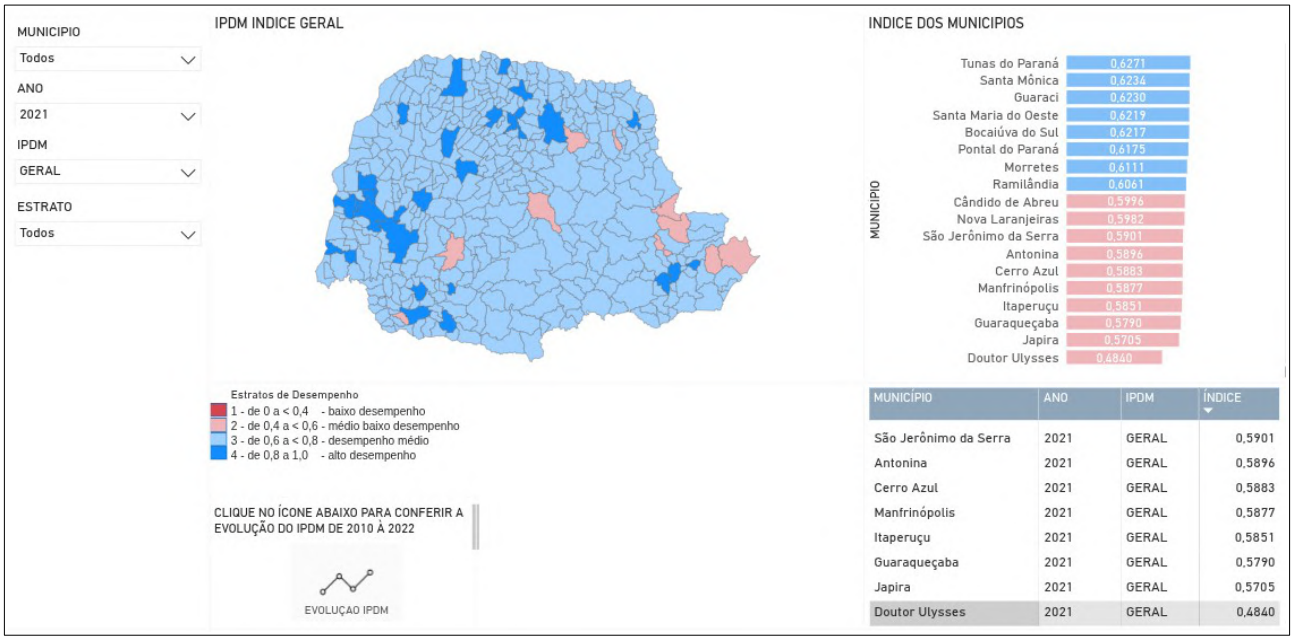
Mapa 50. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2020.



MUNICÍPIO	ANO	IPDM	ÍNDICE
Matinhos	2020	GERAL	0,5817
Manfrinópolis	2020	GERAL	0,5789
Tunas do Paraná	2020	GERAL	0,5788
Pontal do Paraná	2020	GERAL	0,5710
Ramilândia	2020	GERAL	0,5524
Guaraqueçaba	2020	GERAL	0,5494
Doutor Ulysses	2020	GERAL	0,5482
Antonina	2020	GERAL	0,5443

Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

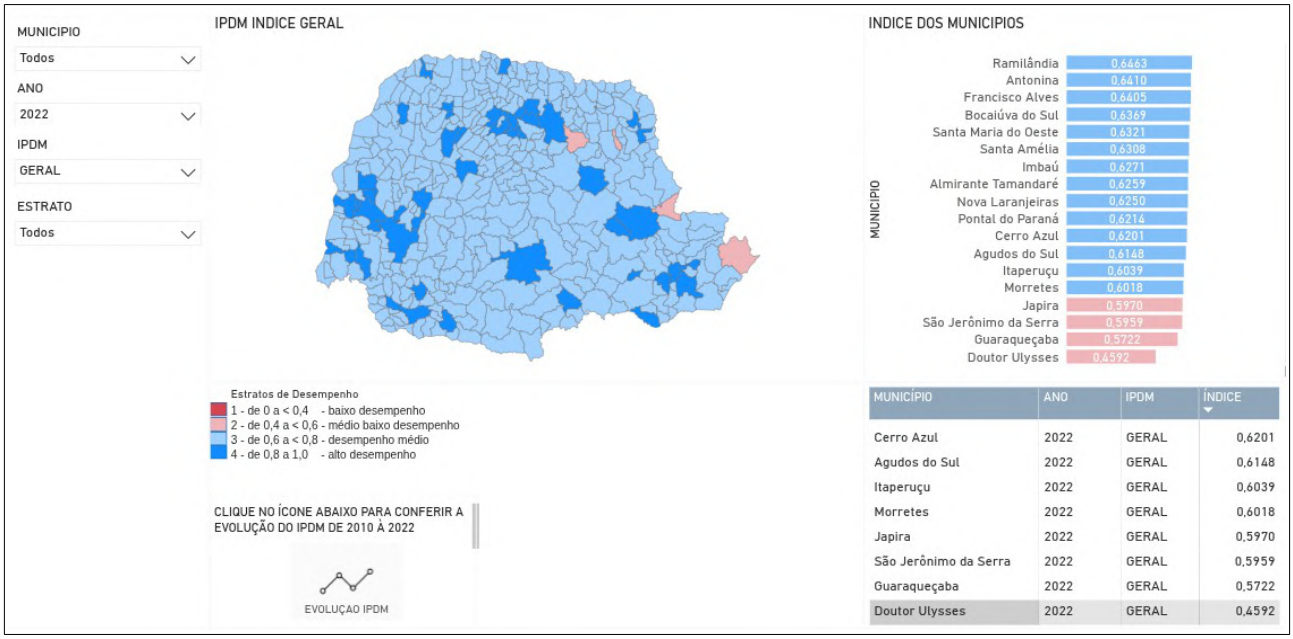
Mapa 51. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2021.



MUNICÍPIO	ANO	IPDM	ÍNDICE
São Jerônimo da Serra	2021	GERAL	0,5901
Antonina	2021	GERAL	0,5896
Cerro Azul	2021	GERAL	0,5883
Manfrinópolis	2021	GERAL	0,5877
Itaperuçu	2021	GERAL	0,5851
Guaraqueçaba	2021	GERAL	0,5790
Japira	2021	GERAL	0,5705
Doutor Ulysses	2021	GERAL	0,4840

Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Mapa 52. Índice Ipardes de Desempenho Municipal do Município de Doutor Ulysses. 2022.



Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

Conforme já destacado, o Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, constitui um indicador sintético destinado a mensurar o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná a partir de três dimensões estruturantes do desenvolvimento: (i) Renda, Emprego e Produção Agropecuária; (ii) Saúde; e (iii) Educação.

Trata-se de um índice de natureza comparativa, cujo posicionamento no ranking estadual expressa o desempenho relativo de cada município em relação aos demais entes paranaenses. Assim, a colocação alcançada não reflete apenas a evolução interna dos indicadores locais, mas também o ritmo de avanço — ou regressão — observado no conjunto dos municípios do Estado.

A análise[40] a seguir integra o posicionamento e o extrato de desempenho do município de Doutor Ulysses, entre os anos de 2010 e 2022, e o Gráfico 1, refere-se a evolução do IPDM Geral e das três dimensões no mesmo período. Esta série histórica evidencia a permanência estrutural de Doutor Ulysses entre as últimas posições do IPDM no Estado do Paraná.

No intervalo de 2010 a 2013, observa-se uma *Fase de Criticidade Aguda*, caracterizada por posições entre o 395º e o 399º lugar, com enquadramento no extrato de baixo desempenho. Destaca-se que, em 2012 e 2013, o município ocupou a última colocação (399º) entre os 399 municípios paranaenses. Esse período revela fragilidade sistêmica nas três dimensões do índice — renda,

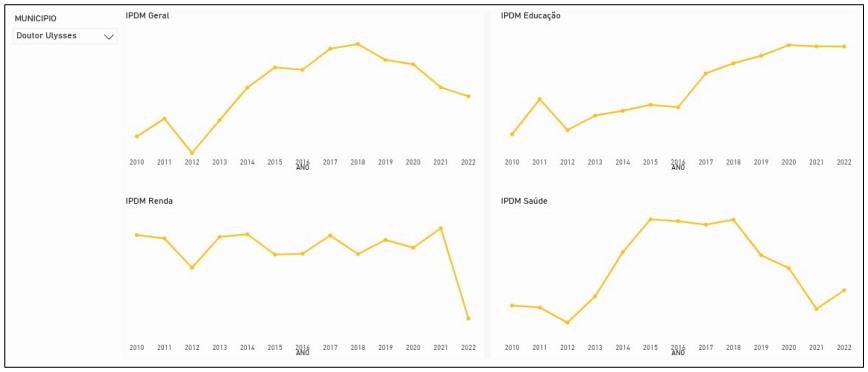
40 Modelagens realizadas através do ChatGPT 5.2 – OpenAI.

emprego e produção agropecuária; saúde; e educação — indicando limitações estruturais no desenvolvimento local.

Entre 2014 e 2018, configura-se uma *Fase de Recuperação Relativa*, marcada por melhora gradual no posicionamento estadual. O ápice ocorre em 2018, quando o município atinge a 367ª colocação, o melhor desempenho da série histórica. Nesse ciclo, há transição do extrato de "baixo desempenho" para "médio baixo desempenho", sinalizando avanço comparativo frente aos demais municípios, ainda que o ente permaneça no segmento inferior do ranking.

Já no período de 2019 a 2022, identifica-se uma Fase de Regressão, com retorno às últimas posições do IPDM (entre 396º e 399º). Mantém-se o enquadramento em "médio baixo desempenho", e nos anos de 2021 e 2022 o município volta a ocupar a última colocação estadual. Essa inflexão negativa indica perda de dinamismo relativo, seja por deterioração de indicadores locais, seja por avanço mais acelerado dos demais municípios paranaenses, reafirmando a persistência de vulnerabilidades estruturais.

Gráfico 2. Evolução IPDM Doutor Ulysses – PR. 2010 – 2022.



Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal

A leitura do Gráfico 2 permite identificar os vetores internos que explicam as oscilações do posicionamento de Doutor Ulysses no IPDM, evidenciando comportamentos distintos entre as três dimensões do índice.

Dimensão Educação: trajetória estruturalmente ascendente

O IPDM Educação apresenta evolução consistente ao longo da série histórica. Observa-se crescimento gradual, com inflexão mais significativa a partir de 2016 e estabilização em patamar elevado entre 2020 e 2022, sem queda relevante no período final.

Assim, a dimensão educacional não explica a regressão recente do ranking geral. Ao contrário, revela maior estabilidade institucional e continuidade de políticas públicas, configurando-se como o principal ativo de desenvolvimento relativo do município em sua inserção regional e estadual.

Dimensão Saúde: expansão intermediária e perda de dinamismo

A dimensão Saúde registra crescimento expressivo entre 2013 e 2018, período em que atinge seu melhor desempenho. A partir de 2019, entretanto, ocorre retração acentuada, com leve recuperação em 2022.

Essa inflexão contribui diretamente para a piora do IPDM Geral após 2018. Estruturalmente, a Saúde atuou como vetor de melhoria no ciclo 2014 - 2018, mas tornou-se elemento de fragilidade no período recente, possivelmente influenciada por impactos sistêmicos da pandemia da COVID-19 e por limitações estruturais da rede de serviços.

Dimensão Renda: principal fator de instabilidade estrutural

A dimensão Renda, Emprego e Produção Agropecuária apresenta maior volatilidade ao longo da série. Observam-se oscilações recorrentes, com recuperações pontuais (2013, 2017 e 2021), mas com queda abrupta e extremamente acentuada em 2022.

Essa retração constitui o principal fator explicativo do retorno do município às últimas posições do ranking estadual. Do ponto de vista estrutural, evidencia-se fragilidade da base econômica local, baixa diversificação produtiva e elevada vulnerabilidade a choques externos. A dimensão econômica configura-se, portanto, como o principal limitador do desempenho global.

A análise integrada demonstra que a vulnerabilidade do Município de Doutor Ulysses é persistente no contexto estadual, evidenciando que, embora a melhora observada até 2018 tenha sido efetiva, ela não se consolidou de forma estrutural. A dimensão Educação apresenta trajetória consistente e resiliente ao longo da série histórica, enquanto a Saúde perdeu dinamismo após 2018, contribuindo para a inflexão negativa do desempenho geral. A dimensão Renda, por sua vez, configura-se como o principal fator de regressão e instabilidade, dada sua elevada volatilidade e fragilidade estrutural. Ressalta-se, ainda, que o IPDM possui natureza comparativa, de modo que, mesmo diante de estabilidade ou melhorias absolutas em determinados indicadores locais, o município pode perder posições no ranking estadual caso os demais entes avancem em ritmo mais acelerado, alterando sua inserção relativa no cenário paranaense.

Importa ressaltar que o IPDM possui natureza comparativa. Assim, mesmo havendo estabilidade ou melhoria absoluta em determinados indicadores, o município pode perder posições no ranking caso os demais municípios avancem em ritmo mais acelerado, alterando sua inserção relativa no cenário estadual.

O desempenho de Doutor Ulysses no período 2010–2022 revela persistência de criticidade socioeconômica, breve ciclo de recuperação entre 2014 e 2018 e regressão recente associada, sobretudo, à fragilidade econômica. Há clara assimetria entre o avanço educacional e a debilidade produtiva.

Produção Agropecuária

A análise integrada dos dados[41] da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PPM), no período de 2020 a 2024, permite caracterizar a estrutura produtiva rural de Doutor Ulysses como diversificada, porém concentrada em algumas culturas estratégicas, com forte base na pecuária leiteira e na citricultura.

No âmbito das culturas temporárias, destacam-se a mandioca e o milho como principais eixos estruturantes da produção agrícola. A mandioca apresenta volumes elevados e relativamente estáveis ao longo do período, passando de 12.500 toneladas em 2020 para 40.000 toneladas em 2021, mantendo-se em 36.000 toneladas entre 2022 e 2024, consolidando-se como a cultura de maior expressão em volume físico no município.

O milho em grão, por sua vez, registrou crescimento expressivo em 2023, com 20.000 toneladas, mantendo patamar elevado em 2024 (19.000 toneladas), após queda significativa em 2022 (4.500 toneladas). O feijão apresenta tendência de redução, passando de 1.950 toneladas em 2020 para 840 toneladas em 2024.

O tomate demonstra crescimento relevante no período, saindo de 1.245 toneladas em 2020 para 2.175 toneladas em 2024. A soja apresenta oscilações, com leve redução em 2024 (2.170 toneladas). A cana-de-açúcar mantém estabilidade em 200 toneladas a partir de 2021, enquanto culturas como arroz e cebola apresentam produção pontual e de menor escala. O conjunto indica predominância de produção voltada ao abastecimento interno, à subsistência e aos mercados regionais, com destaque para mandioca e milho como bases estruturais.

41 Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal

Nas culturas permanentes, a fruticultura assume papel central, especialmente a citricultura. A tangerina é a principal cultura permanente do município, com volumes elevados e crescentes, passando de 23.250 toneladas em 2020 para 34.000 toneladas em 2024. A laranja apresenta relativa estabilidade, com crescimento em 2024 (1.500 toneladas). O limão mostra tendência de redução gradual ao longo do período. O maracujá apresenta expansão relevante, passando de 150 toneladas em 2020 para 224 toneladas em 2024, enquanto a banana registra aumento expressivo a partir de 2023, alcançando 160 toneladas. Esses dados evidenciam clara vocação para a fruticultura comercial, com destaque para os citros.

No que se refere à pecuária, os efetivos demonstram relativa estabilidade estrutural. O rebanho bovino oscila entre 9.092 e 10.127 cabeças, enquanto os suínos mantêm-se em torno de 8.000 cabeças, com leve crescimento em 2024 (8.125). O efetivo de galináceos permanece próximo de 69 mil cabeças ao longo do período. O número de vacas ordenhadas cresce até 2023 (2.327), com leve redução em 2024 (2.255). Observa-se estabilidade da bovinocultura e consistência na suinocultura, ao passo que a redução gradual dos rebanhos ovino e equino indica perda de relevância dessas atividades.

Na produção de origem animal, o leite destaca-se como principal produto pecuário, com crescimento contínuo até 2023 (4.837 mil litros) e pequena retração em 2024 (4.687 mil litros), mantendo-se como eixo central da pecuária local. O mel de abelha apresenta estabilidade, variando entre 7.600 e 7.800 kg, enquanto a produção de ovos de galinha permanece próxima a 390 mil dúzias anuais. A produção de lã demonstra tendência de queda, coerente com a redução do rebanho ovino. Não há registro de produção aquícola no período analisado, indicando inexistência ou irrelevância econômica desse segmento no município.

De forma sintética, a economia agropecuária de Doutor Ulysses apresenta forte base na mandioca e no milho entre as culturas temporárias, expressiva produção de tangerina e outros citros nas culturas permanentes, pecuária bovina e suinocultura estáveis e produção leiteira consolidada, sem estruturação da aquicultura. Trata-se de produção diversificada, porém concentrada em poucos eixos principais.

A interpretação territorial indica economia rural típica de município de pequeno porte, marcada pela predominância da agricultura familiar, produção voltada a mercados regionais, baixa agregação de valor local e sensibilidade a variações climáticas e de mercado. A fruticultura, especialmente a citricultura, e a produção leiteira configuram potenciais estratégicos para agregação de valor e fortalecimento econômico.

Sob a perspectiva do planejamento, os dados sugerem a necessidade de incentivo à agroindustrialização da mandioca e do leite, fortalecimento da cadeia produtiva de citros, ampliação da assistência técnica e da mecanização, diversificação produtiva com foco em culturas de maior valor agregado e estruturação de cooperativas e canais de comercialização. Em síntese, Doutor Ulysses dispõe de base agropecuária consolidada e diversificada, porém ainda dependente de produção primária, sendo o fortalecimento da agregação de valor e da organização produtiva elemento central para dinamizar a economia rural municipal.

Sob perspectiva estratégica, a superação da condição estrutural de baixo desempenho depende prioritariamente da dinamização econômica local, da diversificação produtiva e do fortalecimento da geração de renda e emprego, sem descontinuidade dos avanços consolidados na Educação.

Para fins de revisão do Plano Diretor Participativo e do planejamento estratégico municipal, todos os dados até aqui apresentados indicam que o Município de Doutor Ulysses deve priorizar políticas estruturantes de desenvolvimento econômico, consolidar a Educação como vetor estratégico de longo prazo, reestruturar e fortalecer a política municipal de Saúde — especialmente no contexto pós-pandemia — e promover a integração entre políticas econômicas e sociais, evitando a dissociação entre crescimento produtivo e melhoria dos indicadores humanos.

Tecnicamente, o IPDM evidencia que a fragilidade municipal não é homogênea, mas concentrada sobretudo na dimensão econômica, que se apresenta como elemento central para qualquer agenda consistente de desenvolvimento sustentável.

De forma complementar, a análise integrada demonstra que a vulnerabilidade de Doutor Ulysses é persistente no contexto estadual, indicando que, embora a melhora observada até 2018 tenha sido efetiva, não houve consolidação estrutural desse avanço. A dimensão Educação mantém trajetória consistente e resiliente, ao passo que a Saúde perdeu dinamismo após 2018, contribuindo para a inflexão negativa do desempenho geral. A dimensão Renda, por sua vez, constitui o principal fator de regressão e instabilidade, dada sua elevada volatilidade e fragilidade estrutural.

8. USO E OCUPAÇÃO ESPACIAL

8.1 Uso e Ocupação do Solo Rural

Uso Minerário

O município de Doutor Ulysses apresenta relevante potencial mineral, diretamente associado à sua estrutura geológica. Destacam-se o Complexo Granítico Três Córregos e o Complexo Granítico Cunhaporanga, dispostos na direção NE–SW, em contato com os metassedimentos da Faixa Itaiacoca[42]. Esta faixa corresponde a uma sequência de rochas supracrustais pertencentes ao Grupo Itaiacoca, constituindo limite geológico para os complexos graníticos mencionados. A presença de faixas de rochas calcárias e do Granito Três Córregos[43] configura o município como área de interesse para o estabelecimento de zonas preferenciais de mineração.

Além dessas formações, o território municipal apresenta potencial associado a rochas granitoides, faixas carbonáticas, dolomíticas e calcíticas, bem como metassedimentos, filitos e xistos. De forma mais restrita, também podem ocorrer sedimentos aluvionares[44], ampliando a diversidade de recursos minerais passíveis de exploração.

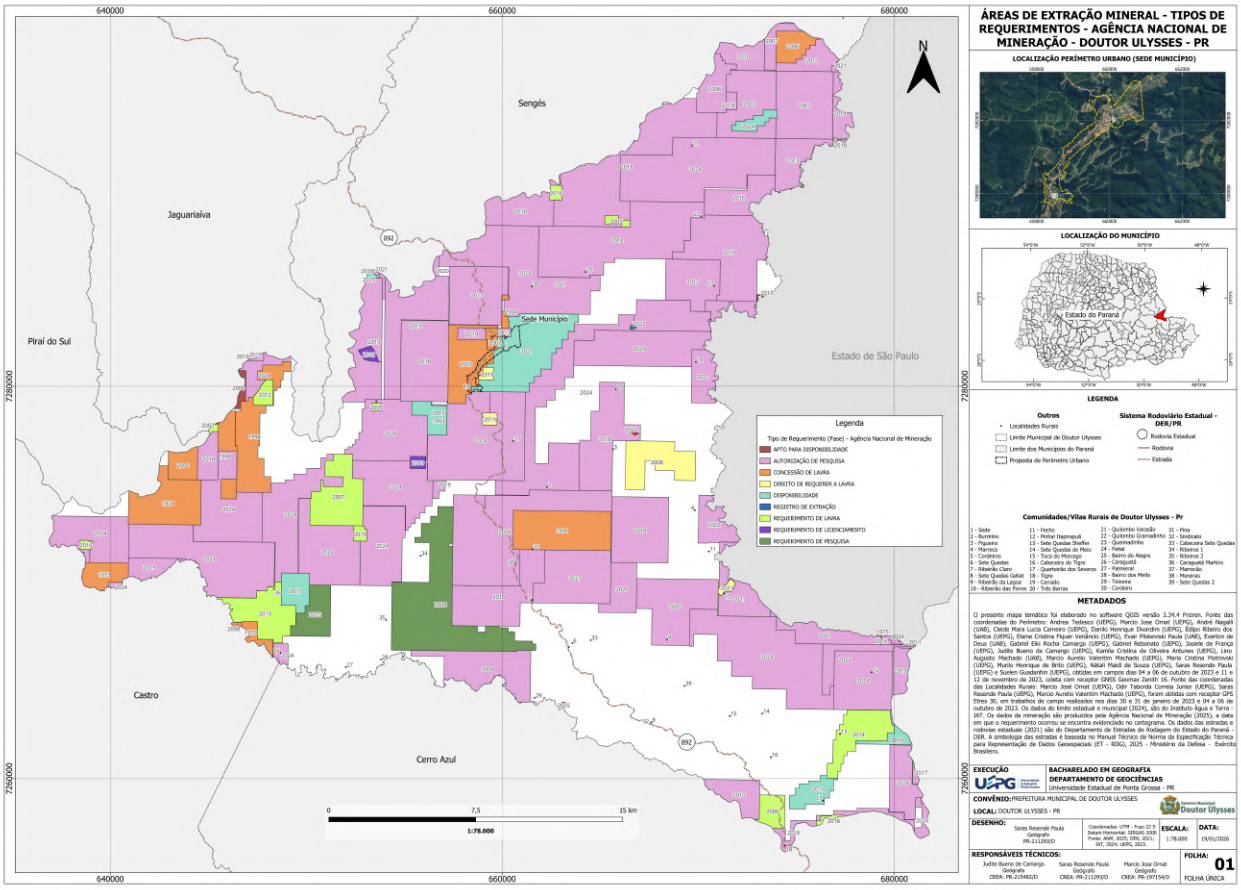
Estudos realizados pela MINEROPAR em 2004[45] indicavam que, à época, não havia minas em atividade no município. Entretanto, já se registravam pelo menos 50 processos junto ao então Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)[46], distribuídos entre requerimentos e autorizações de pesquisa (35), áreas em disponibilidade (2), requerimentos de lavra (7) e concessões de lavra (6), evidenciando interesse minerário significativo mesmo na ausência de operações consolidadas.

Dados mais recentes do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE)[47] apontam a existência de 111 processos minerários, revelando ampliação expressiva do interesse sobre o território municipal ao longo de aproximadamente duas décadas. Entre esses processos,

42 NETO, J. M. R. Faixa Itaiacoca: registro de uma colisão entre dois blocos continentais no Neoproterozoico. 1994. Tese (Doutorado em Geoquímica e Geotectônica) Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
43 MINEROPAR. Plano Diretor de Mineração para a Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2004.
44 Idem.
45 Idem.
46 O Departamento Nacional de Produção Mineral, foi substituído pela autarquia federal sob regime especial Agência Nacional de Mineração – ANM, criada pela Lei 13.575 de 26 de dezembro de 2017.
47 Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>

destacam-se 50 requerimentos e autorizações de pesquisa, 3 requerimentos de pesquisa, 2 áreas aptas à disponibilidade e 20 em disponibilidade, além de 13 requerimentos de lavra, 12 concessões de lavra, 5 direitos de requerer lavra, 3 requerimentos de licenciamento, 2 requerimentos de registro de extração e 1 registro de extração.

Mapa 53. Áreas de Extração Mineral, Tipos de Requerimentos, Agência Nacional de Mineração, Doutor Ulysses – PR, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Esse conjunto de informações indica crescimento superior a 50% no número de áreas de interesse mineral no período analisado, demonstrando intensificação da pressão sobre o território. Ressalta-se, contudo, que podem existir áreas com atividades não notificadas, assim como empreendimentos já encerrados ou não devidamente registrados nas bases disponíveis.

Observa-se ainda diversificação dos recursos minerais[48] objeto dos requerimentos, abrangendo areia, argila, calcário (calcítico e dolomítico), cascalho, caulim, diamante, diopsídio,

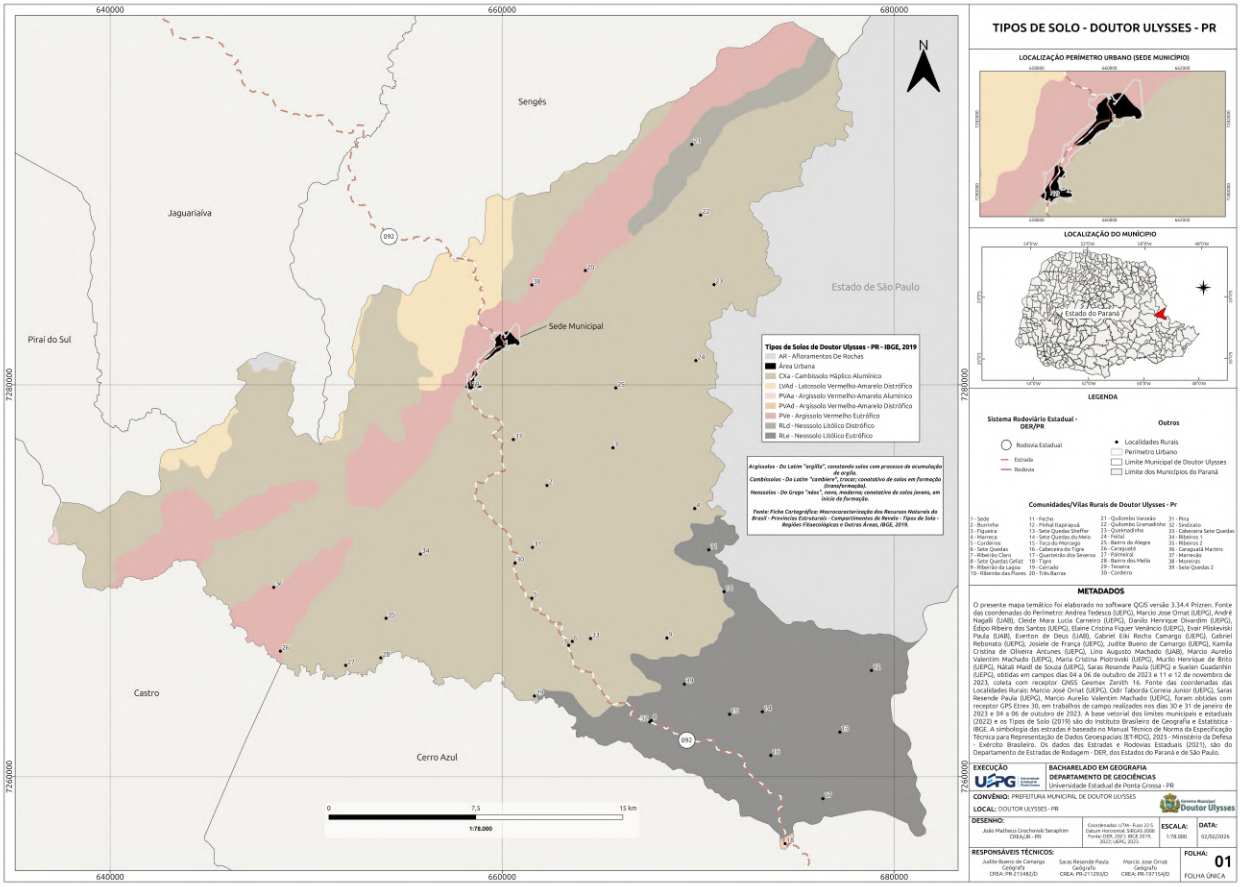
48 Idem.

dolomito, filito, fonólito, fosfato, granito, mármore (inclusive para revestimento), minérios de chumbo, cobre, estanho, manganês e ouro, além de saibro, sienito, talco e terras raras. Tal diversidade reforça a importância de incorporar a dimensão minerária ao ordenamento territorial, especialmente no que se refere à definição de zonas compatíveis no macrozoneamento municipal, mitigação de conflitos de uso e estabelecimento de diretrizes ambientais no âmbito do Plano Diretor.

Tipos de Solo

O município de Doutor Ulysses apresenta sete classes de solos, cuja distribuição está diretamente associada às condições geomorfológicas predominantes e exerce influência significativa sobre o uso e a ocupação do território, especialmente no que se refere às atividades agropecuárias, à suscetibilidade à erosão e às restrições à expansão urbana.

Mapa 54. Tipos de Solos, Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Entre as classes identificadas[49], destaca-se o ***Cambissolo Háplico Alumínico***, típico de relevos forte-ondulados a montanhosos, sem horizonte superficial A húmico bem desenvolvido. Trata-se de solo com fertilidade natural variável, porém com limitações expressivas decorrentes de declividades acentuadas, pequena profundidade efetiva e presença de fragmentos rochosos. Os elevados teores de alumínio trocável comprometem o desenvolvimento radicular, impondo restrições ao uso agrícola intensivo.

Os Argissolos também possuem ocorrência relevante no município, subdividindo-se em diferentes tipos. O ***Argissolo Vermelho-Amarelo Alumínico*** ocorre em áreas de relevo mais acidentado e dissecado, apresentando elevados teores de alumínio, o que limita o desenvolvimento das culturas. O ***Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico*** compartilha características morfológicas semelhantes, com relevo acidentado e maior suscetibilidade à erosão, além de baixa fertilidade natural. Já o ***Argissolo Vermelho Eutrófico*** ocorre em relevos ondulados menos declivosos, favorecendo a mecanização agrícola, e apresenta maior fertilidade natural, configurando áreas com melhor aptidão agrícola relativa.

O ***Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico*** é encontrado em áreas de relevo plano a ondulado, em ambientes bem drenados, caracterizando-se por grande profundidade e homogeneidade estrutural. Apesar dessas condições favoráveis ao manejo mecanizado, apresenta baixa fertilidade natural e limitada disponibilidade de água às plantas, exigindo correções e manejo técnico adequado.

Por sua vez, o ***Neossolo Litólico*** ocorre em áreas de maior declividade, sendo solo raso, com horizonte pouco desenvolvido (geralmente inferior a 50 cm), o que restringe significativamente seu uso agrícola e aumenta a vulnerabilidade à erosão, sobretudo quando submetido a práticas inadequadas de manejo.

No que se refere à classificação quanto à fertilidade, os solos ***Distróficos*** caracterizam-se por baixa saturação por bases e, portanto, baixa fertilidade natural. Já os solos ***Eutróficos*** apresentam maior soma de bases, indicando fertilidade natural mais elevada e melhores condições para uso agrícola, desde que respeitadas as limitações de relevo e conservação do solo.

A predominância de solos associados a relevo declivoso e, em grande parte, de baixa fertilidade natural reforça a necessidade de planejamento territorial compatível com as fragilidades

49 Embrapa Solos, 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/cambissolos/cambissolos-haplicos.

ambientais do município, especialmente no controle da expansão urbana sobre áreas suscetíveis à erosão e na definição de diretrizes para uso agrícola sustentável.

Observa-se na análise do mapa acima um padrão longitudinal predominante na direção NE–SW, acompanhando o eixo estrutural regional e coerente com o controle geológico do território. Ao longo desse eixo central ocorre uma faixa contínua de solos associados a relevos mais dissecados, enquanto nas porções periféricas há diferenciação conforme variações topográficas e litológicas. De modo geral, o mapa revela predominância de solos vinculados a relevo forte-ondulado e montanhoso, uma distribuição espacial condicionada pela estrutura geológica regional, ausência de grandes manchas contínuas de solos profundos e de alta fertilidade e forte associação entre fragilidade pedológica e compartimentação do relevo.

Sob a ótica do planejamento territorial, a organização espacial apresentada indica alta sensibilidade ambiental em grande parte do território, sobretudo nas áreas com Neossolos e Cambissolos em declive acentuado, a necessidade de controle rigoroso da expansão urbana fora das áreas já consolidadas, a prioridade para a ocupação e adensamento em setores com Argissolos menos declivosos, o planejamento agrícola orientado por aptidão diferenciada do solo e a integração entre zoneamento ambiental e zoneamento urbano no Plano Diretor.

Em síntese, o padrão espacial dos solos confirma que Doutor Ulysses possui base física estruturalmente frágil, com forte controle geomorfológico sobre as possibilidades de uso do território, exigindo abordagem prudente e tecnicamente fundamentada na definição de diretrizes de ordenamento territorial.

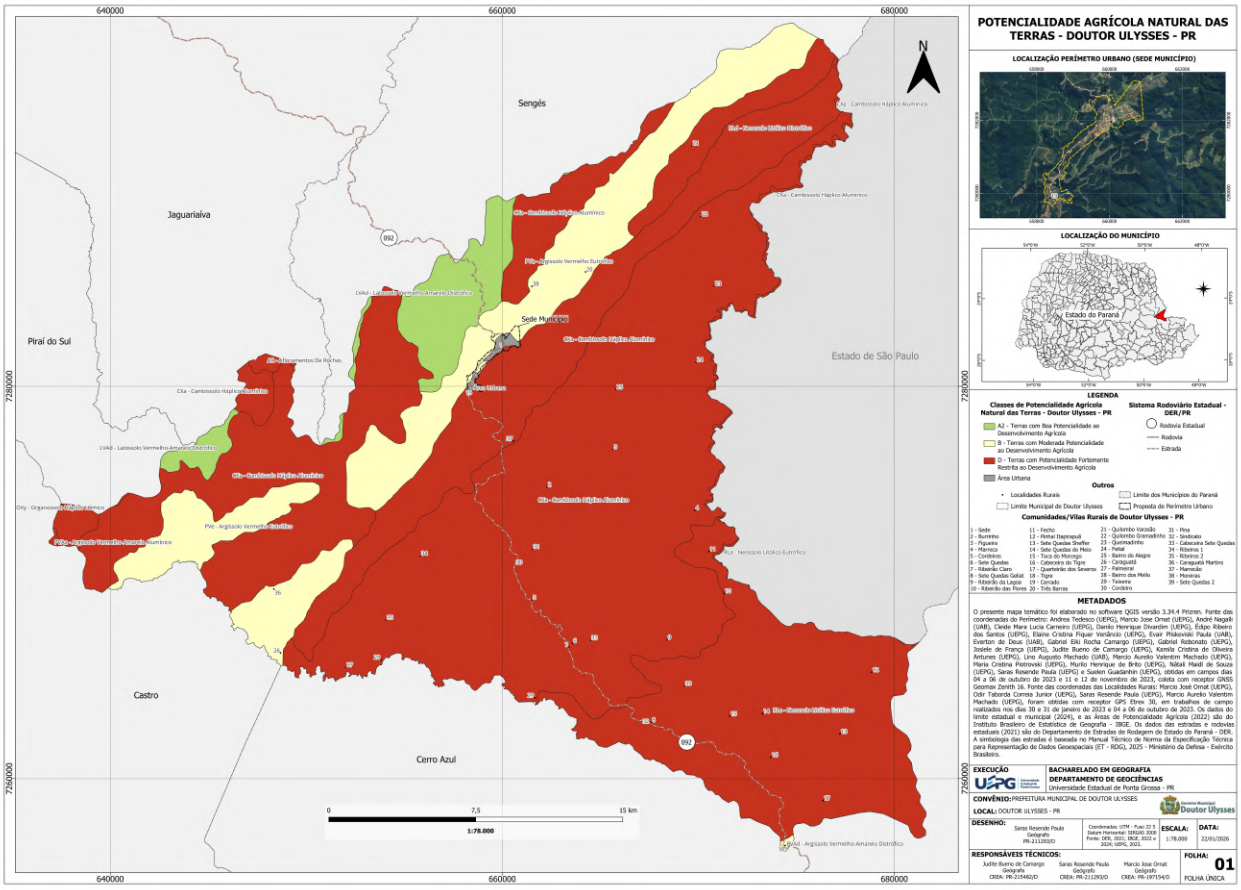
Potencialidade Agrícola

A análise da Potencialidade Agrícola Natural do município foi realizada com base na tipologia dos solos e em suas características físico-químicas, permitindo a delimitação de áreas com maior ou menor aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Essa avaliação considera não apenas a fertilidade natural, mas também limitações relacionadas à profundidade do solo, drenagem, teor de alumínio e suscetibilidade à erosão.

Os resultados indicam que a maior parte do território municipal é composta por solos classificados como pouco favoráveis ao uso agrícola intensivo. Essa condição está associada tanto às características pedológicas quanto à morfologia do relevo, predominantemente acidentado, com encostas íngremes e forte dissecação. Ainda assim, verifica-se a utilização de áreas declivosas para

o cultivo de ponkan, prática que exige manejo técnico adequado para minimizar processos erosivos e degradação do solo.

Mapa 55. Potencialidade Agrícola Natural das Terras,, Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

O critério adotado para definição das classes de potencialidade seguiu os parâmetros estabelecidos pelo mapeamento do IBGE, que classifica as terras em cinco categorias: A1 (Muito boa), A2 (Boa), B (Moderada), C (Restrita) e D (Fortemente Restrita), correspondendo a diferentes níveis de aptidão agrícola natural. No caso de Doutor Ulysses, foram identificadas apenas três classes: A2 (Boa), B (Moderada) e D (Fortemente Restrita). Não há ocorrência de terras classificadas como A1 (Muito boa), e tampouco foram identificadas áreas enquadradas como C (Restrita).

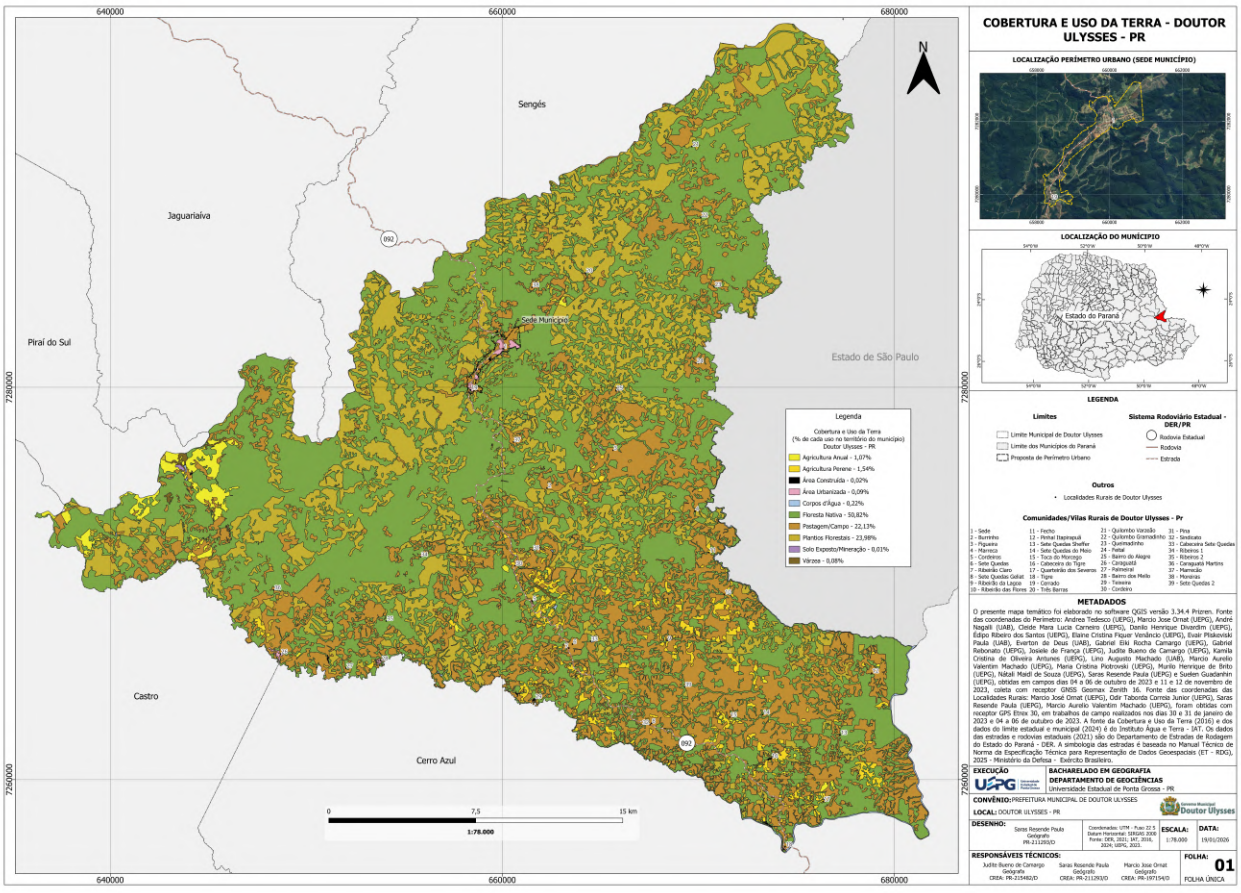
Em termos territoriais, isso significa que o município apresenta aptidão agrícola limitada, com predominância de áreas moderadas a fortemente restritas, exigindo planejamento rural

orientado pela capacidade de uso da terra. Tal cenário reforça a necessidade de práticas conservacionistas, definição de zoneamento rural compatível com a fragilidade ambiental e integração entre política agrícola e ordenamento territorial no âmbito do Plano Diretor.

Cobertura e Uso da Terra

A distribuição da cobertura e uso da terra no município de Doutor Ulysses reflete diretamente suas características físico-naturais, especialmente o relevo fortemente dissecado, marcado por vales profundos e paisagens montanhosas. Essa configuração geomorfológica condiciona as formas de ocupação e impõe limitações técnicas à produção agrícola, influenciando os processos de plantio, colheita e escoamento da produção.

Mapa 56. Cobertura e Uso da Terra, Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

De acordo com o Relatório de Cálculo de Área do Uso e Cobertura da Terra (IAT, 2020)[50], predomina no território municipal a cobertura vegetal. As áreas de Floresta Nativa correspondem a aproximadamente 50,821% da área total, enquanto os Plantios Florestais representam 23,986%. Em conjunto, esses dois usos superam 74% do território, evidenciando a forte presença de cobertura vegetal natural e plantada (pínus e eucalipto), bem como a relevância da atividade florestal e da conservação da biodiversidade na dinâmica territorial do município.

As áreas destinadas à agropecuária ocupam proporção significativamente menor. A Agricultura Perene abrange cerca de 1,543% da área total, e a Agricultura Anual, 1,077%, indicando que a produção agrícola ocorre de forma pontual e condicionada pelas limitações ambientais. Já as pastagens e campos representam 22,133% do território, configurando-se como uso expressivo e associado à pecuária extensiva, atividade compatível com áreas de relevo mais acidentado e solos com restrições à mecanização.

No que se refere à ocupação antrópica consolidada, as áreas urbanizadas correspondem a apenas 0,095% do território, enquanto as áreas industriais ocupam 0,023%, demonstrando baixa densidade urbana e limitada presença de infraestrutura produtiva. As áreas de solo exposto e mineração somam apenas 0,011%, indicando atividade extrativa de pequena escala no contexto territorial. Por sua vez, os corpos d’água — rios, lagos e lagoas — abrangem 0,225% da área municipal.

A estrutura de uso e cobertura da terra demonstra, de forma inequívoca, a forte vocação silvicultora de Doutor Ulysses. A soma de 50,821% de Floresta Nativa com 23,986% de Plantios Florestais resulta em mais de 74% do território municipal coberto por formações florestais, naturais ou plantadas. Esse dado não é apenas quantitativo, mas revela um padrão territorial estruturado pela dinâmica florestal, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico.

Do ponto de vista físico-territorial, a silvicultura apresenta elevada compatibilidade com as condições locais. O relevo fortemente ondulado e montanhoso, associado à predominância de solos com restrições à agricultura mecanizada, limita a expansão de culturas anuais e intensivas, mas não inviabiliza o cultivo florestal. Ao contrário, espécies florestais, especialmente exóticas de rápido crescimento, como pínus e eucalipto, adaptam-se melhor a declividades acentuadas e apresentam maior eficiência econômica em áreas onde a mecanização agrícola é restrita.

Além disso, a expressiva presença de Floresta Nativa indica manutenção de corredores ecológicos e serviços ambientais estratégicos, como regulação hídrica, estabilidade de encostas e

50 Fonte: IAT - Instituto Água e Terra – Relatório do Cálculo de Área do Uso e Cobertura da Terra por Municípios do Estado do Paraná. Disponível em: ftp://geo_iat:geo_iat@200.189.114.112

conservação da biodiversidade. Esse cenário cria condições favoráveis para o desenvolvimento de um modelo florestal integrado, que combine produção comercial com conservação ambiental, podendo inclusive acessar mercados vinculados a certificações ambientais, manejo sustentável e créditos de carbono.

Sob a perspectiva econômica, a existência de quase 24% do território ocupado por plantios florestais demonstra que a atividade já possui base territorial consolidada. Isso sugere conhecimento técnico local, cadeia produtiva minimamente estruturada e inserção em mercados regionais de madeira para serraria, laminação, energia ou celulose.

Do ponto de vista estratégico para o planejamento territorial, a vocação silvicultora pode ser considerada eixo estruturante do desenvolvimento rural, desde que observados critérios ambientais. A ampliação indiscriminada de monoculturas florestais pode gerar impactos sobre recursos hídricos, biodiversidade e paisagem. Contudo, quando conduzida com planejamento espacial adequado — respeitando áreas de preservação permanente, declividades críticas e mosaicos de uso, a atividade tende a ser compatível com as fragilidades ambientais do município.

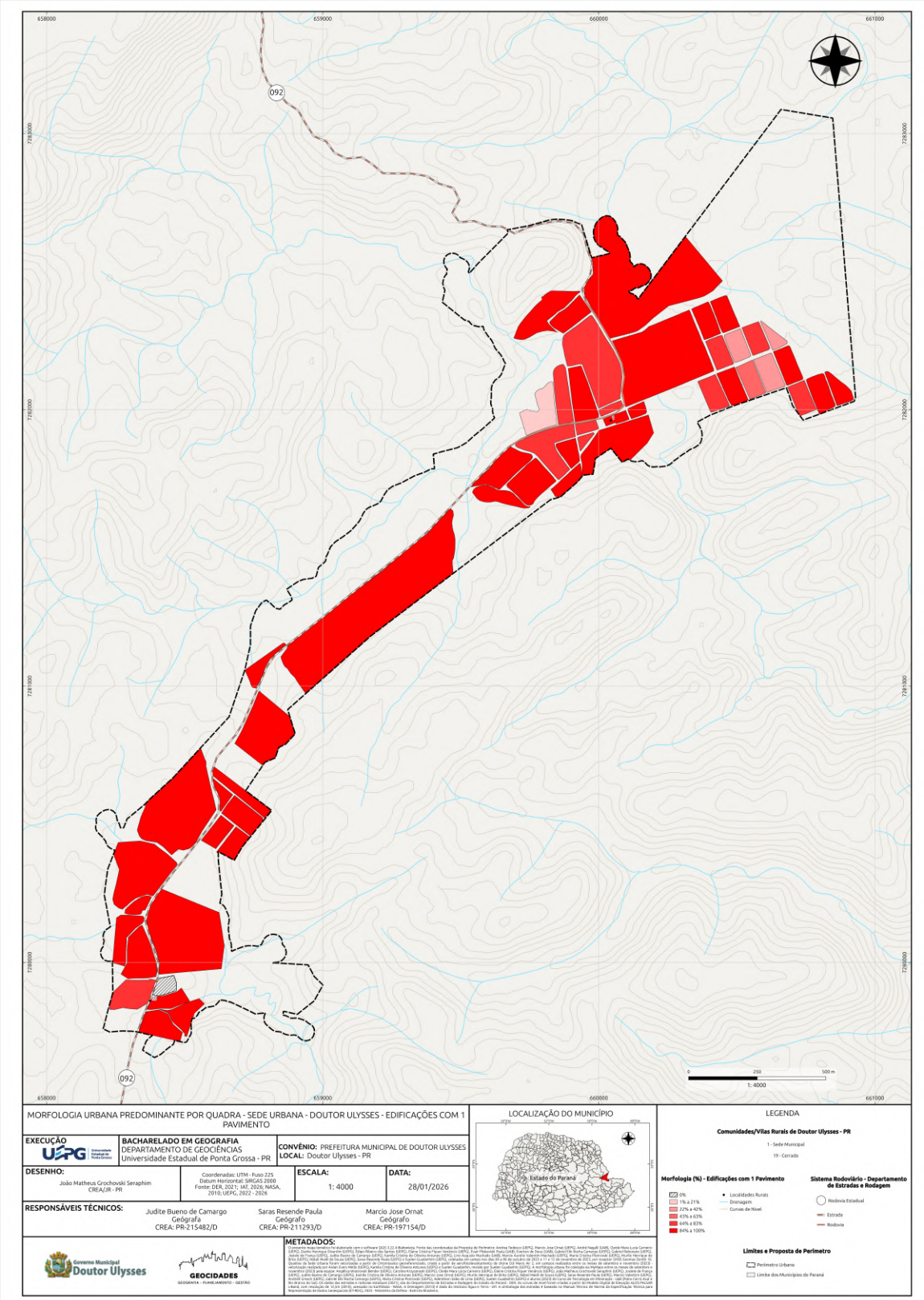
A baixa participação da agricultura anual (1,077%) e perene (1,543%) reforça que o território não apresenta vocação predominante para agricultura intensiva de larga escala. Em contrapartida, a significativa presença florestal revela coerência entre base física e uso econômico consolidado. Assim, Doutor Ulysses apresenta potencial para a consolidação de um polo florestal regional, a ampliação da cadeia de valor da madeira (beneficiamento local), desenvolvimento de sistemas agroflorestais em áreas de aptidão moderada, estruturação de políticas de pagamento por serviços ambientais e integração entre silvicultura e recuperação de áreas degradadas.

Os percentuais de uso da terra indicam que a silvicultura não é apenas uma atividade presente no município, mas constitui sua principal vocação territorial estrutural, alinhada às condicionantes geomorfológicas e pedológicas. O desafio estratégico do Plano Diretor não é definir se a atividade deve existir, mas como organizá-la espacialmente, qualificá-la ambientalmente e integrá-la a uma estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo.

8.2 Ocupação Urbana: Morfologia

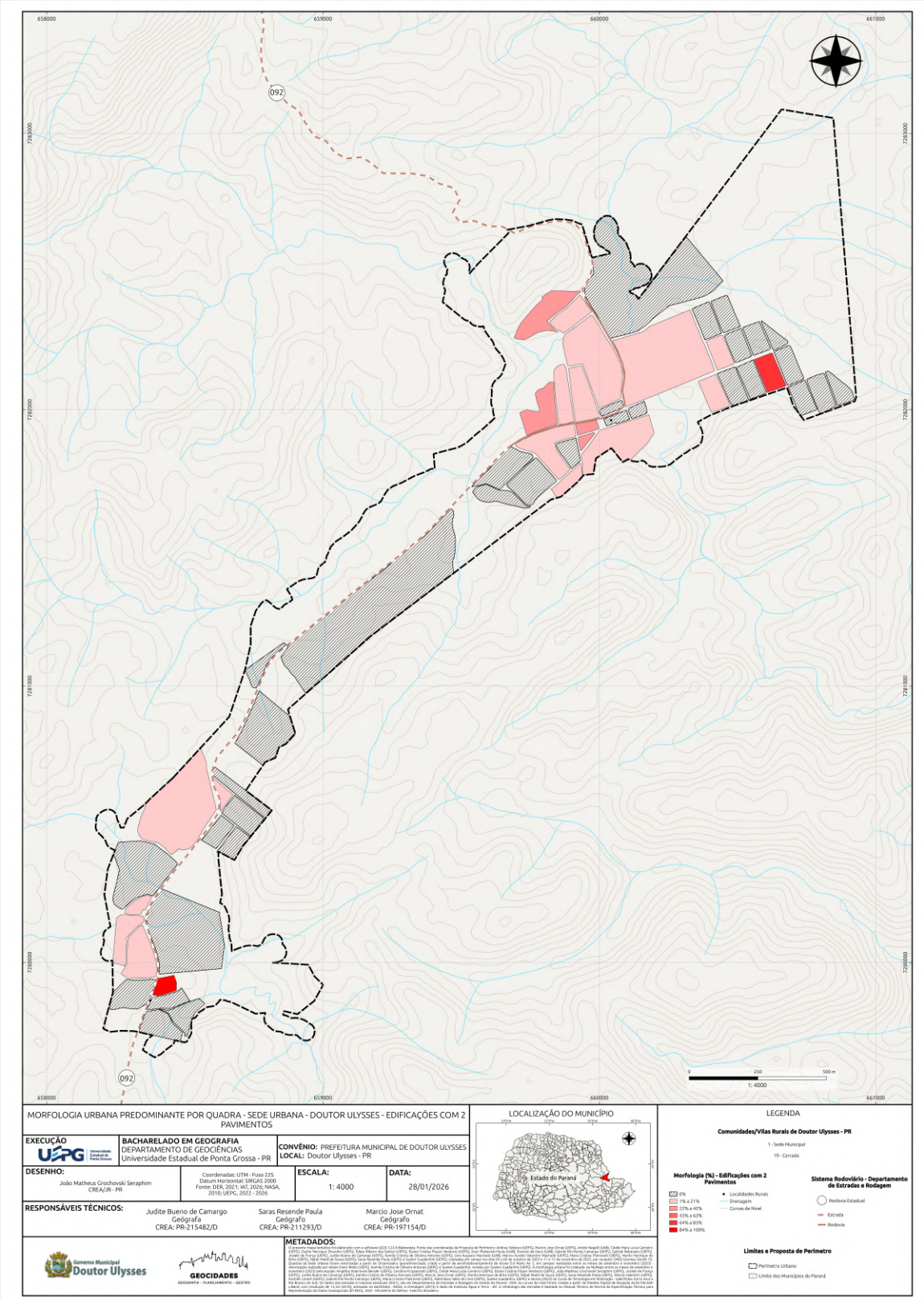
A morfologia urbana refere-se à forma, à estrutura e ao padrão de organização espacial da cidade, expressando-se na disposição do sistema viário, no parcelamento do solo e na distribuição dos diferentes usos e ocupações (ver mapas abaixo):

Mapa 57. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Edificações com 1 Pavimento, Sede Doutor Ulysses, 2026.



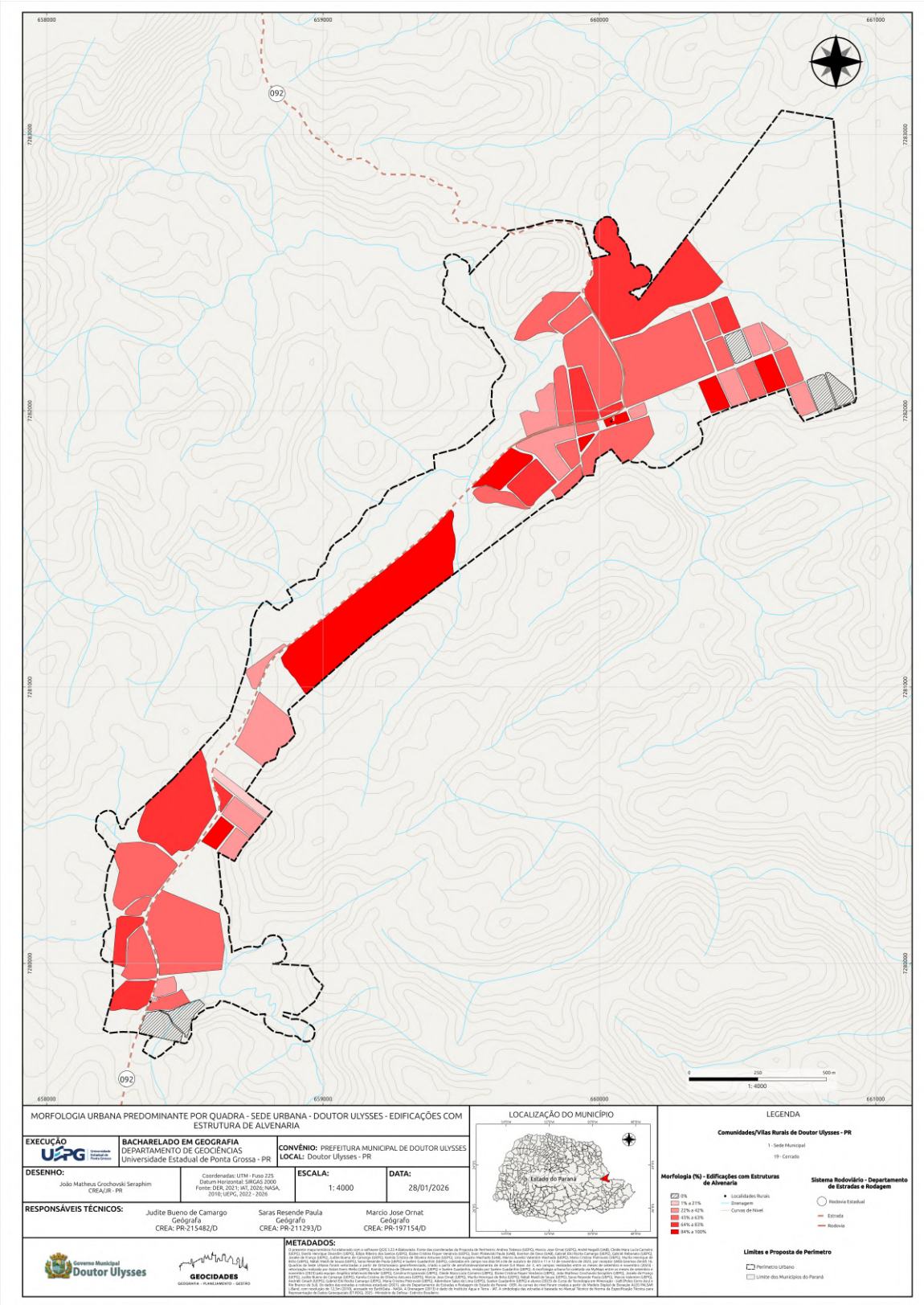
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 58. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Edificações com 2 Pavimento, Sede Doutor Ulysses, 2026.



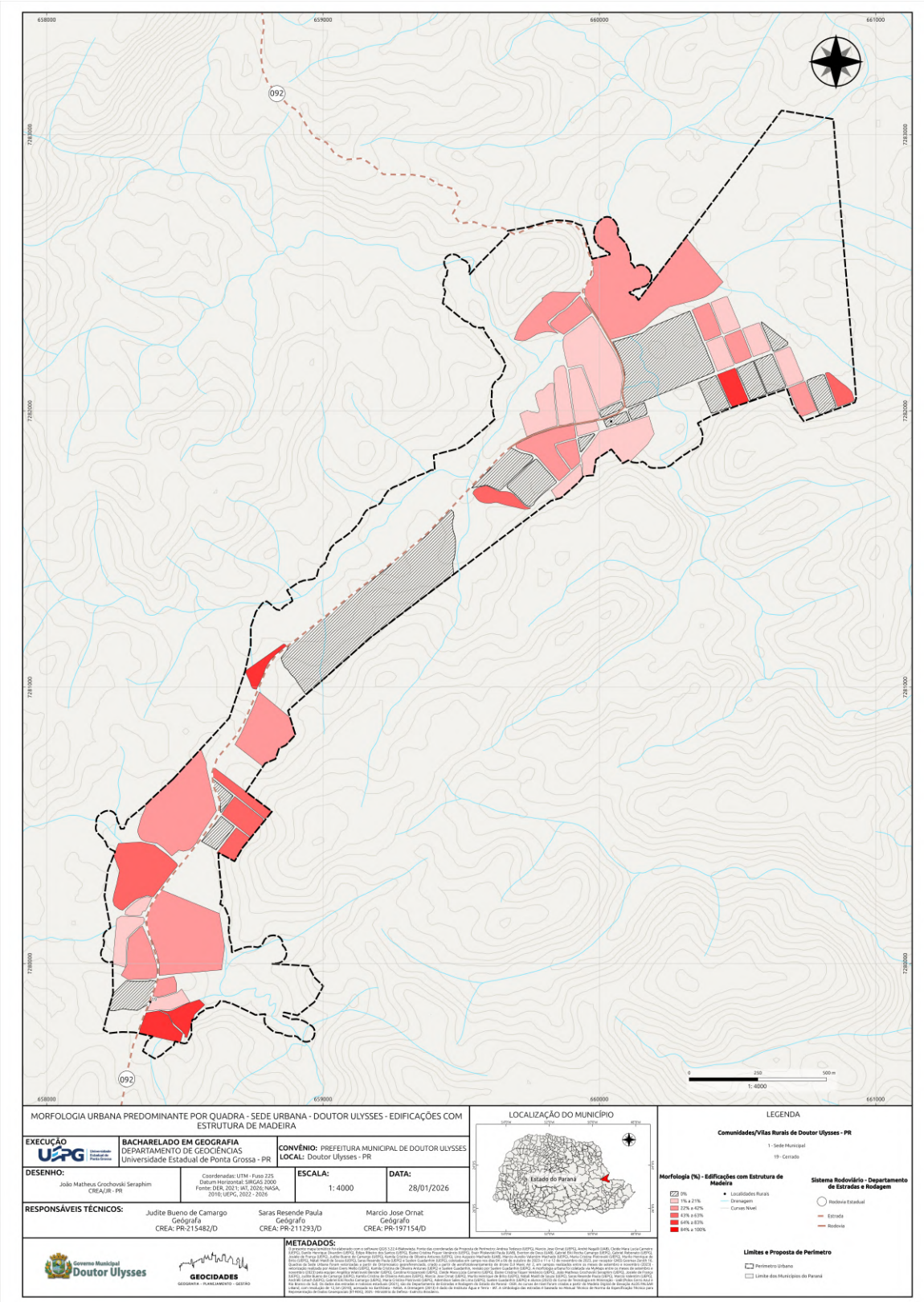
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 59. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Estrutura em Alvenaria, Sede Doutor Ulysses, 2026.



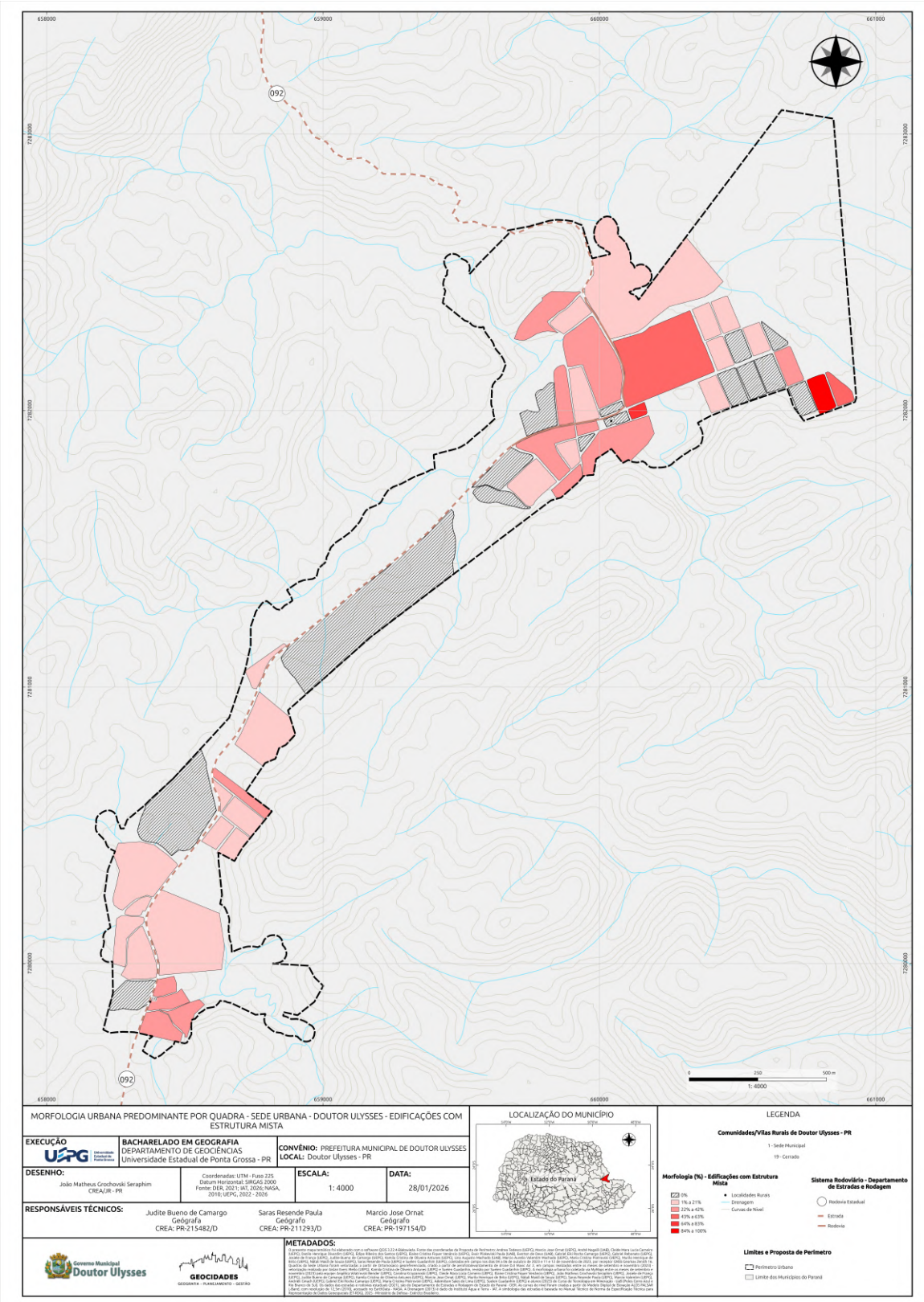
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 60. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Estrutura em Madeira, Sede Doutor Ulysses, 2026.



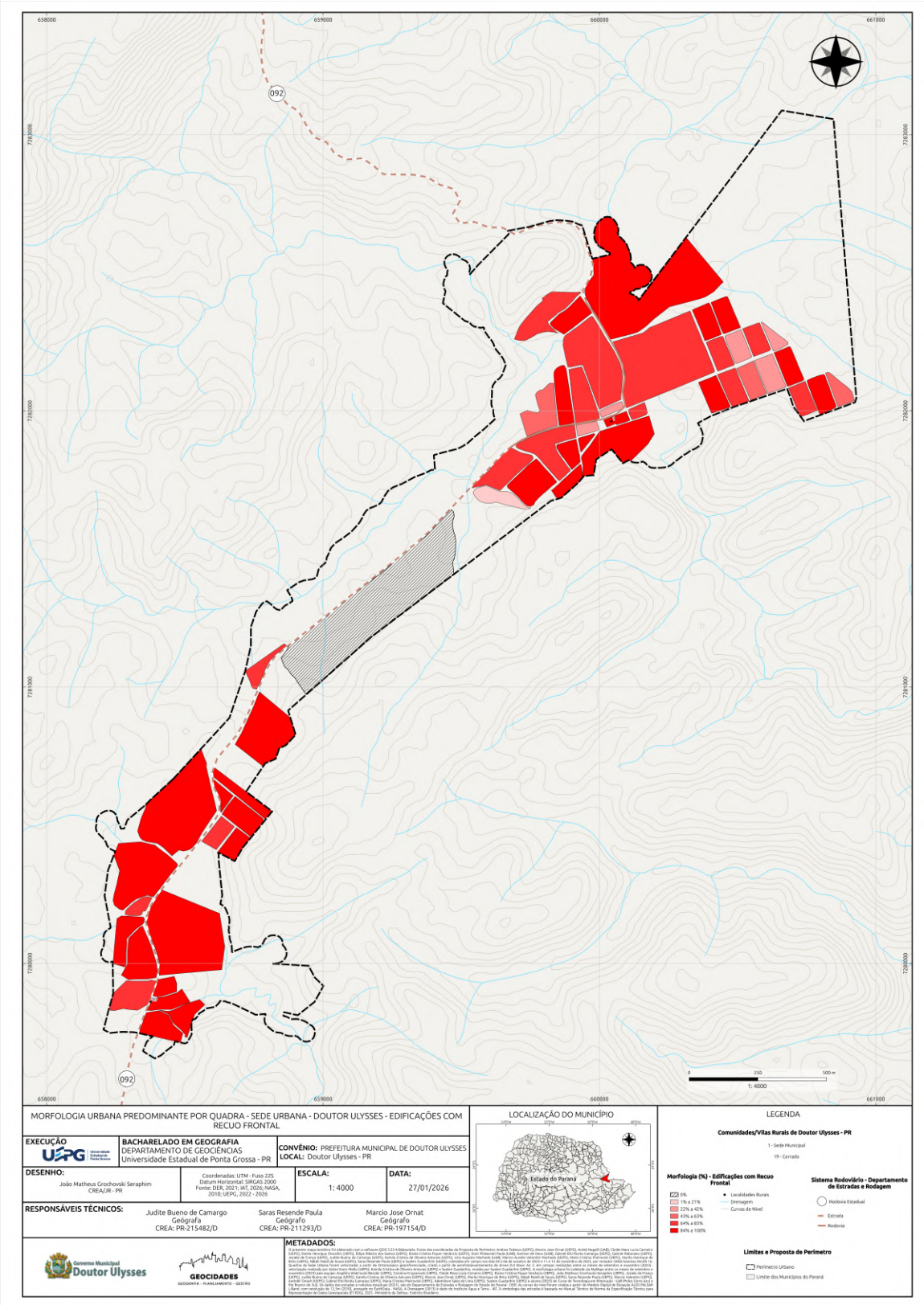
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 61. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Estrutura Mista, Sede Doutor Ulysses, 2026.



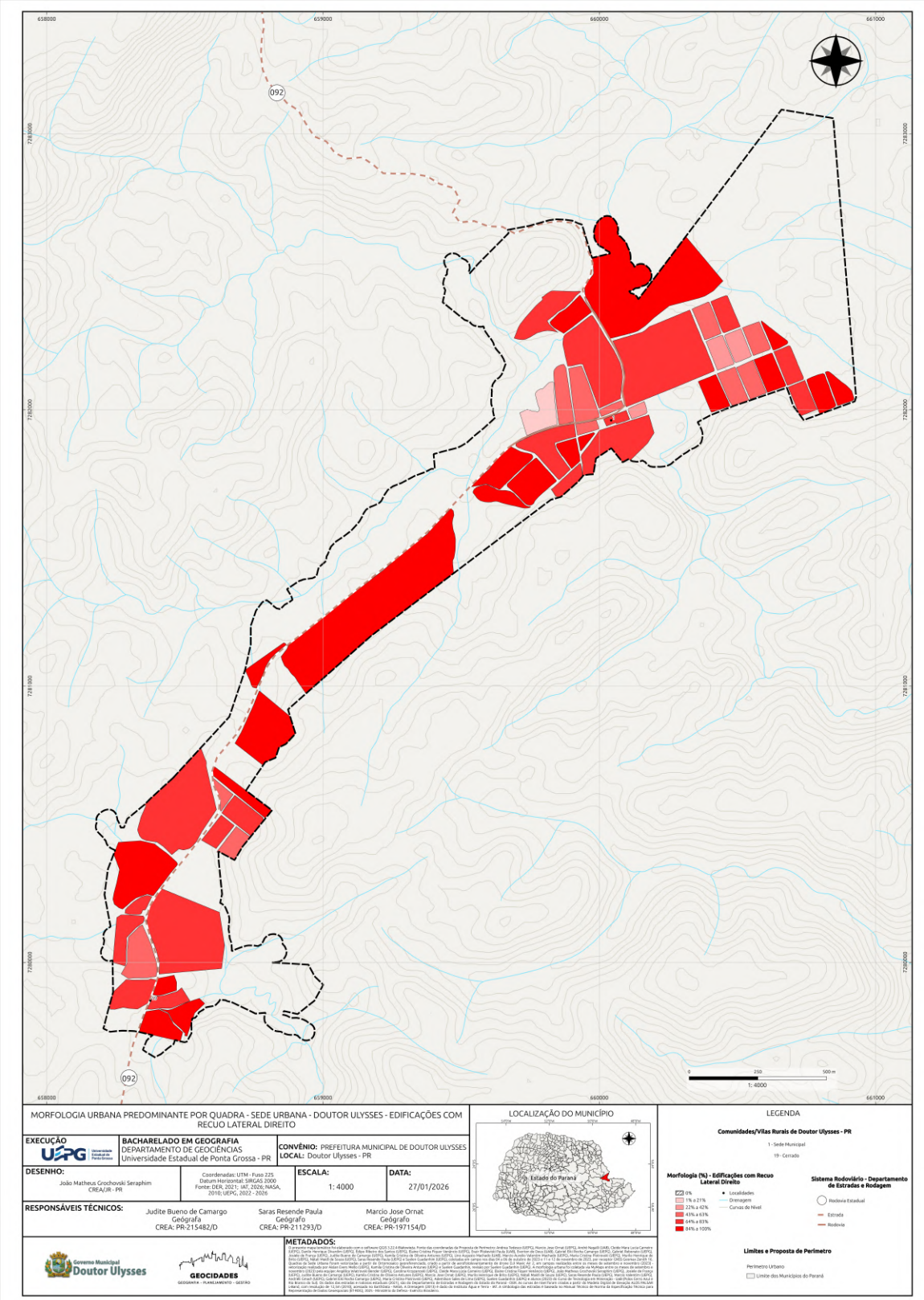
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 62. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, com Recuo Frontal, Sede Doutor Ulysses, 2026.



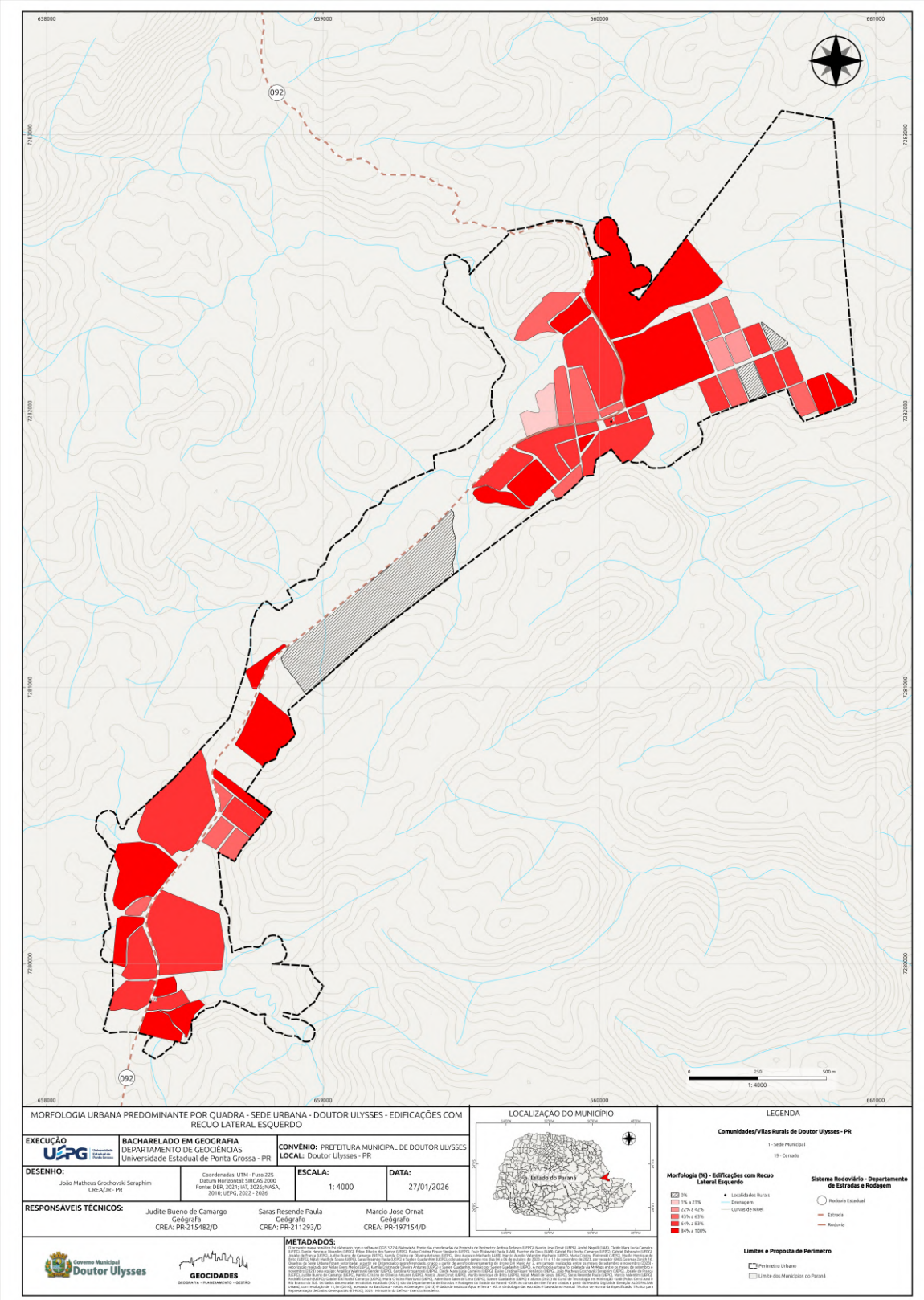
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 63. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, com Recuo Lateral Direito, Sede Doutor Ulysses, 2026.



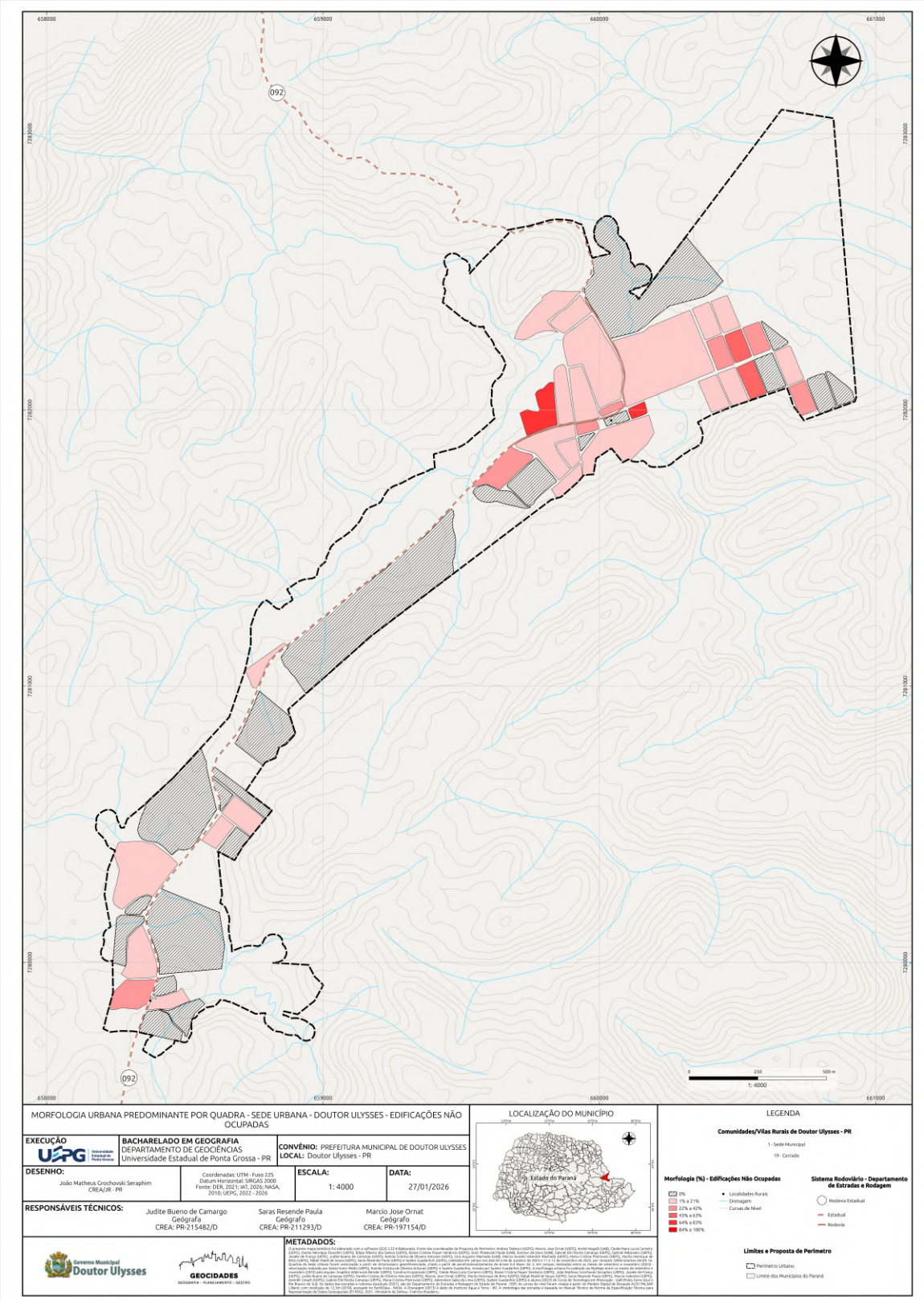
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 64. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, com Recuo Lateral Esquerdo, Sede Doutor Ulysses, 2026.



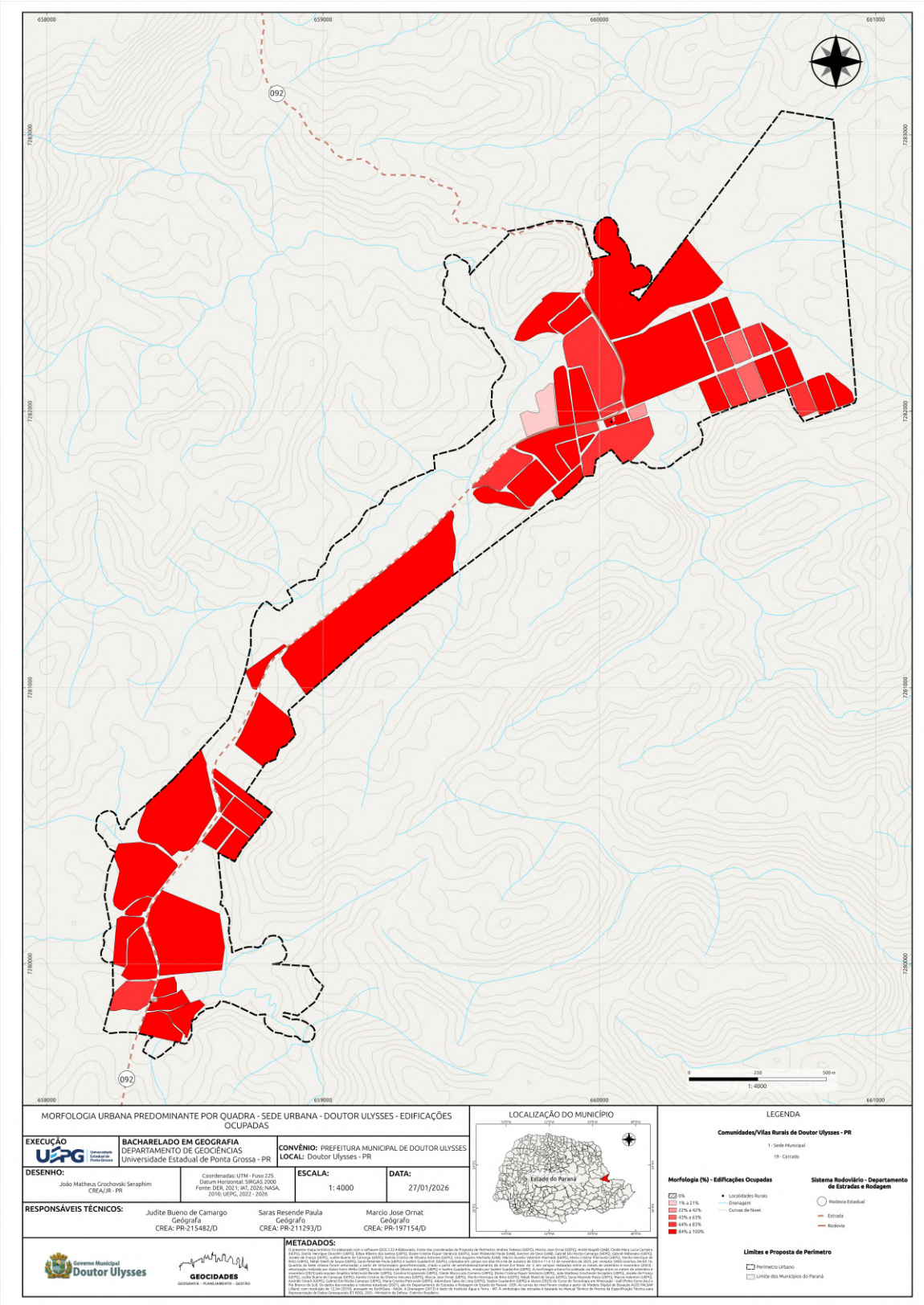
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 65. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Edificações Não Ocupadas, Sede Doutor Ulysses, 2026.



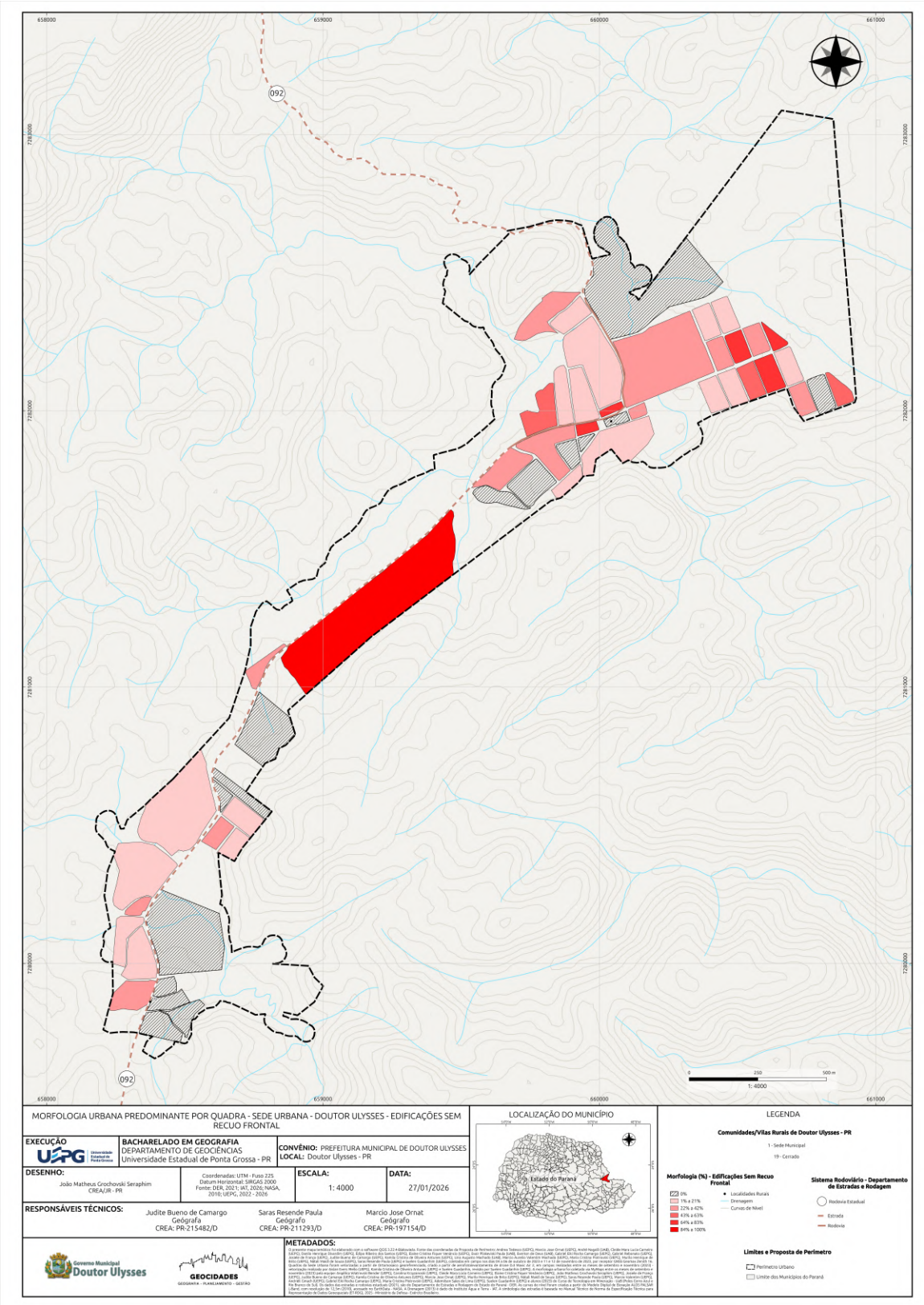
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 66. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Edificações Ocupadas, Sede Doutor Ulysses, 2026.



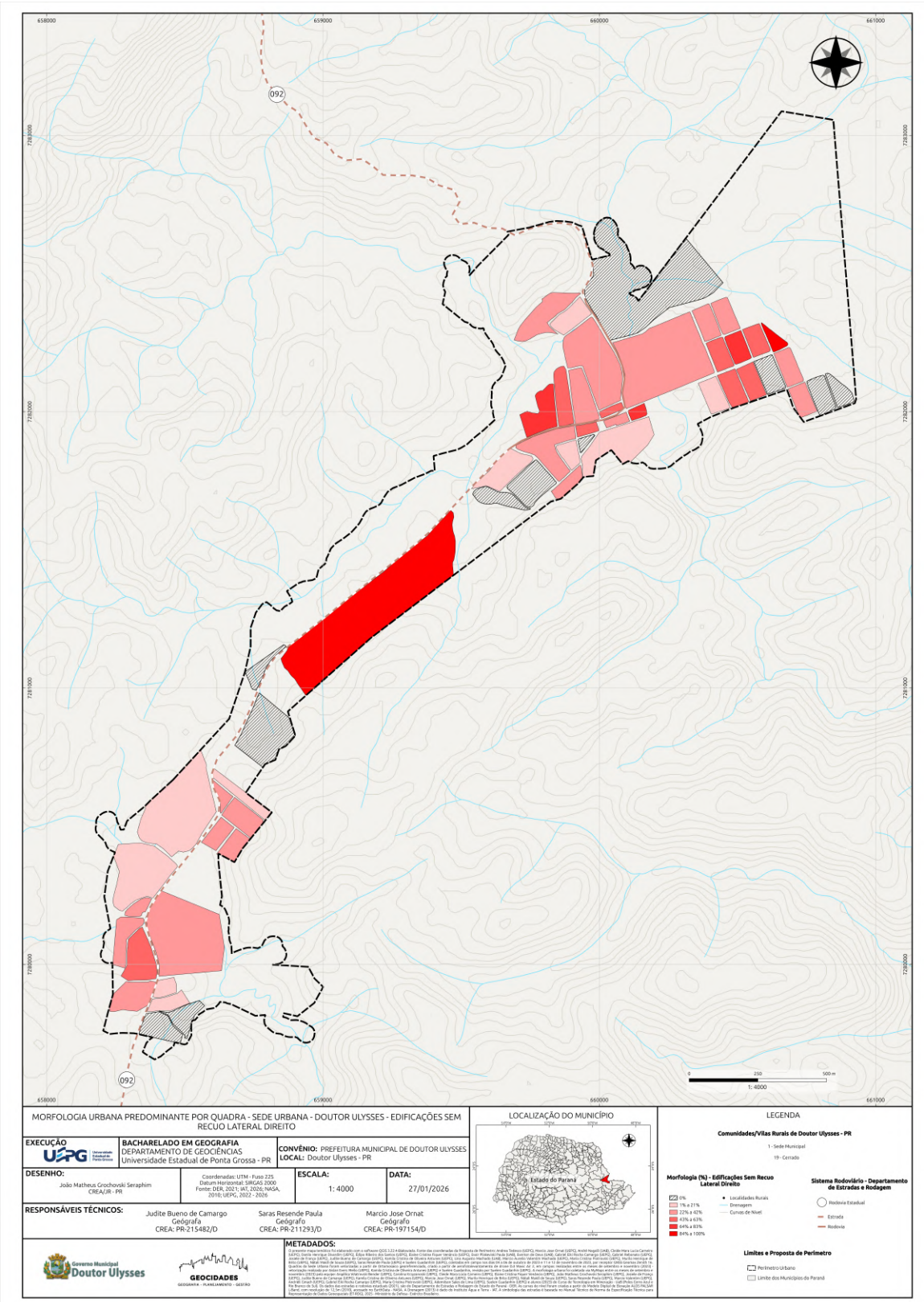
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 67. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Sem Recuo Frontal, Sede Doutor Ulysses, 2026.



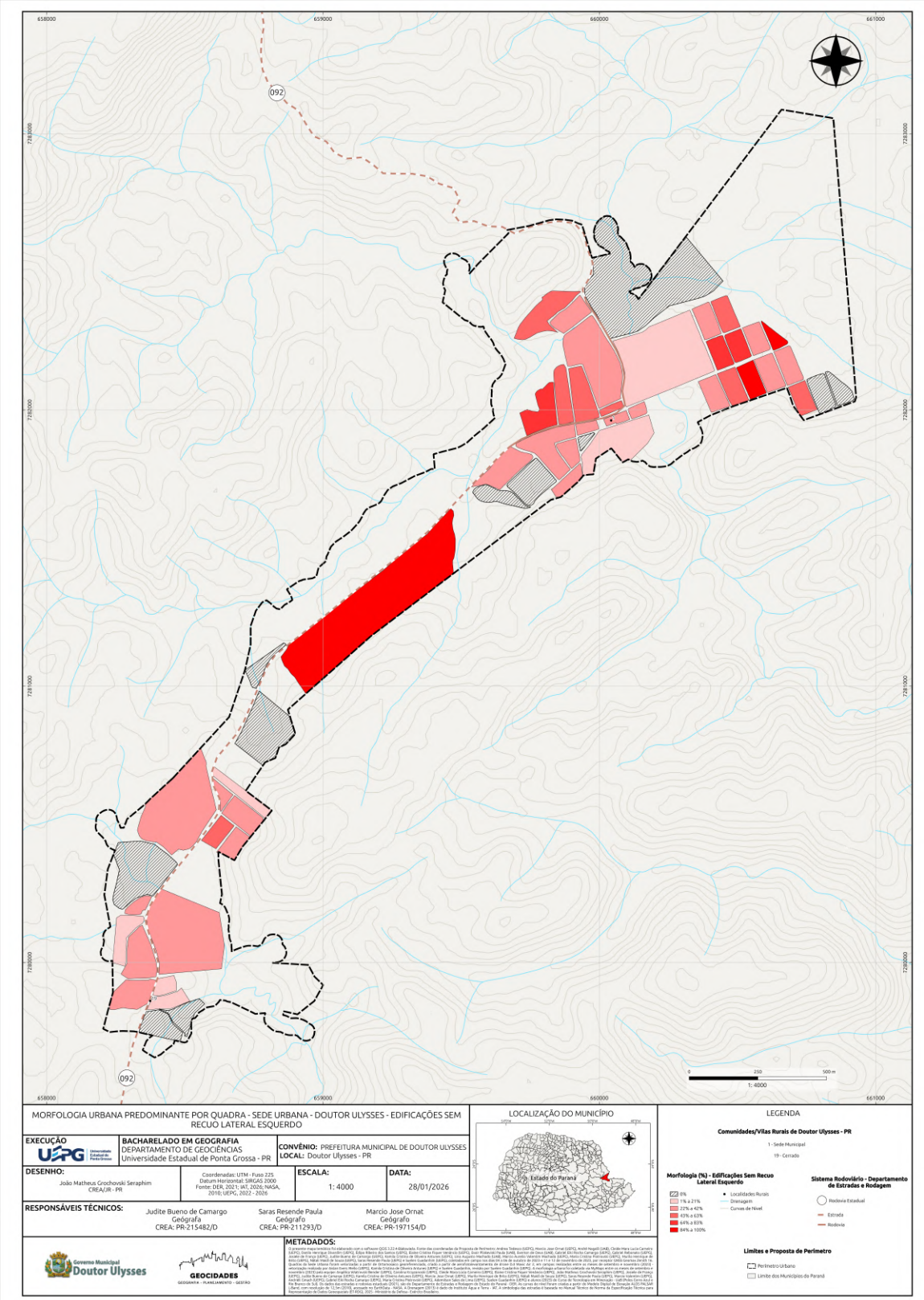
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 68. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Sem Recuo Lateral Direito, Sede Doutor Ulysses, 2026.



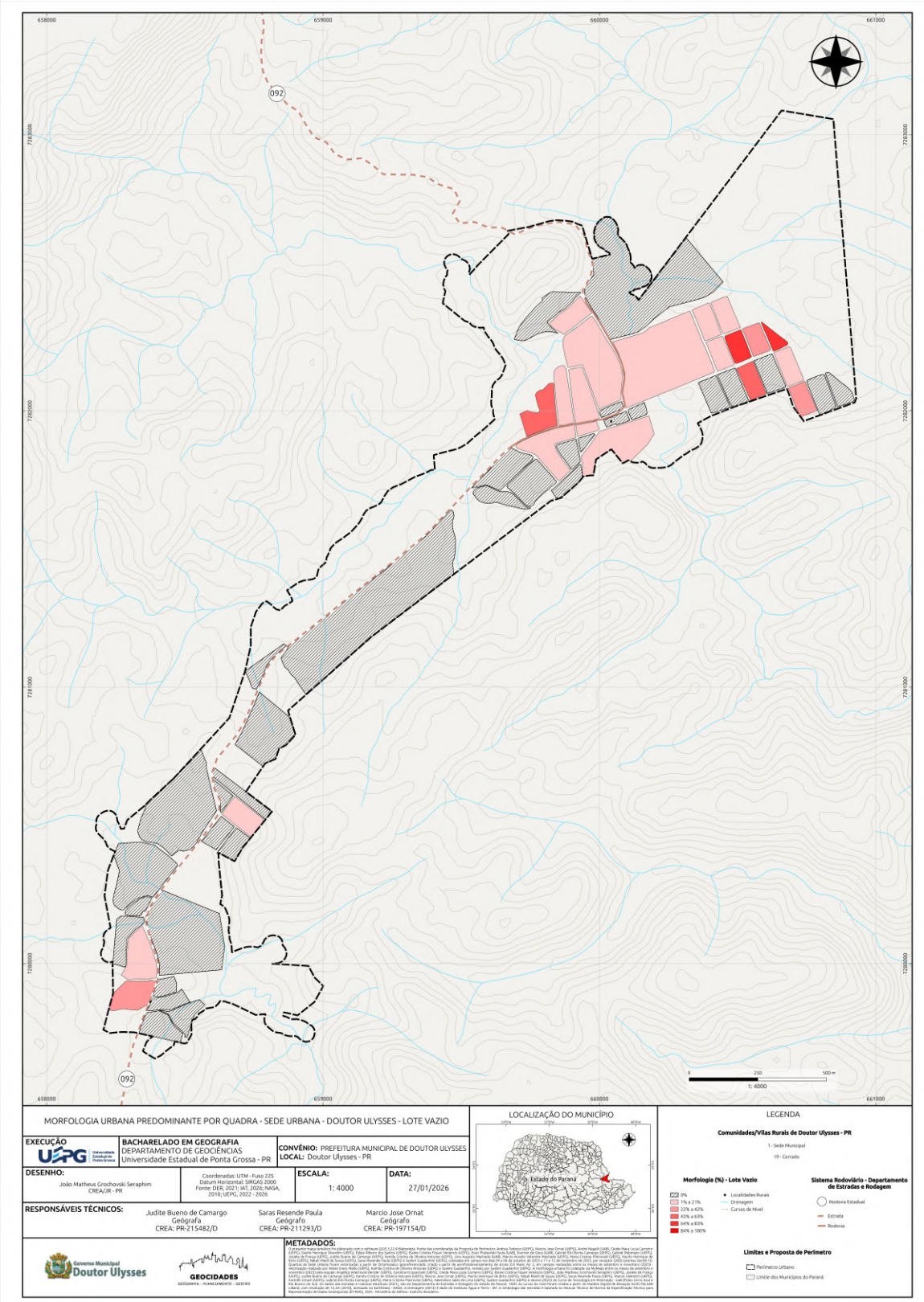
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 69. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Sem Recuo Lateral Esquerdo, Sede Doutor Ulysses, 2026.



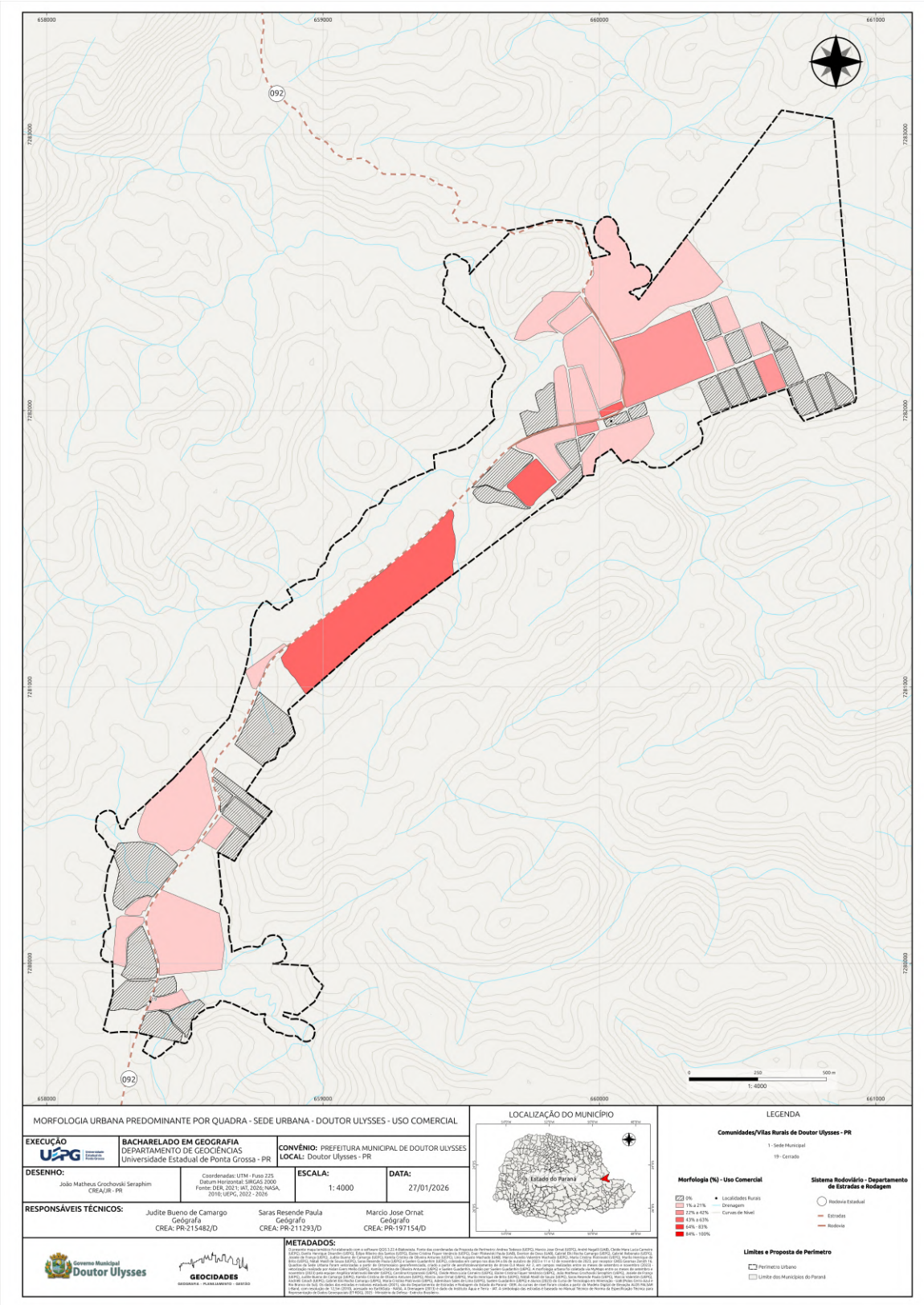
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 70. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Lotes Vazios, Sede Doutor Ulysses, 2026.



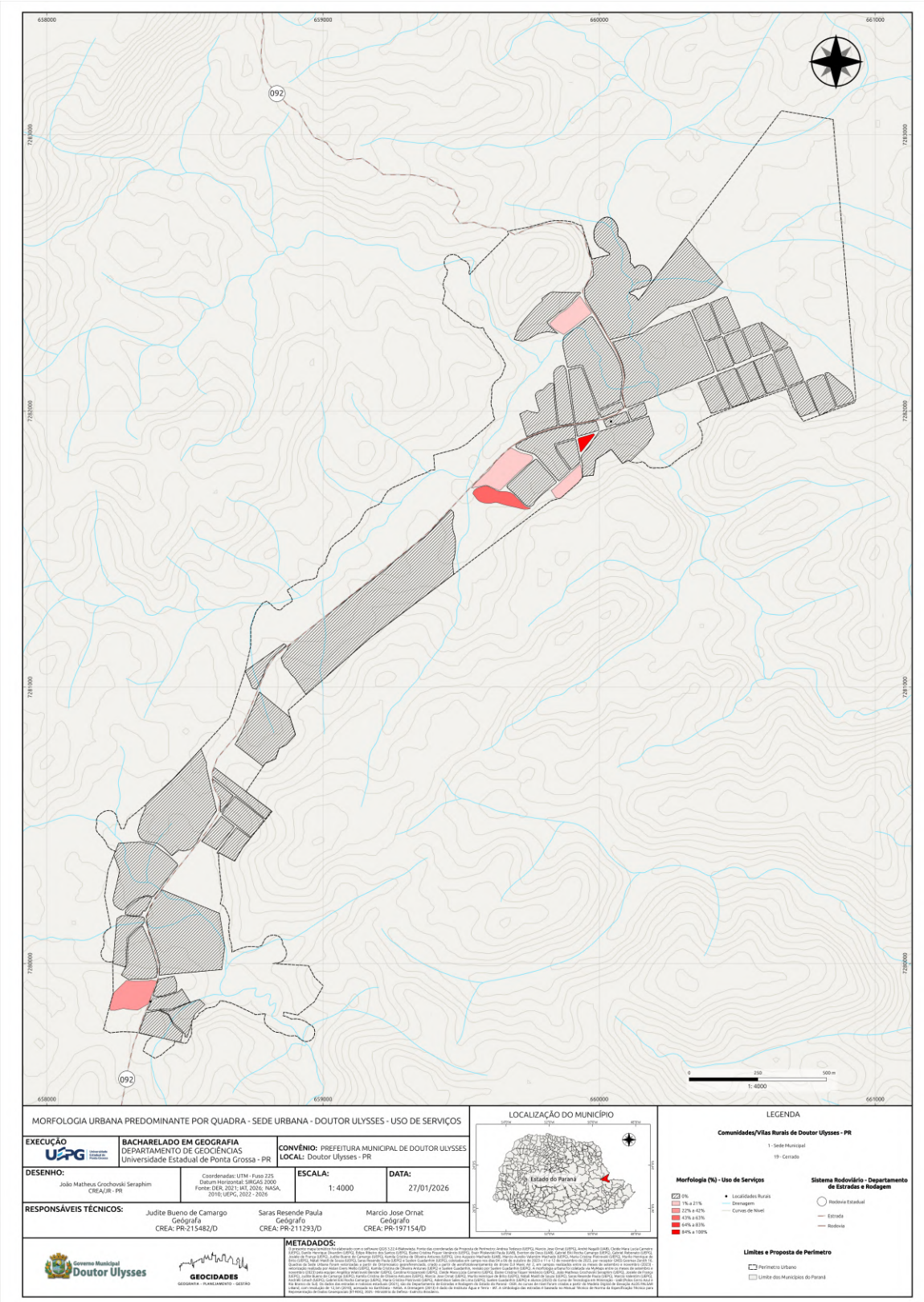
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 71. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Uso Comercial, Sede Doutor Ulysses, 2026.



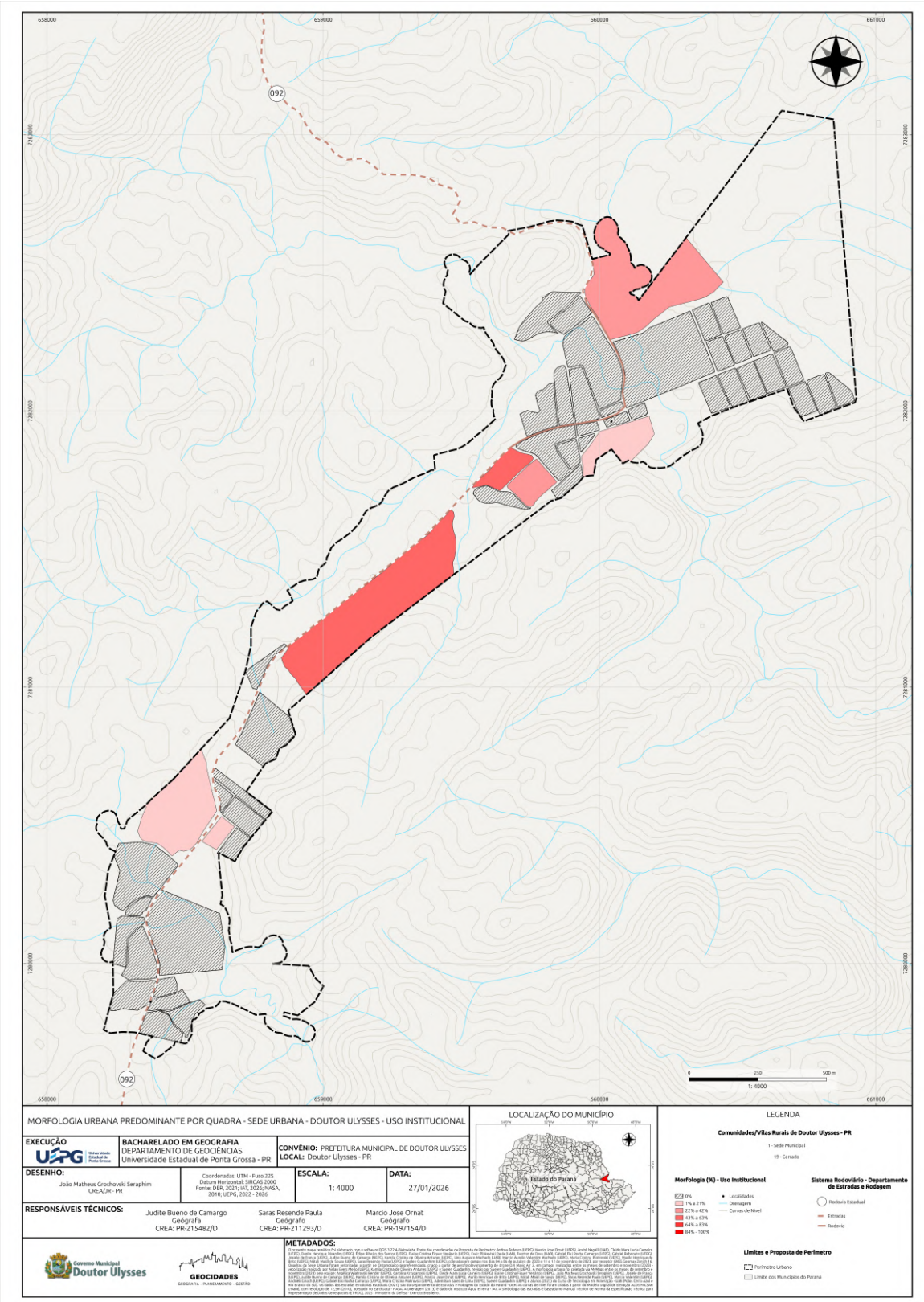
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 72. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Uso Serviços, Sede Doutor Ulysses, 2026.



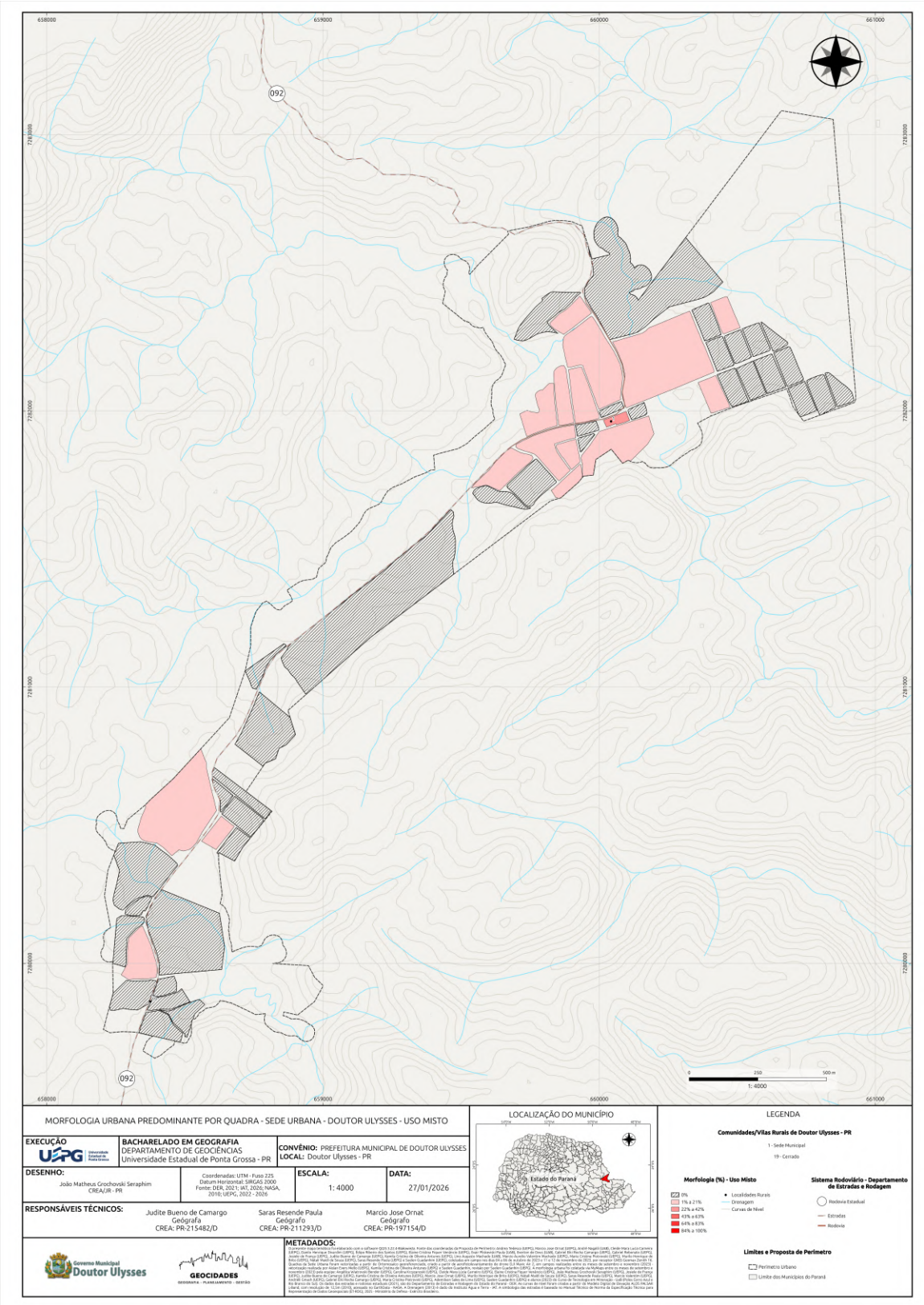
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 73. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Uso Institucional, Sede Doutor Ulysses, 2026.



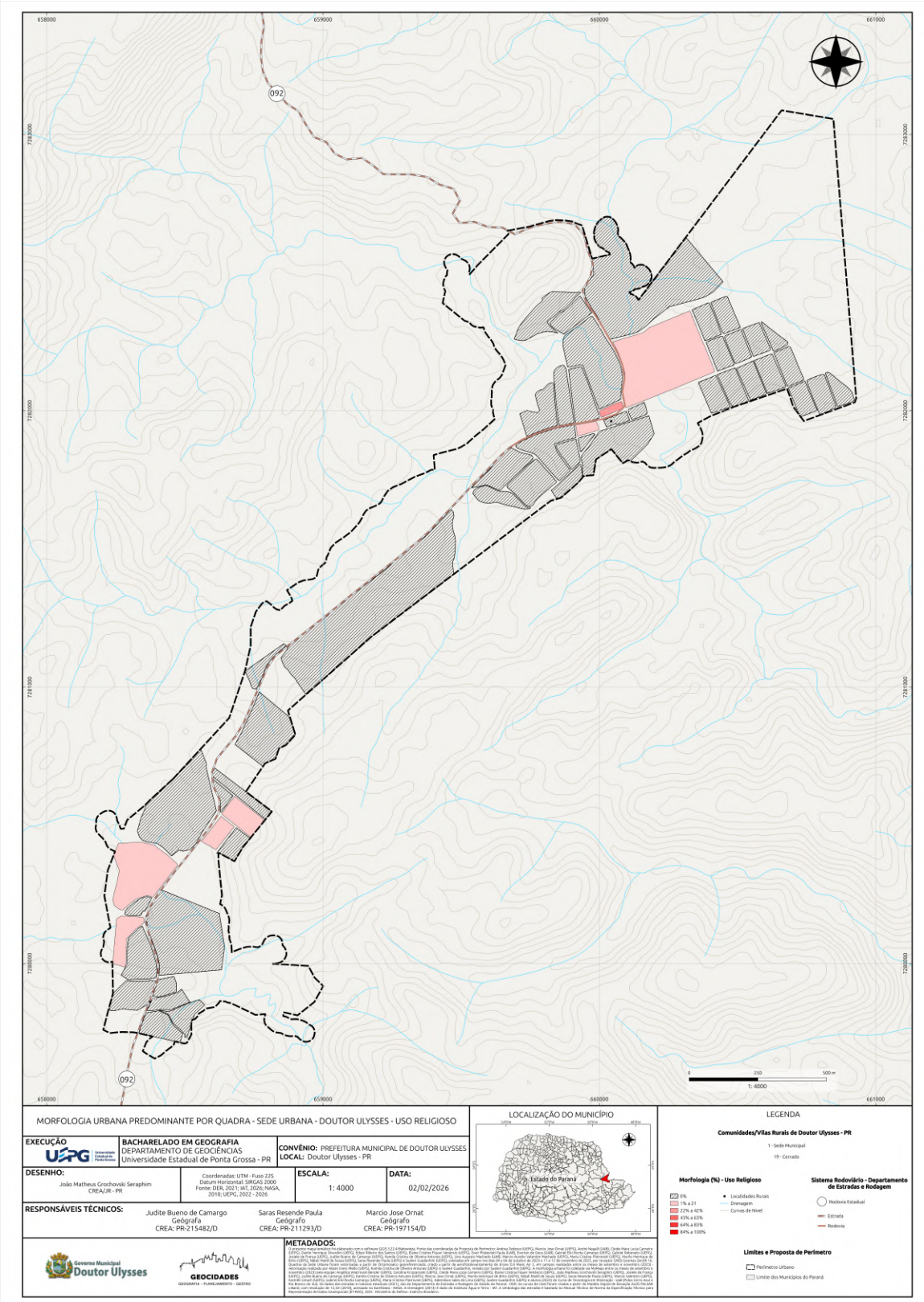
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 74. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Uso Misto, Sede Doutor Ulysses, 2026.



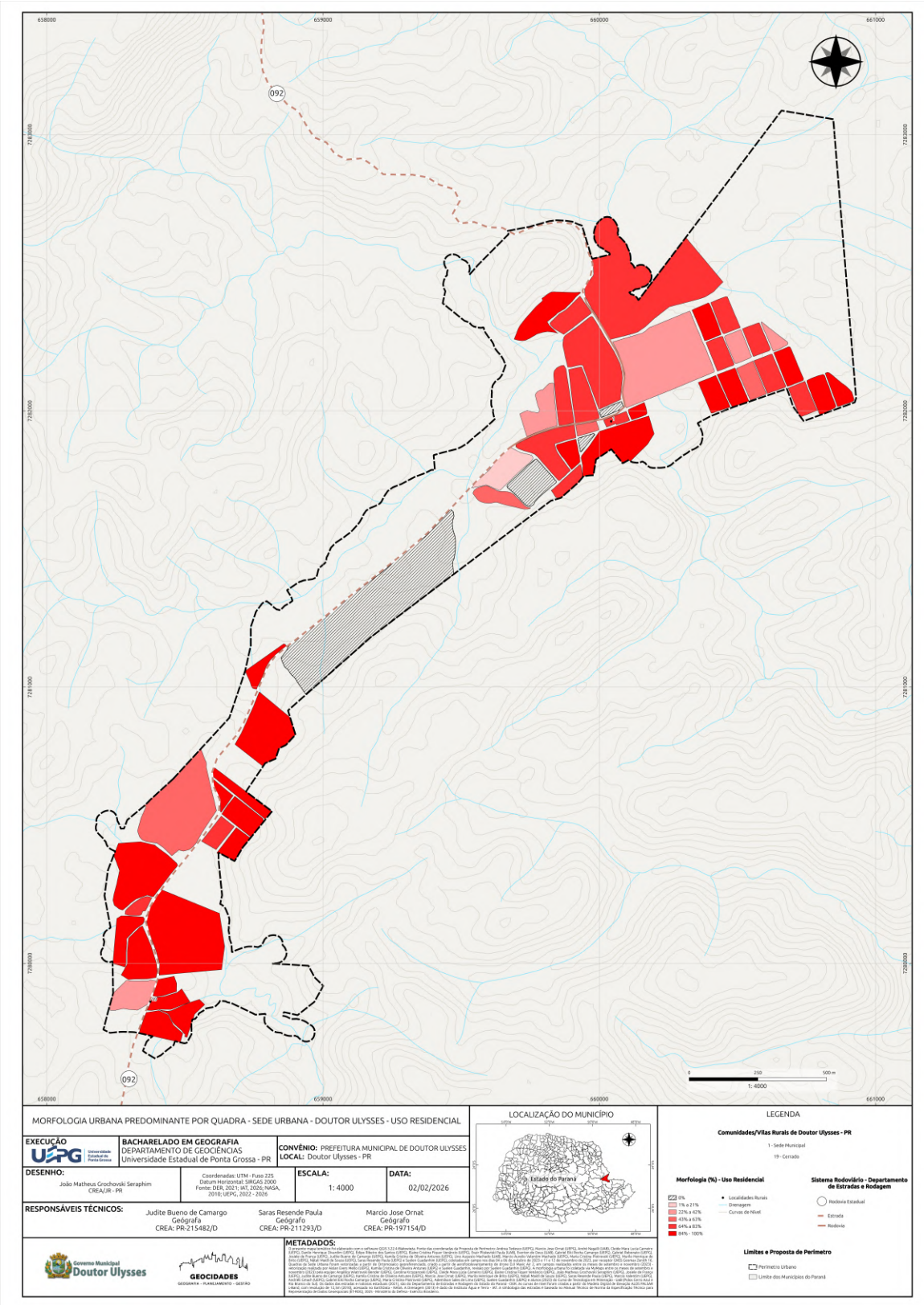
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 75. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Uso Religioso, Sede Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 76. Morfologia Urbana Predominante por Quadra, Uso Residencial, Sede Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Todos os usos evidenciados nos mapas acima estruturam o território urbano em funções residenciais, comerciais, industriais e institucionais, cuja localização e articulação definem a dinâmica socioeconômica e a configuração espacial da cidade.

Nesse sentido, a análise[51] da morfologia urbana de Doutor Ulysses evidencia a distribuição territorial dos usos do solo, as centralidades existentes, os vetores de expansão e eventuais áreas de conflito ou incompatibilidade funcional.

A análise da distribuição territorial dos usos do solo na sede urbana de Doutor Ulysses evidencia a ampla predominância do uso residencial em praticamente todo o perímetro urbano. O mapa de uso residencial demonstra forte continuidade habitacional ao longo do eixo longitudinal principal, revelando uma ocupação linear e pouco fragmentada do território.

Essa configuração é reforçada pelo predomínio de edificações térreas, conforme indicado no mapa de edificações com um pavimento, o que confirma o baixo adensamento vertical e a homogeneidade tipológica do tecido urbano. O mapa de edificações ocupadas reforça a continuidade física do tecido construído, enquanto o de edificações não ocupadas revela a presença de núcleos pontuais de vacância, sobretudo nas áreas periféricas, indicando descontinuidades localizadas, mas não estruturais.

Sobre as atividades econômicas, observa-se forte concentração espacial. O uso comercial apresenta-se centralizado no núcleo urbano principal, com baixa capilaridade para as áreas mais afastadas. O uso de serviços é ainda mais restrito, praticamente confinado a área central. O uso misto acompanha esse mesmo eixo, evidenciando que a coexistência entre moradia e atividades econômicas ocorre majoritariamente no setor mais consolidado da sede.

De forma semelhante, o uso institucional concentra-se na área central, com poucos equipamentos descentralizados, enquanto o uso religioso apresenta dispersão pontual, porém sempre articulado ao tecido predominantemente residencial. Em síntese, a estrutura funcional da sede caracteriza-se por um padrão monocêntrico, com núcleo de maior complexidade funcional e extensões residenciais lineares que se irradiam ao longo do eixo viário principal.

A leitura combinada dos mapas de uso comercial, serviços, institucional e misto permite identificar a existência de uma centralidade principal consolidada, localizada aproximadamente no setor central do eixo urbano longitudinal. Nesse trecho ocorre maior densidade de usos não residenciais, maior concentração de edificações com dois pavimentos e maior incidência de

51 Modelagem realizada através do ChatGPT 5.2 – OpenAI.

ausência de recuo frontal, o que indica adensamento construtivo e maior intensidade de uso do solo. Trata-se do núcleo polarizador da sede, embora com baixa complexidade hierárquica e limitada diversidade funcional. Não se identificam subcentros estruturados ou núcleos secundários autônomos. As áreas periféricas mantêm função predominantemente residencial, com reduzida diversificação de atividades.

Quanto aos vetores de expansão urbana, a morfologia da sede revela uma estrutura claramente linear, acompanhando o vale e a via principal. O mapa de lotes vazios indica a existência de estoque significativo de vazios ao longo do eixo longitudinal, especialmente nas bordas nordeste e sudoeste, que apresentam potencial de continuidade da malha urbana.

Todavia, essa expansão é fortemente condicionada pelo relevo. As curvas de nível evidenciam topografia ondulada a fortemente ondulada, o que direciona a ocupação para áreas de menor declividade próximas ao eixo viário, restringindo o avanço sobre encostas mais acentuadas. O perímetro urbano encontra-se, portanto, fisicamente contido por encostas, áreas de drenagem e limitações geomorfológicas claras. O vetor predominante de crescimento é linear e contido, com baixa probabilidade de expansão radial ou difusa.

A sobreposição das diferentes camadas temáticas permite ainda identificar potenciais áreas de conflito ou incompatibilidade funcional. No núcleo central, a concentração de edificações sem recuo frontal indica maior intensidade de uso e adensamento. Contudo, a predominância de edificações em alvenaria combinada com a presença residual de construções em madeira pode apontar vulnerabilidades construtivas em áreas mais consolidadas, sugerindo a necessidade de revisão normativa voltada à segurança e à padronização edilícia.

Além disso, a expansão linear em direção a setores com declividade crescente pode gerar problemas de drenagem, instabilidade de encostas e elevação dos custos de implantação e manutenção da infraestrutura urbana. A vacância fragmentada, evidenciada tanto pelo mapa de edificações não ocupadas quanto pelo de lotes vazios, revela tendência ao espraiamento com baixa densidade, indicando ineficiência no uso da infraestrutura instalada e risco de dispersão urbana sem consolidação efetiva. Por fim, embora a baixa diferenciação funcional reduza conflitos diretos entre usos incompatíveis, ela também produz dependência excessiva do núcleo central e fragilidade econômica.

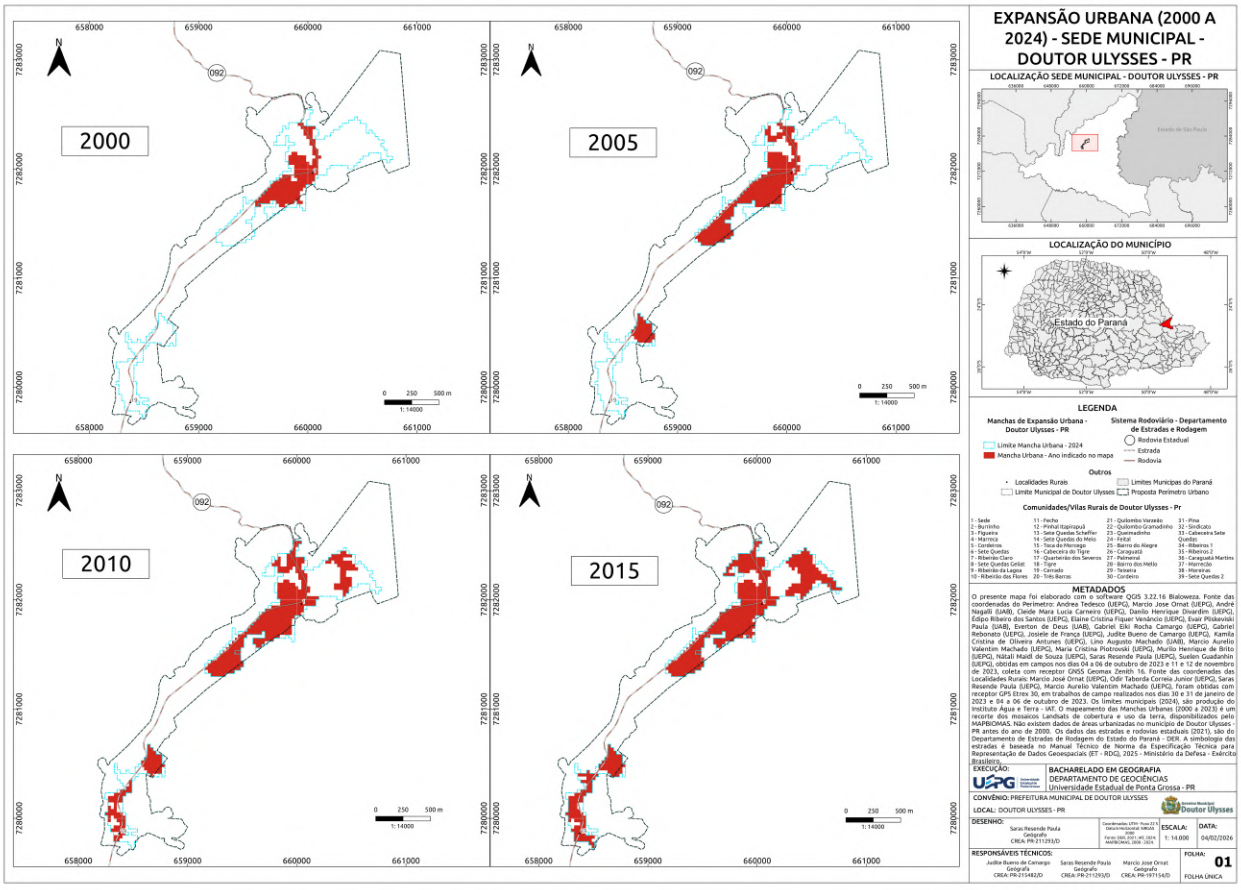
De forma estruturada, a sede urbana de Doutor Ulysses apresenta uma configuração linear monoaxial, marcada por monocentralidade funcional, predominância residencial térrea, baixo adensamento vertical, presença significativa de vazios intraurbanos e expansão fortemente

condicionada pelo relevo. Sob a perspectiva do planejamento urbano, esse diagnóstico indica a necessidade de priorizar a consolidação do tecido existente antes de promover novas expansões, estruturar subcentralidades locais que reduzam a dependência do núcleo principal, implementar política ativa de ocupação de vazios, controlar rigorosamente a ocupação de áreas com maior declividade e qualificar o núcleo central como centralidade estruturante, reforçando sua função polarizadora e ampliando sua complexidade funcional.

8.3 Expansão Urbana 2000 a 2024

A análise da lógica de expansão da área com uso urbano na sede municipal de Doutor Ulysses entre 2000 e 2024, conforme representado no mapa abaixo, revela um padrão de crescimento predominantemente linear, relacionado a PR 092, condicionado pela estrutura viária e pelo relevo.

Mapa 77. Expansão da Área com uso Urbano, Sede Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Para fins interpretativos, a mancha vermelha (uso urbano em cada ano analisado: 2000, 2005, 2010 e 2015) deve ser comparada ao limite da mancha urbana consolidada, representado pela linha azul, que indica a configuração mais recente do perímetro efetivamente ocupado (2024).

No ano 2000, a ocupação urbana da sede de Doutor Ulysses encontrava-se concentrada no núcleo central e ao longo do eixo viário principal (PR 092), apresentando prolongamento linear em direção ao sudoeste. A mancha urbana já assumia caráter alongado, evidenciando que a estrutura da cidade se organizava a partir de um eixo de circulação dominante. Não se observava expansão radial significativa. O crescimento ocorria essencialmente de forma axial, acompanhando a lógica do vale e da infraestrutura viária existente.

Em 2005, verifica-se o prolongamento da mancha urbana ao longo desse mesmo eixo estruturante, com consolidação mais evidente do braço sudoeste e o surgimento de um pequeno núcleo destacado na porção sul. Essa dinâmica revela dois vetores simultâneos: de um lado, a continuidade linear por contiguidade; de outro, a formação pontual de ocupações descontínuas, sugerindo processo incipiente de expansão por fragmentação. Ainda assim, a maior parte do crescimento permanecia contida dentro ou imediatamente adjacente ao limite que posteriormente se consolidaria como mancha urbana principal.

Em 2010, a expansão torna-se mais expressiva. A mancha urbana aproxima-se significativamente do limite consolidado, ao mesmo tempo em que ocorre preenchimento de vazios intraurbanos e maior definição dos núcleos localizados no extremo sul. Observa-se, nesse período, uma dupla dinâmica: consolidação interna por meio de ocupação de interstícios e expansão longitudinal. O padrão mantém-se linear, acompanhando o vale e a infraestrutura viária, sem alteração substancial da forma urbana original.

Em 2015, a ocupação praticamente coincide com o limite urbano consolidado atual, indicando consolidação do perímetro previamente delineado. Verifica-se preenchimento progressivo dos interstícios ao longo do eixo principal e expansão lateral bastante limitada. Não se identifica crescimento radial significativo nem formação de novas centralidades autônomas fora do eixo estruturante, reforçando a permanência do padrão monoaxial.

A análise longitudinal entre 2000 e 2025 evidencia que a expansão urbana em Doutor Ulysses apresenta características estruturais claras. O crescimento ocorre predominantemente por prolongamento axial ao longo do eixo viário principal, a PR 092, reforçando a morfologia linear da sede. A topografia fortemente ondulada atua como condicionante decisivo, limitando a expansão

transversal. Encostas e áreas de drenagem funcionam como barreiras naturais que restringem o crescimento lateral. Não há indícios de dispersão radial difusa, sendo o crescimento concentrado e territorialmente contido. Além disso, o processo é incremental e cumulativo, sem saltos abruptos ou mudanças estruturais na configuração espacial.

Do ponto de vista estratégico, a lógica de expansão entre 2000 e 2025 pode ser caracterizada como linear, dependente da infraestrutura viária e fortemente condicionada pelo relevo. Trata-se de um crescimento territorialmente contido, sem emergência de novas centralidades independentes e com tendência ao preenchimento progressivo do eixo consolidado. Essa dinâmica confirma que a morfologia urbana da sede é estruturalmente monoaxial e que o relevo desempenha papel regulador natural do crescimento.

Para o planejamento urbano, a dinâmica observada indica tendência de consolidação antes de qualquer expansão lateral significativa. O estoque de vazios intraurbanos deve ser priorizado como estratégia de adensamento qualificado. A expansão futura tende a permanecer condicionada ao eixo principal, e embora a ausência de vetores radiais reduza o risco de espraiamento difuso, ela pode reforçar dependência excessiva do corredor central como único estruturador funcional e espacial da cidade.

9. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

No que se refere à infraestrutura de comunicação institucional, o município de Doutor Ulysses conta com uma agência própria dos Correios, responsável pela prestação de serviços postais à população local. Em relação à radiodifusão, há disponibilidade de quatro emissoras de televisão digital com cobertura no território municipal.

Quanto aos serviços de telecomunicações, dados referentes ao ano de 2023 indicam os seguintes quantitativos de acessos no município: 138 acessos de banda larga fixa, 47 de telefonia fixa, 3.643 de telefonia móvel e 406 de TV por assinatura. Observa-se predominância expressiva da telefonia móvel em relação aos demais serviços, especialmente quando comparada à banda larga fixa e à telefonia convencional, o que sugere maior dependência da conectividade móvel como principal meio de comunicação e acesso a dados no território municipal.[52]

Segundo informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), as operadoras com cobertura no município são TIM, Claro e Vivo. A tabela abaixo apresenta a estimativa de população potencialmente coberta, a área territorial com disponibilidade de sinal, o número de domicílios abrangidos e as operadoras atuantes. Ressalta-se que os percentuais indicados referem-se à cobertura estimada por operadora, podendo ocorrer sobreposição espacial entre áreas atendidas.[53]

Tabela 2. Rede de cobertura de todas as operadoras de celular em Doutor Ulysses – PR.

Cobertura	*(%)*
Moradores cobertos	47,43
Área Coberta	49,51
Domicílios Cobertos	47,77
Operadores presentes	Tim, Claro, Vivo

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Em termos estruturais, o conjunto de dados evidencia baixa densidade de acessos à banda larga fixa e à telefonia fixa, em contraste com a ampla difusão da telefonia móvel. Tal configuração aponta para um padrão de conectividade centrado em soluções móveis, com possíveis implicações

52 Fonte: IPARDES. Caderno Estatístico. Município de Doutor Ulysses. Curitiba: Abril de 2024.
53 ANATEL. Disponível em https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/cobertura-movel.

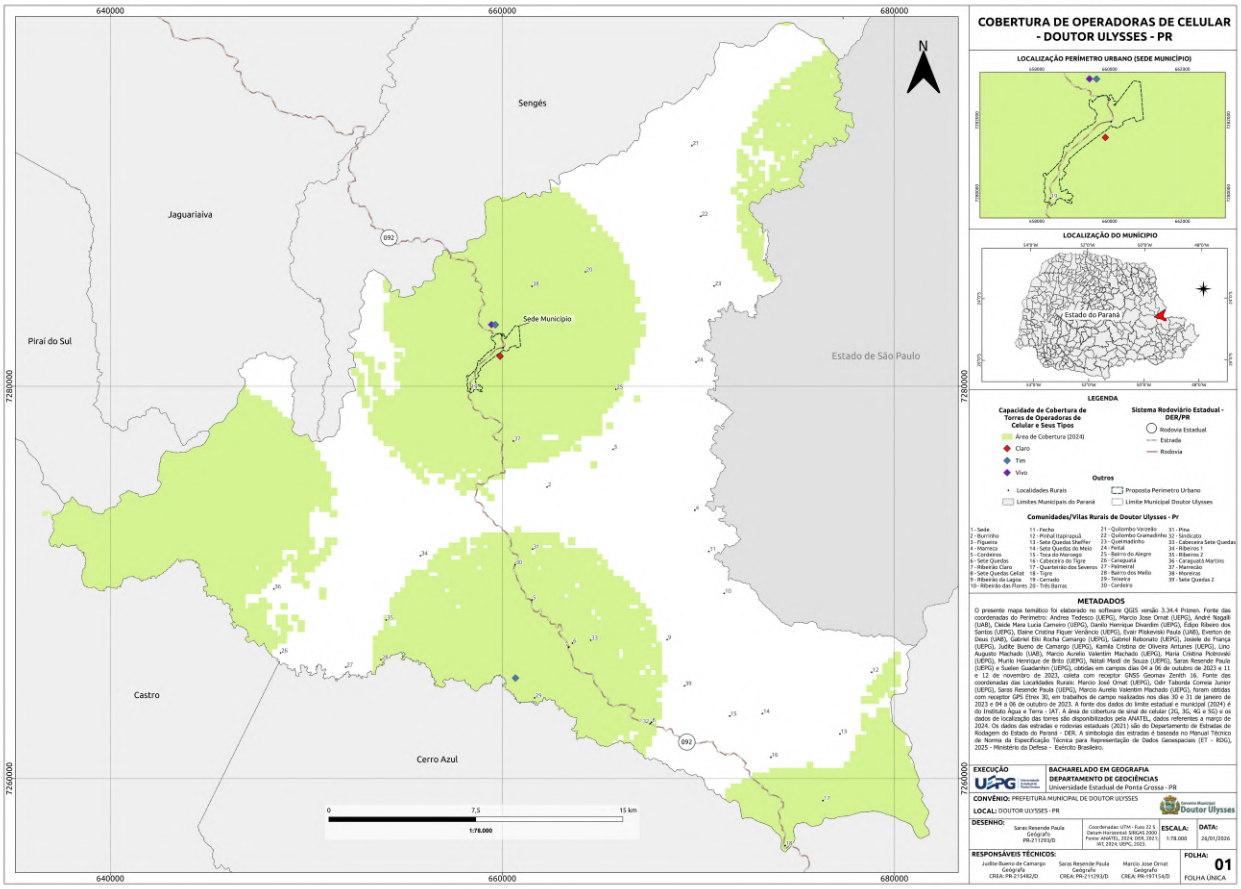
para a qualidade e estabilidade do acesso à internet, especialmente em áreas rurais ou com limitações de cobertura. Esses elementos devem ser considerados no planejamento territorial, sobretudo no que diz respeito à ampliação da infraestrutura digital e à promoção da inclusão tecnológica no município.

Tabela 3. Áreas, moradores e domicílios com cobertura de tecnologia 4G, Doutor Ulysses.[54]

Item	*TIM*	*CLARO*	*VIVO*
Área de cobertura (%)	32,46	15,54	32,92
Moradores cobertos (%)	36,49	13,35	25,63
Domicílios cobertos (%)	36,57	13,78	26,06

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Mapa 78. Cobertura de Operadoras de Celular, Doutor Ulysses, 2025.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

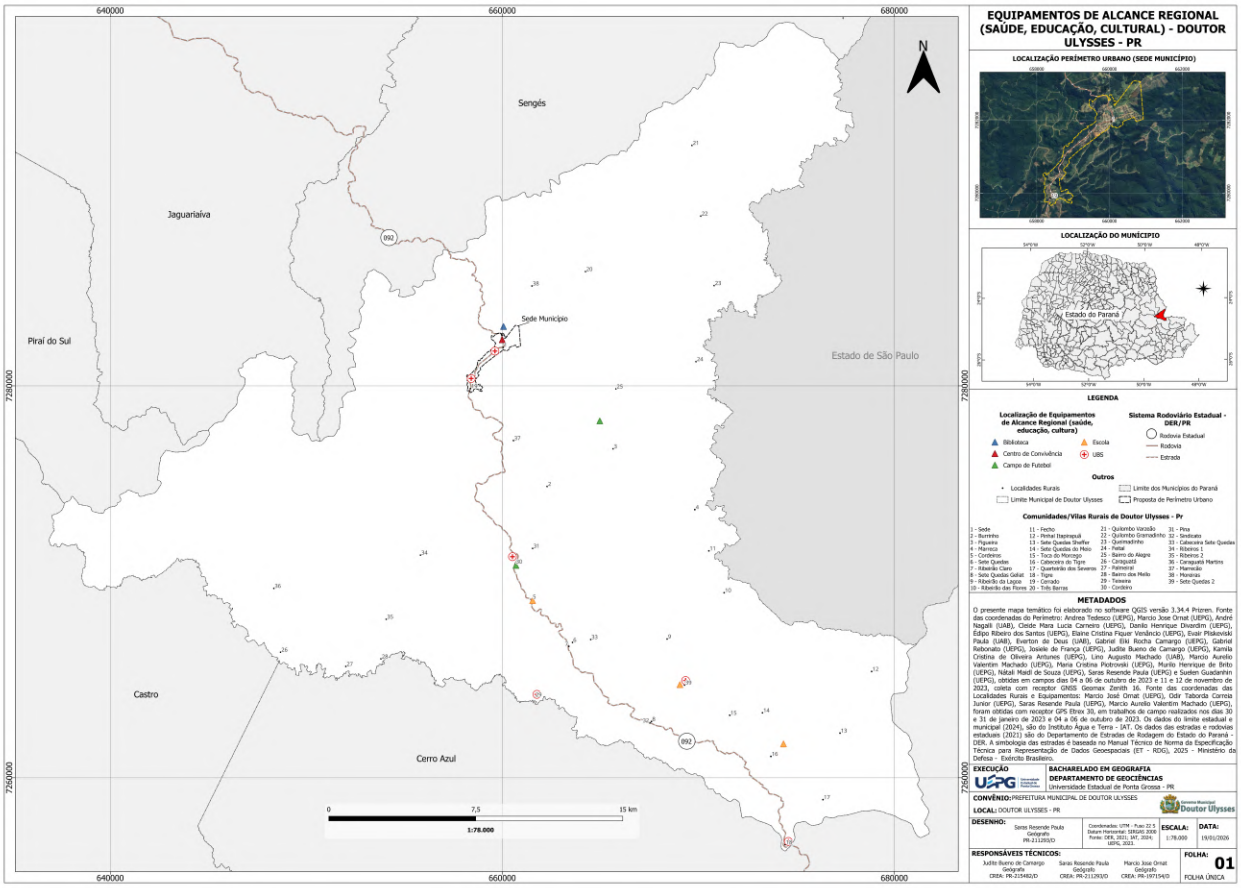
54 Idem.

A tabela acima apresenta a área de cobertura com tecnologia 4G no município, discriminada por operadora. Para cada empresa atuante, são indicados os percentuais estimados de população residente e de domicílios potencialmente atendidos, permitindo avaliar comparativamente o alcance territorial e a abrangência do serviço prestado.

Ao se analisar a cobertura espacial das operadoras de telefonia móvel no município de Doutor Ulysses, verifica-se que menos da metade das localidades rurais dispõe de sinal disponível. Esse dado evidencia baixa capilaridade territorial da infraestrutura instalada pelas operadoras TIM, Claro e Vivo, refletindo limitada capacidade de atendimento nas áreas mais dispersas do município.

A observação empírica do cotidiano de acesso aos serviços de telefonia indica que a infraestrutura instalada é insuficiente para atender plenamente à demanda existente. A distribuição e o quantitativo de torres não asseguram cobertura adequada, sobretudo porque não consideram, de forma satisfatória, as barreiras naturais impostas pelo relevo acidentado do município, o que compromete a qualidade e a estabilidade do sinal nas áreas mais vulneráveis.

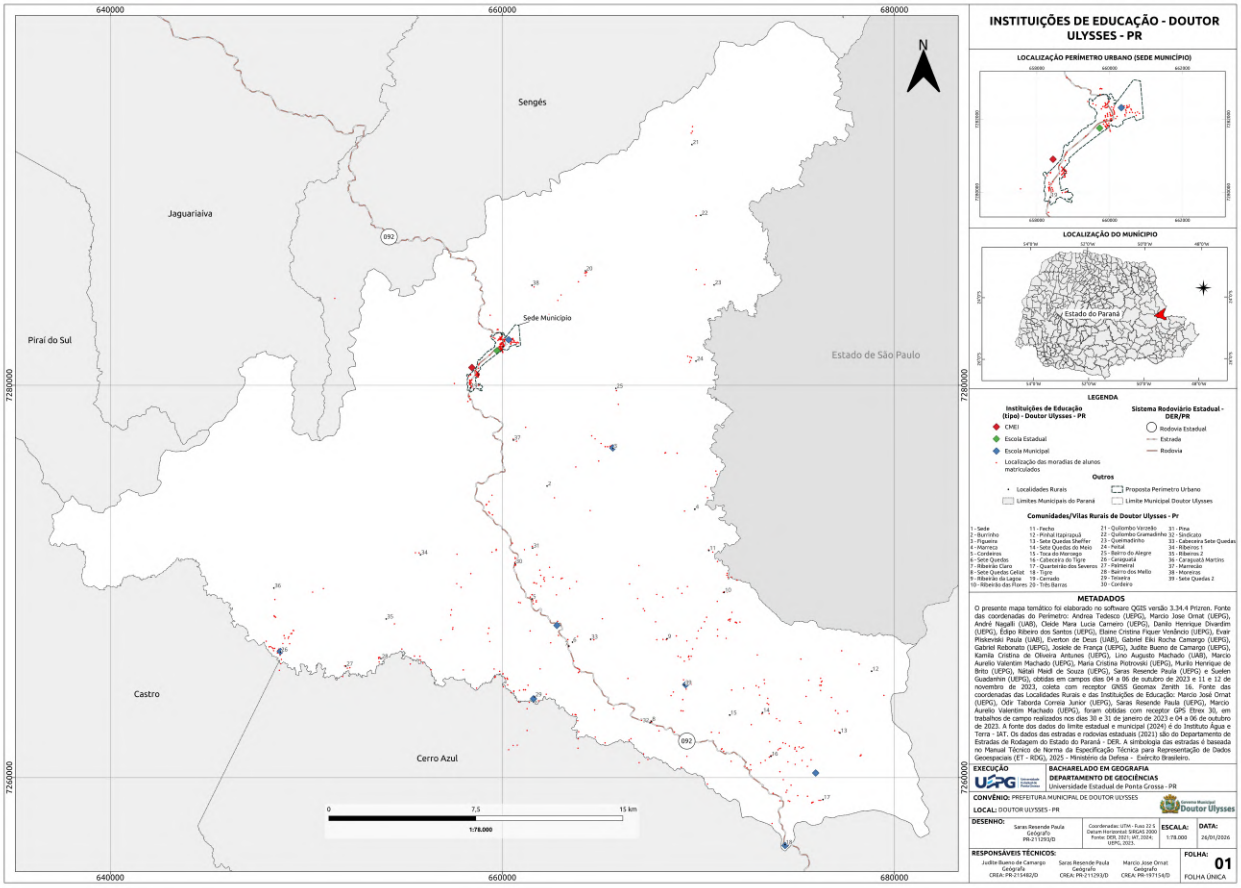
Mapa 79. Equipamentos de Alcance Regional, Doutor Ulysses, 2025.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

No que se refere aos equipamentos públicos de alcance regional, o município de Doutor Ulysses apresenta distribuição relevante, especialmente nas áreas de Saúde e Educação. No campo educacional, o território municipal conta com instituições de Ensino Fundamental da rede municipal, além de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e duas instituições de Ensino Médio da rede estadual. Essa estrutura evidencia a presença de equipamentos básicos capazes de atender à demanda local e, em determinados casos, exercer função de referência para localidades do entorno.

Mapa 80. Instituições Básicas de Ensino, Doutor Ulysses, 2025.



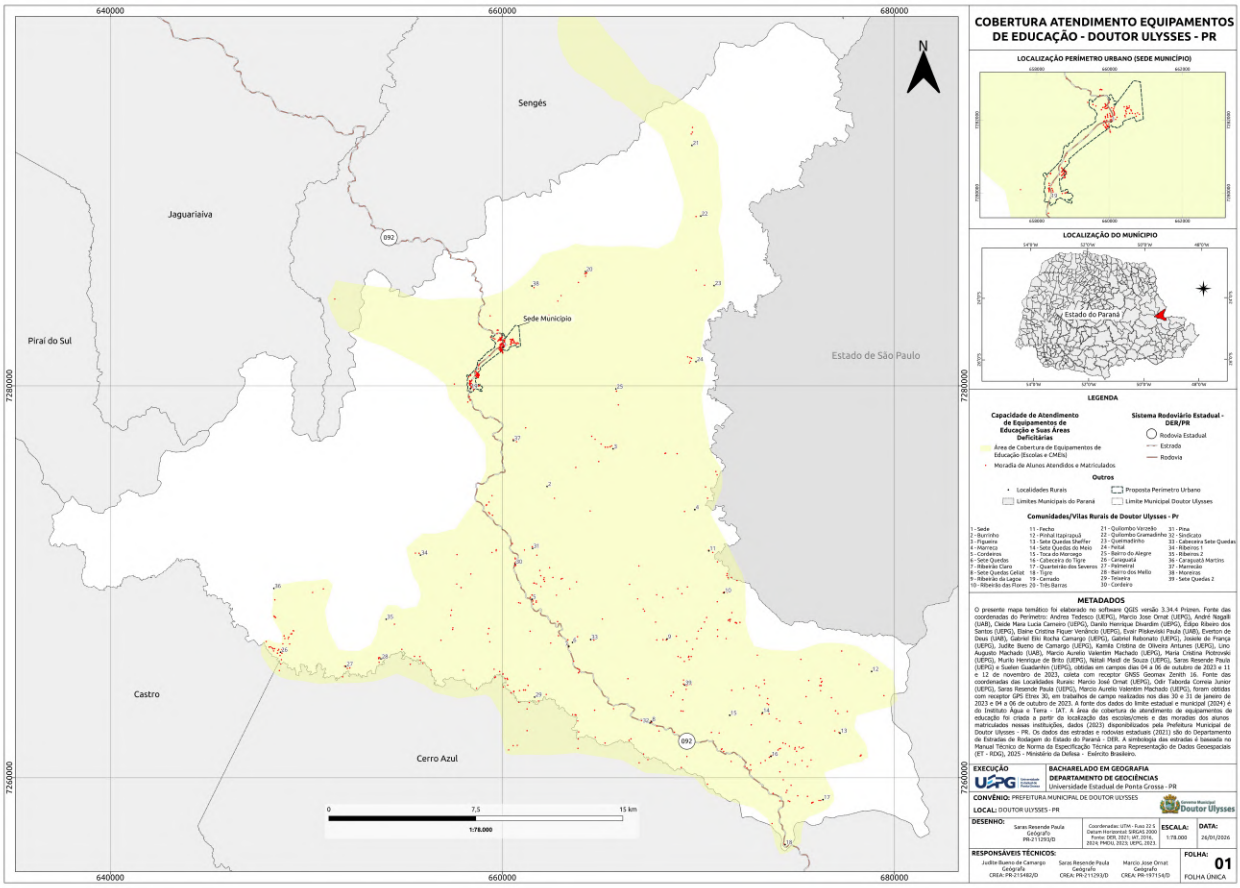
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

O mapa acima apresenta a distribuição territorial das instituições de Ensino Fundamental da rede municipal e das unidades que ofertam Ensino Médio no município. No âmbito do Ensino Fundamental Municipal, destacam-se as seguintes unidades: Escola Municipal Bairro dos Cordeiros; Escola Municipal Barra do Tigre; Escola Municipal Caraguatá; Escola Municipal

Figueira; Escola Municipal Salto Grande do Turvo; Escola Municipal Sete Quedas; Escola Municipal Vila Varzeão; e Escola Municipal Ribeirão dos Rosas.

Ressalta-se ainda a Escola Municipal e Estadual Barra do Teixeira, que oferta tanto Ensino Fundamental quanto Ensino Médio, configurando-se como unidade de atendimento integrado. O município conta, também, com um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) denominado José Batista de Matos, responsável pelo atendimento à educação infantil na sede municipal.

Mapa 81. Cobertura Espacial Equipamentos Educação, Doutor Ulysses, 2025.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A análise da organização espacial da cobertura territorial do atendimento educacional em Doutor Ulysses, conforme representado no mapa acima, evidencia uma estrutura fortemente infuenciada pela dispersão da população rural. A configuração espacial dos equipamentos revela um padrão predominantemente axial, concentrado na sede municipal e ao longo do eixo viário principal (PR 092), reproduzindo a lógica linear já observada na estrutura urbana do município.

A área de cobertura, representada pela mancha em amarelo claro, acompanha esse eixo longitudinal, enquanto as localidades rurais distribuem-se de forma dispersa, especialmente nas porções centro-sul e sudeste do território.

A sede urbana configura-se como o principal polo educacional do município, concentrando unidades de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Infantil (CMEI). Essa centralização é coerente com a maior densidade populacional da área urbana, a melhor acessibilidade viária e a maior disponibilidade de infraestrutura instalada. Sob a perspectiva territorial, a sede exerce função de centralidade educacional estruturante, irradiando atendimento para as áreas adjacentes e organizando a lógica de funcionamento do sistema municipal de ensino.

Embora o mapa acima indique que a cobertura territorial alcança grande parte do município em termos espaciais formais, é necessário distinguir entre cobertura teórica, relacionada ao raio de abrangência dos equipamentos, e acessibilidade efetiva, vinculada às condições reais de deslocamento da população. O município apresenta relevo fortemente ondulado, significativa dispersão das localidades rurais e longas distâncias lineares até a sede, fatores que podem comprometer a efetividade do acesso. Assim, apesar da amplitude espacial da mancha de cobertura, a acessibilidade concreta pode ser limitada pelo tempo de deslocamento elevado, pela dependência do transporte escolar e pelas condições variáveis da malha viária rural.

Observa-se ainda menor densidade de pontos educacionais na porção extremo-sudoeste e em áreas mais afastadas da sede e do eixo principal. Nessas áreas, o atendimento depende fortemente da logística de transporte escolar, não havendo evidência cartográfica de polos educacionais intermediários estruturados. Essa ausência reforça a centralização do sistema e a dependência funcional da sede municipal.

De modo sintético, a organização territorial do sistema educacional em Doutor Ulysses caracteriza-se como um modelo monocêntrico com ramificações rurais, marcado por forte dependência da sede, cobertura espacial formalmente ampla e capilaridade reduzida nas áreas mais dispersas.

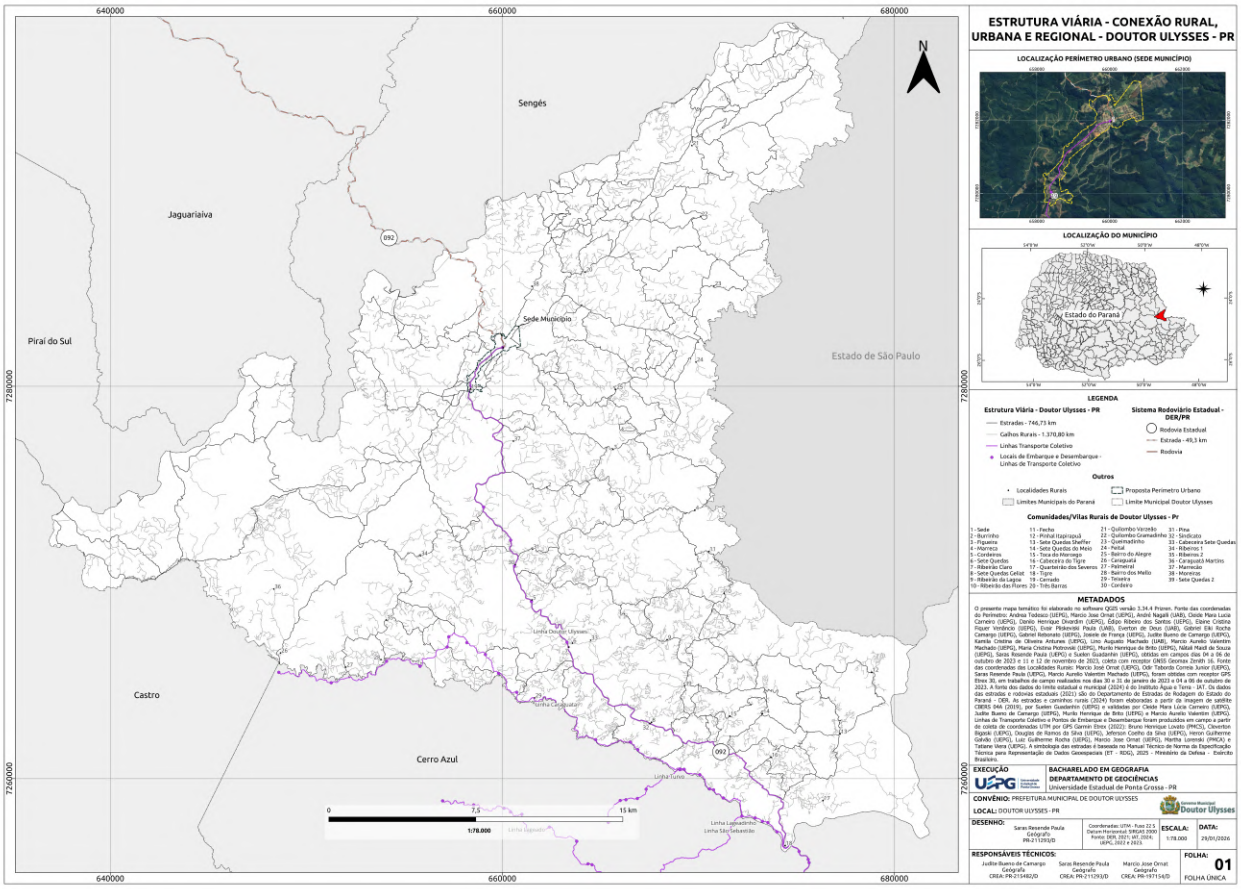
Para o planejamento territorial, essa configuração aponta para a necessidade de manutenção da sede como polo educacional principal, associada à avaliação da viabilidade de polos satélites ou pontos de apoio pedagógico em áreas rurais mais distantes. Também se mostra fundamental o planejamento integrado com o sistema de transporte escolar, a consideração das barreiras geomorfológicas no dimensionamento da cobertura e o monitoramento de possíveis áreas de vulnerabilidade educacional decorrentes da dispersão territorial.

Em termos gerais, a cobertura do atendimento educacional em Doutor Ulysses é espacialmente abrangente, porém funcionalmente centralizada. O sistema depende fortemente da sede como núcleo irradiador, enquanto o atendimento às áreas rurais ocorre predominantemente por articulação logística, e não por descentralização estrutural dos equipamentos.

10. MOBILIDADE E SISTEMA VIÁRIO

O município de Doutor Ulysses dispõe de uma extensa malha viária rural, totalizando 2.117,53 km, dos quais 746,73 km correspondem a estradas rurais (35,2 %) e 1.370,8 km a caminhos rurais (64,8 %). Trata-se de uma rede predominantemente não pavimentada, o que impõe condicionantes significativos à mobilidade cotidiana da população, especialmente nos deslocamentos entre as áreas rurais e a sede municipal. A ausência de pavimentação compromete a regularidade, a segurança e a eficiência dos fluxos, sobretudo em períodos de maior pluviosidade, impactando o acesso a serviços públicos, atividades econômicas e equipamentos urbanos.

Mapa 82. Estrutura Viária, Conexão Rural, Urbana e Regional, Doutor Ulysses, 2025.



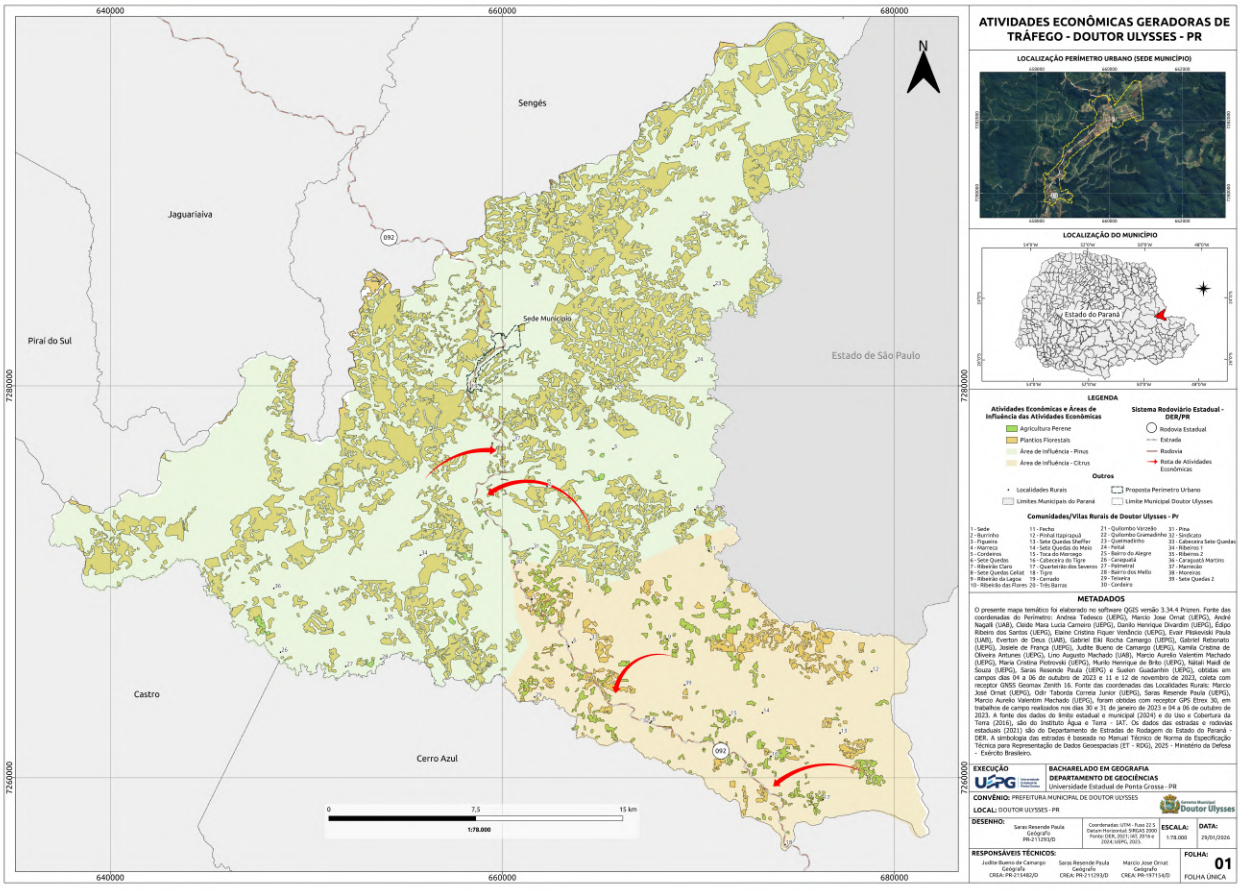
Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A situação é agravada pela inexistência de pavimentação nas estradas do município, o que restringe significativamente sua conexão com outras regiões e aumenta a vulnerabilidade logística em períodos de condições climáticas adversas. Nesse contexto, a dinâmica territorial das atividades econômicas assume papel central na geração de fluxos.

Conforme indicado no mapa abaixo, as principais atividades geradoras de tráfego são a Agricultura Perene e os Plantios Florestais, com predominância do plantio florestal, distribuído nas porções nordeste, noroeste e sudoeste do município. A agricultura perene apresenta maior concentração na porção sudeste.

A análise espacial demonstra que os deslocamentos associados a essas atividades convergem majoritariamente para a rodovia PR-092, configurando-a como principal eixo estruturante dos fluxos econômicos e logísticos do município. Essa dependência reforça a centralidade da rodovia na organização territorial e evidencia a necessidade de planejamento integrado entre infraestrutura viária, mobilidade rural e escoamento da produção.

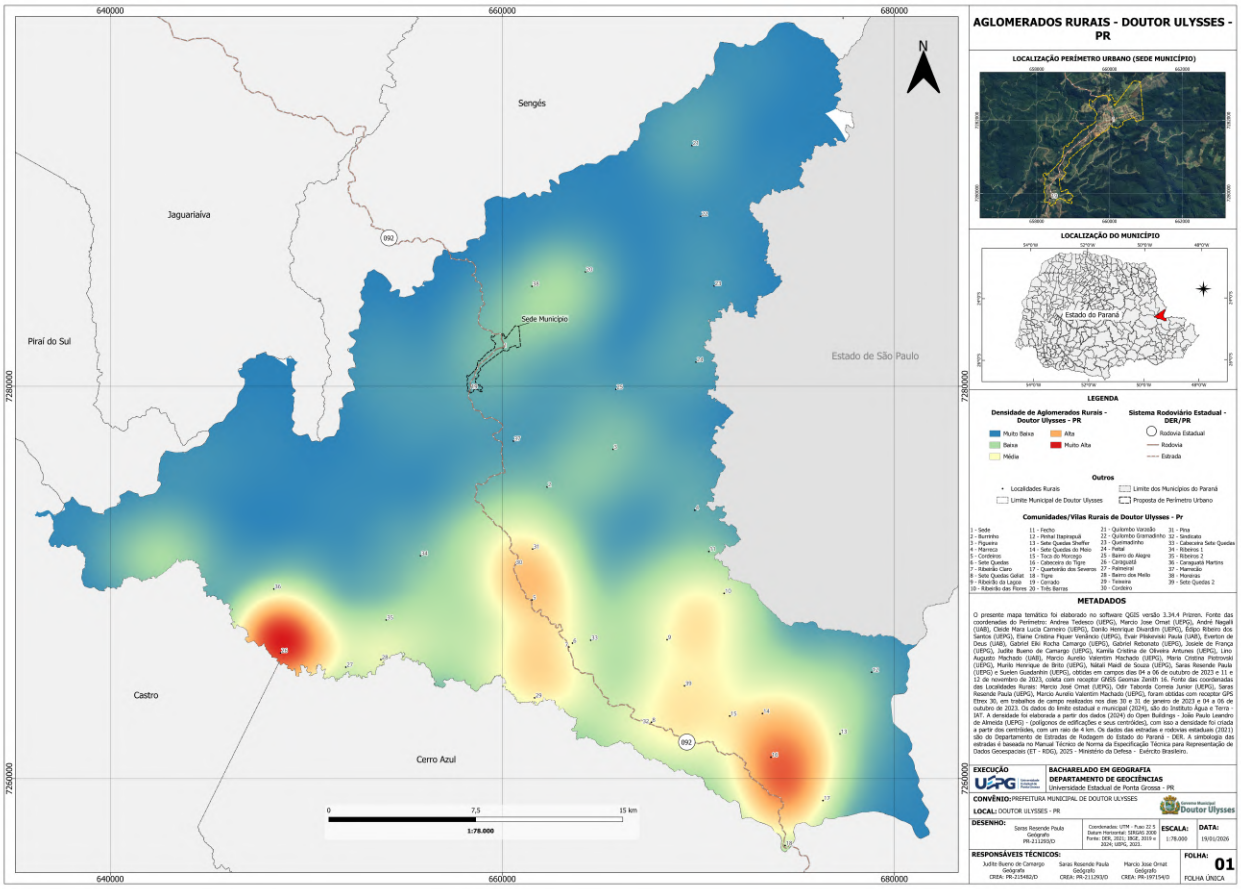
Mapa 83. Atividades Econômicas Geradoras de Tráfego, Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Compreendidas essas condicionantes territoriais e de infraestrutura, torna-se fundamental identificar a distribuição espacial da população ulyssense para, em seguida, analisar suas capacidades efetivas de deslocamento no território municipal. Atualmente, a população encontra-se predominantemente distribuída em aglomerados rurais, conforme indicado no mapa a seguir, o que reforça a necessidade de avaliar a mobilidade a partir da lógica da dispersão territorial e da dependência da malha viária rural.

Mapa 84. Aglomerados Rurais, Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A significativa dispersão territorial entre as 38 localidades rurais do município impõe dificuldades estruturais ao deslocamento da população até a sede municipal. A análise dos aglomerados rurais evidencia padrões diferenciados de densidade de ocupação ao longo do território.

Na direção sul, concentra-se o eixo de maior densidade populacional rural, abrangendo as localidades de Tigre, Cabeceira do Tigre, Sete Quedas do Meio, Toca do Morcego, Sete Quedas 2,

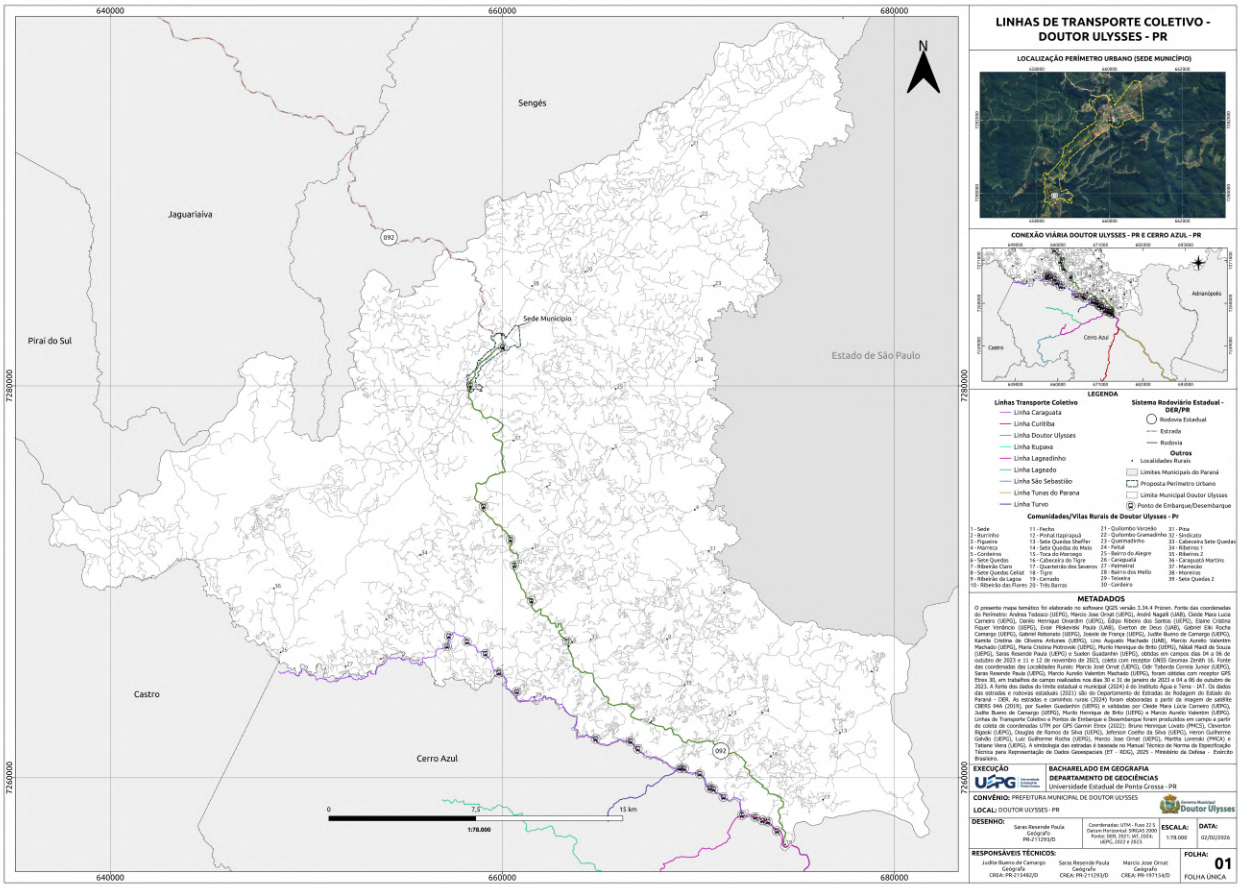
Ribeirão da Lagoa e Sete Quedas Geliat. Esse conjunto configura um corredor de ocupação mais consolidado, ainda que dependente da malha viária rural para conexão com a sede.

Na direção sudoeste, destaca-se a localidade de Caraguatá como área de maior densidade relativa, inserida em um conjunto que inclui também Martins, Palmeiral, Bairro dos Mello e Ribeiros 2. Trata-se de um segundo vetor de concentração populacional, porém igualmente condicionado pelas limitações da infraestrutura viária.

Por outro lado, na direção norte, as localidades de Três Barras e Moreiras apresentam baixa densidade de ocupação, caracterizando áreas de maior dispersão territorial e, consequentemente, maiores desafios de acessibilidade.

De modo geral, a população rural depende predominantemente de transporte individual ou do transporte público disponível, este último com cobertura limitada, o que reforça a vulnerabilidade da mobilidade cotidiana e amplia as desigualdades territoriais no acesso à sede municipal e aos serviços nela concentrados.

Mapa 85. Linhas de Transporte Coletivo, Doutor Ulysses, 2026.

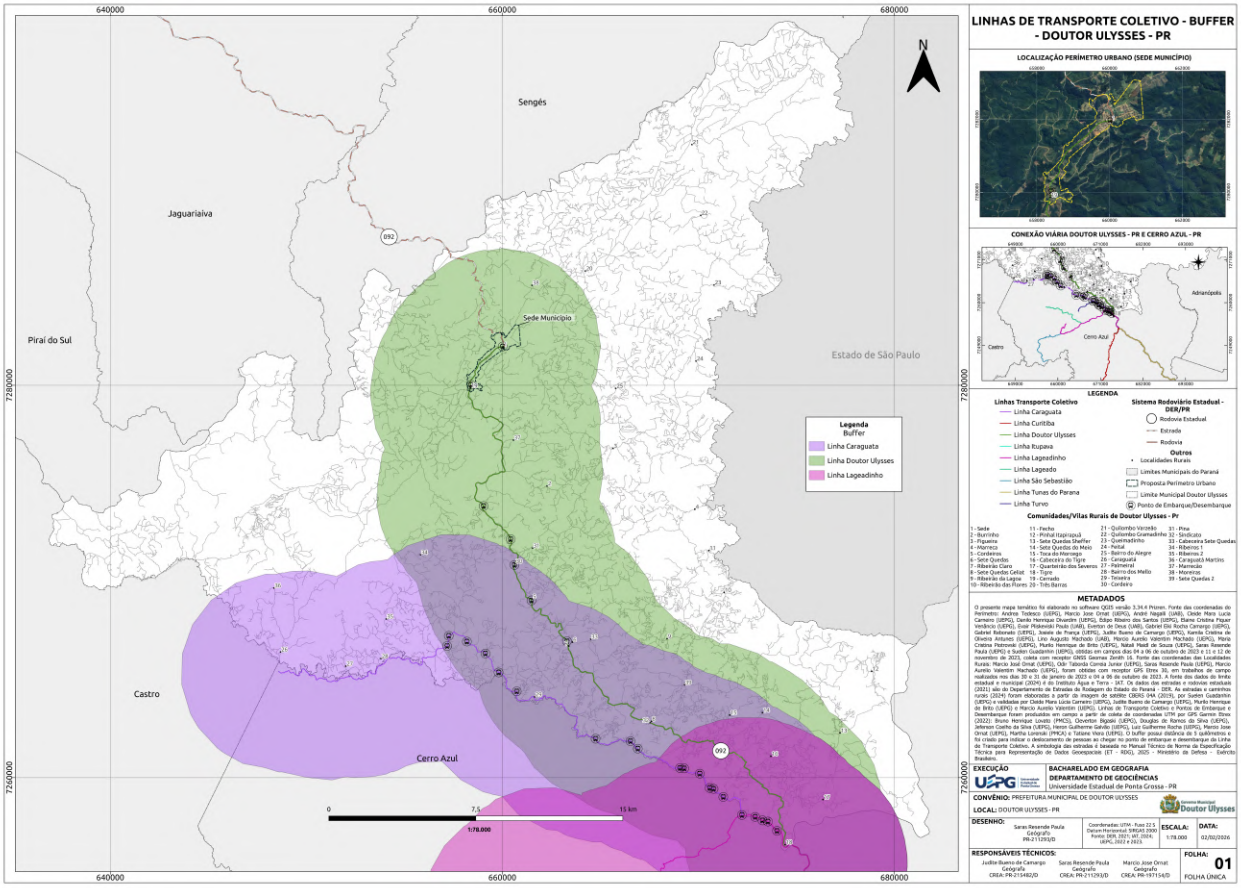


Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

No que se refere ao transporte coletivo, observa-se cobertura territorial bastante limitada. Apenas uma linha parte da sede municipal em direção à porção sul do território, enquanto as demais operam próximas ao limite municipal, estendendo-se em direção ao município de Cerro Azul. Essa configuração evidencia baixa capilaridade interna do sistema: das 38 localidades rurais existentes, apenas uma parcela reduzida dispõe de acesso ao transporte coletivo regular, o que compromete a mobilidade cotidiana e impacta diretamente a qualidade de vida da população, especialmente no acesso a serviços públicos, comércio e oportunidades de trabalho.

O mapa 83 apresenta a delimitação de um raio de influência de 5 km em relação às linhas de transporte coletivo, parâmetro adotado com base na velocidade média de deslocamento a pé de um adulto saudável, estimada em aproximadamente 5 km/h. Em condições ideais de terreno plano, essa distância corresponderia a cerca de uma hora de caminhada.

Mapa 86. Linhas de Transporte Coletivo, *Buffer* 5 km, Doutor Ulysses, 2026.



Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Entretanto, no contexto territorial de Doutor Ulysses, essa estimativa deve ser relativizada. As estradas e caminhos rurais do município apresentam declividades que podem atingir até 45°, configurando relevo acidentado e exigente do ponto de vista físico. Nessas condições, o tempo efetivo de deslocamento tende a ser significativamente superior ao estimado para terreno plano, podendo ultrapassar uma hora para alcançar uma linha de transporte coletivo, especialmente em áreas mais íngremes.

Assim, o raio de 5 km representa uma referência teórica de alcance espacial, mas não necessariamente corresponde à acessibilidade real da população, que é fortemente condicionada pelas características geomorfológicas do território.

Em razão da forma como o território municipal está estruturado, com população dispersa em áreas rurais e dependente de uma malha viária não pavimentada, o acesso à sede municipal torna-se frequentemente dificultado, especialmente em função da manutenção insuficiente das estradas. As condições precárias de trafegabilidade, agravadas em períodos de chuva, comprometem a regularidade e a segurança dos deslocamentos.

Essa situação impacta de maneira mais intensa a população de menor renda, que não dispõe de transporte individual. Nesses casos, o deslocamento passa a depender de soluções informais, como caronas com vizinhos, ou da adaptação das necessidades cotidianas aos horários e trajetos limitados do transporte coletivo[55]. Tal dependência reduz a autonomia da população e evidencia a vulnerabilidade socioespacial associada à mobilidade no município.

Tabela 4. Quantidade de veículos no Município de Doutor Ulysses.[56]

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóveis	958
Caminhões	137
Caminhão trator	0
Caminhonetes	234
Caminhoneta	77
Micro-ônibus	10
Motocicletas / Motonetas	555
Ônibus	44
Reboques	11

55 Guadanhin, S. Mobilidade cotidiana populacional entre o Campo e a Cidade no Município de Doutor Ulysses, Paraná. 2024. 59 p. Monografia – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Ponta Grossa – PR, 2024.

56 IBGE, 2023. Disponivel em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/doutor-ulysses/pesquisa/22/28120

Semi-reboques	2
Trator de Rodas	1
Triciclos	0
Utilitário	4
Total	**2.033**

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A análise da frota registrada no município (total de 2.033 veículos) deve ser interpretada à luz da estrutura territorial dispersa, da baixa oferta de transporte coletivo e da precariedade da malha viária rural anteriormente discutidas. Os dados revelam forte predominância de veículos de uso individual, o que confirma a centralidade do transporte privado como principal meio de deslocamento no território municipal.

Do total, destacam-se 958 automóveis e 555 motocicletas/motonetas, que juntos representam 74,4 % da frota municipal. Somam-se ainda 234 caminhonetes e 77 caminhonetas, veículos com maior capacidade de circulação em estradas não pavimentadas, frequentemente utilizados em áreas rurais. Essa composição evidencia que a mobilidade cotidiana depende majoritariamente de meios individuais motorizados, especialmente adaptados às condições de vias de terra e relevo acidentado.

A expressiva presença de motocicletas é particularmente relevante. Em contextos rurais com infraestrutura viária precária, a motocicleta pode desempenhar papel estratégico por apresentar menor custo de aquisição e manutenção, além de maior capacidade de deslocamento em trechos estreitos ou com baixa qualidade de pavimentação. Sua elevada participação na frota de Doutor Ulysses sugere alternativa de mobilidade mais acessível economicamente, sobretudo para a população de menor renda.

No que se refere ao transporte coletivo, a existência de 44 ônibus e 10 micro-ônibus deve ser analisada com cautela. Embora o número absoluto possa sugerir disponibilidade razoável, é necessário considerar que parte desses veículos pode estar vinculada ao transporte escolar, fretamentos ou circulação intermunicipal, não correspondendo necessariamente a uma oferta ampla e regular de transporte público para todas as localidades rurais. Assim, o dado não invalida a constatação anterior de baixa capilaridade do transporte coletivo no território.

A presença de 137 caminhões, ainda que inferior ao número de automóveis, indica relevância das atividades econômicas geradoras de carga, como plantios florestais e agricultura perene, reforçando a dependência da rodovia PR-092 como eixo estruturante de escoamento da

produção. Contudo, a ausência de pavimentação nas estradas municipais implica aumento de custos operacionais, desgaste da frota e maior vulnerabilidade logística.

A estrutura da frota confirma o diagnóstico territorial: trata-se de um município com mobilidade predominantemente individualizada, dependente de veículos próprios e fortemente condicionada pela precariedade da infraestrutura viária rural. Essa configuração tende a ampliar desigualdades socioespaciais, pois a capacidade de deslocamento está diretamente vinculada à posse de veículo.

Para o planejamento municipal, os dados reforçam a necessidade de políticas integradas que articulem qualificação da malha viária, ampliação da oferta de transporte coletivo e redução das vulnerabilidades associadas à dependência do transporte individual.

11. PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Do total de Secretarias Municipais, participaram da coleta de informações, via formulário do Google Meet, representantes das seguintes Secretarias:

Secretaria / Órgão	***Participação***
Compras e Licitação	Não
Controladoria Interna	Não
Gabinete do Prefeito	Sim
Secretaria Municipal Administração	Sim
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	Sim
Secretaria Municipal de Agricultura	Sim
Secretaria Municipal de Assistência Social	Sim
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Sim
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Paisagismo	Sim
Secretaria Municipal de Educação	Não
Secretaria Municipal de Esportes	Sim
Secretaria Municipal de Finanças	Sim
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sim
Secretaria Municipal de Obras	Sim
Secretaria Municipal de Planejamento	Sim
Secretaria Municipal de Saúde	Sim
Secretaria Municipal de Transporte	Sim

As participações ocorreram entre o período de 10/12/2024 até 11/03/2026. Isto indica que dois grupos, vinculados a duas gestões, participaram do processo de coleta de informações.

Foram realizadas as seguintes perguntas:

- Entrevistado(a): preencha aqui o nome de quem está respondendo esse questionário, também coloque a função pela qual você é responsável. Se você for o/a responsável pela Secretaria TAMBÉM indique seu nome no campo de responsável pela Secretaria;
- Nome completo do(a) responsável pela Secretaria;

- Função do(a) responsável na Secretaria;
- Nível de Escolaridade do/da Secretario/a responsável pela Secretaria;
- Secretaria pela qual é responsável;
- Qual a estrutura de subdivisão desta Secretaria, indique por extenso quais (todas/os) são os departamentos/divisões administrativas;
- Atrelado a pergunta anterior, indique o quantitativo do corpo técnico para cada uma das divisões administrativas nesta Secretaria;
- Qual a média orçamentária que a Secretaria dispõe para dar conta de suas demandas (indique o valor em R$);
- A Secretaria possui infraestrutura e equipamentos em bom estado de conservação (computadores, internet, carros etc)?;
- Tendo em vista a última lei "vigente" que institui o Plano Diretor Municipal de Doutor Ulysses, indique a seguir:

  a) quais os objetivos da Lei?

  b) quais as diretrizes contempladas no PDM?

  c) quais as proposições de instrumentos ou ferramentas de gestão/trabalho são previstas no PDM?
- O município possui um Plano de Ações e Investimentos (PAI)?
- Se sim, como este está organizado, e quais são as ações estruturantes responsáveis pela implementação das estratégias e diretrizes para investimento contidos no PDM?;
- Qual é a legislação urbanística existente e como ela é/foi abordada no último PDM? Em sua visão como gestor(a) acredita que a legislação urbanística existente no Município é o suficiente para abranger as políticas públicas demandadas na Secretaria de sua responsabilidade (responda se sim, não e descreva o porquê)?;
- Quais dos seguintes instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) são ou já foram utilizados em/pela sua Secretaria?

  I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

  II – aglomerações urbanas e microrregiões;

  III – planejamento municipal, em especial:

  a) plano diretor;

  b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

c) zoneamento ambiental;

d) plano plurianual;

e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

f) gestão orçamentária participativa;

g) planos, programas e projetos setoriais;

h) planos de desenvolvimento econômico e social;

IV – institutos tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação;

b) servidão administrativa;

c) limitações administrativas;

d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

e) instituição de unidades de conservação;

f) instituição de zonas especiais de interesse social;

g) concessão de direito real de uso;

h) concessão de uso especial para fins de moradia;

i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

j) usucapião especial de imóvel urbano;

l) direito de superfície;

m) direito de preempção;

n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;

o) transferência do direito de construir;

p) operações urbanas consorciadas;

q) regularização fundiária;

r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;

s) referendo popular e plebiscito;

VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

- Com base na indicação das respostas na pergunta anterior, descreva de que maneira se dá essa implementação e como é realizada o planejamento e gestão de cada um?;
- Como a Secretaria se organiza/estrutura para realizar atividades de:
  a) licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo (fins urbanos)
  b) edificações e obras
  c) localização e funcionamento das atividades econômicas
  d) outras posturas municipais
- Qual a provisão/capacidade de investimento em infraestrutura e equipamentos, e como se dá a prestação de serviços públicos?
- Como e qual é o sistema de planejamento e gestão do PDM vigente? (relacionado à estrutura e funcionamento para aplicação do PDM vigente)Como o Conselho Municipal da Cidade está organizado? Quais atividades são desempenhadas e qual a frequência de atuação?

A leitura sistemática[57] dos resultados obtidos com a aplicação do questionário revelam um padrão típico de municípios de pequeno porte com baixa institucionalização do planejamento urbano: fragmentação organizacional, baixa densidade técnica e forte dependência de arranjos informais.

A estrutura organizacional da administração municipal de Doutor Ulysses, embora formalmente instituída, revela um padrão de baixa densidade institucional, típico de arranjos administrativos que não evoluíram para níveis mais sofisticados de especialização funcional. A existência de secretarias, departamentos e divisões indica a presença de um desenho organizacional mínimo. Contudo, a ausência de padronização na definição dessas unidades e, sobretudo, a indefinição de suas atribuições operacionais, compromete a inteligibilidade interna do aparato administrativo.

Esse quadro produz efeitos diretos sobre a capacidade de gestão. A sobreposição de funções e a baixa especialização administrativa não são apenas problemas organizacionais abstratos, mas se traduzem em ineficiências concretas, como retrabalho, lacunas de responsabilidade, conflitos de competência e baixa responsabilização decisória. Em termos sistêmicos, a estrutura deixa de operar como um arranjo coordenado e passa a funcionar como um conjunto de unidades pouco articuladas, dependentes de mediações informais e da atuação individual de agentes-chave.

57 Cruzamento das respostas realizada através do ChatGPT 5.2 – OpenAI.

Do ponto de vista do planejamento urbano, essa fragilidade estrutural assume caráter ainda mais crítico. A gestão territorial exige coordenação intersetorial, clareza de competências e capacidade técnica distribuída, que são elementos que não se sustentam em estruturas organizacionais difusas. A ausência de um arranjo institucional funcionalmente consolidado dificulta tanto a formulação quanto a implementação de políticas urbanas, enfraquecendo a capacidade do município de operar instrumentos do Plano Diretor e de responder de forma estratégica às dinâmicas territoriais.

Portanto, a questão central não reside na inexistência de uma estrutura administrativa, mas na sua baixa institucionalização funcional. Trata-se de um aparato que existe no plano formal, mas que não se traduz em capacidade organizacional efetiva. Para o processo de revisão do Plano Diretor, essa constatação implica a necessidade de avançar não apenas em diretrizes urbanísticas, mas na própria reengenharia institucional da administração municipal, com ênfase na definição clara de competências, na padronização das unidades administrativas e na construção de uma base organizacional capaz de sustentar a gestão territorial de forma contínua e integrada.

A capacidade técnica e a composição dos recursos humanos da administração municipal de Doutor Ulysses evidenciam um quadro de baixa densidade técnico-operacional, que impõe limites estruturais à atuação do poder público no campo do planejamento e da gestão urbana. A presença de equipes reduzidas, frequentemente insuficientes para atender à complexidade das demandas setoriais, indica não apenas escassez quantitativa de pessoal, mas também uma fragilidade na distribuição funcional do trabalho administrativo.

Esse cenário é agravado pela concentração de funções em um número restrito de servidores, o que gera acúmulo de responsabilidades, dependência de agentes específicos e elevado risco de descontinuidade institucional. Na prática, isso significa que o funcionamento de determinados setores ou políticas públicas torna-se vulnerável a afastamentos, rotatividade ou mudanças na gestão, comprometendo a estabilidade e a continuidade das ações governamentais.

Adicionalmente, os níveis de escolaridade e qualificação técnica apresentam-se heterogêneos, sem assegurar a presença de formações especializadas nas áreas estratégicas para a gestão territorial, como urbanismo, engenharia e planejamento. Essa lacuna compromete a capacidade analítica e propositiva da administração, reduzindo sua aptidão para interpretar dinâmicas territoriais, elaborar diagnósticos qualificados e estruturar respostas técnicas consistentes.

A inexistência de equipes multidisciplinares estruturadas reforça esse quadro, uma vez que o planejamento urbano exige a integração de diferentes campos do conhecimento técnico, social,

ambiental e econômico. Sem essa articulação, a atuação pública tende a se tornar fragmentada, setorizada e reativa, dificultando a construção de políticas públicas integradas e territorialmente coerentes.

A capacidade técnica municipal configura-se como limitada e altamente vulnerável, não apenas em termos de execução, mas sobretudo na formulação estratégica de políticas públicas. Trata-se de um arranjo que restringe a possibilidade de implementação efetiva de instrumentos urbanísticos e compromete a governança territorial. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico impõe a necessidade de avançar em estratégias de qualificação técnica, ampliação e diversificação do quadro profissional e institucionalização de equipes multidisciplinares, de modo a construir uma base técnica capaz de sustentar, de forma contínua e qualificada, a gestão do território municipal.

A análise da capacidade orçamentária e financeira do município de Doutor Ulysses evidencia um quadro de restrição fiscal estrutural, que condiciona de forma direta e significativa a atuação do poder público no campo do planejamento e da gestão urbana. A dificuldade em estimar ou mesmo declarar valores médios orçamentários revela fragilidades nos processos de planejamento financeiro, indicando limitações tanto na produção de informações fiscais consistentes quanto na sua apropriação pelos setores administrativos.

Esse cenário é característico de municípios pequenos, nos quais a base arrecadatória é reduzida e a dependência de transferências intergovernamentais é elevada. No entanto, mais do que uma limitação quantitativa de recursos, observa-se uma fragilidade qualitativa na gestão orçamentária, expressa na baixa articulação entre os instrumentos de planejamento urbano e os instrumentos de planejamento fiscal. A desconexão entre o Plano Diretor Municipal (PDM) e peças como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) compromete a capacidade do município de traduzir diretrizes estratégicas em ações concretas e financiáveis.

Na prática, essa desarticulação resulta em um orçamento que opera de forma incremental e pouco orientada por prioridades territoriais, limitando a alocação eficiente de recursos e dificultando a implementação de políticas públicas estruturantes. Projetos estratégicos previstos no planejamento urbano tendem a não se materializar por ausência de previsão orçamentária, enquanto os recursos disponíveis são direcionados, em grande medida, para a manutenção da máquina pública e para demandas imediatas.

A capacidade financeira municipal configura-se como restritiva e operacionalmente desarticulada do planejamento estratégico, o que reduz significativamente o potencial de investimento em infraestrutura urbana, habitação, mobilidade e ordenamento territorial. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico aponta para a necessidade de avançar na integração entre planejamento territorial e planejamento fiscal, estabelecendo mecanismos que vinculem diretrizes urbanísticas a programas, metas e dotações orçamentárias, além de fortalecer a capacidade de captação de recursos e de gestão financeira orientada a resultados.

A infraestrutura administrativa e operacional do município de Doutor Ulysses apresenta um padrão funcional mínimo, porém insuficiente para sustentar práticas contemporâneas de planejamento e gestão territorial. As limitações identificadas em equipamentos, como computadores, veículos e conectividade à internet, não se restringem a aspectos materiais, mas repercutem diretamente na capacidade de execução das atividades técnicas, na agilidade dos processos administrativos e na qualidade das informações produzidas pela gestão pública.

As condições operacionais, embora permitam o funcionamento básico da administração, mostram-se apenas parcialmente adequadas frente às exigências de uma gestão territorial orientada por dados, integração institucional e monitoramento contínuo. Na prática, isso implica maior lentidão na tramitação de processos, dificuldades de articulação entre setores e baixa capacidade de resposta a demandas que exigem análise espacial e atualização sistemática de informações.

Um dos elementos mais críticos desse quadro é a ausência de sistemas integrados de gestão territorial, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG), plataformas WebGIS e cadastros territoriais estruturados. Essa lacuna compromete a construção de uma base informacional consistente, dificultando a leitura qualificada do território, o acompanhamento das dinâmicas urbanas e rurais e a tomada de decisão baseada em evidências. Sem esses instrumentos, a gestão tende a operar de forma fragmentada, com informações dispersas e baixa capacidade de monitoramento de indicadores territoriais.

A infraestrutura administrativa e operacional pode ser caracterizada como adequada apenas para rotinas administrativas básicas, mas insuficiente para suportar uma gestão urbana estratégica e integrada. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico reforça a necessidade de investimentos orientados à modernização da infraestrutura tecnológica, à implantação de sistemas de inteligência territorial e à estruturação de bases de dados integradas, de modo a qualificar a capacidade do município de planejar, gerir e monitorar seu território de forma contínua e informada.

A análise dos instrumentos de planejamento e gestão urbana no município de Doutor Ulysses revela uma fragilidade estrutural na apropriação e operacionalização do arcabouço urbanístico vigente. Embora o Plano Diretor exista como instrumento legal, observa-se um baixo domínio conceitual por parte da administração municipal quanto ao seu conteúdo, o que se expressa na dificuldade de identificar com clareza seus objetivos, diretrizes e instrumentos. Esse distanciamento indica que o Plano Diretor não está internalizado como referência orientadora da ação pública, mas permanece, em grande medida, como um documento formal de baixa incidência prática.

Essa limitação se estende ao conjunto de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, cujo uso se mostra incipiente ou inexistente. Instrumentos fundamentais para a regulação do uso do solo e indução do desenvolvimento urbano não são mobilizados de forma sistemática, o que reduz significativamente a capacidade do município de intervir de maneira estratégica sobre seu território.

No plano operacional, o planejamento urbano apresenta baixa inserção no cotidiano administrativo. As rotinas institucionais não incorporam o Plano Diretor como ferramenta ativa de gestão, e as decisões tendem a ocorrer de forma reativa, pouco estruturada e desvinculada de diretrizes previamente estabelecidas. Esse padrão compromete a coerência das ações públicas e dificulta a construção de uma política urbana contínua e orientada por objetivos de médio e longo prazo.

A análise dos resultados evidencia uma desconexão entre o arcabouço legal e a prática administrativa, evidenciando uma baixa capacidade de implementação do planejamento urbano. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico impõe a necessidade de avançar na tradução operacional dos instrumentos urbanísticos, com ênfase na sua simplificação, regulamentação e incorporação às rotinas institucionais, de modo que deixem de ser dispositivos formais e passem a atuar como ferramentas efetivas de gestão territorial.

A legislação urbanística do município de Doutor Ulysses, embora formalmente instituída, apresenta sinais claros de obsolescência normativa e baixa efetividade operacional, o que compromete sua capacidade de orientar e regular adequadamente as dinâmicas territoriais. A existência de um conjunto de normas urbanísticas não se traduz, necessariamente, em capacidade de governança do uso e ocupação do solo, especialmente quando tais instrumentos se encontram desatualizados frente às transformações recentes do território e às novas demandas socioeconômicas e ambientais.

A baixa atualização da legislação indica um descompasso entre o marco regulatório vigente e a realidade territorial contemporânea. Esse desajuste é agravado pela limitada apropriação dos instrumentos legais por parte dos gestores públicos, o que reduz sua aplicabilidade prática e enfraquece seu papel como referência para a tomada de decisão. Na ausência de domínio técnico e institucional sobre o conteúdo normativo, a legislação tende a ser subutilizada ou aplicada de forma inconsistente, reforçando padrões de gestão reativa e pouco estruturada.

Além disso, a percepção recorrente de que a legislação não atende plenamente às demandas atuais revela uma crise de legitimidade normativa, na qual os próprios agentes públicos reconhecem a insuficiência dos instrumentos disponíveis para enfrentar os desafios do desenvolvimento urbano e rural. Essa condição é intensificada pela fragilidade na articulação entre a legislação urbanística e as políticas setoriais, como habitação, meio ambiente, mobilidade e desenvolvimento econômico, o que impede a construção de uma abordagem integrada do território.

Nesse contexto, o município apresenta um marco legal que opera predominantemente no plano formal, mas com baixa capacidade de incidência real sobre o ordenamento territorial. A legislação existe, mas não estrutura, não induz e não regula de forma efetiva as transformações do espaço municipal. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico aponta para a necessidade de uma revisão normativa abrangente, orientada não apenas à atualização dos dispositivos legais, mas à sua simplificação, integração com políticas setoriais e, sobretudo, à sua internalização pelas equipes técnicas, de modo a garantir sua aplicabilidade e efetividade no cotidiano da gestão pública.

A análise dos processos de licenciamento, fiscalização e controle urbano no município de Doutor Ulysses evidencia um quadro de baixa formalização procedimental e reduzida capacidade de regulação territorial. As estruturas responsáveis por atividades essenciais, como o licenciamento de obras, a fiscalização do uso e ocupação do solo e o controle de atividades econômicas, apresentam-se pouco institucionalizadas, sem rotinas claramente definidas, fluxos operacionais padronizados ou instrumentos técnicos consolidados.

Essa fragilidade organizacional se traduz na dependência de práticas informais, frequentemente baseadas na experiência individual dos servidores e em arranjos para resolução de demandas. Como resultado, os processos administrativos tornam-se heterogêneos, com variações na forma de análise, decisão e acompanhamento, o que compromete a previsibilidade, a transparência e a segurança jurídica das ações públicas.

A ausência de sistemas digitais estruturados agrava esse cenário, limitando a capacidade de registro, monitoramento e integração das informações relacionadas ao território. Sem plataformas informatizadas de gestão, como sistemas de licenciamento eletrônico, cadastros territoriais integrados ou ferramentas de georreferenciamento, o município opera com baixa rastreabilidade dos processos, dificuldade de controle de prazos e reduzida capacidade de análise espacial das intervenções urbanas.

Do ponto de vista funcional, esse conjunto de limitações resulta em processos predominantemente reativos, acionados em resposta a demandas pontuais, em detrimento de uma atuação preventiva e orientada por planejamento. A fiscalização tende a ser pouco sistemática, enquanto o licenciamento opera sem uma base normativa e procedimental suficientemente robusta para induzir padrões desejáveis de ocupação do solo.

A capacidade de controle territorial do município mostra-se limitada e pouco eficaz, comprometendo tanto a ordenação do espaço urbano quanto a implementação das diretrizes do Plano Diretor. Para o processo de revisão do planejamento municipal, esse diagnóstico indica a necessidade de avançar na estruturação e padronização dos processos administrativos, na formalização de rotinas de licenciamento e fiscalização e na implantação de sistemas digitais integrados, de modo a conferir maior eficiência, transparência e capacidade de regulação ao poder público municipal.

A capacidade de investimento e a prestação de serviços públicos no município de Doutor Ulysses são marcadas por um quadro de restrição estrutural, que condiciona tanto a expansão da infraestrutura quanto a qualidade e a continuidade dos serviços ofertados à população. A limitação de recursos próprios impõe um teto reduzido para investimentos, restringindo a atuação do poder público à manutenção de serviços essenciais e à execução de intervenções de pequena escala.

Nesse contexto, observa-se uma elevada dependência de transferências intergovernamentais, provenientes das esferas estadual e federal, o que subordina a capacidade de investimento do município a agendas, programas e ciclos de financiamento externos. Essa dependência tende a produzir descontinuidades, uma vez que os investimentos ficam condicionados à disponibilidade de convênios, emendas ou programas específicos, dificultando a construção de uma política de desenvolvimento territorial autônoma e estável.

Adicionalmente, a baixa capacidade de planejamento de longo prazo compromete a priorização e a coordenação dos investimentos. Na ausência de um horizonte estratégico bem definido e de sua articulação com os instrumentos orçamentários, os recursos disponíveis são

frequentemente direcionados para demandas emergenciais ou oportunidades pontuais de captação, em detrimento de projetos estruturantes capazes de produzir efeitos duradouros sobre o território.

Como resultado, a atuação municipal tende a assumir um caráter reativo e fragmentado, com predominância de ações isoladas, desarticuladas entre si e com limitada capacidade de transformação estrutural. A prestação de serviços públicos, por sua vez, opera sob constante pressão, com dificuldades de ampliação, qualificação e universalização.

A capacidade de investimento do município configura-se como restrita e pouco estratégica, refletindo um padrão de gestão orientado mais pela contingência do que pelo planejamento. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico aponta para a necessidade de estruturar uma agenda de investimentos integrada ao planejamento territorial, com definição de prioridades, hierarquização de projetos e fortalecimento da capacidade de captação e gestão de recursos, de modo a superar a lógica pontual e avançar na construção de uma base infraestrutural mais consistente e articulada.

A análise do sistema de planejamento e gestão do Plano Diretor Municipal de Doutor Ulysses evidencia uma fragilidade na sua operacionalização como instrumento contínuo de gestão territorial. Embora o Plano Diretor esteja formalmente instituído, sua gestão não se apoia em um sistema estruturado de monitoramento e avaliação, o que impede o acompanhamento sistemático de metas, diretrizes e indicadores. Na ausência desses mecanismos, o município perde a capacidade de verificar a efetividade das ações implementadas e de promover ajustes baseados em evidências.

Essa limitação é reforçada pela não institucionalização de rotinas periódicas de revisão e acompanhamento, o que contribui para o progressivo distanciamento entre o conteúdo do plano e a dinâmica real do território. Sem procedimentos definidos, como os relatórios de monitoramento, as revisões intermediárias ou as instâncias técnicas permanentes de gestão do plano, o Plano Diretor deixa de operar como um instrumento dinâmico e adaptativo, tornando-se estático frente às transformações urbanas e rurais.

Outro fator crítico é a baixa integração entre as secretarias municipais, que compromete a transversalidade necessária à gestão territorial. O planejamento urbano, por natureza, demanda articulação intersetorial, envolvendo áreas como obras, meio ambiente, habitação, assistência social e desenvolvimento econômico. No entanto, a ausência de mecanismos de coordenação institucional reduz a capacidade de implementação integrada das diretrizes do Plano Diretor, fragmentando a ação pública e enfraquecendo sua coerência territorial.

Como resultado, o Plano Diretor passa a desempenhar predominantemente uma função formal e normativa, com baixa incidência sobre as decisões cotidianas da administração municipal. Em vez de orientar estratégias, investimentos e regulações, o plano tende a ser acionado apenas em situações específicas, sem constituir uma referência estruturante para a gestão do território.

O diagnóstico aponta que o PDM atua mais como um instrumento formal do que como uma ferramenta ativa de gestão territorial. Para o processo de revisão, torna-se fundamental avançar na estruturação de um sistema de gestão do Plano Diretor, com definição de indicadores, criação de rotinas institucionais de monitoramento, estabelecimento de instâncias de coordenação intersetorial e integração com os instrumentos orçamentários, de modo a transformar o plano em um dispositivo efetivo de orientação e regulação do desenvolvimento municipal.

A governança participativa no município de Doutor Ulysses, particularmente no que se refere ao Conselho Municipal da Cidade, apresenta um estágio incipiente de institucionalização, com limitações que comprometem sua efetividade como instância de deliberação e controle social da política urbana. Embora o conselho exista formalmente, ou tenha sido recentemente instituído, sua consolidação enquanto espaço ativo de governança ainda não se materializou de forma consistente.

O baixo conhecimento institucional sobre seu funcionamento, tanto por parte da administração pública, indica fragilidades nos processos de capacitação, comunicação e engajamento. Sem a compreensão clara de suas atribuições, competências e potencial deliberativo, o conselho tende a operar de maneira limitada, sem incidência real sobre as decisões estratégicas do município.

Essa condição se reflete na irregularidade, ou mesmo ausência, de reuniões e atividades, o que inviabiliza a construção de uma agenda contínua de debates, acompanhamento e deliberação sobre as políticas urbanas. A descontinuidade das ações impede a formação de um ambiente institucional estável, no qual se possam consolidar práticas participativas, acumular conhecimento e fortalecer a interlocução entre poder público e sociedade.

Do ponto de vista do planejamento urbano, a fragilidade do Conselho da Cidade representa uma limitação significativa, uma vez que a gestão democrática é um dos pilares estruturantes da política urbana. Sem uma instância participativa ativa e funcional, o município perde capacidade de legitimar suas decisões, de incorporar demandas sociais de forma qualificada e de promover o controle social sobre a implementação do Plano Diretor.

A governança participativa configura-se como fragilizada e de baixa capacidade deliberativa, operando mais no plano formal do que como mecanismo efetivo de gestão democrática. Para o processo de revisão do Plano Diretor, esse diagnóstico aponta para a necessidade de fortalecimento institucional do Conselho da Cidade, por meio da sua regulamentação, capacitação dos conselheiros, definição de rotinas de funcionamento e integração com o sistema de planejamento municipal, de modo a consolidá-lo como um espaço legítimo, ativo e influente na condução da política urbana local.

A análise integrada das dimensões institucionais, técnicas, operacionais e normativas do município de Doutor Ulysses permite caracterizar sua estrutura administrativa como um arranjo de baixa capacidade institucional estruturada, no qual se combinam fragilidades técnicas, limitações fiscais e desarticulação entre os principais instrumentos de gestão territorial. Esse quadro se expressa, em primeiro lugar, na fragilidade do corpo técnico, composto por equipes reduzidas, com baixa especialização e limitada capacidade de atuação multidisciplinar, o que compromete tanto a formulação quanto a implementação de políticas públicas mais complexas.

A esse fator soma-se a baixa integração entre planejamento, legislação e execução, evidenciando uma desconexão entre o que está formalmente previsto nos instrumentos urbanísticos e o que efetivamente se realiza no cotidiano administrativo. O planejamento tende a operar de forma dissociada do orçamento, da regulação urbanística e dos processos decisórios, reduzindo sua capacidade de orientar o desenvolvimento territorial de maneira estratégica.

No campo fiscal e operacional, observa-se uma capacidade limitada de investimento e gestão, fortemente condicionada por restrições orçamentárias e pela dependência de recursos externos. Essa limitação reforça um padrão de atuação pautado por ações pontuais e reativas, em detrimento de intervenções estruturantes e de longo prazo. Paralelamente, o uso incipiente dos instrumentos urbanísticos evidencia a baixa apropriação do arcabouço legal disponível, o que restringe a capacidade do município de regular, induzir e qualificar a ocupação do solo.

A governança participativa, por sua vez, apresenta-se pouco consolidada, com instâncias como o Conselho da Cidade operando de forma limitada, o que enfraquece os mecanismos de controle social, deliberação coletiva e legitimação das políticas públicas.

Diante desse conjunto de elementos, o município se enquadra, do ponto de vista do planejamento urbano e regional, em um modelo de gestão de baixa densidade institucional, no qual a capacidade estatal é insuficiente para sustentar, de forma contínua e integrada, processos de planejamento, regulação e gestão do território.

Essa condição impõe implicações estratégicas diretas para a revisão do Plano Diretor. Em primeiro lugar, torna-se fundamental promover um forte investimento em capacitação técnica e institucionalização administrativa, visando ampliar a densidade técnica do município e reduzir sua dependência de arranjos informais. Em paralelo, é necessário avançar na operacionalização dos instrumentos urbanísticos, garantindo que estes sejam compreensíveis, aplicáveis e incorporados às rotinas administrativas.

A implantação de sistemas de informação territorial, como plataformas de WebGIS e cadastros multifinalitários, configura-se como elemento estruturante para qualificar a leitura do território e subsidiar a tomada de decisão baseada em evidências. De forma complementar, a construção de um sistema de planejamento contínuo, articulando Plano Diretor, Plano Plurianual (PPA) e mecanismos de monitoramento, é condição essencial para superar a descontinuidade e conferir maior coerência às ações públicas.

Por fim, o fortalecimento da governança interfederativa e consorciada emerge como estratégia relevante para ampliar a capacidade de atuação do município, especialmente em contextos de restrição técnica e fiscal. A articulação com outros entes e a participação em arranjos cooperativos podem viabilizar ganhos de escala, compartilhamento de recursos e qualificação da gestão territorial.

Em síntese, o desafio central não se limita apenas à revisão do conteúdo normativo do Plano Diretor, mas envolve a construção de uma base institucional capaz de sustentar sua implementação, transformando o planejamento urbano de um instrumento formal em um dispositivo efetivo de gestão e transformação do território.

12. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais constituem importantes instrumentos de participação social na administração pública, permitindo a atuação conjunta de representantes do Poder Público e da sociedade civil na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas. No âmbito do Plano Diretor Participativo, a análise dessas instâncias contribui para compreender a capacidade institucional do município para promover a gestão democrática, articular políticas setoriais e assegurar a participação da população nas decisões relacionadas ao desenvolvimento municipal.

O levantamento realizado em Doutor Ulysses demonstra a existência de um conjunto diversificado de conselhos vinculados às áreas de assistência social, saúde, educação, infância e adolescência, pessoa idosa, habitação, meio ambiente, cultura, patrimônio, transporte escolar, desenvolvimento municipal, entre outras. A documentação analisada também evidencia diferentes situações quanto ao grau de institucionalização desses colegiados: enquanto alguns possuem legislação definida, composição estabelecida e funcionamento informado como ativo, outros encontram-se inativos ou apresentam informações insuficientes quanto à legislação, composição, competências e funcionamento.

Entre os conselhos identificados como ativos encontram-se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Tutelar. Esses órgãos estão concentrados, sobretudo, em políticas sociais cuja organização institucional pressupõe mecanismos permanentes de participação, acompanhamento e controle. O Conselho Municipal de Assistência Social, por exemplo, possui participação de representantes governamentais e não governamentais, enquanto o Conselho Municipal de Saúde apresenta representação de usuários, trabalhadores, prestadores de serviços e Poder Executivo.

Essa situação demonstra que a participação institucionalizada apresenta maior consolidação em determinadas políticas sociais. Entretanto, quando a análise se volta para áreas diretamente relacionadas ao ordenamento territorial e à implementação do Plano Diretor, observa-se uma situação mais frágil. O principal exemplo é o Conselho de Desenvolvimento Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 20/2016, que se encontra inativo, apesar de possuir competências diretamente relacionadas ao acompanhamento da política territorial e à implementação do Plano Diretor. Entre

suas atribuições encontram-se o monitoramento e a avaliação da execução do Plano Diretor e de seus instrumentos, a participação na elaboração e alteração da legislação territorial, a integração das políticas setoriais, a análise de propostas de alteração do Plano Diretor e a realização de conferências e audiências relacionadas ao planejamento municipal.

A inatividade desse conselho constitui uma das principais fragilidades identificadas na estrutura de governança territorial de Doutor Ulysses. A legislação municipal atribuiu ao colegiado funções que deveriam assegurar o acompanhamento contínuo do Plano Diretor após sua aprovação. Sua ausência de funcionamento reduz a capacidade institucional de monitoramento sistemático da política territorial e enfraquece a articulação permanente entre administração pública, políticas setoriais e sociedade civil.

Situação semelhante é observada em relação ao Conselho Municipal da Cidade. Embora o Decreto nº 123/2023 tenha nomeado integrantes para sua composição, o levantamento não identificou legislação que estabeleça de forma clara suas competências e atribuições, e o conselho foi registrado como inativo. Para o denominado Conselho Municipal do Plano Diretor, não foram localizadas informações relativas à legislação de criação, competências, composição ou funcionamento.

A existência simultânea de referências ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, ao Conselho Municipal da Cidade e ao Conselho Municipal do Plano Diretor também revela uma necessidade de maior clareza na organização da estrutura municipal de planejamento. A documentação disponível não permite estabelecer se essas instâncias foram concebidas para desempenhar funções complementares, sucessivas ou parcialmente sobrepostas. Para o diagnóstico institucional, essa situação indica fragmentação e baixa definição da estrutura responsável pelo acompanhamento permanente do planejamento e da gestão territorial.

Também foram identificadas lacunas em áreas diretamente relacionadas ao desenvolvimento territorial de Doutor Ulysses. Não foram obtidas informações suficientes sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, aspecto relevante diante da importância das localidades e das atividades rurais na organização territorial do município. Da mesma forma, não foram identificadas informações completas relativas ao Conselho Municipal de Trânsito/Mobilidade Urbana e ao Conselho Municipal de Saneamento Ambiental. No caso da mobilidade, o levantamento registra apenas a existência da Lei nº 28/2016, referente ao Sistema Viário.

No campo ambiental, o diagnóstico aponta a existência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 33/2016 e caracterizado como órgão normativo, consultivo e

deliberativo. Suas atribuições abrangem temas diretamente relacionados ao planejamento territorial, como política ambiental, uso do solo, resíduos, recursos hídricos, empreendimentos com potencial impacto ambiental e acompanhamento da legislação ambiental. Apesar da amplitude dessas competências, o conselho foi identificado como inativo.

Essa condição é particularmente significativa para a revisão do Plano Diretor, considerando a necessidade de articulação entre ordenamento territorial, proteção ambiental, uso do solo, recursos hídricos, saneamento e prevenção de conflitos de ocupação. A inatividade do colegiado ambiental reduz um importante espaço institucional de análise e participação relacionado a decisões que apresentam efeitos diretos sobre a organização do território municipal.

A área habitacional apresenta situação semelhante. O Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei nº 03/2015, possui caráter deliberativo e atribuições relacionadas à definição de prioridades, aplicação de recursos, atendimento dos beneficiários e acompanhamento das políticas habitacionais. Entretanto, o levantamento registra que esse conselho também se encontra inativo.

No campo da proteção do patrimônio e da cultura, foram identificados diferentes colegiados, entre eles o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, o Conselho Municipal da Cultura e o Conselho Municipal da Política Cultural. Embora possuam legislação própria e atribuições relacionadas à formulação, acompanhamento e fiscalização das respectivas políticas, os três foram registrados como inativos. A presença de diferentes estruturas para áreas relacionadas também aponta para a necessidade de compreender com maior precisão a distribuição de competências entre os colegiados.

Outro aspecto relevante do diagnóstico é a existência de conselhos formalmente instituídos, mas sem funcionamento efetivo. Essa condição demonstra que a criação legal de um colegiado, por si só, não garante a participação social. Para que os conselhos exerçam suas funções, são necessários composição atualizada, representação da sociedade civil e do Poder Público, regularidade das reuniões, regimento interno, produção de atas e deliberações e continuidade administrativa.

Também foram encontradas situações em que as informações disponíveis são insuficientes para avaliar o grau de funcionamento institucional. É o caso, entre outros, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Saneamento Básico e Proteção Animal, do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, do Conselho Municipal do Plano Diretor, do Conselho Municipal de Trânsito/Mobilidade Urbana e do Conselho Municipal de

Saneamento Ambiental. No caso do Conselho Municipal de Segurança, o levantamento indica sua inexistência no município.

A análise das composições previstas nas legislações demonstra, por outro lado, que diversos conselhos apresentam mecanismos de participação de representantes da sociedade civil. Há exemplos de composição paritária ou de participação conjunta entre Poder Público e organizações sociais, como ocorre nos conselhos relacionados à pessoa idosa, assistência social, meio ambiente e cultura. Portanto, a fragilidade identificada não decorre exclusivamente do desenho legal dos colegiados, mas principalmente da diferença entre a estrutura prevista nas normas municipais e sua operação efetiva.

Em termos gerais, o diagnóstico revela uma estrutura de governança setorialmente desigual. As áreas sociais apresentam maior presença de colegiados ativos, enquanto setores diretamente vinculados ao planejamento físico-territorial, desenvolvimento municipal, meio ambiente, habitação, saneamento, mobilidade e desenvolvimento rural apresentam maior incidência de inatividade ou insuficiência de informações sobre seu funcionamento.

Para o processo de revisão do Plano Diretor Participativo, essa situação possui especial relevância. O Plano Diretor depende de uma estrutura institucional capaz não somente de participar de sua elaboração, mas também de acompanhar sua implementação após a aprovação da nova legislação. A ausência ou inatividade de instâncias ligadas ao planejamento territorial cria uma descontinuidade entre o processo participativo desenvolvido durante a revisão e os mecanismos permanentes de gestão democrática que deverão funcionar durante a vigência do Plano Diretor.

Desse modo, a principal problemática identificada não é a ausência generalizada de Conselhos Municipais, uma vez que Doutor Ulysses apresenta um conjunto expressivo de colegiados instituídos ou previstos. A fragilidade encontra-se principalmente no baixo grau de funcionamento efetivo de parte dessas estruturas, na descontinuidade dos conselhos vinculados ao planejamento territorial e na existência de lacunas quanto à definição e articulação das competências entre determinados colegiados.

O diagnóstico institucional indica, portanto, que o fortalecimento da gestão democrática do município está relacionado à capacidade de transformar a estrutura normativa existente em mecanismos permanentes de participação e acompanhamento das políticas públicas. No contexto do Plano Diretor, merece especial atenção a definição de uma estrutura clara e efetivamente atuante para o acompanhamento da política territorial, capaz de articular planejamento urbano e rural, meio

ambiente, habitação, saneamento, mobilidade, patrimônio e demais políticas que interferem na organização e no desenvolvimento do território de Doutor Ulysses.

13. PANORAMA FISCAL[58]

Capacidade de Investimento do Município de Doutor Ulysses

A capacidade de investimento municipal pode ser avaliada a partir de indicadores fiscais que expressam a solidez das finanças públicas e o espaço orçamentário disponível para novos aportes. Entre os principais instrumentos de análise destacam-se a Capacidade de Pagamento (CAPAG), elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), que mensura dimensões como autonomia financeira, liquidez, despesas com pessoal e nível de investimento.

Para além desses índices sintéticos, a saúde fiscal do município pode ser examinada por meio da relação entre a Receita Corrente Líquida (RCL)[59] e a Despesa Corrente. A diferença positiva entre essas duas variáveis indica a existência de margem orçamentária potencialmente destinada a investimentos, funcionando como indicador direto da capacidade de aporte em infraestrutura, serviços e políticas públicas estruturantes.

Com base nessa abordagem metodológica, procedeu-se à mensuração da capacidade de investimento do município, bem como à sua projeção para o período subsequente de dez anos. A análise foi realizada a partir de dados extraídos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), abrangendo a série histórica de 2013 a 2025. Os resultados obtidos encontram-se sistematizados na Tabela 5:

Tabela 5. Capacidade de Investimento, Doutor Ulysses.

Ano	*Receita Corrente Líquida*	*Despesa Corrente Total*	*Capacidade de Investimento*
2013	R$ 12.173.176,17	R$ 11.795.998,58	R$ 377.177,59
2014	R$ 12.998.270,08	R$ 13.089.032,71	R$ -90.762,63
2015	R$ 13.732.838,12	R$ 12.403.991,21	R$ 1.328.846,91
2016	R$ 15.102.173,46	R$ 13.493.435,97	R$ 1.608.737,49

58 Análises realizadas pelo Economista Jonas Merrett, Corecon-PR nº 9406.

59 Constituída pelo total das receitas provenientes da arrecadação de tributos e de contribuições econômicas e sociais, da exploração do patrimônio, de atividades industriais, agropecuárias e de serviços, de transferências correntes recebidas e de outras receitas de mesma natureza (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, 2026).

2017	R$ 15.849.078,81	R$ 14.105.280,50	R$ 1.743.798,31
2018	R$ 16.873.880,30	R$ 16.319.532,72	R$ 554.347,58
2019	R$ 18.976.606,14	R$ 17.193.129,91	R$ 1.783.476,23
2020	R$ 20.016.211,18	R$ 17.090.011,20	R$ 2.926.199,98
2021	R$ 22.422.854,10	R$ 20.240.871,28	R$ 2.181.982,82
2022	R$ 30.816.799,97	R$ 26.911.187,56	R$ 3.905.612,41
2023	R$ 31.596.273,60	R$ 29.209.588,95	R$ 2.386.684,65
2024	R$ 35.583.359,31	R$ 34.247.091,66	R$ 1.336.267,65
2025	R$ 40.471.143,43	R$ 34.564.346,38	R$ 5.906.797,05

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A tabela apresentada sistematiza os principais dados financeiros do município de Doutor Ulysses no período de 2013 a 2025, evidenciando a evolução da Receita Corrente Líquida (RCL), das Despesas Correntes e, consequentemente, da Capacidade de Investimento. Esses indicadores permitem avaliar a sustentabilidade fiscal e o espaço orçamentário disponível para a realização de investimentos públicos.

Observa-se crescimento contínuo da Receita Corrente Líquida ao longo do período analisado, passando de R$ 12.173.176,17 em 2013 para R$ 40.471.143,43 em 2025, o que representa aumento expressivo da arrecadação municipal. As Despesas Correntes também apresentaram trajetória ascendente, acompanhando a expansão da receita. Entretanto, em 2014 verifica-se desequilíbrio pontual nas contas públicas, quando as despesas superaram as receitas correntes em R$ 90.762,63, indicando resultado negativo naquele exercício. Tal oscilação pode estar associada a fatores conjunturais ou a choques econômicos específicos do período.

De modo geral, a Capacidade de Investimento manteve-se positiva na maior parte da série histórica, refletindo estrutura fiscal relativamente equilibrada e sustentada pelo crescimento da RCL. Ainda que a evolução não apresente trajetória linear uniforme, registrando momentos de retração e posterior recuperação, o comportamento agregado dos dados indica tendência estruturalmente favorável à manutenção de investimentos.

Para complementar a análise fiscal com uma leitura mais ampla do desempenho municipal, incorpora-se o Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), que avalia os municípios paranaenses a partir de dimensões como renda, emprego e produção agropecuária, saúde e educação (IPARDES, 2026). O índice varia de 0 a 1, sendo classificados como: baixo desempenho (0 a 0,4), médio-baixo (0,4 a 0,6), médio (0,6 a 0,8) e alto desempenho (0,8 a 1,0). A Tabela 6, apresentada na

sequência, expõe os resultados do IPDM para o município, permitindo contextualizar a capacidade fiscal dentro do panorama socioeconômico mais amplo.

Tabela 6. Índice Ipardes de Desempenho Municipal, Doutor Ulysses[60].

Ano	IPDM
2010	0,3470
2011	0,3971
2012	0,3019
2013	0,3930
2014	0,4831
2015	0,5390
2016	0,5327
2017	0,5912
2018	0,6039
2019	0,5600
2020	0,5482
2021	0,4840
2022	0,4592

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A partir da análise da tabela apresentada, observa-se que o município registrou trajetória de crescimento no Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) entre 2010 e 2018, período no qual atingiu seu ponto mais elevado, com índice de 0,6039. Esse resultado indica avanço gradual nas dimensões que compõem o indicador, renda, emprego e produção agropecuária, saúde e educação, sinalizando melhoria relativa do desempenho municipal ao longo desse intervalo.

Entretanto, a partir de 2019, verifica-se inflexão na tendência, com início de movimento de queda no índice. Tal retração pode estar associada aos impactos econômicos e sociais decorrentes da pandemia da COVID-19, que afetou de maneira significativa os municípios brasileiros. Contudo, diferentemente de outras localidades que apresentaram recuperação posterior, o IPDM de Doutor Ulysses não demonstrou retomada consistente nos anos subsequentes, permanecendo em patamar inferior ao pico alcançado em 2018.

60 Fonte: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Índice de Desenvolvimento Paraná – IDP (2010-2022). Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2024-12/IPDM_INDICE_GERAL_2010_2022.pdf . Acesso em: 02 fev. 2026.

Assim, o comportamento do IPDM no período analisado revela dois momentos distintos: uma fase de evolução progressiva do nível de desenvolvimento municipal até 2018 e, posteriormente, uma fase de retração recente, ainda sem sinais claros de recuperação estrutural.

Análise Firjan

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) é elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) com base em dados fiscais oficiais, sendo amplamente utilizado para avaliar a situação fiscal dos municípios brasileiros. O índice é estruturado a partir de quatro dimensões, cada uma com peso equivalente de 25% na composição do resultado final: Autonomia, Gastos com Pessoal, Investimentos e Liquidez.

O indicador de Autonomia mede a capacidade do município de financiar sua estrutura administrativa por meio de receitas próprias, refletindo o grau de independência em relação a transferências intergovernamentais. O componente Gastos com Pessoal avalia o nível de comprometimento do orçamento com despesas dessa natureza, indicando o grau de rigidez fiscal. O indicador de Investimentos mensura a capacidade da administração municipal de destinar recursos à ampliação da infraestrutura e à promoção do desenvolvimento socioeconômico. Por fim, o indicador de Liquidez expressa a capacidade do município de honrar suas obrigações financeiras de curto prazo, evidenciando o equilíbrio entre receitas disponíveis e compromissos assumidos.

Com base nos resultados apurados para essas quatro dimensões no município de Doutor Ulysses, a Tabela apresentada na sequência sintetiza o desempenho fiscal observado no período analisado:

Tabela 7. Índice Firjan de Gestão Fiscal[61], Doutor Ulysses.

Ano	*IFGF*	*Autonomia*	*Liquidez*	*Gasto com pessoal*	*Investimento*
2013	0,5243	0,0277	0,6129	0,5618	0,8950
2014	0,3333	0,1211	0,5294	0,4612	0,2216
2015	0,2496	0,2550	0,5727	0,1293	0,0413
2016	0,2711	0,1460	0,5582	0,1735	0,2067
2017	0,4672	0,3543	0,9707	0,0993	0,4444
2018	0,5206	0,1463	0,9360	0,0000	1,0000

61 Fonte: FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Consulta ao Índice – IFGF: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (município 412863/PR, ano-base 2024). Rio de Janeiro: FIRJAN, [s.d.]. Disponível em: https://firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=PR&cidade=412863&indice=1&ano=2024. Acesso em: 02 fev. 2026.

2019	0,5148	0,2251	1,0000	0,2793	0,5546
2020	0,3815	0,2979	1,0000	0,1219	0,1061
2021	0,5603	0,4470	1,0000	0,2707	0,5228
2022	0,6591	0,5364	1,0000	0,5639	0,5362
2023	0,5266	0,3754	1,0000	0,2347	0,4963
2024	0,5931	0,4442	1,0000	0,5009	0,4272

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

A análise do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) para o município de Doutor Ulysses, no período de 2013 a 2024, revela quadro fiscal predominantemente enquadrado na faixa de gestão em dificuldade, com episódios pontuais de maior fragilidade. Ao longo da série histórica, os valores do IFGF situaram-se majoritariamente entre 0,4 e 0,6, indicando desempenho intermediário, porém vulnerável. Destacam-se os anos de 2014, 2015, 2016 e 2020, nos quais o índice permaneceu abaixo de 0,4, configurando situação de gestão fiscal crítica.

A decomposição do índice por indicadores permite compreender com maior precisão os fatores estruturais desse desempenho. O componente Autonomia apresentou níveis reduzidos durante todo o período analisado, evidenciando forte dependência de transferências intergovernamentais para o financiamento da estrutura administrativa municipal. Esse padrão limita a margem de decisão fiscal e reduz a capacidade de planejamento de longo prazo.

Em contrapartida, o indicador de Liquidez registrou desempenho elevado e relativamente estável, alcançando valor máximo (1,0) em diversos exercícios. Tal resultado demonstra capacidade consistente de cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, indicando controle do fluxo de caixa e gestão adequada dos compromissos imediatos.

No que se refere aos Gastos com Pessoal, observa-se variação significativa ao longo dos anos, com melhora relativa a partir de 2022, sugerindo maior controle sobre a rigidez orçamentária e adequação aos limites legais. Já o indicador de Investimentos apresentou comportamento volátil, refletindo oscilações na capacidade de destinar recursos a despesas de capital. Destacam-se resultados mais favoráveis nos anos de 2018 e 2019, seguidos por retrações subsequentes.

Em síntese, embora o município demonstre capacidade de honrar suas obrigações financeiras de curto prazo, a baixa autonomia fiscal e a instabilidade no indicador de investimentos restringem sua capacidade estrutural de investimento. O desempenho do IFGF evidencia, portanto, equilíbrio financeiro operacional, porém com limitações significativas para ampliação consistente de investimentos públicos.

Modelo de Previsão

Com base na série histórica da Capacidade de Investimento do município no período de 2013 a 2025, foi realizada estimação estatística por meio de regressão linear simples, com o objetivo de identificar a tendência temporal do indicador e projetar seu comportamento para os anos subsequentes.

A média histórica estimada da Capacidade de Investimento foi de R$ 1.996.089,70, com intervalo de confiança de 95% situado entre R$ 1.037.658,73 e R$ 2.954.520,66, evidenciando amplitude considerável na variação dos valores ao longo da série. A regressão indicou tendência média de crescimento anual de aproximadamente R$ 280.016,88.

Foram realizadas duas estimações distintas. A primeira considerou todos os anos disponíveis na série. Contudo, como o exercício de 2014 apresentou comportamento atípico, caracterizando-se como *outlier*, procedeu-se a uma segunda estimação, excluindo esse ano da análise, a fim de verificar a robustez dos resultados. Na especificação sem o *outlier*, cerca de 48% da variação observada foi explicada pela evolução temporal ($R^2 \approx 0,48$), percentual ligeiramente inferior ao obtido na regressão com todos os anos incluídos ($R^2 \approx 0,54$).

Apesar da volatilidade da série, a regressão linear simples indicou tendência positiva estatisticamente significativa da Capacidade de Investimento ao nível de 5% ($t = 3,02$; $p < 0,05$), sendo a significância global do modelo confirmada pelo teste F ($F = 9,12$). Contudo, o erro padrão da estimativa, da ordem de aproximadamente R$ 1,15 milhão, sugere variação expressiva em torno da tendência média, indicando que o crescimento projetado não ocorre de forma linear e está sujeito a oscilações relevantes.

Com base na taxa média estimada de crescimento anual de R$ 280.016,88, procedeu-se à projeção da Capacidade de Investimento para o horizonte de dez anos. Os valores projetados encontram-se sistematizados na Tabela abaixo, sendo que os cálculos detalhados e os resultados das regressões realizadas no *Software Gretl* estão apresentados a seguir:

Tabela 8. Previsão Capacidade de Investimento, Doutor Ulysses.

Anos	*Previsão da Capacidade de Investimento*	*Limite inferior (95%)*	*Limite superior (95%)*
2026	R$ 4.013.438,52	R$ 2.351.763,83	R$ 5.675.113,22
2027	R$ 4.293.455,41	R$ 2.631.780,71	R$ 5.955.130,10
2028	R$ 4.573.472,29	R$ 2.911.797,60	R$ 6.235.146,98
2029	R$ 4.853.489,17	R$ 3.191.814,48	R$ 6.515.163,86

2030	R$ 5.133.506,05	R$ 3.471.831,36	R$ 6.795.180,74
2031	R$ 5.413.522,93	R$ 3.751.848,24	R$ 7.075.197,62
2032	R$ 5.693.539,81	R$ 4.031.865,12	R$ 7.355.214,50
2033	R$ 5.973.556,69	R$ 4.311.882,00	R$ 7.635.231,39
2034	R$ 6.253.573,58	R$ 4.591.898,88	R$ 7.915.248,27
2035	R$ 6.533.590,46	R$ 4.871.915,77	R$ 8.195.265,15

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Estimação da Capacidade de Investimentos, Doutor Ulysses.

```
Modelo 1: MQO, usando as observações 1-13
Variável dependente: CapacidadedeInvestimentoR

              coeficiente        erro padrão     razão-t   p-valor
  ------------------------------------------------------------------
  const          -6,04625e+08       1,67361e+08   -3,613    0,0041  ***
  Ano        300456             82892,8            3,625    0,0040  ***

Média var. dependente    1996090   D.P. var. dependente     1586034
Soma resíd. quadrados   1,38e+13   E.P. da regressão        1118285
R-quadrado              0,544287   R-quadrado ajustado     0,502858
F(1, 11)                13,13799   P-valor(F)              0,003994
Log da verossimilhança -198,4153   Critério de Akaike      400,8307
Critério de Schwarz     401,9606   Critério Hannan-Quinn   400,5984
```

Estimação da Capacidade de Investimentos em *Outlier*, Doutor Ulysses.

```
Modelo 1: MQO, usando as observações 1-12
Variável dependente: CapacidadedeInvestimentoR

              coeficiente        erro padrão     razão-t   p-valor
  ------------------------------------------------------------------
  const          -5,63301e+08       1,87262e+08   -3,008    0,0132  **
  Ano        280017             92730,7            3,020    0,0129  **

Média var. dependente    2169994   D.P. var. dependente     1521608
Soma resíd. quadrados   1,33e+13   E.P. da regressão        1154178
R-quadrado              0,476945   R-quadrado ajustado     0,424640
F(1, 10)                9,118453   P-valor(F)              0,012903
Log da verossimilhança -183,4401   Critério de Akaike      370,8802
Critério de Schwarz     371,8500   Critério Hannan-Quinn   370,5212
```

A Tabela acima apresenta os valores médios estimados para a projeção da Capacidade de Investimento no horizonte de dez anos. Ressalta-se, contudo, que a série histórica utilizada é

relativamente curta e foi impactada por choques fiscais relevantes, especialmente o ocorrido em 2014, considerado atípico. Além disso, mesmo após a exclusão desse *outlier*, apenas 47,69% da variação histórica é explicada pela tendência temporal, o que indica poder explicativo moderado do modelo e limita a precisão das estimativas. Assim, os valores projetados devem ser interpretados como tendência média, e não como previsão exata.

Ainda com essas ressalvas metodológicas, a estimativa aponta para um montante acumulado médio de Capacidade de Investimento de R$ 52.735.144,91 ao longo do período projetado de dez anos, considerando a taxa média de crescimento anual previamente identificada.

Cumpre destacar que tais projeções devem ser analisadas à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece limites e mecanismos de controle destinados a preservar o equilíbrio fiscal dos entes federativos. A legislação impõe restrições orçamentárias com o objetivo de assegurar estabilidade financeira, correta alocação de recursos públicos e responsabilidade na gestão, de modo a não comprometer administrações futuras.

Nesse contexto, foram realizadas duas regressões para o período analisado, uma considerando a totalidade da série e outra desconsiderando o *outlier* de 2014, a fim de avaliar a robustez dos resultados frente às exigências de equilíbrio fiscal. A especificação sem o ano atípico gerou os resultados apresentados na Tabela abaixo, cujos cálculos detalhados encontram-se sistematizados a seguir:

Tabela 9. Estimação considerando Receita Corrente Ajustada, Doutor Ulysses.

Anos	*Previsão da Capacidade de Investimento*	*Limite Inferior (95%)*	*Limite Superior (95%)*
2026	R$ 3.119.073,95	R$ 1.961.981,18	R$ 4.276.166,72
2027	R$ 3.314.061,28	R$ 2.156.968,50	R$ 4.471.154,05
2028	R$ 3.509.048,61	R$ 2.351.955,83	R$ 4.666.141,38
2029	R$ 3.704.035,93	R$ 2.546.943,16	R$ 4.861.128,71
2030	R$ 3.899.023,26	R$ 2.741.930,49	R$ 5.056.116,04
2031	R$ 4.094.010,59	R$ 2.936.917,82	R$ 5.251.103,37
2032	R$ 4.288.997,92	R$ 3.131.905,15	R$ 5.446.090,69
2033	R$ 4.483.985,25	R$ 3.326.892,48	R$ 5.641.078,02
2034	R$ 4.678.972,58	R$ 3.521.879,81	R$ 5.836.065,35
2035	R$ 4.873.959,91	R$ 3.716.867,14	R$ 6.031.052,68

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Estimação Considerando RCA, Doutor Ulysses.

```
Modelo 1: MQO, usando as observações 1-13
Variável dependente: CapacidadedeInvestimentoR

              coeficiente        erro padrão     razão-t   p-valor
  ------------------------------------------------------------------
  const          -4,40248e+08       1,62022e+08   -2,717    0,0200  **
  Ano        218888             80248,5            2,728    0,0197  **

Média var. dependente    1687240   D.P. var. dependente     1342030
Soma resíd. quadrados   1,29e+13   E.P. da regressão         1082612
R-quadrado              0,403469   R-quadrado ajustado      0,349239
F(1, 11)                7,439952   P-valor(F)               0,019662
Log da verossimilhança -197,9939   Critério de Akaike       399,9878
Critério de Schwarz     401,1177   Critério Hannan-Quinn    399,7555
```

Estimação Considerando RCA sem *Outlier, Doutor Ulysses.*

```
Modelo 1: MQO, usando as observações 1-12
Variável dependente: CapacidadedeInvestimentoR

              coeficiente        erro padrão     razão-t   p-valor
  ------------------------------------------------------------------
  const          -3,91925e+08       1,79925e+08   -2,178    0,0544  *
  Ano        194987             89097,5            2,188    0,0535  *

Média var. dependente    1835407   D.P. var. dependente     1285860
Soma resíd. quadrados   1,23e+13   E.P. da regressão         1108956
R-quadrado              0,323840   R-quadrado ajustado      0,256225
F(1, 10)                4,789409   P-valor(F)               0,053474
Log da verossimilhança -182,9605   Critério de Akaike       369,9210
Critério de Schwarz     370,8908   Critério Hannan-Quinn    369,5619
```

Com a revisão metodológica da estimativa, especialmente após a exclusão do ano atípico de 2014, a projeção acumulada da Capacidade de Investimento para o período subsequente de dez anos foi reduzida de R$ 52.735.144,91 para ***R$ 39.965.169,28***. Essa diferença evidencia a sensibilidade

do modelo às oscilações da série histórica e reforça a necessidade de interpretar as projeções com cautela, considerando o comportamento estrutural das finanças municipais.

Para complementar a análise da sustentabilidade fiscal, incorpora-se o indicador de Poupança Corrente, conforme metodologia adotada pela Secretaria da Fazenda do Paraná (2025). Esse indicador é calculado a partir da proporção entre as Despesas Correntes e as Receitas Correntes Ajustadas, considerando a média ponderada dos três últimos exercícios. Seu objetivo é verificar se o ente federativo gera resultado suficiente para sustentar a expansão dos gastos sem comprometer o equilíbrio fiscal.

A utilização da média ponderada trienal busca mitigar oscilações conjunturais e evidenciar o comportamento estrutural das finanças públicas ao longo do tempo, permitindo avaliação mais consistente da eficiência na gestão das receitas e despesas correntes. Um desempenho favorável nesse indicador contribui para maior flexibilidade orçamentária, ampliação da capacidade de investimento e redução do risco de endividamento excessivo.

A classificação do indicador é estabelecida de forma decrescente em três faixas:

- Nota “A” para resultados inferiores a 85%;
- Nota “B” para resultados entre 85% e 95%;
- Nota “C” para resultados iguais ou superiores a 95%.

Valores mais baixos indicam maior capacidade de geração de poupança corrente e, portanto, maior margem para investimentos sem comprometimento do equilíbrio fiscal. Os resultados apurados para o município de Doutor Ulysses encontram-se sistematizados na Tabela abaixo, permitindo avaliar a consistência fiscal do ente à luz das exigências de responsabilidade orçamentária.

Tabela 10. Poupança Corrente, Doutor Ulysses.

Anos	*RCA*	*Despesa corrente*	*Indicador*
2023	R$ 30.918.541,60	R$ 29.209.588,95	5,53%
2024	R$ 35.069.391,31	R$ 34.247.091,66	2,34%
2025	R$ 39.192.879,43	R$ 34.564.346,38	11,81%

Organização: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, UEPG, 2026.

Por se tratar de média ponderada, a Nota Técnica da Secretaria da Fazenda do Paraná estabelece pesos diferenciados para os três exercícios anteriores ao ano de referência: 0,5 para o exercício mais recente, 0,3 para o segundo ano anterior e 0,2 para o terceiro. Essa ponderação busca atribuir maior relevância ao desempenho fiscal mais recente, sem desconsiderar a trajetória anterior.

Tomando como referência o ano de 2026, a média ponderada da Poupança Corrente apurada para o município foi de aproximadamente 7,71%, enquadrando-se na classificação parcial "A", conforme os critérios estabelecidos. Esse resultado indica situação fiscal estruturalmente equilibrada no que se refere à relação entre receitas correntes ajustadas e despesas correntes.

Importa destacar que a Poupança Corrente e a Capacidade de Investimento são indicadores complementares. Enquanto a Poupança Corrente avalia o equilíbrio estrutural das contas municipais, ou seja, a capacidade de geração de resultado corrente, a Capacidade de Investimento expressa o potencial de aplicação de recursos em despesas de capital e expansão da infraestrutura. A relação entre ambos é direta: *na ausência de poupança corrente suficiente, o município tende a depender de endividamento ou da redução de investimentos para manter o equilíbrio fiscal*.

Considerando os resultados obtidos, o município de Doutor Ulysses apresenta Poupança Corrente em patamar considerado saudável, o que sustenta, do ponto de vista estrutural, a estimativa de Capacidade de Investimento Acumulada para o período projetado. Nesse contexto, a projeção indica valor médio acumulado de **R$ 39.965.169,28** quando considerada a *Receita Corrente Ajustada (RCA)*, e de **R$ 52.735.144,91** quando utilizada como referência a *Receita Corrente Líquida (RCL)*.

A Capacidade de Investimento Acumulada projetada para o horizonte de dez anos constitui o principal parâmetro financeiro para a elaboração do Plano de Ação e Investimentos (PAI) do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Trata-se da estimativa do montante efetivamente disponível para aplicação em infraestrutura, equipamentos públicos e ações estruturantes, considerando os limites fiscais e a sustentabilidade orçamentária do município. Dessa forma, o PAI será estruturado com base nessa capacidade projetada, assegurando compatibilidade entre as diretrizes estratégicas do Plano Diretor e a viabilidade financeira de sua implementação ao longo do período de vigência.

14. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA BÁSICA DE DOUTOR ULYSSES

14.1. Diagnóstico do cenário

A análise da legislação urbanística de Doutor Ulysses evidencia a formação, ao longo do tempo, de um conjunto normativo voltado à delimitação da área urbana, ordenamento do uso e ocupação do solo, parcelamento urbano, aplicação de instrumentos da política urbana e tratamento de áreas destinadas à habitação de interesse social. O exame dos documentos disponibilizados demonstra, contudo, que esse conjunto não corresponde a um único momento legislativo, mas resulta de sucessivas normas produzidas em diferentes períodos, com alterações, complementações e documentos cuja identificação formal apresenta inconsistências.

Todo o conjunto legislativo corresponde à Lei nº 20/1993, referente à criação da área urbana da sede, à Lei nº 022/2014, relativa às Zonas Especiais de Interesse Social, à norma identificada no documento como Lei Municipal nº 25/2007, referente ao direito de preempção, à norma identificada como Lei Municipal nº 26/2007, sobre o perímetro urbano, à Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, cuja versão disponibilizada pela base Leis Municipais está identificada como Lei nº 27, de 06 de abril de 2016, à Lei nº 30, de 06 de abril de 2016, relativa ao parcelamento do solo, e à Lei nº 011/2019, que revoga a Lei nº 007/2019.

Um primeiro resultado do diagnóstico é, portanto, a necessidade de diferenciar vigência normativa, conteúdo urbanístico e qualidade documental. Em alguns casos, os documentos apresentam numeração que remete a 2007, mas registram em sua parte final a data de 06 de abril de 2016. Esse fato ocorre expressamente nas cópias fornecidas das normas sobre direito de preempção e perímetro urbano. Já a Lei de Zoneamento aparece em alguns arquivos como “27/2007”, enquanto a versão consolidada da base Leis Municipais a identifica como Lei nº 27, de 06 de abril de 2016.

Quadro 4. Quadro síntese do conjunto documental analisado

Norma/documento	Conteúdo urbanístico principal	Avaliação diagnóstica
Lei nº 20/1993	Criação da área urbana da sede	Marco inicial de delimitação urbana; base cartográfica e técnica hoje superada por referências posteriores
Lei nº 022/2014	Zonas Especiais de Interesse Social	Instrumento relativamente detalhado para regularização, urbanização e produção habitacional
Documento identificado	Direito de preempção	Possui procedimento operacional, mas apresenta

Norma/documento	Conteúdo urbanístico principal	Avaliação diagnóstica
como Lei nº 25/2007		problemas documentais e depende de mapa anexo
Documento identificado como Lei nº 26/2007	Perímetro urbano	Poligonal detalhada por coordenadas e elementos físicos; inconsistência entre ementa e conteúdo
Lei nº 27/2016	Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo	Norma central de ordenamento territorial, abrangendo território urbano e rural
Lei nº 30/2016	Parcelamento do solo urbano	Norma extensa e procedimental, com forte detalhamento de aprovação, infraestrutura e fiscalização
Lei nº 011/2019	Revogação da Lei nº 007/2019	Não constitui Plano Diretor; sua relação urbanística depende do conteúdo da lei revogada

14.2. Evolução da delimitação urbana

A Lei nº 20/1993 constitui o primeiro documento disponibilizado que formaliza a área urbana da sede de Doutor Ulysses. Seu art. 1º define uma poligonal mediante estacas, azimutes, distâncias e confrontações com propriedades existentes à época. A planta anexa integra expressamente a norma e encontra-se reproduzida no próprio documento.

Do ponto de vista da técnica territorial, trata-se de uma forma de delimitação fortemente vinculada às referências fundiárias então existentes. A utilização de confrontantes particulares, associada a azimutes e distâncias, permitia materializar o limite, mas dificulta sua utilização contemporânea quando comparada a sistemas de referência geodésica e bases territoriais digitais.

A norma posterior referente ao perímetro urbano apresenta uma mudança metodológica significativa. Sua poligonal é descrita a partir de coordenadas UTM, associadas à Rodovia PR-092, cursos d'água, curvas de nível e vias urbanas ou rurais. Há, portanto, maior possibilidade de reconstrução geográfica do limite a partir do memorial descritivo.

Entretanto, dois problemas merecem destaque. O primeiro refere-se à própria identificação normativa: o cabeçalho registra “Lei Municipal nº 26/2007”, enquanto o encerramento do documento apresenta a data de 06 de abril de 2016. O segundo encontra-se na relação entre a ementa e o conteúdo. A ementa informa que a lei estabelece os perímetros urbanos “da sede e dos distritos”, mas os artigos disponibilizados descrevem somente o perímetro urbano da cidade de Doutor Ulysses. Não foram identificadas, no PDF analisado, poligonais específicas de distritos.

Também merece atenção o art. 3º, que declara integrar a lei o Anexo I – Mapa do Perímetro, embora esse mapa não esteja incorporado de forma visível no PDF original. Para a revisão atual, a

compatibilidade entre memorial descritivo, cartografia oficial e ocupação existente deverá ser conferida por meio de geoprocessamento.

Em termos diagnósticos, verifica-se que a legislação evoluiu de uma delimitação baseada predominantemente em confrontações fundiárias para outra apoiada em coordenadas e elementos físico-territoriais. Entretanto, a documentação analisada indica necessidade de reconstrução e validação da cadeia normativa que efetivamente define o perímetro urbano vigente.

14.3. Zonas Especiais de Interesse Social

A Lei nº 022/2014 apresenta uma regulamentação específica para as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. A norma define essas zonas como porções do território destinadas à inclusão socioespacial de segmentos socialmente vulneráveis, à ampliação do acesso ao solo urbanizado e à moradia e à regulação do uso e ocupação em favor do interesse coletivo.

A legislação prevê utilização das ZEIS tanto em áreas públicas quanto privadas, incluindo áreas ocupadas irregular ou clandestinamente e terrenos vazios destinados à produção de novas unidades habitacionais. A norma, portanto, contempla simultaneamente regularização de ocupações existentes e produção de habitação de interesse social.

Um aspecto positivo é a preocupação com a prevenção de riscos. O art. 5º veda parcelamento em terrenos sujeitos a inundação, áreas aterradas com materiais nocivos, terrenos inadequados fisicamente à construção ou áreas cuja degradação ambiental inviabilize condições sanitárias adequadas, salvo as hipóteses passíveis de saneamento previstas na própria norma.

A implantação de uma ZEIS não ocorre automaticamente. A lei exige a elaboração de Plano de Urbanização Específica, cuja aprovação depende do órgão municipal de urbanismo e do Conselho de Desenvolvimento Municipal. Esse plano deve contemplar delimitação da área, levantamento topográfico, cadastro socioeconômico, intervenções físico-ambientais, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos, iluminação pública, circulação, tratamento das situações de risco, áreas verdes, equipamentos sociais, parâmetros urbanísticos, instrumentos jurídicos de regularização fundiária, planta de parcelamento, ação social, avaliação ambiental, fontes de recursos e condições de segurança das edificações.

A lei também incorpora mecanismos participativos: moradores e proprietários devem ser notificados para constituição da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização e o Poder Executivo deve realizar audiência pública durante a elaboração do plano específico.

Do ponto de vista técnico, trata-se de uma das normas mais estruturadas do conjunto analisado. Sua fragilidade principal não está na ausência de procedimentos, mas na elevada dependência de capacidade administrativa, levantamento cadastral, projetos técnicos e funcionamento efetivo do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Para a revisão do Plano Diretor, a ZEIS deve ser novamente examinada de maneira territorial. A existência da lei regulamentadora não substitui a necessidade de identificar cartograficamente onde o instrumento é aplicável, quais áreas demandam regularização ou produção habitacional e quais condições físico-ambientais impedem ou condicionam sua utilização.

14.4. Direito de preempção

A norma referente ao direito de preempção institui a preferência do Município na aquisição de imóveis urbanos objeto de alienação onerosa entre particulares. O próprio texto relaciona sua regulamentação aos arts. 25, 26 e 27 da Lei Federal nº 10.257/2001.

As finalidades previstas incluem regularização fundiária, programas habitacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos públicos, criação de áreas verdes e espaços de lazer, proteção ambiental e preservação de áreas históricas, culturais ou paisagísticas. O instrumento apresenta, portanto, amplitude suficiente para ser utilizado em diversas estratégias territoriais.

A norma estabelece procedimento relativamente detalhado. O proprietário deve comunicar a intenção de alienar, o Município dispõe de prazo para manifestar interesse, deve ser realizada avaliação do imóvel, a proposta é submetida à publicidade, e o texto prevê possibilidade de objeção por cidadão domiciliado eleitoralmente no município, hipótese em que o Conselho de Desenvolvimento Municipal é convocado para decisão.

O principal problema operacional identificado é a dependência de uma área previamente delimitada em mapa anexo. O art. 2º informa que estarão sujeitos à preempção os imóveis localizados na área demarcada no mapa integrante da lei. Entretanto, esse mapa não consta das duas páginas do PDF original. Sem a identificação espacial da área de incidência, não é possível avaliar, a partir do documento analisado, a abrangência territorial real do instrumento.

Há ainda problemas de técnica legislativa. O art. 4º remete ao período de vigência “consignado no Art. 4º”, embora seja o próprio dispositivo. Outras remissões internas também

apresentam redação pouco precisa. Tais inconsistências não devem ser tratadas apenas como falhas formais, pois instrumentos que interferem diretamente na circulação imobiliária exigem procedimentos claros e espacialização inequívoca.

Para o novo Plano Diretor, a manutenção do direito de preempção deverá estar vinculada a objetivos territoriais concretos e áreas efetivamente identificadas, evitando que o instrumento permaneça apenas formalmente previsto.

14.5. Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

A Lei nº 27, de 06 de abril de 2016, constitui a norma mais abrangente entre os documentos analisados. Seus objetivos incluem disciplinar usos e formas de ocupação, articular zoneamento e hierarquia viária, controlar o crescimento urbano, proteger fundos de vale e mananciais, orientar novos parcelamentos, organizar atividades industriais e de serviços, ordenar o uso rural e proteger o patrimônio ambiental e cultural.

Um aspecto relevante é a abrangência territorial da lei. O território é dividido em Macrozona Urbana e Macrozona Rural, superando uma abordagem exclusivamente urbana. A aplicação das regras alcança edificações, empreendimentos, parcelamentos, serviços públicos e privados e influencia diretamente a emissão de alvarás de construção, conclusão de obras e localização e funcionamento de atividades econômicas.

A lei estabelece conceitos de Coeficiente de Aproveitamento Básico e Máximo, Taxa de Ocupação, Taxa de Permeabilidade, recuos, afastamentos, altura e número de pavimentos. Também classifica usos como habitacionais, institucionais, religiosos, comerciais e de serviços, industriais, agropecuários e extrativistas, distinguindo atividades por porte e por natureza, inclusive entre adequadas, incômodas e perigosas.

As atividades são classificadas como permitidas, permissíveis ou proibidas. As atividades permissíveis dependem obrigatoriamente de análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal, que pode impor parâmetros mais restritivos e medidas mitigadoras. As atividades não previstas na legislação igualmente dependem da manifestação desse colegiado.

Essa característica confere flexibilidade à norma, mas cria simultaneamente forte dependência institucional. Quando grande número de decisões urbanísticas depende de análise discricionária de um conselho, a efetividade do zoneamento passa a depender da existência regular

desse órgão, da disponibilidade de critérios técnicos, de procedimentos documentados e da continuidade administrativa.

Zoneamento urbano

A Macrozona Urbana é subdividida em Zona Central, Zona Residencial 1, Zona Residencial 2, Zona Especial de Interesse Social, Zona de Serviços, Áreas Verdes, três Áreas de Expansão e Setor Arterial.

A Zona Central corresponde à área mais consolidada, caracterizada pela presença de infraestrutura, equipamentos e concentração de atividades. A Zona Residencial 1 é destinada prioritariamente à ocupação habitacional em áreas que apresentam infraestrutura e menor fragilidade ambiental, incluindo vazios urbanos que a própria legislação pretende priorizar. A Zona Residencial 2 corresponde a áreas de maior fragilidade ambiental, infraestrutura insuficiente e baixa densidade, devendo receber ocupação mais restritiva.

A Zona de Serviços é relacionada à PR-092 e às atividades comerciais e de serviços com funções rodoviárias. O Setor Arterial estabelece tratamento diferenciado para lotes voltados às vias classificadas como arteriais. A norma condiciona construções superiores a dois pavimentos nesses setores à implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto, demonstrando tentativa de vincular potencial construtivo à disponibilidade de infraestrutura.

Um dos mecanismos mais relevantes encontra-se nas Áreas de Expansão Urbana. A lei divide a expansão em três etapas e determina que a Área de Expansão 1 somente comece a ser ocupada quando a ocupação da área edificável das zonas residenciais atingir 80%; a Área de Expansão 2 depende de 80% de ocupação da Área de Expansão 1; e a Área de Expansão 3 depende de 80% de ocupação da Área de Expansão 2.

Esse dispositivo revela uma concepção de expansão sequencial, voltada a evitar ocupação dispersa e abertura prematura de novas frentes de urbanização. Para sua efetiva aplicação, entretanto, é indispensável que o Município possua base cartográfica atualizada e capacidade de medir periodicamente a ocupação da área edificável de cada zona.

Zoneamento rural

A Macrozona Rural é subdividida em Zona de Mineração, Área Especial de Interesse Turístico, Zona de Proteção às Cavernas e Zona Agrossilvopastoril. A Zona de Proteção às Cavernas adota raio de 300 metros em torno das cavernas mapeadas. A Zona Agrossilvopastoril é destinada prioritariamente às atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Os anexos apresentam ainda parâmetros rurais. Para a Zona Agrossilvopastoril, por exemplo, é indicado módulo mínimo de 3 hectares. Na Área Especial de Interesse Turístico, o quadro reproduzido estabelece módulo mínimo de 3 hectares e máximo de 15 hectares, além de classificação específica dos usos permitidos, permissíveis e proibidos.

A presença de zoneamento rural constitui ponto positivo, sobretudo porque permite relacionar planejamento territorial, produção, mineração, turismo e conservação. Entretanto, os critérios utilizados devem ser confrontados com a configuração territorial atual e com os levantamentos ambientais produzidos durante a revisão.

Instrumentos construtivos e capacidade de suporte

Os arts. 15 a 17 introduzem uma lógica de controle do potencial construtivo adicional. A legislação prevê definição de estoque para utilização de Outorga Onerosa do Direito de Construir e Transferência do Potencial Construtivo, monitoramento permanente dos impactos sobre infraestrutura e meio ambiente e possibilidade de suspensão desses instrumentos caso a tendência de ocupação leve determinada área à saturação.

Trata-se de mecanismo tecnicamente sofisticado, porém intensivo em informação. Sua implementação pressupõe acompanhamento da capacidade viária, infraestrutura disponível, ocupação, densidades e tendências imobiliárias. Sem um sistema permanente de informações territoriais, o dispositivo tende a permanecer de difícil operacionalização.

Questões de coerência interna

A Lei de Zoneamento possui boa amplitude temática, mas também apresenta dispositivos que merecem revisão. O art. 39 determina genericamente que “atividades potencialmente

poluidoras” não poderão se instalar no Município. Simultaneamente, a própria lei estabelece uma Zona de Mineração e categorias de usos industriais e extrativistas. Essa construção pode gerar dúvida interpretativa quanto ao alcance da proibição e indica necessidade de maior precisão na classificação das atividades e nos critérios de licenciamento.

A lei também remete diversos elementos essenciais a anexos: representação gráfica de parâmetros construtivos, classificação dos usos, tabelas de parâmetros, memoriais descritivos e mapas de macrozoneamento, zoneamento urbano e zoneamento rural. Os documentos disponibilizados permitem acessar parte dos quadros e memoriais, mas os mapas anexos não estão integralmente incorporados como cartografia legível na versão examinada.

14.6. Parcelamento do solo urbano

A Lei nº 30/2016 é uma norma extensa e procedimental. Ela disciplina loteamentos, desmembramentos, remembramentos, condomínios horizontais e outras formas de organização imobiliária, declarando como fundamentos as Leis Federais nº 6.766/1979 e nº 9.785/1999.

A legislação estrutura o processo de aprovação em diversas etapas: Consulta de Viabilidade Técnica, Guia de Parâmetros, apresentação de documentação, definição de diretrizes, anuências de outros órgãos e emissão de Alvará de Licença. A Guia de Parâmetros deve informar zoneamento, uso do solo, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos, número de pavimentos, largura das vias, áreas de preservação, infraestrutura exigida e sistema viário previsto. A própria lei fixa prazo de dez dias para sua expedição e validade de seis meses.

A consulta de viabilidade não se limita à conformidade formal. O Município deve considerar riscos ambientais e à segurança, impactos sobre a infraestrutura existente e eventual necessidade de investimentos públicos. A norma chega a estabelecer referência de 30% dos investimentos do empreendimento para avaliar o peso dos investimentos públicos adicionais demandados.

Esse desenho demonstra preocupação com a capacidade de suporte municipal, mas também exige procedimentos técnicos e estimativas financeiras que precisam estar claramente padronizados para evitar decisões divergentes entre processos semelhantes.

O projeto de loteamento deve apresentar planta geral, sistema viário, drenagem, redes de água e saneamento, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, arborização, proteção de áreas verdes e demais projetos de infraestrutura. A legislação também estabelece garantias para a execução das obras e condiciona sua liberação à conclusão e aceitação pelo Município.

Áreas públicas

A norma determina a transferência ao Município de áreas destinadas a utilidade pública, saneamento, lazer e equipamentos comunitários. O texto estabelece referência de 10% da área líquida para lazer e equipamentos, subdividida em 7% para espaços livres de uso público e 3% para equipamentos comunitários ou institucionais. Para loteamentos industriais, estabelece percentuais próprios. Há, entretanto, redação que merece aprimoramento, pois o dispositivo utiliza simultaneamente referências à “área líquida do terreno” e à “gleba” na definição desses percentuais.

A lei ainda procura assegurar qualidade das áreas públicas, determinando que parte delas seja concentrada em terreno único, com restrições de declividade, e desconsiderando áreas inadequadas, canteiros estreitos e determinados elementos viários para efeito do cômputo das áreas de lazer ou institucionais.

Sistema viário, drenagem e infraestrutura

A norma limita dimensões de quadras, estabelece condicionantes para áreas com declividade acentuada, exige que a drenagem não seja encaminhada através de propriedades privadas e relaciona o desenho dos novos loteamentos à hierarquia definida pela Lei do Sistema Viário.

Entre as responsabilidades do loteador estão demarcação dos lotes, terraplenagem, abertura das vias, drenagem superficial e profunda, abastecimento de água, saneamento, energia e iluminação, pavimentação, passeios, arborização e ajardinamento das áreas públicas.

Para programas habitacionais de interesse social promovidos ou apoiados pelo Poder Público, a legislação admite padrão específico de infraestrutura inicial e estabelece lote mínimo de 125 m², testada mínima de 5 m e declividade máxima de 30%, prevendo complementação de determinados serviços posteriormente.

A movimentação de terra também recebe tratamento específico: taludes devem observar limites de altura e inclinação, e movimentações superiores a 1.000 m³ são submetidas ao licenciamento ambiental previsto no próprio texto.

Condomínios horizontais

A Lei nº 30/2016 disciplina de maneira detalhada os condomínios horizontais. Determina que não interrompam a continuidade do sistema viário, exige áreas internas de lazer, estacionamento, circulação, redes de abastecimento, energia, iluminação, drenagem e tratamento de esgoto, além de estabelecer largura mínima para determinadas vias internas.

A área máxima indicada para condomínio horizontal é de 20.000 m². A lei também procura preservar o acesso público às margens de rios e canais e estabelece condições para doação de áreas ao Município. As frações ideais não podem ser desmembradas e o fechamento de vias públicas é expressamente vedado.

Residências em série

A norma regulamenta ainda residências em série paralelas ao alinhamento predial. Para conjuntos acima de cinco unidades, exige área de recreação, com quota mínima vinculada ao número de unidades, e estabelece lote mínimo resultante de 200 m².

Em termos gerais, a Lei de Parcelamento apresenta grau elevado de detalhamento técnico. Sua principal questão para a revisão não é a ausência de regras, mas a necessidade de verificar quais procedimentos continuam adequados, quais referências institucionais permanecem atuais e quais exigências podem ser simplificadas sem reduzir o controle urbanístico e ambiental.

14.7. Lei nº 011/2019

O documento denominado no arquivo como “Plano diretor” não contém revisão ou instituição de Plano Diretor. A Lei nº 011/2019 possui apenas três artigos e determina a revogação integral da Lei nº 007/2019, de 27 de março de 2019. Como o conteúdo da Lei nº 007/2019 não integra os documentos analisados, não é possível concluir, somente com essa documentação, qual foi a consequência urbanística da revogação.

14.8. Fundamentação e marco legal

O conjunto normativo analisado evidencia a vinculação da legislação municipal a dois marcos federais principais. A norma sobre direito de preempção remete expressamente à Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, enquanto a legislação de parcelamento do solo declara fundamento na Lei Federal nº 6.766/1979 e na Lei nº 9.785/1999.

A estrutura municipal também incorporou instrumentos próprios da política urbana, como direito de preempção, Zona Especial de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito de Construir e Transferência do Potencial Construtivo. No plano formal, portanto, verifica-se tentativa de construir um sistema relativamente abrangente de ordenamento territorial.

O principal desafio identificado está na passagem da previsão normativa para a aplicação territorial e administrativa. Boa parte dos instrumentos depende de mapas, cadastros, índices de ocupação, avaliações imobiliárias, análise de capacidade de infraestrutura, fiscalização e decisões do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

14.9. Síntese diagnóstica

A leitura integrada permite concluir que Doutor Ulysses possui uma legislação urbanística que, em vários aspectos, apresenta grau de detalhamento superior ao de uma simples regulação básica de uso do solo. Há mecanismos de ordenamento da expansão, parâmetros urbanos e rurais, instrumentos fundiários, proteção ambiental, procedimentos de parcelamento e mecanismos de participação.

A principal fragilidade não é, portanto, uma ausência de normas, mas a existência de um sistema que apresenta simultaneamente fragmentação temporal, inconsistências documentais, forte dependência de anexos cartográficos e elevada exigência de capacidade institucional para sua operação.

Também se observa elevada interdependência entre os instrumentos. A aplicação das ZEIS depende do Conselho de Desenvolvimento Municipal e de Planos de Urbanização, o direito de preempção depende de mapa específico e de procedimentos administrativos, atividades permissíveis no zoneamento dependem de manifestação do Conselho, a expansão urbana exige monitoramento

quantitativo da ocupação, e a aplicação de potencial construtivo adicional exige acompanhamento permanente da infraestrutura.

Assim, a revisão atual do Plano Diretor não deve limitar-se à atualização pontual dos textos legislativos. O diagnóstico indica a necessidade de reconstruir a coerência sistêmica entre Plano Diretor, perímetro urbano, macrozoneamento, zoneamento, parcelamento do solo, instrumentos urbanísticos, cartografia oficial e procedimentos administrativos.

15. ANÁLISE TEMÁTICA DAS PROBLEMÁTICAS VINCULADAS AS UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO

15.1. Procedimentos de análise

A territorialização das problemáticas identificadas durante as Leituras Comunitárias constitui uma das etapas centrais da Análise Temática Integrada da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Sua finalidade é compreender não apenas quais problemas foram apontados pela população, mas onde esses problemas se manifestam, quais relações estabelecem entre si e em que medida apresentam caráter local, regional ou municipal.

Para essa finalidade, foram utilizadas as Unidades Espaciais de Gestão – UEGs como referência territorial para a organização das informações. Conforme apresentado e discutido na 2ª Audiência Pública, as UEGs foram estruturadas considerando a organização físico-territorial do município, especialmente sua relação com as bacias hidrográficas. Essa opção metodológica permite analisar conjuntamente comunidades inseridas em uma mesma estrutura territorial, sem pressupor, entretanto, que os limites das UEGs correspondam integralmente às relações sociais, culturais ou identitárias existentes entre as localidades.

Esse aspecto tornou-se particularmente evidente durante a audiência na discussão sobre a Comunidade dos Limas, inserida na UEG 3.01. Representantes das comunidades quilombolas destacaram sua relação de proximidade com o Quilombo Gramadinho, enquanto a equipe técnica esclareceu que sua inserção territorial considerou a divisão das bacias hidrográficas. O episódio demonstra a importância de articular duas dimensões distintas e complementares: a territorialização técnica, utilizada para fins de planejamento, e as relações sociais, culturais e comunitárias, que não necessariamente obedecem aos mesmos limites espaciais.

Todo o processo de escuta popular produziu um volume de manifestações que totalizam 945 registros válidos de problemáticas, distribuídos por 12 UEGs e 20 referências espaciais de leitura. É importante ressaltar que esse número corresponde a registros de demandas e manifestações, e não ao número de participantes. Uma mesma pessoa ou grupo pode ter apresentado mais de uma problemática.

Também se observa participação expressiva das mulheres na produção das informações: 542 registros foram classificados como de origem feminina, correspondendo a 57,4% do total, 364 registros foram classificados como de origem masculina (38,5%), e 39 foram registrados como manifestações gerais (4,1%). Essa característica reforça a pertinência da alteração aprovada na 2ª Audiência Pública para explicitar a participação plena das mulheres nos processos de liderança e tomada de decisão.

Para esta análise, as manifestações foram interpretadas a partir de seu conteúdo e relacionadas aos 12 Eixos Temáticos formalmente aprovados na 2ª Audiência Pública: Estrutura Organizacional; Segurança; Meio Ambiente; Financiamento do Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Econômico; Saneamento Ambiental; Mobilidade e Transporte; Equipamentos Públicos; Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Democrática e Participação Popular; Habitação; e Turismo.

Como várias manifestações contêm mais de uma problemática, a análise não adota uma classificação rígida e mutuamente exclusiva. Uma manifestação sobre uma estrada rural, por exemplo, pode envolver simultaneamente mobilidade, transporte escolar, acesso aos serviços de saúde e escoamento da produção. Essa interdependência é justamente um dos fundamentos da Análise Temática Integrada.

Quadro 5. Distribuição territorial dos registros analisados.

UEG	Referências espaciais registradas	Registros	% do total
UEG Sede	Sede; Cerrado	133	14,1%
UEG 1.01	Ribeirão Claro; Cordeiros; Pina	131	13,9%
UEG 1.02	Ribeirão da Lagoa	22	2,3%
UEG 1.03	Sete Quedas Schefer	53	5,6%
UEG 2.01	Caraguatá	78	8,3%
UEG 2.02	Ribeiros 1	57	6,0%
UEG 2.03	Sete Quedas; Barra do Teixeira	85	9,0%
UEG 3.01	Varzeão; Gramadinho; Limas	213	22,5%
UEG 3.02	Figueira; Feital	113	12,0%
UEG 3.03	Ribeirão das Flores	39	4,1%

UEG	Referências espaciais registradas	Registros	% do total
UEG 4.01	Itapirapuã	2	0,2%
UEG 4.02	Barra do Tigre; Ribeirão do Tigre	19	2,0%
Total	**20 referências espaciais**	**945**	**100%**

A quantidade de registros não deve ser interpretada como indicador direto da gravidade dos problemas. As diferenças refletem também o número de participantes, a dinâmica de cada leitura e o nível de detalhamento das manifestações.

15.2. Síntese territorial das problemáticas

A análise conjunta das UEGs revela que as problemáticas de Doutor Ulysses apresentam forte caráter interdependente. Determinadas questões aparecem reiteradamente em grande parte do território, enquanto outras se concentram em comunidades ou conjuntos específicos de localidades.

Três relações se destacam.

A primeira envolve mobilidade, acessibilidade e acesso aos serviços públicos. A precariedade ou insuficiência da manutenção das estradas rurais interfere no transporte escolar, no acesso à saúde, no deslocamento cotidiano, na circulação de máquinas, no acesso da população às sedes de serviços e no escoamento da produção agrícola. Assim, uma mesma deficiência territorial desencadeia impactos educacionais, sociais e econômicos.

A segunda envolve saneamento, recursos hídricos e saúde ambiental. Em diversas UEGs são mencionados abastecimento por nascentes, ausência de tratamento de água, utilização de fossas rudimentares, lançamento de esgoto, ausência ou baixa frequência da coleta de resíduos e preocupação com contaminação de rios e nascentes. Em algumas localidades essas questões aparecem associadas ao uso de agrotóxicos e às atividades de silvicultura.

A terceira relação envolve estrutura administrativa, equipamentos públicos e centralização dos serviços na sede. São recorrentes as manifestações sobre falta de médicos, medicamentos, profissionais especializados, veículos para transporte de pacientes, infraestrutura escolar e equipamentos de lazer. Parte significativa dessas demandas decorre da necessidade de deslocamento das comunidades para acessar serviços concentrados na sede municipal ou mesmo em outros municípios.

Essas três estruturas problemáticas — acessibilidade territorial, infraestrutura ambiental e acesso descentralizado aos serviços públicos — atravessam grande parte das UEGs e ajudam a compreender a organização territorial das demais demandas.

15.3. UEG Sede – Sede e Cerrado

A UEG Sede apresenta um conjunto de problemas predominantemente urbanos, embora também expresse questões relacionadas à articulação entre a cidade e as localidades rurais. Foram sistematizados 133 registros provenientes da Sede e do Cerrado.

O Saneamento Ambiental aparece de forma expressiva. São relatados problemas relacionados à rede de esgoto, funcionamento e capacidade do tratamento existente, lançamento de efluentes, abastecimento e tratamento da água, necessidade de ampliação de reservatórios e ocorrências de mau cheiro e obstrução de cursos d'água.

No Cerrado, aparecem ainda situações relacionadas à ocupação e à expansão urbana, como divergências entre áreas consideradas urbanas e rurais, ocupações sem documentação, construções avançando sobre espaços destinados às ruas e conflitos decorrentes da utilização privada do espaço urbano. Há também registro de imóveis sem escritura e de ocupações consideradas irregulares.

Esses registros conferem sustentação territorial à alteração aprovada no Eixo Habitação, que acrescentou aos objetivos a necessidade de regulamentação das áreas irregulares.

A Mobilidade e Transporte está relacionada à pavimentação urbana, condições das ruas e conexão da sede com outras localidades. O transporte coletivo é apontado como pouco frequente, especialmente nas ligações com Cerro Azul e Curitiba.

No campo do Desenvolvimento Econômico, aparecem demandas por empregos, incentivo à indústria, empreendedorismo e diversificação econômica, em contraposição à concentração das atividades em poucos segmentos produtivos.

Também são identificadas deficiências nos Equipamentos Públicos, principalmente saúde, educação e atendimento de crianças com necessidades específicas, além de questões relacionadas à acessibilidade física das unidades de atendimento.

No Cerrado, a ausência de Conselho Municipal de Segurança e a percepção de insuficiência do policiamento aparecem diretamente nas manifestações. Essas demandas convergem com os objetivos aprovados no Eixo Segurança, entre eles a implantação do Conselho Municipal de Segurança e a ampliação da iluminação pública.

15.4. UEG 1.01 – Ribeirão Claro, Cordeiros e Pina

A UEG 1.01 reúne 131 registros e apresenta uma forte articulação entre produção rural, condições ambientais e mobilidade. A manutenção das estradas aparece reiteradamente. Em Cordeiros, a circulação de caminhões vinculados à atividade madeireira é apontada como fator de degradação das vias, com efeitos sobre o deslocamento da população e o escoamento da produção de ponkan. Em Ribeirão Claro e Pina também são relatadas estradas sem manutenção, dificuldade de circulação durante os períodos de chuva e precariedade do transporte escolar. Essa realidade está diretamente relacionada aos objetivos aprovados para o Eixo Mobilidade e Transporte, especialmente a conservação de estradas e caminhos rurais.

A produção de ponkan, mel e outras atividades agropecuárias aparece como componente relevante da economia local. As manifestações indicam necessidade de assistência técnica, apoio aos pequenos produtores, maquinário, espaços de comercialização e organização de feiras. Em Ribeirão Claro foi apontada explicitamente a necessidade de incentivo à feira do produtor.

Essa problemática está diretamente vinculada à alteração aprovada no Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável, que acrescentou o incentivo ao consumo de produtos agrícolas de origem local, inclusive mediante organização de feiras do produtor rural.

No campo ambiental, aparecem referências ao uso de agrotóxicos, morte de abelhas e possíveis efeitos sobre rios, nascentes e solo. Em Cordeiros também foram relatadas preocupações com desmatamento e qualidade das águas subterrâneas.

O saneamento apresenta fragilidades relacionadas à ausência de coleta de lixo, queima ou descarte inadequado dos resíduos, utilização de fossas rudimentares e abastecimento de água sem tratamento.

Há ainda problemas importantes de saúde, como ausência de especialidades médicas, medicamentos e profissionais, bem como necessidade de deslocamento até a sede. A educação e os equipamentos de lazer também aparecem como demandas recorrentes.

A regularização fundiária é especialmente destacada em Cordeiros, onde foram registradas moradias sem escritura e dificuldades decorrentes da falta de documentação das propriedades. Essa situação relaciona diretamente a UEG aos objetivos aprovados no Eixo Habitação.

15.5. UEG 1.02 – Ribeirão da Lagoa

A UEG 1.02 possui 22 registros, razão pela qual sua leitura deve ser tratada com cautela e não diretamente comparada, em termos quantitativos, às UEGs com número muito maior de manifestações.

As problemáticas apresentam forte relação com estrutura produtiva rural, educação e mobilidade. A presença da monocultura de pinus aparece associada à concentração das atividades econômicas e à percepção de empobrecimento do solo. Também são mencionadas ausência de incentivo à agricultura e limitada capacitação técnica da população.

No campo educacional, destacam-se a ausência de escola estadual e as dificuldades de deslocamento para continuidade dos estudos ou acesso a cursos técnicos. A mobilidade é afetada pelas condições das estradas rurais e pela segurança do transporte escolar.

Embora o volume de registros seja menor, a UEG demonstra uma combinação entre dependência de poucas atividades econômicas, insuficiência de qualificação e dificuldades de acesso físico aos serviços, relacionando-se principalmente aos Eixos Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Rural Sustentável, Mobilidade e Transporte e Equipamentos Públicos.

15.6. UEG 1.03 – Sete Quedas Schefer

Os 53 registros de Sete Quedas Schefer revelam forte relação entre acessibilidade, abastecimento de água, saúde, educação e saneamento. O abastecimento ocorre predominantemente por nascentes, com demanda expressa por água tratada, análise da qualidade e proteção das fontes. Também foram relatados lançamento de esgoto em curso d'água, ausência de coleta regular de resíduos e necessidade de recolhimento específico de recicláveis e embalagens de agrotóxicos.

Na saúde são recorrentes as referências à baixa frequência de atendimento médico, falta de especialistas, farmacêutico, medicamentos e veículo adequado para pessoas idosas e com deficiência.

As estradas são descritas como estreitas e suscetíveis a dificuldades durante chuvas ou circulação de veículos pesados. A população também utiliza o transporte escolar para deslocamentos que extrapolam a finalidade educacional, evidenciando carência de transporte

coletivo. Na educação aparecem demandas por creche, manutenção de escolas rurais e melhoria do transporte escolar.

Há ainda reconhecimento do potencial turístico associado a Sete Quedas, acompanhado de demandas por preservação e fiscalização ambiental. O conjunto demonstra forte convergência entre os Eixos Saneamento Ambiental, Mobilidade e Transporte, Equipamentos Públicos, Estrutura Organizacional, Meio Ambiente e Turismo.

15.7. UEG 2.01 – Caraguatá

Em Caraguatá foram sistematizados 78 registros, com forte presença de demandas relacionadas à saúde, educação, água e acessibilidade. O funcionamento dos serviços de saúde constitui uma das principais questões. São mencionadas dificuldades para utilização da Unidade Básica de Saúde, falta de médicos e farmacêuticos, número insuficiente de fichas, ausência de medicamentos e necessidade de deslocamento para outros centros.

A leitura comunitária também registrou preocupações com a qualidade da água e a ocorrência de problemas renais entre moradores. Para fins do diagnóstico, deve-se registrar a percepção comunitária sem estabelecer relação causal entre a qualidade da água e as condições de saúde, pois essa associação exigiria investigação técnica e sanitária específica.

No campo educacional, aparecem deficiência da estrutura física escolar, ausência de creche, necessidade de maior número de profissionais, atendimento de crianças com autismo, acessibilidade e educação de jovens e adultos. Essas demandas dialogam diretamente com as alterações aprovadas no Eixo Equipamentos Públicos, especialmente a construção ou adequação de instalações para crianças e jovens com deficiência.

A mobilidade apresenta problemas de largura e manutenção das estradas e dificuldades de deslocamento para as comunidades próximas. A ausência de transporte coletivo também aparece como obstáculo ao acesso aos serviços.

No saneamento, destacam-se abastecimento de água sem tratamento, ausência de coleta de lixo e de esgotamento adequado e contaminação de cursos d'água relatada pela população.

O desenvolvimento econômico é marcado pela demanda por emprego, capacitação e geração de renda.

15.8. UEG 2.02 – Ribeiros 1

A UEG 2.02 possui 57 registros. O principal elemento integrador é a relação entre condições das estradas, acesso à escola, acesso à saúde e produção rural. Os moradores destacaram a falta de manutenção e drenagem das estradas, especialmente nos trechos mais afastados. Durante os períodos de chuva, as dificuldades de circulação afetam diretamente o acesso das crianças às escolas. A distância até os equipamentos educacionais e a necessidade de reavaliar sua localização aparecem de forma recorrente. Na saúde, são mencionadas ausência de Unidade Básica de Saúde, atendimento odontológico, médicos especialistas e transporte de pacientes.

No campo econômico, a comunidade relata emprego predominantemente intermitente, ausência de oportunidades formais e redução de atividades empresariais. Na produção rural, aparecem falta de assistência técnica, fiscalização e incentivo.

A infraestrutura apresenta ainda problemas de iluminação pública, instabilidade da energia elétrica, ausência de sinal de celular em determinados pontos e falta de transporte coletivo.

No saneamento, destacam-se consumo de água proveniente de rios e nascentes sem tratamento, ausência de rede de esgoto, fossas rudimentares e ausência de coleta regular e seletiva de resíduos.

15.9. UEG 2.03 – Barra do Teixeira e Sete Quedas

A UEG 2.03 apresenta 85 registros, com forte presença das áreas de educação, equipamentos públicos, saúde, segurança e mobilidade. Na Barra do Teixeira, a escola aparece como importante referência territorial e concentra diversas demandas: brinquedoteca, biblioteca, sala de recursos, parque, quadra coberta, equipamentos tecnológicos, professores e profissionais especializados, psicologia e atendimento de alunos com deficiência.

Essa leitura possui relação direta com os objetivos incorporados ao Eixo Equipamentos Públicos durante a 2ª Audiência. Também se destacam demandas de saúde, como medicamentos, atendimento médico, odontologia, atendimento emergencial e disponibilidade de veículos. No eixo Segurança, aparecem preocupações específicas relacionadas ao ambiente escolar, iluminação e presença policial.

A localidade apresenta ainda dificuldades de acesso, custo de deslocamento e demanda pela melhoria do asfaltamento. São apontados desemprego juvenil e concentração das oportunidades na atividade rural, além de potencial turístico associado ao Salto Grande.

Em Sete Quedas, embora o conjunto de registros seja menor, aparecem demandas semelhantes: coleta de resíduos, medicamentos, água, transporte de saúde e escolar, creche, áreas de lazer, telecomunicações, energia, estradas, segurança, geração de emprego e turismo.

15.10. UEG 3.01 – Gramadinho, Limas e Varzeão

A UEG 3.01 concentra 213 registros, constituindo a unidade com maior número de manifestações. Esse volume não deve ser interpretado isoladamente como maior nível de carência, mas demonstra elevada densidade de informações produzidas durante as Leituras Comunitárias. É também a UEG em que a dimensão dos povos e comunidades tradicionais, particularmente as comunidades quilombolas, aparece de forma mais explícita.

No Gramadinho, as demandas ultrapassam a infraestrutura material. São relatadas dificuldades de reconhecimento, representação política, participação nos Conselhos Municipais, acesso às políticas públicas e valorização da história e cultura quilombola.

Também aparecem relatos de discriminação e de insuficiente reconhecimento da contribuição histórica das comunidades para a formação territorial do município. Essas manifestações devem ser registradas como percepção expressa pela comunidade durante o processo participativo.

Essa realidade ajuda a compreender por que a 2ª Audiência Pública promoveu alterações em diversos Eixos Temáticos para inserir explicitamente a expressão “povos e comunidades tradicionais”. As mudanças atingiram objetivos relacionados à estrutura organizacional, segurança, meio ambiente, desenvolvimento econômico, infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento rural, participação popular e turismo.

A Gestão Democrática e Participação Popular adquire, portanto, caráter estruturante nesta UEG. Há demanda explícita por representação quilombola nos conselhos e por mecanismos que ampliem o acesso às informações e às decisões municipais. A própria audiência aprovou a criação de cadeiras destinadas a representantes de povos e comunidades tradicionais, grupos de identidade religiosa e associações nos Conselhos Municipais.

Ao mesmo tempo, persistem problemas materiais importantes. As estradas e pontes são descritas como precárias, dificultando transporte escolar, atendimento de saúde, circulação cotidiana e escoamento da produção. Em determinados trechos há referência até mesmo à ausência de acesso adequado às residências.

O fornecimento de energia elétrica apresenta limitações, especialmente no Gramadinho e Limas, ao passo que telecomunicações e internet também são consideradas insuficientes em parte das localidades.

Essas demandas aparecem diretamente refletidas nas alterações aprovadas no Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano, que incorporou a governança interfederativa para ampliação do fornecimento de água potável e dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais e nas áreas de povos e comunidades tradicionais.

Na saúde, destacam-se dificuldade de chegada dos veículos às comunidades, ausência de atendimento local, medicamentos e especialidades. Na educação aparecem demandas por escola ou reforço local, equipamentos digitais, atendimento de crianças com necessidades específicas e formação.

O Desenvolvimento Rural Sustentável também possui forte expressão. São mencionados agricultura familiar, extrativismo de resina, produção de mel, necessidade de técnicos, maquinário, correção e análise do solo, apoio ao escoamento e criação de canais de comercialização. No Gramadinho aparece inclusive a proposta de aquisição da produção agrícola local para utilização na alimentação escolar. No Varzeão são registrados extrativismo de resina, apicultura, necessidade de assistência técnica e proposta de feira artesanal quilombola.

As manifestações também revelam potencial turístico associado a cachoeiras, trilhas, patrimônio cultural e à própria cultura quilombola. Isso converge diretamente com a alteração aprovada no Eixo Turismo para reconhecer e promover a cultura dos povos e comunidades tradicionais.

A UEG 3.01 é, portanto, um exemplo particularmente claro da necessidade de combinar território, identidade, infraestrutura, desenvolvimento econômico e participação social em uma única leitura integrada.

15.11. UEG 3.02 – Figueira e Feital

A UEG 3.02 reúne 113 registros, todos classificados na planilha como de origem feminina. Esse dado refere-se às manifestações registradas e não permite, isoladamente, concluir sobre a composição integral da participação nas localidades, mas indica forte presença das mulheres na construção do diagnóstico desta UEG. Em Figueira e Feital, as problemáticas concentram-se em saúde, educação, mobilidade, saneamento e acesso à infraestrutura.

Há expressiva centralização dos serviços na sede. São relatados deslocamentos de madrugada para obtenção de fichas médicas, ausência de atendimento local regular, medicamentos e veículos destinados ao transporte de pacientes.

Em Figueira, aparecem escolas com necessidade de manutenção, preocupação com sua continuidade, necessidade de professores e estrutura para crianças. Também são mencionadas ausência ou precariedade de equipamentos de lazer e esporte.

As estradas têm papel decisivo na acessibilidade. Nos períodos de chuva, os deslocamentos são dificultados e, em alguns trechos, o transporte escolar não consegue acessar a comunidade.

O saneamento apresenta abastecimento por nascentes, ausência de esgotamento adequado, descarte ou queima de resíduos e contaminação de cursos d'água relatada pelos moradores.

Em Feital foi registrada a existência de uma moradia próxima a curso d'água e ocorrência de elevação significativa do nível do rio durante episódio de chuva. Essa informação deverá ser articulada à análise técnica das áreas de risco, sem que a percepção comunitária substitua a delimitação técnico-cartográfica dessas áreas.

As comunidades reconhecem ainda potencial turístico relacionado a cachoeiras e outras paisagens naturais, acompanhado de preocupações com preservação e acessibilidade.

15.12. UEG 3.03 – Ribeirão das Flores

Os 39 registros de Ribeirão das Flores apresentam uma combinação entre isolamento territorial, saúde, saneamento e mobilidade. A população utiliza predominantemente transporte próprio e realiza deslocamentos para Cerro Azul, Doutor Ulysses ou Curitiba para acessar comércio e serviços. As estradas são descritas como estreitas e precárias, interferindo tanto no deslocamento quanto no escoamento da produção.

Na saúde são relatados atendimento médico e odontológico pouco frequentes, ausência de medicamentos e necessidade de deslocamento para atendimento emergencial e serviços especializados.

O saneamento aparece como uma problemática importante: parte das moradias não possui sistema adequado de esgotamento, existem registros de lançamento direto e ausência de coleta regular de resíduos, com ocorrência de queima ou descarte alternativo.

Também aparecem demandas por espaços de lazer, academia ao ar livre, campos esportivos, equipamentos de educação infantil e cursos profissionalizantes.

15.13. UEG 4.01 – Itapirapuã

A UEG 4.01 possui apenas dois registros na base analisada, o que impede uma caracterização abrangente de suas problemáticas. As manifestações existentes referem-se à falta de médico e medicamentos e à precariedade das estradas e da manutenção do acesso.

Diante da reduzida quantidade de informações, essas questões devem ser registradas, mas não é adequado atribuir à UEG uma hierarquia temática mais ampla com base exclusivamente nesse conjunto.

15.14. UEG 4.02 – Barra do Tigre e Ribeirão do Tigre

A UEG 4.02 reúne 19 registros e apresenta demandas diversificadas. Na Barra do Tigre foram apontadas necessidades relacionadas à educação, inclusive ensino superior, agricultura, turismo, tecnologias, coleta seletiva, tratamento de esgoto, estradas, transporte, ampliação dos serviços de saúde, odontologia, áreas de lazer, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e participação popular.

No Ribeirão do Tigre aparecem falta de médico e medicamentos, insuficiência do transporte de saúde e problemas relacionados à energia elétrica. Há ainda referência à necessidade de transporte adequado às pessoas idosas e com deficiência.

Mesmo com número limitado de registros, a UEG demonstra a mesma interdependência observada em outras partes do município entre infraestrutura territorial e acesso aos serviços públicos.

15.15. Síntese diagnóstica

A análise territorial demonstra que as problemáticas de Doutor Ulysses não se distribuem de maneira uniforme, mas também não podem ser compreendidas como situações isoladas de cada comunidade. Há um conjunto de problemas estruturantes de escala municipal, que adquirem intensidade e formas distintas em cada UEG.

A precariedade das conexões territoriais constitui um dos principais elementos integradores. Estradas e pontes inadequadas ampliam as dificuldades de acesso à saúde e à educação, aumentam custos de deslocamento, comprometem o transporte escolar, reduzem a capacidade de escoamento da produção e dificultam a atuação do próprio Poder Público nas comunidades.

O saneamento representa outra problemática de abrangência municipal, caracterizada principalmente pelo abastecimento de água a partir de nascentes ou outras fontes sem tratamento, formas individuais ou precárias de esgotamento e cobertura irregular da coleta de resíduos nas localidades rurais.

A distribuição territorial dos equipamentos e serviços públicos também revela forte dependência da sede. Parte considerável das comunidades precisa percorrer longas distâncias para acessar medicamentos, atendimento médico, educação e outros serviços, situação agravada pelas condições da rede viária e pela limitada disponibilidade de transporte coletivo.

Do ponto de vista econômico, observa-se forte relação com a produção rural e extrativista, acompanhada por demandas por assistência técnica, infraestrutura, agregação de valor, qualificação, comercialização e diversificação das oportunidades de emprego e renda.

Por fim, a UEG 3.01 evidencia uma dimensão que ultrapassa a simples provisão de infraestrutura: a necessidade de reconhecer territorialmente os povos e comunidades tradicionais, garantir sua representação institucional e incorporar seus conhecimentos, cultura, formas de organização e demandas específicas à gestão municipal.

Dessa forma, a territorialização das problemáticas confirma a pertinência dos 12 Eixos Temáticos aprovados na 2ª Audiência Pública e estabelece uma relação direta entre Leitura Comunitária → Unidade Espacial de Gestão → Problemática → Eixo Temático → Objetivo de Desenvolvimento Municipal. Esse encadeamento fornece a base para que as propostas da etapa seguinte do Plano Diretor não sejam formuladas de maneira genérica, mas respondam às condições concretas identificadas nas diferentes porções do território de Doutor Ulysses.

15.16. Análise temática integrada segundo os eixos aprovados

A leitura transversal das UEGs permite relacionar diretamente as problemáticas territoriais aos 12 Eixos aprovados em 03 de agosto de 2024:

Eixo aprovado	*Síntese das problemáticas identificadas nas UEGs*
Estrutura Organizacional	Insuficiência de profissionais, especialmente na saúde; dificuldade de acesso aos serviços; ausência de respostas ou devolutivas; limitações administrativas para atender localidades distantes
Segurança	Iluminação insuficiente, ausência ou baixa frequência de policiamento, segurança escolar e inexistência do Conselho Municipal de Segurança
Meio Ambiente	Uso de agrotóxicos, preocupação com rios e nascentes, silvicultura, resíduos, proteção ambiental, áreas sujeitas a risco e conservação de atrativos naturais
Financiamento do Desenvolvimento Urbano	Energia elétrica, abastecimento de água, telecomunicações, infraestrutura urbana e rural e necessidade de articulação interfederativa
Desenvolvimento Econômico	Escassez de empregos, baixa diversificação econômica, qualificação profissional, incentivo a empresas, comércio e geração de renda
Saneamento Ambiental	Água sem tratamento, fossas rudimentares, ausência de esgoto, coleta insuficiente de resíduos, disposição inadequada e necessidade de coleta seletiva
Mobilidade e Transporte	Estradas rurais, pontes, drenagem de vias, transporte escolar, transporte de saúde, transporte coletivo e elevado custo/dificuldade de deslocamento
Equipamentos Públicos	Escolas, creches, saúde, odontologia, lazer, esporte, atendimento especializado e estruturas destinadas às pessoas com deficiência
Desenvolvimento Rural Sustentável	Assistência técnica, maquinário, produção agrícola, agricultura familiar, apicultura, comercialização, feiras e escoamento da produção
Gestão Democrática e Participação Popular	Participação nas decisões, divulgação das informações, funcionamento dos conselhos, representação das comunidades rurais e quilombolas
Habitação	Moradias sem documentação, ocupações irregulares, precariedade habitacional e necessidade de acesso às políticas de habitação
Turismo	Cachoeiras, cavernas, trilhas, patrimônio, cultura local e quilombola e necessidade de acesso e infraestrutura

16. EIXOS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES

- Estrutura Organizacional;
- Segurança;
- Meio Ambiente;
- Financiamento do Desenvolvimento Urbano;

- Desenvolvimento Econômico;
- Saneamento Ambiental;
- Mobilidade e Transporte;
- Equipamentos Públicos;
- Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Gestão Democrática e Participação Popular;
- Habitação;
- Turismo.

17. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

A sistematização das problemáticas identificadas durante as Leituras Comunitárias, associada à análise técnica do território e à sua organização por Unidades Espaciais de Gestão – UEGs, permitiu reconhecer demandas recorrentes, questões específicas de determinadas localidades e problemas de abrangência municipal. A partir dessa leitura integrada, as problemáticas foram agrupadas em eixos temáticos, estabelecendo uma relação entre as condições verificadas no território e os objetivos que deverão orientar o desenvolvimento municipal.

Os objetivos resultantes desse processo foram apresentados, discutidos e submetidos à apreciação da população durante a 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, realizada em 03 de agosto de 2024. A metodologia adotada estabeleceu que os Eixos Temáticos e seus respectivos objetivos seriam apreciados separadamente, permitindo aos participantes propor alterações, complementações e novos objetivos antes de sua aprovação.

Dessa forma, os objetivos apresentados a seguir não correspondem apenas a formulações produzidas pela equipe técnica, mas constituem o resultado da articulação entre as Leituras Comunitárias, a Análise Temática Integrada e as deliberações realizadas na Audiência Pública. Durante esse processo, foram incorporadas questões relacionadas, entre outras, à participação das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais, à ampliação da infraestrutura rural, ao acesso à água, energia e telecomunicações, à conservação das estradas e pontes, à representação social nos Conselhos Municipais, à regularização das áreas irregulares e à valorização da cultura local.

Ao final da apreciação pública, foram consolidados 12 Eixos Temáticos e 74 Objetivos para o Desenvolvimento Municipal, que passam a constituir referência para a formulação das diretrizes, ações e instrumentos das etapas subsequentes da revisão do Plano Diretor Participativo. A

organização por eixos permite manter a vinculação entre os problemas identificados nas diferentes UEGs e as respostas estratégicas que deverão ser desenvolvidas nas fases posteriores do planejamento municipal.

Estrutura Organizacional

- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres, povos e comunidades tradicionais e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
- Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água e do saneamento.
- Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa.
- Assegurar o acesso público à informação.
- Respeitar o espaço político e a liderança de cada localidade para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Segurança

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
- Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para a população geral e povos e comunidades tradicionais para o desenvolvimento sustentável.
- Realizar a governança interfederativa na ampliação da oferta de iluminação pública na Sede Municipal e em todos os aglomerados rurais e comunidades quilombolas.
- Implantar no município o Conselho Municipal de Segurança.

Meio Ambiente

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais.
- Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos.
- Melhorar a educação ambiental e climática, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

- Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas e povos e comunidades tradicionais.
- Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e seus serviços, em especial florestas.
- Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento.
- Restaurar a terra e o solo degradado e lutar para alcançar um município neutro em termos de degradação do solo.
- Assegurar a conservação dos ecossistemas, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios essenciais ao desenvolvimento sustentável.
- Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, deter a perda de biodiversidade e proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
- Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.
- Implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres.
- Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento, aos processos de desenvolvimento, às estratégias de redução da pobreza e aos sistemas de contas.
- Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros destinados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
- Mobilizar recursos significativos de todas as fontes para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
- Reduzir o impacto ambiental negativo per capita, com especial atenção à qualidade do ar e à gestão dos resíduos municipais.
- Ampliar a proteção das Áreas de Proteção Permanente, urbanas e rurais.

Financiamento do Desenvolvimento Urbano

- Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis.

- Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural.
- Reduzir significativamente o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas, incluindo os desastres relacionados à água, com foco na proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento do desenvolvimento.
- Estabelecer governança interfederativa para implantar e ampliar o fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais.
- Estabelecer governança interfederativa para implantar e ampliar o fornecimento de água potável nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais.
- Estabelecer governança interfederativa para implantar e ampliar o fornecimento dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais.

Desenvolvimento Econômico

- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, incentivando a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
- Buscar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para mulheres e homens, inclusive jovens e pessoas com deficiência, assegurando remuneração igual para trabalho de igual valor.
- Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
- Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores.
- Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos e promova a cultura e os produtos locais.
- Fortalecer a capacidade das instituições financeiras para ampliar o acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros.
- Ampliar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares,

inclusive mediante acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.

- Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, capazes de ampliar a produtividade e a produção, manter os ecossistemas e fortalecer a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres.
- Aumentar o investimento em infraestrutura rural e nas áreas de povos e comunidades tradicionais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento tecnológico e bancos de genes de plantas e animais, visando ampliar a capacidade de produção agrícola.
- Incentivar a implantação de indústrias no município.

Saneamento Ambiental

- Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.
- Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos.
- Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo a proporção de águas residuais não tratadas e ampliando a reciclagem e reutilização segura.
- Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e abastecimento de água doce para enfrentar situações de escassez.
- Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos.
- Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água.
- Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água e do saneamento.
- Ampliar a coleta de resíduos sólidos.
- Implementar a coleta seletiva de resíduos sólidos.

Mobilidade e Transporte

- Proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

- Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano.
- Ampliar a conservação de estradas e caminhos rurais.
- Ampliar a instalação de pontes no espaço rural.

Equipamentos Públicos

- Construir e melhorar as instalações físicas destinadas à educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, proporcionando ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes.
- Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo proteção do risco financeiro, acesso a serviços essenciais de qualidade e acesso a medicamentos e vacinas seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis.
- Construir instalações físicas para a educação de crianças e jovens com deficiência.
- Construir instalações físicas para saúde de atendimento psicossocial.
- Ampliar a instalação de equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer nas áreas de povos e comunidades tradicionais.

Desenvolvimento Rural Sustentável

- Aumentar o investimento em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e bancos de genes de plantas e animais, para ampliar a capacidade de produção agrícola.
- Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.
- Incentivar a ampliação do consumo de produtos agrícolas de origem local, inclusive por meio da organização de feiras do produtor rural.

Gestão Democrática e Participação Popular

- Ampliar a representatividade de setores da sociedade nos processos participativos.
- Fomentar a gestão democrática municipal.

- Ampliar o acesso às informações da gestão pública para a população em geral.
- Ampliar a articulação da gestão democrática municipal, proporcionando integração e continuidade aos processos participativos.
- Ampliar o número de Conselhos Municipais.
- Ampliar a participação popular no funcionamento dos Conselhos Municipais.
- Criar cadeiras para representantes de povos e comunidades tradicionais, grupos de identidade religiosa e associações em todos os Conselhos Municipais.

Habitação

- Garantir o acesso de todos, no espaço urbano e rural, à habitação segura, adequada e a preço acessível, bem como aos serviços básicos, promovendo a urbanização das ocupações irregulares e a regulamentação das áreas irregulares.

Turismo

- Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura local, inclusive a dos povos e comunidades tradicionais, e os produtos locais.

A consolidação dos objetivos evidencia que o desenvolvimento municipal foi concebido de forma integrada, abrangendo simultaneamente aspectos institucionais, sociais, econômicos, ambientais e territoriais. Os 74 objetivos aprovados apresentam forte correspondência com as problemáticas identificadas nas Unidades Espaciais de Gestão e demonstram especial atenção às condições das áreas rurais, às comunidades tradicionais, à ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos e ao fortalecimento da participação social.

No processo de revisão do Plano Diretor, esses objetivos constituem a ligação entre o diagnóstico produzido na 2ª Fase – Análise Temática Integrada e a formulação das diretrizes, propostas, ações e instrumentos das fases seguintes. Dessa forma, estabelecem a referência estratégica para transformar as problemáticas territorializadas nas UEGs em políticas capazes de orientar o desenvolvimento municipal de Doutor Ulysses.

18. REFERENCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO – ANM. Sistema de informações geográficas dos processos minerários. Disponível em: geo.anm.gov.br.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. Painel de infraestrutura – cobertura móvel.

AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP. Karst. Base de informações sobre o Aquífero Cárstico.

ANTUNES et al. Plano de Ação Territorial para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção Caminho das Tropas Paraná–São Paulo: Sumário Executivo. Brasília, DF: Fundo Mundial para a Natureza, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

BRASIL. Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal.

BRASIL. Lei Federal nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Cria a Agência Nacional de Mineração.

CADASTRO NACIONAL DE CAVERNAS – CNC. Cadastro de cavidades naturais subterrâneas no Estado do Paraná. Sociedade Brasileira de Espeleologia.

CETESB. Aquífero Pré-Cambriano Cristalino. Base de informações sobre águas subterrâneas.

CLIMATE-DATA.ORG. Dados climáticos de Doutor Ulysses – Paraná.

CPRM / SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Paraná.

CRUZ, Gilson Campos Ferreira da. Alguns aspectos dos Campos Gerais: clima. In: MELO, Mario Sérgio de; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo. Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 59–72.

DOUTOR ULYSSES. Prefeitura Municipal. Informações históricas e institucionais do Município de Doutor Ulysses.

EMBRAPA SOLOS. Cambissolos Háplicos. Agência de Informação Tecnológica, 2021.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF. Município de Doutor Ulysses, ano-base 2024.

GUADANHIN, S. Mobilidade cotidiana populacional entre o campo e a cidade no Município de Doutor Ulysses, Paraná. 2024. 59 p. Monografia – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

HIRUMA et al. Estudo utilizado para caracterização das cavernas metacarbonáticas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades – Doutor Ulysses.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Frota de veículos – Doutor Ulysses, 2023.

IDR-PARANÁ. Dados Meteorológicos Históricos e Atuais: Estação Cerro Azul. Código 02449013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria de reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Varzeão, publicada em novembro de 2023.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. Cartografia das bacias hidrográficas do Estado do Paraná, 2019.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. Atlas geomorfológico do Estado do Paraná.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. Relatório do Cálculo de Área do Uso e Cobertura da Terra por Municípios do Estado do Paraná.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico do Município de Doutor Ulysses.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Índice Ipardes de Desempenho Municipal – IPDM.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Os Vários Paranás: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003–2015. Curitiba: IPARDES, 2017.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Projeção populacional dos municípios paranaenses 2025–2050.

MINEROPAR. Plano Diretor de Mineração para a Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2004.

NETO, J. M. R. Faixa Itaiacoca: registro de uma colisão entre dois blocos continentais no Neoproterozoico. 1994. Tese (Doutorado em Geoquímica e Geotectônica) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Bacias Hidrográficas do Paraná: Série Histórica. 2. ed. 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Resolução SEMA nº 024/2006.

RODERJAN et al. As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná. 1993.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – SGB. Rede Hidrometeorológica Nacional.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. Informações e metodologia de análise das finanças públicas municipais.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ. Conceituação e informações relativas às receitas correntes, 2026.

DOUTOR ULYSSES. Lei Municipal nº 20/1993. Cria a área urbana da sede do Município.

DOUTOR ULYSSES. Lei Municipal nº 022/2014. Dispõe sobre as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

DOUTOR ULYSSES. Norma identificada nos documentos analisados como Lei Municipal nº 25/2007. Dispõe sobre o direito de preempção.

DOUTOR ULYSSES. Norma identificada nos documentos analisados como Lei Municipal nº 26/2007. Estabelece o perímetro urbano.

DOUTOR ULYSSES. Lei nº 27, de 6 de abril de 2016. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

DOUTOR ULYSSES. Lei nº 30, de 6 de abril de 2016. Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos.

DOUTOR ULYSSES. Lei nº 011/2019. Revoga a Lei nº 007/2019.

19. ANEXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
03/08/2024

ATA 2

Ao terceiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte quatro, às 14:00 horas, reuniram-se nas dependências do Cidadão do Futuro, Rua Pedro Gabriel de Oliveira, s/nº, as seguintes autoridades, Secretária de Administração Vani Felex, a Conselheira Municipal Cleide Mara Lúcia Carneiro, a Líder do Quilombo Gramadinho Laura Rosa de Lima, o Líder da Associação Ambiental de Reciclagem Alcides da Silva Souza, a Líder do Quilombo Três Barras Maisa Alves de Pontes Cirino, bem como o representante da UEPG e Coordenador do Convênio pela instituição Professor Dr. Marcio Jose Ornat (CREA PR - 197154D); os discentes do curso de Bacharelado em Geografia, Alex Moreira Striker (Iniciação Científica - PIBIC), Bianca Hilgemberg, Cleide Mara Lúcia Carneiro (Bolsista USF - SETI Paraná), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (Bolsista USF - SETI Paraná), Eliane Barbosa Carneiro (Iniciação Científica - PIBIC), Isabely Carvalho dos Santos, João Matheus Grochovski Seraphim (Iniciação Científica - PIBIC), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (Bolsista USF - SETI Paraná), Marcio Aurelio Valentim Machado (Bolsista USF - SETI Paraná), Vitória Santos de Souza (Iniciação Científica - PIBIC), Victória de Fátima Dimbarre Portela; a discente do Curso de Licenciatura em Geografia, Historiadora Carolina Krzyzanoski dos Santos; a Geógrafa Judite Bueno de Camargo (Bolsista USF - SETI Paraná, CREA PR - 215482/D), o Geógrafo Saras Resende Paula (Bolsista FA, CREA PR-211293/D), além dos munícipes de Doutor Ulysses, Paraná, para a **2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, Paraná (2024 – 2034)**. Dando início aos trabalhos, o Mestre de Cerimônia, Sr. Marcio Aurelio Valentim Machado, saudou os presentes, informou os objetivos e finalidades da referida Audiência Pública, e em seguida comunicou a proposta de metodologia para a estruturação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Doutor Ulysses - PR, posteriormente foi aberto para regime de votação. Com a manifestação dos munícipes, por **UNANIMIDADE**, a metodologia da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Doutor Ulysses - PR. foi **APROVADA**. Mencionou-se a equipe de trabalho da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses. Após a execução do Hino Nacional, o Sr. Marcio Aurelio Valentim Machado chamou o palestrante do evento, o Professor Dr. Marcio Jose Ornat, Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Coordenador do Convênio de Cooperação Técnica-Científica que entre si celebraram a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Doutor Ulysses, com vistas à realização da Revisão do Plano Diretor Participativo deste município. Tomando a palavra, o Professor Marcio Jose Ornat, saudou e agradeceu os presentes, na sequência proferiu a palestra intitulada 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses (2024 - 2034). Após uma breve recapitulação do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do município, o Professor Marcio Jose Ornat destacou a importância da participação popular na construção do Plano Diretor Municipal e no desenvolvimento de uma cidade menos desigual, em seguida iniciou sua apresentação acerca da Síntese da Análise Temática Integrada do Município de Doutor Ulysses - PR, onde toda cartografia e documentações produzidas no decorrer da segunda fase foram apresentadas em formato de síntese. Em um primeiro momento foi exposto a metodologia estabelecida para a confecção da análise temática das problemáticas, vinculadas as Unidades Espaciais de Gestão (UEG's), foi expresso ainda a forma que as Unidades Espaciais de Gestão

foram pensadas, enfatizando a correlação das mesmas com as bacias hidrográficas do município de Dr. Ulysses. Ao ser apresentado a divisão das UEG's, o Sr. Alcides da Silva Souza, destacou que na UEG 3.01 estaria faltando a localidade Comunidade dos Lima, os munícipes presentes pertencentes às comunidades quilombolas da região enfatizaram que a Comunidade dos Lima está inserida no Varzeão, mas que é entendida como uma Comunidade vizinha do Quilombo Gramadinho, assim o professor Marcio José Ornat explanou que a separação teria sido realizada por bacias hidrográficas. Dando sequência, Professor Marcio Jose Ornat comunicou acerca das Leituras Comunitárias, ao apresentar as localidades que foram realizadas tais Leituras, a Líder do Quilombo Gramadinho Sra. Laura Rosa de Lima questionou sobre a possibilidade da aprovação do Plano Diretor Municipal sem a participação popular, assim o professor Marcio Jose Ornat esclareceu a dúvida, salientando que isso é possível, mas que toda participação realizada até o momento e as próximas vão ser consideradas, destacando novamente a importância da participação popular em todo o processo, a Secretária de Administração Vani Felex, completou a fala afirmando que conhecimento tem poder de empoderar os munícipes. Na sequência, Professor Marcio Jose Ornat, apresentou aos munícipes que as problemáticas que foram coletadas nas Leituras Comunitárias, foram categorizadas em temas. Foi ainda explanado o Panorama Fiscal do município de Dr. Ulysses. Em seguida, Professor Marcio Jose Ornat informou sobre a estruturação e funcionamento dos Conselhos Municipais existentes. Explanou também acerca dos eixos temáticos que compõem o Plano Diretor, os quais foram gerados a partir das demandas originadas nas Leituras Comunitárias realizadas nas UEG's, dentre os eixos apresentados estão Estrutura Organizacional, Segurança, Meio ambiente, Financiamento para o Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico, Saneamento Ambiental, Mobilidade e Transporte, Equipamentos Públicos, Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Democrática e Participação Popular, Habitação, Turismo. Um munícipe questionou sobre a disposição dos eixos temáticos, se estariam em ordem de relevância, desta forma o Professor Marcio Jose Ornat sanou a dúvida e ainda evidenciou que a intensidade dos eixos estaria expresso no gráfico dos eixos temáticos de Dr. Ulysses. Professor Marcio José Ornat questionou os munícipes sobre a metodologia de votação, dando duas opções, a primeira de votar Eixos Temáticos e Objetivos juntos, e a segunda opção de votar Eixos Temáticos e Objetivos separadamente. A Líder do Quilombo Gramadinho Sra. Laura Rosa de Lima salientou que seria interessante realizar a votação juntamente, já um munícipe destacou que separadamente seria mais objetivo, assim a Líder do Quilombo Gramadinho Sra. Laura Rosa de Lima decidiu retirar sua explanação. Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação que a Metodologia de Votação Fosse Realizado Separadamente. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, que a Metodologia de Votação Fosse Realizado Separadamente, foi **APROVADA**. Na sequência foi explicado que cada um dos eixos citados possuem um conjunto de objetivos. A Estrutura Organizacional tem por objetivos: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento; Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa; Assegurar o acesso público à informação; Respeitar o espaço político e a liderança de cada localidade para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Assim o Professor Marcio Jose Ornat questionou os munícipes se haveriam alguma alteração para os objetivos do eixo em questão. Sra. Laura Rosa de Lima, destacou que o primeiro objetivo deveria ser alterado para: "Garantir a participação plena e efetiva das mulheres, povos e comunidades tradicionais e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Estrutura Organizacional. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Estrutura Organizacional, foi **APROVADA**. A seguir foi apresentado os objetivos do Eixo Temático Segurança: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares; Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável; Ampliar a oferta de iluminação

pública na Sede Municipal e em todos os aglomerados rurais; Implantar no município o Conselho Municipal de Segurança. Assim a Secretária de Administração Vani Felex comentou sobre a falta de iluminação pública nas localidades rurais do município, assim foi apresentado a possibilidade de governança interfederativa conforme positivado pelo Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015). Desta maneira, foi realizado a modificação do segundo objetivo para: "Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para a população geral e povos e comunidades tradicionais para desenvolvimento o sustentável", e do terceiro objetivo para: "Realização da governança interfederativa na ampliação da oferta de iluminação pública na Sede municipal e em todos os aglomerados rurais e comunidades quilombolas". Assim surgiu dois encaminhamentos de colocar nos objetivos a frase "povos e comunidades tradicionais e remanescentes de quilombola", ou deixar unicamente "povos e comunidades tradicionais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Alteração da Frase dos Objetivos Sobre Comunidades Tradicionais. Com a manifestação dos presentes, por **CONTRASTE** Alteração da Frase dos Objetivos Sobre Comunidades Tradicionais, foi **APROVADA**. Em seguida foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Segurança. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Segurança, foi **APROVADA**. Professor Marcio Jose Ornat apresentou na sequência os objetivos do eixo temático Meio Ambiente: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais; Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos; Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima; Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas; Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e seus serviços, em especial florestas. Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento; Restaurar a terra e o solo degradado e lutar para alcançar um município neutro em termos de degradação do solo; Assegurar a conservação dos ecossistemas, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável; Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas; Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos; Implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres; Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas; Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas; Mobilizar recursos significativos de todas as fontes para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados, promovendo o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento; Reduzir o impacto ambiental negativo per capita, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar e gestão de resíduos municipais; Ampliar a proteção das Áreas de Proteção Permanente, urbanas e rurais. Nesse momento foi indagado se haveriam alterações para os objetivos citados, assim houve a sugestão de inserir no terceiro objetivo "educação ambiental e climática"e no quarto objetivo a adição de "povos e comunidades tradicionais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Meio Ambiente. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Meio Ambiente, foi **APROVADA**. Já os objetivos do Financiamento do Desenvolvimento Urbano são: Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis; Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural; Reduzir significativamente o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno

bruto, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade; Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento de desenvolvimento; Ampliar e melhorar o fornecimento de energia elétrica no município; Ampliar e melhorar o fornecimento de água potável no município. Os munícipes sugeriram alterar o sétimo objetivo para: "Estabelecer governança interfederativa para implantar e ampliar o fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais", o oitavo objetivo para "Estabelecer governança interfederativa para implantar e ampliar o fornecimento de água potável nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais" e a adição do objetivos "Estabelecer governança interfederativa para implantar e ampliar o fornecimento os serviços de telecomunicações nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano, foi **APROVADA**. O eixo Desenvolvimento Econômico possui como objetivos: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; Buscar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor; Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação; Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores; Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais; Fortalecer a capacidade das instituições financeiras para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos; Ampliar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas e quilombolas, agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola; Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo; Aumentar o investimento em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola. Após a explanação dos objetivos, foi alterado o sétimo objetivo para "Ampliar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;", e o nono objetivo para: "Aumentar o investimento em infraestrutura rural e nas áreas de povos e comunidades tradicionais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola". Foi ainda adicionado um décimo objetivo "Incentivar a implantação de indústrias no município." Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Desenvolvimento Econômico. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Desenvolvimento Econômico, foi **APROVADA**. Os objetivos do Saneamento Ambiental por sua vez são: Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos; Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos; Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais

não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura; Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água; Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos; Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água; Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento; Ampliar a coletar de resíduos sólidos; Implementar a coleta seletiva de resíduos sólidos. Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Saneamento Ambiental. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Saneamento Ambiental, foi **APROVADA**. Mobilidade e Transporte tem como objetivos: Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos; Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano; Ampliar a conservação de estradas e caminhos rurais; Ampliar a instalação de pontes no espaço rural. Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Mobilidade e Transporte. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Mobilidade e Transporte, foi **APROVADA**. O eixo temático Equipamentos Públicos tem como objetivos: Construir e melhorar as instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos; Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos; Ampliar a instalação de equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer. Após a leitura dos objetivos foi sugerido a adição de dois novos objetivos: "Construir instalações físicas para a educação de crianças e jovens com deficiência", e "Construir instalações físicas para a saúde de atendimento psicossocial" e alteração no último objetivo para: "Ampliar a instalação de equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer nas áreas de povos e comunidades tradicionais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Equipamentos Públicos. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Equipamentos Públicos, foi **APROVADA**. Os objetivos do eixo temático Desenvolvimento Rural Sustentável são: Aumentar o investimento em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola; Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas e quilombolas, agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. Foi sugerido alteração para o segundo objetivo: "Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola", houve também a adição de um novo objetivo: "Incentivo para a ampliação do consumo de produtos agrícolas de origem local, inclusive através da organização de feiras do produtor rural". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável, foi **APROVADA**. O eixo temático Gestão Democrática e Participação Popular tem como objetivos: Ampliar a representatividade de setores da sociedade em processos participativos; Fomentar a gestão democrática municipal; Ampliar o acesso a informações da gestão pública para a população geral; Ampliar a articulação da gestão democrática municipal, proporcionando integração e a continuidade dos processos participativos; Ampliar o número de Conselhos Municipais; Ampliar a participação popular

no funcionamento dos Conselhos Municipais. Foi ainda realizada a adição de um novo objetivo: "Criação de cadeiras para representante de povos e comunidades tradicionais, de grupos de identidade religiosa e associações em todos os Conselhos Municipais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Gestão Democrática e Participação Popular. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Gestão Democrática e Participação Popular, foi **APROVADA**. Os objetivos de Habitação são: Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as ocupações irregulares. Foi sugerido alteração do objetivo para: "Garantir o acesso de todos, no espaço urbano e rural à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as ocupações irregulares e regulamentar as áreas irregulares". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Habitação. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Habitação, foi **APROVADA**. E por fim os objetivos de Turismo são: Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais. Sugeriu-se a alteração do objetivo para: "Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura local e inclusive dos povos e comunidades tradicionais e os produtos locais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação Objetivos para o Eixo Turismo. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Objetivos para o Eixo Turismo, foi **APROVADA**. Ao término das apresentações dos trabalhos, eu, Srta. Carolina Krzyzanoski dos Santos, realizo a leitura da presente ata, abrindo para questionamentos de possíveis alterações da mesma. Na sequência, em regime de votação, submeteu-se para aprovação da presente ata. Com a manifestação de 42 presentes por **UNANIMIDADE**, a ata da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Doutor Ulysses, Paraná (2024 - 2034), foi **APROVADA**. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Marcio Aurelio Valentim Machado, encerrou a Reunião às 18 horas e 05 minutos, agradecendo a presença de todos. Eu, Carolina Krzyzanoski dos Santos, lavro a presente ata que após lida e aprovada vai por todos assinada.

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), o Plano Diretor Municipal do Município de Doutor Ulysses, utilizará de fotografias e dados pessoais, apenas para fins legais e relacionados a documentação e divulgação das atividades previstas no Termo de Cooperação n. ____.

Lista de Presença – [X] Audiência Publica ( ) Leituras Comunitárias ( ) do Plano Diretor de Doutor Ulysses

Local: **Data:** **Horário:**

Nome Completo	Localidade	Contato	Sexo	Assinatura
1. Judite Bueno de Camargo	UEPG	42 999864741	F	Judite Camargo
2. Daiane Rosa Paranho	Centro	41 999221412	F	
3. Gilmar Primitivo	Centro	41 95131063	M	Gilmar Primitivo
4. Mauricio de Andrade	Gramadinho	—	M	Mauricio de andrade
5. Solomão Luiz de Andrade	Gramadinho	—	M	Solomão Luiz de andrade
6. Mariane Helaine de Almeida Santos	Gramadinho	43 996245693	F	Mariane Helaine de Almeida Santos
7. Kymberly Thauany Jardim Rosa	Gramadinho	15 996 256013	F	Kymberly Thauany J. Rosa
8. Ingryd Marli Jardim Rosa	Gramadinho	15 996 256013	F	Ingryd Marli J. Rosa
9. Bruna Rosa Monteiro	Gramadinho	15 996 746831	F	Bruna Rosa Monteiro
10. Marcelo Alves da Penha Divino	Gramadinho	41 96134216	M	Marcelo alves da penha divino
11. Mayara dos Santos Souza	Gramadinho	43 996936063	F	Mayara dos Santos Souza
12. Kleberson Kaique Jardim	Gramadinho	15 997867318	M	Klebeson Kaique Jardim
13. Edivaldo Ferreira Lima	Gramadinho	15 996718897	M	Edivaldo Lima
14. Laura Rosa de Lima	Gramadinho	41 991733668	F	Laura Rosa de Lima
15. Sidnei Jorge de Souza	Três Barras	41 998450970	M	Sidnei Jorge de Souza
16. Solange de Souza melo	Gramadinho	15 996773846	F	Solange de Souza melo
17. André Rosa	Gramadinho	15 998150701	M	André Rosa
18. Rayane Amanda de Souza	Gramadinho	15 996241005	F	Rayane A. de Souza
19.				
20.				
21.				
22.				

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), o Plano Diretor Municipal do Município de _____, utilizará de fotografias e dados pessoais, apenas para fins legais e relacionados a documentação e divulgação das atividades previstas no Termo de Cooperação n. _____.

Lista de Presença – [X] Audiência Publica ( ) Leituras Comunitárias ( ) do Plano Diretor de _____

Local: **Data:** **Horário:**

Nome Completo	Localidade	Contato	Sexo	Assinatura
1. João Vanderlei Cheiffer	três Barras	(41)996381627	M	João Vanderlei Cheiffer
2. Victória de fátima D. Portela	UEPG-P.Grossa	(42)984280727	F	x Victória Fátima D.P.
3. Izauri de Matos	Ietiamento Mundo nova	(41)995951350	M	x Izauri
4. Vani Feles	centro	(41)998554752	F	x Vani F.
5. ramon rosa ferreira	Quilombo Gram	(43)991600805	M	x Ramon Ray Ferreira
6. Andreia rafael de Melo	Quilombo G.ran	(15)997080985	F	x Andreia Rafael de Melo
7. Derfina rosa	três Barras	(41)98878699	F	x Derfina Rosa
8. Maisa Alves De Pontes Sirino	três Barras	(41)98468132	F	x maisa alves de pontes sirino
9. Claudemir Barbosa	Gramadinho	(43)91655527	M	x Claudemir Neres Barbosa
10. Avaide da silva souza	Serrado	(41)95209708	M	
11.	—	(41)99522656	M	
12. Magno Alves Pontes	três Barras	(41)996484547	M	x magno Alves de Pontes
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), o Plano Diretor Municipal do Município de Doutor Ulysses **, utilizará de fotografias e dados pessoais, apenas para fins legais e relacionados a documentação e divulgação das atividades previstas no Termo de Cooperação n. ____.**

Lista de Presença – [X] Audiência Publica ( ) Leituras Comunitárias ( ) do Plano Diretor de Doutor Ulysses.

Local: **Data:** **Horário:**

Nome Completo	Localidade	Contato	Sexo	Assinatura
1. Maria Rosa Cordeiro Chelfer	Três Barras	(41) 996381627	F	Maria Rosa C Chelfer
2. Vanderlei Cordeiro	Três Barras	(015) 991605668	M	Vanderlei Cordeiro
3. Vitória Santos de Souza	Ponta Grossa - VEPG	(42) 999963362	F	Vitória Santos de Souza.
4. Karen Rosa Monteiro de Matos	Centro	(41) 98910145	F	Karen R Monteiro de Matos
5. ~~Valdemira Oliveira Santos de Andrade~~	~~Gramadinho~~	—	—	~~Cleide Barreiros~~
6. Valdemira Oliveira Santos de Andrade	Gramadinho	—	F	Valdemira O. Santos de Andrade
7. Diego Luiz Rosa Monteiro	Gramadinho	(15) 982587766	M	Diego Luiz Rosa Monteiro
8. Sebastião Paulo de Melo	Gramadinho	(15) 997934417	M	Sebastião Paulo de Melo
9. Andreia Carneiro Machado Cirino	Três Barras	(41) 97122265	F	Andreia C M cirino
10. Thiago Rosa Monteiro	Gramadinho	(43) 911845444	M	Thiago Rosa Monteiro
11. Camila dos Santos Souza	Gramadinho	(15) 996236307	F	Camila dos Santos Souza
12. Maria Firmina da Costa	Gramadinho	(43) 916355527	F	Maria Firmina da Costa
13. Cleide Maria Lucas Carneiro	Ponta Grossa - VEPG	(42) 999999091	F	Cleide Barreiros
14. Gabriele Rosa de Souza Pontes	Três Barras	(43) 996341807	F	Gabriele Rosa de Souza Pontes
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ
REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO 2026–2036

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO ESPECÍFICO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES

Data: 09/10/2026 — Horário: 8h30
Local: Câmara Municipal de Doutor Ulysses – Paraná
Decreto Municipal nº 334/2025

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e dois minutos, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, os representantes da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, os membros do Grupo Específico para Revisão do Plano Diretor Participativo, instituído pelo Decreto Municipal nº 334, de 6 de novembro de 2025, publicado em 7 de novembro de 2025, os representantes da Comissão de Acompanhamento e a equipe técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, responsável pela elaboração dos estudos e relatórios da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses, Paraná, para a realização de reunião técnica e deliberativa destinada à apresentação, apreciação, discussão e aprovação dos Relatórios da 1ª Fase – Mobilização, 2ª Fase – Análise Temática Integrada e 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, integrantes do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, com horizonte de planejamento 2026 –2036. A identificação dos participantes consta na lista de presença, que integrará esta Ata como Anexo I. Dando início aos trabalhos, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat saudou os presentes, apresentou a finalidade da reunião e destacou a importância da consolidação institucional das três primeiras fases do processo de revisão, indicando e explicando as fases já concluídas da revisão do Plano Diretor Participativo, assim como as etapas seguintes e finais desta revisão. Na sequência, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat, representante da equipe técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa, passou para a apresentação dos documentos submetidos à apreciação do Grupo Específico. Foi esclarecido que a revisão do Plano Diretor Participativo resulta da cooperação técnico-científica estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, por intermédio do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LabPlan/UEPG, fundamentada nas disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus artigos 182 e 183, na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, e nas demais disposições legais e metodológicas pertinentes ao planejamento municipal. Ressaltou-se que os três relatórios representam produtos técnicos articulados e complementares, cujos resultados foram construídos mediante levantamento e análise de informações territoriais, realização de atividades participativas, sistematização de demandas, formulação de objetivos de desenvolvimento municipal e elaboração de propostas de ordenamento territorial. **APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA 1ª FASE – MOBILIZAÇÃO.** Inicialmente, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat apresentou o Relatório da 1ª Fase – Mobilização, em sua versão consolidada de janeiro de 2026, documento que registra e sistematiza os procedimentos institucionais, metodológicos, administrativos, técnicos e participativos necessários à estruturação do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo. Foram apresentados os objetivos gerais da revisão, o histórico de organização dos trabalhos, a celebração do Convênio de Cooperação Técnico-Científica entre o Município de Doutor Ulysses e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, fundamentado nas Resoluções UEPG/CA nº 2022.281 e nº 2025.90, a contratação do Plano de Trabalho, a definição das responsabilidades institucionais e a metodologia de elaboração e revisão do Plano Diretor Participativo. Também foram apresentadas as providências relacionadas à constituição das equipes técnicas e das instâncias de acompanhamento, inicialmente disciplinadas pelo Decreto Municipal nº 93, de 19 de abril de 2023, posteriormente substituído pelo Decreto Municipal nº 334/2025. A apresentação compreendeu ainda as atividades de mobilização social, divulgação pública, reuniões institucionais, leituras comunitárias, levantamento de informações territoriais, trabalhos de campo, procedimentos de apoio cartográfico e geodésico, bem como as iniciativas de articulação entre a Administração Municipal, a Universidade e a população. Destacou-se a realização da 1ª Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo, em 11 de dezembro de 2023, ocasião em que a metodologia proposta para o desenvolvimento dos trabalhos foi apresentada, discutida e aprovada pelos participantes. Foi esclarecido que a conclusão da 1ª Fase estabeleceu as bases institucionais, técnicas e participativas necessárias ao desenvolvimento da Análise Temática Integrada, das Diretrizes e Propostas e do Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor. Não ocorreu eventuais ressalvas ou recomendações dos participantes. **APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.** Na sequência, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat apresentou o Relatório da 2ª Fase – Análise Temática Integrada, em sua versão consolidada de setembro de 2026, destinado à caracterização, interpretação e avaliação das condições territoriais, ambientais, demográficas, socioeconômicas, urbanas, rurais, institucionais e de infraestrutura do Município de Doutor Ulysses. Foi esclarecido que a elaboração do relatório integrou informações provenientes de bases oficiais de dados, levantamentos técnicos, produção cartográfica, análises da legislação municipal e atividades de participação social, buscando identificar as principais características, potencialidades, limitações, problemas e conflitos presentes no território municipal. Foram apresentados os estudos relativos à inserção regional, organização territorial,

relevo, declividade, geologia, áreas cársticas, hidrografia, mananciais de abastecimento, recursos naturais, cobertura e uso da terra, áreas de preservação ambiental, vulnerabilidades e riscos territoriais, incluindo suscetibilidade a movimentos de massa e inundações. A exposição também contemplou a dinâmica demográfica, as condições de desenvolvimento humano, as atividades econômicas, a produção agropecuária, as características das comunidades rurais, a estrutura urbana, a habitação, o saneamento ambiental, as redes de infraestrutura, a mobilidade, a acessibilidade territorial, os equipamentos e serviços públicos, a comunicação e conectividade, a capacidade administrativa e financeira municipal e os instrumentos legais de planejamento e gestão. Destacou-se a utilização das Unidades Espaciais de Gestão – UEGs como referência para a organização da leitura territorial e identificação das diferenças existentes entre a Sede Municipal e as comunidades rurais. No âmbito da participação social, foi registrada a realização de 25 Leituras Comunitárias, com aproximadamente 228 participantes, cujas manifestações foram sistematizadas e relacionadas às problemáticas e necessidades identificadas na análise técnica, permitindo reconhecer questões referentes à conservação ambiental, abastecimento de água, saneamento, mobilidade rural, manutenção de estradas e pontes, acesso aos serviços de saúde e educação, infraestrutura pública, desenvolvimento econômico, agricultura familiar, regularização fundiária, habitação, segurança, participação social e fortalecimento da gestão municipal. Foi informado que os resultados da Análise Temática Integrada foram apresentados à população durante a 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo, realizada em 3 de agosto de 2024, com participação de 43 pessoas, ocasião em que foram submetidos à apreciação pública e aprovados. A equipe técnica destacou que o diagnóstico permitiu estabelecer a correspondência entre as problemáticas verificadas no território municipal e os objetivos destinados a orientar as etapas propositivas do Plano Diretor, especialmente nos campos da organização administrativa, segurança, meio ambiente, financiamento do desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, saneamento ambiental, mobilidade e transporte, equipamentos públicos, desenvolvimento rural sustentável, gestão democrática, habitação e turismo. Eventuais ressalvas ou recomendações dos participantes: dúvida do Sr. Prefeito Esequiel Bestel Junior relacionada a qualidade dos dados coletados por pluviômetros comprados em lojas online. Dúvida do o Sr. Secretário Sergio sobre a falta de estação meteorológica e da possibilidade da sua instalação. Complementação do Sr. Prefeito sobre a compensabilidade da instalação de uma estação meteorológica, indagou também sobre a saída do município de Doutor Ulysses da Região Metropolitana de Curitiba e as possíveis dificuldades geradas por isso, além disso, os presentes realizaram comentários sobre a validação documental pela AMEP; Plano de Mobilidade; Áreas suscetíveis a inundação no espaço urbano e possibilidades de mitigação; Além de comentários sobre novos e futuros projetos e estudos urbanos necessários no município. **APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA 3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL.** Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat apresentou o Relatório da 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, em sua versão consolidada de setembro de 2026, documento que reúne os resultados da etapa propositiva da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Inicialmente, foi esclarecido que as propostas apresentadas foram estruturadas a partir das conclusões da Análise Temática Integrada, das demandas identificadas nas Leituras Comunitárias, dos objetivos de desenvolvimento municipal e das deliberações da 3ª Audiência Pública, realizada em 20 de setembro de 2024, convocada pelo Edital de Chamamento nº 002/2024. Foi registrado que o processo participativo resultou na sistematização de 945 registros válidos de problemáticas e demandas, organizados territorialmente por meio das Unidades Espaciais de Gestão – UEGs e articulados aos eixos temáticos do Plano Diretor. Foram apresentados os objetivos, estratégias, propostas e instrumentos relacionados aos treze eixos organizadores da 3ª Fase: Estrutura Organizacional; Segurança; Meio Ambiente; Financiamento do Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Econômico; Saneamento Ambiental; Mobilidade e Transporte; Equipamentos Públicos; Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Democrática e Participação Popular; Habitação; Patrimônio Histórico, Cultural e Natural; e Turismo. A exposição destacou os instrumentos de gestão democrática e fortalecimento institucional, ordenamento territorial, planejamento urbano, política habitacional e regularização fundiária, conservação e recuperação ambiental, enfrentamento de riscos, saneamento e proteção dos recursos hídricos, mobilidade urbana e rural, desenvolvimento econômico e agrícola, fortalecimento dos equipamentos públicos, financiamento das políticas municipais e proteção do patrimônio cultural e natural. Foram mencionados, entre os instrumentos sistematizados no relatório, o Plano Diretor Municipal, o Perímetro Urbano, o Zoneamento Urbano, o Macrozoneamento Municipal, o Parcelamento do Solo Urbano, os mecanismos de aplicação da função social da propriedade, o Estudo de Impacto de Vizinhança, os instrumentos de regularização fundiária, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, os planos de mobilidade da Sede e de Mobilidade Campo–Cidade, os instrumentos de saneamento e gestão de resíduos, os mecanismos de proteção ambiental, os instrumentos de fortalecimento das atividades rurais e as iniciativas de valorização do patrimônio e do turismo. Na sequência, foram apresentados os principais componentes da proposta de reordenamento territorial do Município, com destaque para a proposta de Perímetro Urbano da Sede Municipal, o Zoneamento Urbano, o Macrozoneamento Municipal e a Hierarquia das Restrições. Sobre o Perímetro Urbano, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat explicou que a proposta consolidada em 2026 considerou a evolução da ocupação da Sede, a configuração territorial existente, as condições de relevo, os condicionantes ambientais e geotécnicos, a vulnerabilidade à inundação e os aspectos relacionados à ocorrência de formações cársticas, buscando orientar a organização e a expansão urbana em condições compatíveis com as características territoriais locais. Em relação ao Zoneamento Urbano, foram apresentadas as zonas propostas para a Sede Municipal, compreendendo Zona Central – ZC, Zona Residencial 1 – ZR1, Zona Residencial 2 – ZR2, Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, Zona de Comércio e Serviços – ZCS, Zona Industrial – ZI e Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA, além do tratamento específico conferido às Áreas de Preservação Permanente – APPs e às Áreas de Uso Restrito – AURs, consideradas as disposições legais e os condicionantes incidentes sobre o uso e a ocupação do solo. No que se refere ao Macrozoneamento Municipal, foi apresentada a proposta territorial consolidada em 2026, composta por seis macrozonas: MZ-1 – Macrozona Urbana;

MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural; MZ-3 – Macrozona Rural de Produção Sustentável; MZ-4 – Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial; MZ-5 – Macrozona de Conservação; e MZ-6 – Macrozona de Uso Condicionado. Foi esclarecido que a proposta foi elaborada mediante análise territorial integrada e procedimentos de geoprocessamento, considerando informações ambientais, geológicas, hidrogeológicas, rurais, urbanas, demográficas e de infraestrutura, com o objetivo de estabelecer funções territoriais predominantes e orientar a compatibilização entre desenvolvimento econômico, produção rural, conservação ambiental e segurança territorial. Também foi apresentada a estrutura das treze Áreas de Sobreposição Especial – ASEs, destinadas à identificação e consideração complementar de condicionantes e especificidades territoriais que incidem sobre as macrozonas, sem substituí-las, especialmente aqueles relacionados à proteção ambiental, aos recursos hídricos, às ocorrências cársticas, às cavidades naturais, aos riscos e às demais restrições e sensibilidades identificadas no território. Foi destacada a importância da Hierarquia das Restrições como mecanismo metodológico para distinguir disposições legais obrigatórias, condicionantes ambientais e territoriais e situações que demandam estudos complementares, evitando interpretações inadequadas acerca das possibilidades de uso e ocupação do solo. O Sr. Prof. Marcio Jose Ornat, ainda esclareceu que as propostas de Perímetro Urbano, Zoneamento e Macrozoneamento representam componentes técnicos que deverão orientar a elaboração e a consolidação dos respectivos instrumentos normativos na etapa seguinte da revisão. Por fim, foram apresentados os encaminhamentos para a 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor, na qual os objetivos, diretrizes, propostas e instrumentos apresentados deverão ser convertidos em ações prioritárias, responsabilidades administrativas, prazos, referências orçamentárias, mecanismos de monitoramento, sistema de planejamento e gestão municipal e minutas da legislação urbanística. Eventuais ressalvas ou recomendações: Dúvida do Sr. Prefeito sobre a implantação de usinas no município, sobre os impactos ambientais, a falta de compensação e como a gestão poderia proceder nesse caso, uma possibilidade é considerar o Macrozoneamento municipal, cobrar estudos específicos das empresas para oferecer anuências; **CONSOLIDAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS.** Após a apresentação e apreciação individual dos três relatórios, registrasse a **APROVAÇÃO** por unanimidade do Relatório da 1ª Fase – Mobilização, do Relatório da 2ª Fase – Análise Temática Integrada e do Relatório da 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável. Encaminhamentos de alterações das Minutas de Projetos de Lei: Primeiro Proposta de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo urbano pelo Secretário de Obras Sérgio: 1) Diminuir o tamanho de área de lote mínimo da ZEIS de 130 metros² para 120 metros². 2) Alterar a taxa de permeabilidade para todas as zonas, exceto ZI, para o valor de 0,2. 3) Alterar o recuo de fundo de todas as zonas, exceto a ZI, para 1 metro. 4) O afastamento lateral pode ocorrer em apenas em um dos lados da edificação, sendo admitida a geminação facultativa, baseado no texto da ZEIS. Do segundo encaminhamento pelos participantes: Incorporar 3 áreas de uso urbano consolidado dentro da proposta de perímetro urbano e seus respectivos zoneamentos, essas três áreas representam a Bairro João Nazário, a Vila Esperança e Vila Nova. Do terceiro encaminhamento de reduzir o limite sudoeste da Zona Industrial em 50 metros, para possibilitar a criação de possíveis parcelamentos para uso habitacional. Do quarto encaminhamento a pauta na próxima reunião do Grupo Técinico e Espacírico: A possibilidade de restrição de produção de silvicultura no espaço urbano, reunião marcada para dia 23 de outubro as 8 horas. Sem mais encaminhamentos, com as deliberações realizadas. **ENCERRAMENTO.** Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat encerrou a reunião às 12 horas e 25 minutos, agradecendo a participação dos representantes do Município de Doutor Ulysses, dos integrantes do Grupo Específico, dos representantes da Comissão de Acompanhamento e da equipe técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Eu, Saras Resende Paula lavro a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e acompanhada da lista de presença, integrando os registros institucionais do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses, Paraná.

Doutor Ulysses, 09 de outubro de 2026.

Responsável pela condução da reunião: _____

Responsável pela elaboração da Ata: _____

Representante do Grupo Específico: _____

ANEXO I – Lista de Presença.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANA

ANEXO 1
ATA REUNIÃO DO GRUPO ESPECÍFICO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES

Data: 09/10/2026 — Horário: 8h30
Local: Câmara Municipal de Doutor Ulysses – Paraná
Decreto Municipal nº 334/2025

Nome Completo	Segmento	Whatsapp	Assinatura
Aleides da Silva Souza	ASBO	41-995226364	
Rosilia de Fatima David Rosa	Vice-Prefeita	41 999678610	
Priscila de Fatima Dench	Assistencia Social	41-988187333	
Jamile Pina de Oliveira	Cultura e Turismo	41 997679800	
Marcia C. de Paula	Acessora de Gabinete	41 999067538	
Robson Lima	Diretor Geral Câmara	41 99528796	
Adilson da C. Geliat	Vereador	41 995273324	
ANDERSON ESMERALDA SILVA	SMS - SAUDE	41-995579225	
GENILSON FELEX		988327340	
Sergio Meri Butchan	S. OBRAS	41 995908251	
Juniel THIAGO BRAINE	Ass. de comunicação	41 92004-1393	
~~Kenedy Bo~~ Kenedy Bodi Ramos	Departamento de Tributação		
Holisser P. Bastel	Licitação	41 984598680	
ANDIARA CUNHA BARCELAR	SEC. MUN DE EDUCAÇÃO	41 98498 9145	
Exequiel Bastel junior	Prefeito municipal	(41) 98844-4219	
JURUNDA KAPP JUNIOR	SEC. FINANÇAS	(41) 99870-5427	
MARCOS A. BRAZ	MEIO AMBIENTE	41 999916707	
WELITON SOUZA NECKEL	TRIBUTAÇÃO	41 99653-5163	
YGOR DANIEL SESS	TRANSPORTES	(41) 998175622	
ADAILTON DE PAULA	VEREADOR	41) 997844205	
LAURI DEBASTIANI	CONSELHO CIDADE	995507597	
Jadson G. Ferreira Rocha	Desenvolvimento Urbano	996953050	
JOSIERO C. SANTOS	URBANISMO	41995257322	
MARCIO JOSE ORNAT	UEPG	42998566565	